

Proteção e valorização de paisagens associadas às casas-forte medievais

Fernando Wolfango Vasconcelos
Pereira de Macedo

Mestrado em Arquitetura Paisagista
Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território
2012

Orientadora

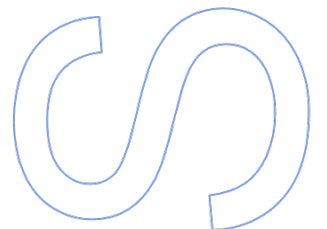
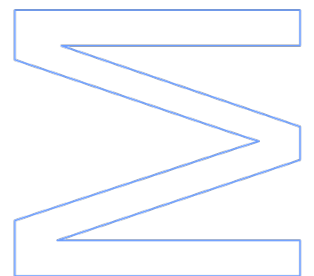
Teresa Dulce Portela Marques, Doutora, FCUP



**HE OLVIDADO MIS OJOS
EN ALGÚN LUGAR DEL PAISAJE**

Armando **Alanís Pulido** (México, 1969)
Acción Poética*, Monterrey.

* Projecto que consiste em escrever poemas em paredes abandonadas da cidade de Monterrey.



Para a Rute

Resumo

Neste estudo, analisam-se formas de **valorização** das paisagens associadas às casas-forte medievais, enquanto património evolutivo-vivo resultante de um conjunto de períodos históricos e culturais que se desenvolveram desde a Baixa **Idade Média** até ao presente – períodos que influenciaram os diversos modos de apreciação dos seus elementos construídos e naturais e, consequentemente, as sucessivas intervenções arquitetónicas, com vista à sua **salvaguarda**. Deste processo resultou uma herança paisagística diversificada, tanto ao nível formal como ao nível funcional, dos seus espaços exteriores.

O arco temporal sobre o qual incide o objeto de estudo deste trabalho, ao abranger diferentes períodos históricos e diversos estilos arquitetónicos, desde o **românico** ao contemporâneo, permite igualmente determo-nos sobre a análise dos processos de sobreposição, substituição e reposição de um conjunto de valores culturais direta ou indiretamente associados às casas-forte medievais. Numa primeira instância, as casas-forte, enquanto símbolo do poder senhorial sobre o **território** e sua população, remetem diretamente para a celebração do poder do homem em contraponto com o poder da **natureza**. Perdida a sua função simbólica primitiva, a inserção paisagística privilegiada destes monumentos possibilita, ainda, uma apreciação e fruição dos valores naturais e culturais presentes nesses locais, constituindo uma riqueza patrimonial que poderá ser enriquecida caso se opte pela realização de **intervenções arquitetónicas e urbanísticas** que visem salvaguardar a essência desses lugares, tornando-os elementos evocativos dos valores históricos, culturais e sociais que lhe estão associados.

Considerando o objetivo proposto para a dissertação, procedemos a uma revisão dos principais enquadramentos históricos e paisagísticos que conformam o objeto deste estudo (Baixa **Idade Média**, Renascimento, Neoclassicismo, Romantismo, Modernismo e Pós-Modernismo, numa perspetiva essencialmente artística e arquitetónica a que estes conceitos se encontram ligados), terminando com uma apresentação das principais tendências das formas de «projetar» a **valorização** deste tipo de património paisagístico: a «**vertente higienista-decorativista**», a «**vertente romântico-ruinista**», a «**vertente romântico-revivalista**» e a «**vertente existencialista-essencialista**», defendendo-se, em particular, esta última posição como forma de salvaguardar a continuidade dos valores herdados do passado.

Abstract

The present study analyzes ways of valuing and safeguarding the landscapes associated with medieval residential strongholds, as a living legacy in constant evolution, that developed from a set of historical and cultural periods, since the ending of the Middle Ages until the present day, considering that those historical and cultural periods influenced the ways of assessment of the natural and manmade elements of this type of landscapes and the consecutive architectural approaches towards its protection, valorization or requalification. From this process sprung a diverse landscape heritage, with expressions both at a formal and functional level.

The time span allotted to the object of this study, which encompasses several different historical periods and architectural styles, from Romanic to Contemporary, also enables us to take a thorough analysis of the processes of overlapping, substitution and replacement of a set of cultural values directly or indirectly connected to medieval residential strongholds. These medieval residential strongholds, originally conceived as symbols of manorialist power over people and land, may constitute, nowadays, special places to appreciate the natural and cultural values borne by these locations, comprising a patrimonial wealth which might be further enriched if one chooses to undergo landscape requalification and valorization operations, taking in account that the goal is not so much to crystallize the landscapes as a token of a distant past, but mostly to safeguard the *genius loci* of those places and reveal the intrinsic cultural, historical and social values that these landscapes embed.

To attain the main goal presented of this study, we endeavored into a revision of the different historic and landscaping frameworks that cover the object of this study (Low Middle Ages, Renaissance, Neoclassicism, Romanticism, Modernism and Post-modernism, essentially under an architectonic viewpoint with which these concepts are tangled). We finish this study by presenting the main trends in landscape design towards the valorization and requalification of this type of landscape heritage: the “decorative-hygienist stance”, the “romantic-ruinistic stance”, the “romantic-revivalist stance” and the “existentialist-essentialist stance”, endorsing this last perspective in particular, as a way to ensure that the values inherited from the past may endure in the future.

Palavras chaves

Casas-forte; *domus fortis*; torres medievais; património cultural; paisagens culturais e evolutivas vivas; valorização, proteção e salvaguarda patrimonial; arquitetura paisagista.

Índice de conteúdos

	Resumo	iii
	Abstract	v
	Palavras chaves	vii
	Índice de quadros e de figuras	xi
	Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xiii
	Conceitos e definições	xv
	Notas biográficas	xix
Capítulo 1.	INTRODUÇÃO	1
1.1.	Objeto do estudo	2
1.2.	Valor histórico e paisagístico do objeto de estudo	2
1.3.	Objetivos do estudo	3
1.4.	Metodologia	4
Capítulo 2.	AS CASAS-FORTE MEDIEVAIS	7
Capítulo 3.	ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DAS CASAS-FORTE	19
3.1.	Natureza e paisagem na Idade Média	20
3.2.	Natureza e paisagem no presente e no futuro	25

Capítulo 4.	SALVAGUARDA DAS PAISAGENS ASSOCIADAS ÀS CASAS-FORTE	27
4.1.	Porquê proteger e valorizar	27
4.1.1.	Potencialidades das paisagens associadas às torres medievais	29
4.1.2.	Ameaças ao caráter das paisagens	31
4.2.	Para quem valorizar	32
4.3.	O que valorizar	34
4.4.	Como valorizar	35
4.4.1.	«Modelos» de intervenção	43
 Capítulo 5.	 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	 49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ÀS CASAS-FORTE	57
	ANEXOS	65
	Anexo 1: Natureza e conceção paisagística entre a Idade Média e o Pós-modernismo	67
	Natureza e conceção paisagística na Idade Média	67
	Natureza e conceção paisagística no Renascimento e Barroco	73
	Natureza e conceção paisagística entre o Neoclassicismo e o Romantismo	76
	Natureza e conceção paisagística no Modernismo	86
	Natureza e conceção paisagística no Pós-modernismo	94
	Anexo 2: Inventário de casas-forte objeto de análise	99
	Anexo 3: Localização das casas-forte referenciadas no Anexo 2	113
	Anexo 4: Inventário de outras casas-forte	117
	Anexo 5: Localização das casas-forte referenciadas no Anexo 4.	135
	Anexo 6: Comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas	137
	Anexo 7: Instrumentos de proteção da paisagem	139

Índice de quadros e de figuras

Quadros

Quadro 1. Distribuição cronológica e geográfica por Comunidade Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM) das casas-forte existentes em Portugal (excluindo os monumentos inicialmente destinados a fins exclusivamente militares)...	8
Quadro 2. Cota de implantação das casas-forte existentes em Portugal.....	10
Quadro 3. Enquadramento e tipologia das casas-forte medievais constantes no Anexo 2.....	12
Quadro 4. Funções, estado e categorias de proteção das torres das casas-forte medievais.....	28
Quadro 5. Regime de propriedade e categorias de proteção das torres das casas-forte medievais.....	29
Quadro 6. Direitos de propriedade das casas-forte medievais constantes do Anexo 2.....	33

Figuras

Figura 1. Distribuição geográfica das casas-forte objeto de estudo, por áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais.....	9
Figura 2. Representação esquemática da evolução da organização dos espaços exteriores associados às casa-forte. À esquerda, residência fortificada do período Românico, composta por torre e anexos em madeira. À direita, paço fortificado do período Gótico e posteriores, composto por ala residencial em alvenaria de pedra ligada à torre e edifícios autónomos (apoios agrícolas, capela e outros anexos), igualmente em alvenaria de pedra. Fonte: Proposta do autor.....	11
Figura 3. À esquerda: Torre de Vilar, Lousada, sem data, com o vão de entrada ao nível do piso térreo e seteiras nos pisos superiores, seguindo o modelo das casas-forte do período Românico. Foto © IHRU, I.P. À direita: Torre de Vilar, 2012. Foto do autor.....	13
Figura 4. Torre de Penegate, em Vila Verde. À esquerda: vista geral da Torre de Penegate em 1951, implantada sobre uma fraga de um outeiro em posição de destaque dominante sobre a paisagem do vale de febras. Na sua proximidade, a capela da Penha, construída no século 17. Foto © IHRU, I.P. À direita: Campo visual da torre e vista sobre o vale de Febros, 2012.....	14
Figura 5. À esquerda, vista de enquadramento geral da torre Torre de Quintela, em Vila Marim, Vila Real, edificada no século XIII/XIV (foto de José Marques Abreu Júnior); à direita, vista geral em 1951 da Torre de Abadim, em Abadim, Cabeceiras de Basto, edificada no séc. XVI. Fotos © IHRU, I.P.....	14
Figura 6. Residência Senhorial dos Castelo Melhor ou Paço dos Vasconcelos, exemplo maior de casa-forte do período renascentista português, em Santiago da Guarda, Ansião. À esquerda vista da fachada anterior do conjunto, depois das obras de requalificação e valorização da torre e do paço iniciadas em 2004 pela Câmara Municipal de Ansião. Foto © Luís Paiva Boléo, 2010. À direita vista da fachada posterior do conjunto, antes da obras de requalificação, em 2003. Foto © IHRU, I.P.....	16
Figura 7. Quinta da Amoreira da Torre, em Montemor-o-Novo, 1960-1970. À esquerda: Fachada principal. À direita: fachada posterior com tanque. Fotos: David Freitas © Arquivo Fotográfico CME.....	17
Figura 8. Casa da Torre de Alvite, em Cabeceiras de Basto (#20 Anexo 2 e 3). Casa-forte barroca de feição medieval construída no século XVIII. Fotos © IHRU, I.P.....	18
Figura 9. Simbolismo na pintura quatrocentista. Giotto di Bondone (1266–1337): Fuga para o Egipto. Fresco da capela dos Scrovegni, em Pádua, datado de 1304-1306.....	24
Figura 10. Linclon Center North Plaza. FXFOWLE Architects, 2009, em colaboração com Diller Scofidio + Renfro. Foto © FXFOWLE Architects. Fonte: FXFOWLE Architects.....	37
Figura 11. Citygarden, St. Louis, E.U.A. Nelson Byrd Woltz Landscape Architects. Foto © Steve Hall, HedrichBlessing..	38
Figura 12. Valorização das ruínas renascentista do Palácio Szathmáry, em Pécs, Hungria, pelo gabinete de arquitetura	

húngaro MARP. Fotos © Tamás Török. Fonte: Marp.hu.....	45
Figura 13. Fort Werk aan 't Spoel, Culemborg, Holanda. Rietveld Landscape & Atelier de Lyon, em colaboração com Anouk Vogel. Fotos © Rob 't Hart . Fonte: WLA (World Landscape Architecture).....	47
Figura 14. Ilustrações de livro de horas do século XV Les Très Riches Heures du duc de Berry. Em cima: Mars, Avril, Juin. Em baixo: Septembre, Octobre, Novembre. Fonte: Wikimedia.....	71
Figura 15. Quadros de Giovanni Bellini (1425?-1516). Em cima: Jovem mulher segurando um espelho (1515). Em baixo: Nossa Senhora do Prado (1505). Fonte: Wikimedia commons.....	74
Figura 16. Pintura de Giusto Utens (1599) ilustrando a Villa Medicea di Caffagiolo, Toscana (1451). Casa-forte medieval, ao estilo Gótico, com jardim formal compartimentado abrindo-se para a paisagem, denunciando já o estilo dos jardins renascentistas italianos.....	75
Figura 17. Ilustrações do romance Hypnerotomachia Poliphili de F. Colonna, publicado em Veneza, em 1499. Fonte: Colonna (1969).....	76
Figura 18. Porcelana de Palissy com motivos da vida marinha, c. 1550. Foto © Mary Harrsch,2005. Fonte: Wikimedia Commons.....	76
Figura 19. Quadro de Claude Lorrain Ascanius Shooting the Stag of Sylvia, 1682. Ashmolean Museum of Art and Archaeology, Oxford. Fonte: Wikicommons.....	78
Figura 20. À esquerda: capa da primeira edição de 1790 de Essays on the Nature and Principles of Taste de Archibald Alison, onde propõe uma nova teoria estética baseado nos princípios da sua teoria da associação. Ao centro e à direita: Capas da segunda edição da publicação de The Landscape, a didactic poem in three books. Addressed to Uvedale Price, Esq. (1795) e da terceira edição da publicação de An Analytical Inquiry into the Principles of Taste (1805), de Richard Payne Knight, onde o autor introduz o conceito de pinturesco na estética da natureza.	81
Figura 21. O Moinho de Flatford (1817), Londres, Tate Gallery. Pintura a óleo de John Constable. Fonte: Wikimedia Commons.....	82
Figura 22 - Paisagem arcadiana e paisagem romântica. À esquerda: Templo hindu em Melchet Park, condado de Wilts, Inglaterra, c. 1800. Fonte: Portal Europeia. À direita: Hadleigh Castle, 1829, Londres, Tate Gallery. Pintura a óleo sobre tela de John Constable. Fonte: Wikimedia Commons.....	83
Figura 23. Bloco filatélico FDC da série «Herança Cultural da Humanidade» da UNESCO, com selo comemorativo do jardim alemão Gartenreich Dessau-Wörlitz.....	84
Figura 24. Vista aérea sobre o Palácio da Pena, em Sintra. Fonte: IPPAR/Wikimedia commons.....	85
Figura 25. À esquerda: 'Carpet bedding num jardim do parque municipal Union Terrace Gardens criado em Aberdeen em 1879. Foto © Richard Slessor, 2005. À direita: Jardim com açafates no Royal Victoria Park, Bath, inaugurado em 1830 Foto © Colin Smith,1998. Fonte: Wikimedia Commons.....	86
Figura 26. Vista aérea sobre o Jardim da Torre de Belém, no Restelo, projetado por Viana Barreto em 1957. Foto: 2001. Fonte: Google Earth.....	93

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

a.C.: antes de Cristo.

CE: Conselho da Europa

CIAM: Congrès International d'Architecture Moderne (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)

DGEMN: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

FCUP: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

ICCROM: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (Centro Internacional para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais)

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios)

IFLA: International Federation of Landscape Architecture (Federação Internacional de Arquitetura Paisagista)

IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IHRU: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

I.P.: Instituto Público

IIP: Imóvel de Interesse Público (sistema de classificação de monumentos do **IGESPAR**)

IM: Interesse Municipal (sistema de classificação de monumentos do **IGESPAR**)

MN: Monumento Nacional (sistema de classificação de monumentos do **IGESPAR**)

s.d.: sem dados

SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

VC: em Vias de Classificação (sistema de classificação de monumentos do **IGESPAR**)

ZEP: Zona Especial de Protecção

Conceitos e definições

Aula: sala nobre (Barroca 1993).

Ambiente: percepção qualitativa das relações que se estabelecem entre o homem e o seu meio físico. Tal como a paisagem, costuma dividir-se em ambiente natural, cultural e outras categorias.

Casa-forte: em diversa documentação são designadas por *Fortalicium*, *Repayrium*, *Turrem*, Casa Torre ou Casa Forte, sendo as últimas três designação as que aparecem nos documentos portugueses (A. M. Oliveira 2006). Atualmente é comum o uso dos termos *Domus Fortis*, Casa-forte, Torre, Casa-Torre, ou residência senhorial para designar as residências senhoriais fortificadas, de raiz ou de feição medieval, geralmente de planta quadrangular, edificadas pela nobreza nas suas terras e honras, durante o período final da Idade Média e períodos históricos posteriores. Para além das *domus fortis*, construídas para fins residenciais, foram igualmente edificadas torres para fins exclusivamente militares, entre as quais as atalaias, implantadas, geralmente, em zonas geográficas de fronteira, que consistem em torres isoladas de vigia formando uma rede de linhas intercomunicação visual entre si e entre uma fortificação de defesa militar principal, e as torre de menagem, integradas no pano de muralhas de recintos fortificados.

Castelo: estrutura edificada em posição altaneira, delimitada por uma muralha, usualmente defendida por uma guarnição militar não residente e na qual as populações podiam refugiar-se temporariamente, em caso de ameaça.

Câmara: zona privada da residência (Barroca 1993).

Conjunto arquitetónico: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica (segundo a definição da Convenção de Granada de 1985).

Conjunto paisagístico: ver **Conjunto arquitetónico**.

Construtivismo: movimento que tratou a arte como um tema de investigação científica. Esta corrente contrapõe-se às artes tradicionais representadas pela escola das belas artes de Paris. Os modelos devem ser simples e funcionais por forma a poderem criar-se protótipos que permitam uma fácil reprodução em massa do modelo.

Construtivista: ver Construtivismo.

Domus Fortis: v. casa-forte.

Ecologia: sistema económico, de base sustentável (v. sustentabilidade), baseado na busca das melhores oportunidades ao mais baixo custo.

Fidalgo: título de nobreza criado por Afonso II e que a partir do século XV substituiu os títulos de infância e de rico-homem para designar as camadas sociais não tituladas que possuísem o estatuto de nobre hereditário, juntamente com a nobreza titulada, os senhores de terras, e os alcaides-mor.

Follies/Fabriques: termo originalmente utilizado na pintura para designar qualquer tipo de construção ou ruína com a função de estruturar as composições pictóricas. Posteriormente, o termo foi adotado e aplicado à arte dos jardins da Europa continental, sobretudo nos jardins paisagísticos franceses. O fenómeno teve origem nos *follies* utilizados como elementos ornamentais dos jardins paisagísticos ingleses. (VER: Plante nº 46 do Dictionnaire Historique de l'art des jardins, de Michael Conan).

Forma: representação física da expressão pessoal e artística do conteúdo de um determinado momento, conceito ou relação.

Gótico: estilo artístico e período histórico da Idade Média compreendido entre meados do século XII e final do século XV, marcando a transição da Idade Antiga para a Idade Moderna.

Honra: divisão administrativa, terra, ou circunscrição administrativa, pertencente a um fidalgo (v. fidalgo)

Idade Média: Período histórico compreendido entre a queda do império romano do ocidente, após a ocupação da

península itálica pelos ostrogodos, em 476, e a chegada de Vasco da Gama à Índia, em 1492. Alguns autores portugueses dividem a Idade Média em quatro fases: Primeira Idade Média (século V-VIII), Alta Idade Média (século VIII-X), Idade Média Central (XI-XIII) e Baixa Idade Média (século XIV-XV). Na literatura inglesa a Baixa Idade Média (*Early Middle Age*) situa-se entre o século VI-XI, a Alta Idade Média (*High Middle Age*) entre o século XI-XIV e a Idade Média Tardia (*Late Middle Age*) entre o século XIV-XVI. Na literatura alemã a Alta Idade Média situa-se entre os séculos XI e XIII e na francesa entre o século V e o século X. Mattoso (1987a), delimita temporalmente a Idade Média entre os anos de 1037 a 1383, desde o princípio da dinastia Navarra, em Leão, até ao fim da dinastia de Borgonha, em Portugal, considerando este investigador como sendo uma proposta de delimitação temporal suficientemente vasta e coerente para caraterizar a nobreza medieval portuguesa, no seu sentido lato, como classe social, i.e., sem grandes preocupações com as origens das gerações. A revolução dinástica de 1383 marca, assim, o começo do período de transição para a idade moderna, período que até ao séc. XV se caracteriza como de convulsão das estruturas fundamentais da sociedade medieval. Esta época pode dividir-se em dois períodos fundamentais da história da península ibérica e da história da formação de Portugal. Um primeiro período — Primeira Idade Média — situado entre os séculos V e VIII, e marcado pela invasão dos povos bárbaros após o colapso do império romano, durante o qual a arte dos jardins praticamente desaparece; e um segundo período — Alta Idade Média, Idade Média Central e Baixa Idade Média — entre os séc. VIII e XV, marcado pela ocupação árabe e berbere da Europa continental e reconquista desses territórios pelos reinos cristãos.

Intervenção (arquitetónica, paisagística, ou urbanística): conjunto de programas, ou projetos, associados ou não a planos e políticas do território, com incidência em espaços arquitetónicos ou urbanísticos, tendo em vista a sua **salvaguarda**, **revitalização**, **reabilitação**, reestruturação, **requalificação**, **renovação**, ou reapropriação social e cultural, tendo por objetivo o desenvolvimento local.

Léguas terrestre antiga: admitindo como valor da polegada 2,75 cm, 1 légua = 3000 braças = 6.000 varas = 30.000 palmos = 240.000 polegadas = 660.000 centímetros = 6.600 metros

Monumento: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções (segundo a definição da Convenção de Granada de 1985).

Natureza: expressão física do conjunto de trocas dinâmicas decorrentes dos processos de interação de ordem ecológica entre os componentes bióticos e abióticos de um **território**.

Paço: Palácio e Paço são duas palavras portuguesas que derivam do termo latino *palatium*: *Palácio* por via erudita e *Paço* por via popular. Na Idade Média o termo estava conotado com o espaço da *residência senhorial*.

Paisagem: percepção individual das expressões sensoriais resultantes da interação dos elementos e processos que conformam, ocorrem e decorrem dos sistemas naturais (ver **Natureza**), podendo agrupar-se em tipos distintos, segundo uma classificação subjetiva ou objetiva.

Património: todos os bens materiais e imateriais, individuais ou de conjunto, que sintetizam simbolicamente um conjunto de valores culturais identitários de um coletivo social, contribuindo para o seu sentido de pertença e identificação (Lopes et al. n.d.).

Pinturesco: característica estética e estilo artístico que anuncia o Romantismo nas artes visuais, correspondendo a um período de interregno entre o Neoclassicismo e o Romantismo.

Primeiro Modernismo: período situado entre 1910-1920 ((Tietz 2000), a que se seguiu a década de afirmação do Modernismo que ficou conhecido por estilo internacional. O Primeiro Modernismo é influenciado pelo conjunto de movimentos de vanguarda que se desenvolveram entre o Pós-impressionismo e o Pós-Modernismo, tendo por programa conduzir a uma adequação da arte à resolução dos problemas associados à nova sociedade emergente nos princípios do século XX (M. Raposo Magalhães 2001).

Proteção: Ao longo do corpo deste trabalho usa-se o termo proteção como sinónimo de **salvaguarda**.

Quintã: casa anexa a terreno de cultura, do latim vulgar *quintana*, através do português antigo *quintãa*. Explorações dominiais, propriedade da nobreza, podendo integrar várias construções para fins distintos, mas nem sempre integrando uma residência fortificada (Barroca 1993). Segundo Trindade (2006) o instrumento legal indispensável para dar consistência jurídica à Quintã era a «Casa de Morada», sendo este o seu elemento definidor.

Reabilitação: conjunto de operações arquitetónicas ou urbanísticas para a **salvaguarda** das potencialidades culturais, sociais e económicas dos espaços arquitetónicos ou urbanísticos, com vista à sua integração nos ciclos funcionais dos meios onde se inserem, num quadro de soluções formais contextualizadas conducentes à melhoria da qualidade de vida das populações e à manutenção ou recuperação da sua identidade e auto-estima. Termo que tem vindo a ser usado em substituição do termo **revitalização**, substituindo igualmente o termo restauração, após a Convenção da **UNESCO** de 1972 (Pasquotto 2010).

Renascimento: período histórico associado a uma tendência ou estilo artístico de raiz italiana, que se desenvolveu na Europa entre os finais do século XIV e finais do século XVIII.

Renovação: conjunto de operações de demolição de estruturas ou espaços arquitetónicos ou urbanísticos degradados, desprovidos de valores patrimoniais individuais ou de conjunto a preservar, e subsequente edificação de novas tipologias arquitetónicas ou urbanísticas.

Requalificação: operações arquitetónicas ou urbanísticas com vista a uma adaptação funcional, formal e contextual dos espaços arquitetónicos ou urbanísticos à realização de novas atividades.

Revitalização: conjunto de operações com vista ao relançamento da vida económica e social dos espaços arquitetónicos ou urbanísticos que apresentem sinais de declínio económico e social.

Românico: estilo artístico e período histórico da Idade Média compreendido entre o século X e meados do século XII.

Salvaguarda: todos os atos conducentes à **proteção** de bens patrimoniais (ver **Património**), envolvendo a sua recuperação, preservação, **valorização**, classificação ou gestão, e garantindo-se, simultaneamente, uma relação dinâmica desses bens com o meio ambiente e o ordenamento do território, com vista à promoção do seu consumo e à melhoria da qualidade de vida das populações. Ao longo do corpo deste trabalho usa-se o termo **proteção** como sinónimo de salvaguarda.

Seteira: vão vertical em parede de alvenaria, com altura correspondente a aproximadamente cinco vezes a sua largura, possuindo, em geral, peitoril de aproximadamente trinta centímetros e distando o seu topo aproximadamente trinta centímetros do teto.

Sítio: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico (segundo a definição da Convenção de Granada de 1985).

Solar: casa originária de uma linhagem da nobreza. Neste trabalho usa-se o termo solar no seu sentido mais abrangente, podendo designar quaisquer residências ou paços senhoriais, independente de se tratarem ou não de casas que estiveram na origem de uma linhagem nobre.

Sustentabilidade: suporte político, social e económico sobre o qual decorrem os processos ecológicos.

Território: suporte físico dos sistemas ecológicos.

Valorização: processo de reconhecimento dos valores inerentes a um bem material ou imaterial, acompanhado ou não de um acréscimo de novos valores decorrentes de intervenções arquitetónicas (ver **Intervenção**).

Visigótico: período histórico compreendido entre a queda do império romano do ocidente, com a ocupação da península itálica pelos ostrogodos, e o início da presença árabe na península ibérica, em 711, após Tarik ter vencido as tropas de Rodrigo na Batalha de Guadalete e conquistando de seguida Toledo, a capital dos Godos.

Notas biográficas

Addison, Joseph (1672 – 1719), ensaísta e poeta inglês. No trabalho que desenvolveu sobre a teoria da estética introduziu o conceito de sublime com uma qualidade estética do belo.

Alanís Pulido, Armando (Monterrey, 1969), poeta e promotor cultural mexicano.

Alberti, Leon Battista (1404 – 1472), humanista da renascença italiana e autor do tratado sobre arquitetura *De Re Aedificatoria* (1452) e do tratado sobre pintura *Della pittura* (1435), no qual, para além de determinar os princípios geométricos da perspetiva, realça que a aprendizagem deve basear-se no estudo da natureza e que o objetivo último de um artista é imitar a beleza da natureza.

Alison, Archibald (1757–1839), padre e ensaísta escocês, autor de *Essays on the Nature and Principles of Taste* (1790), onde apresenta o princípio da associação na formação do gosto.

Alves de Araújo, Ilídio, arquiteto paisagista português, nascido em 1925. Foi autor de vários projetos e obras sobre arquitetura paisagista, entre as quais a monografia *Arte paisagista e arte dos jardins de Portugal*.

Andresen, Maria Teresa, arquiteta paisagista, Professora Catedrática da FCUP.

Ashley Cooper, Anthony (1671 – 1713), conde de Shaftesbury, foi um político, filósofo e escritor inglês, tendo publicado vários escritos sobre ética e estética, entre outros assuntos.

Barata, Maria Filomena, Técnica Superior do IGESPAR.

Beckford, William (1760 – 1844), patrono das artes, influenciado pelas ideias de Uvedale Price sobre o pitoresco (Turner 2005b).

Brandão, Raul (1867 – 1930), jornalista e escritor português.

Bridgeman, Charles (1690 – 1738), *designer* de jardins inglês, tendo conjuntamente com o arquiteto John Vanbrugh planeado a propriedade de Stowe, onde introduziu pela primeira vez os *ha-ha*.

Burke, Edmund (1729 – 1797), político e filósofo inglês, de origem irlandesa.

Burnet, Thomas, teólogo e cosmologista inglês.

Caldeira Cabral, Francisco (1908 – 1992), foi um arquiteto paisagista português, fundador do ensino e impulsionador da prática da Arquitetura Paisagista em Portugal, iniciando em 1941, no Instituto Superior de Agronomia, o primeiro curso de Arquitetura Paisagista, 12 anos após a criação do primeiro curso de Arquitetura Paisagista na Europa, no ano de 1929, na Faculdade de Agronomia da Universidade de Reading, em Inglaterra.

'Capability' Brown, Lancelot (b. 1716 – 1783), pintor paisagista inglês, tendo projetado vários jardins em Inglaterra, entre os quais os jardins do palácio de Blenheim, e os jardins de Stowe, onde propõe um novo desenho para os jardins, eliminando todas as reminiscências geométricas do traçado de **Bridgeman** e introduzindo elementos revivalistas do gótico.

Clark, Kenneth McKenzie, Baron Clark (1903 – 1983), historiador de arte inglês.

Colonna, Francesco (1433/1434 – 1527), monge dominicano italiano, presumível autor de *Hypnerotomachia Poliphili* (*hypnos* – sono; *eros* – amor; - *mache* - luta), romance arcano e alegórico, no qual Polífilo persegue a sua amada Polia através de uma paisagem onírica, encontrando-se, por fim, na Fonte de Vénus. Segundo Turner (2010), a riqueza das ilustrações do romance leva alguns estudiosos a atribuírem a autoria dos desenhos a Alberti.

Constable, John (1776 – 1837), pintor paisagista inglês.

Curado, Maria José Dias, arquiteta paisagista doutorada, Professora Auxiliar da FCUP, presidente do júri desta dissertação de mestrado.

da Vinci, Leonardo (1452 – 1519), humanista italiano.

Damásio, António Rosa, nascido em 1944, é um médico neurologista, investigador e escritor português que, para além

da realização de estudos científicos sobre o cérebro humano, é autor de várias publicações sobre as emoções humanas, entre as quais se conta a obra *O Erro de Descartes*, livro publicado em 1995.

Dughet, Gaspard (1615 – 1675), pintor paisagista francês.

Erasmus de Roterdão, Desidério (?1466 – 1536), teólogo e humanista neerlandês, tendo sido ordenado padre nos votos da regra agostiniana.

Farrand, Beatrix (1872 – 1959), arquiteta paisagista norte-americana, advoga, tal como William **Robinson**, o uso de plantas autóctones, sendo Dumbarton Oaks Gardens, em WH, DC, considerado como o seu trabalho mais notável.

Fortes, Mário Luís Soares, arquiteto paisagista doutorado, Professor Auxiliar convidado da FCUP, arguente desta dissertação de mestrado.

Estienne, Charles (1504 – 1560), humanista francês, redigiu várias monografias, baseadas em textos de autores clássicos, sobre jardinagem, agricultura, anatomia e gramática latina.

Gropius, Walter Adolph Georg (1883 – 1969), arquiteto alemão, fundador da escola de arquitetura *Bauhaus*, tendo os arquitetos paisagistas Garrett Eckbo (1910 – 2000), Dan Kiley (1912 – 2004) e James C. Rose (1913–1991) estudado com Walter Gropius.

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1770 – 1831), filósofo alemão, fundador do idealismo alemão.

Kahn, Louis Isadore (Itze-Leib Schmuilowsky) (1901 – 1974), arquiteto norte-americano.

Kant, Immanuel (1724 – 1804), filósofo alemão.

Kent, William (c. 1685 – 1748), arquiteto inglês, conhecido pelo seu estilo *paladiano*, transferiu, em 1714, os princípios da pintura paisagística para a remodelação dos jardins de Stowe. Em 1737, redesenha os jardins de Rousham projetados por Bridgeman em 1727.

Lao Tseu (500 – 400 a.C.), filósofo chinês, considerado como o fundador do taoísmo.

Link, Johann Heinrich Friedrich, naturalista e botânico alemão. Entre 1797 e 1799 visitou Portugal na companhia de Johann Centurius Hoffmannsegg, um botânico, entomologista e ornitologista alemão, viagem que conduziu à sua decisão de optar pela botânica como a sua área de estudo principal.

Lorrain, Claude (1600 – 1682), gravador e pintor paisagista francês, famoso pelas suas pinturas de paisagens campestres.

Loudon, John Claudius (1783 – 1843), botânico, químico e agrónomo inglês, intitulou-se planeador urbano e *designer* paisagista. Divulgou o termo «arquitetura paisagista», introduzido por Gilbert Laing Meason no título do seu livro *On The Landscape Architecture of the Great Painters of Italy* (Londres, 1828). Publicou ainda, em 1843, os estudos que Humphrey **Repton** realizou sobre o pinturesco, uma coleção de desenhos intitulada *Sketches and Hints on landscape Garden*, onde se formalizam as teorias de '**Capability**' **Brown** sobre o pinturesco.

Lynch, Kevin Andrew (1918 – 1984), urbanista norte-americano, autor dos livros *The Image of the City* (1960) e *What Time is This Place?* (1972).

Malevich, Kazimir Severinovich (1879 – 1935), pintor e teórico das artes russo. Foi pioneiro do abstracionismo geométrico e fundador do suprematismo.

McHarg, Ian L. (1920 – 2001), arquiteto paisagista norte-americano, pioneiro na introdução do conceito de planeamento urbano ecológico, apresentado no seu livro *Design with Nature*, em 1969.

Mondriaan, Pieter Cornelis "Piet" (1872 – 1944), pintor modernista neerlandês.

Morin, Edgar (Edgar Nahoum), filósofo e sociólogo francês, nascido em 1921.

Morris, William (1834 – 1896), poeta, artífice e artista inglês. Fundou uma empresa de fabrico artesanal de papel de parede, envolvendo-se esporadicamente no desenho de jardins (Turner 2005b) e foi membro da *Socialist League*.

Mumford, Lewis (1895 – 1990), historiador, sociólogo e filósofo norte-americano, especialista na história da ciência, tecnologia e urbanismo. Autor do livro *The City in History*, onde expõe os seus argumentos a favor de um planeamento urbano baseado numa relação orgânica entre os habitantes e os espaços públicos das cidades.

Olmsted, Frederick Law (1822 – 1903), jornalista e arquiteto paisagista norte americano, considerado como o fundador da Arquitetura Paisagista moderna na América, sendo conhecido pelo numeros sistemas de parques urbanos que desenhou neste continente, entre os quais, o Central Park, em Nova Iorque, conjuntamente como o arquiteto francês Calvert Vaux, e o Prospect Park, também na cidade de Nova Iorque.

Palissy, Bernard (c. 1510 – c. 1589), artífice e engenheiro hidráulico francês, mais conhecido pelos seus trabalhos como ceramista e pelas suas tentativas para produzir imitações de peças de porcelana chinesa.

Payne Knight, Richard (1750 – 1824), erudito da história clássica e arqueólogo inglês, conhecido pelas suas reflexões sobre o pitoresco. Publicou, em 1795, a monografia *The Landscape, a didactic poem in three books. Addressed to Uvedale Price, Esq.* introduzindo o conceito de pintoresco na estética da natureza, e em 1805 *An Analytical Inquiry into the Principles of Taste*, a sua obra mais influente.

Paxton, Joseph (1803 – 1865), jardineiro, *designer* paisagista e arquiteto inglês. Tal como J.C. **Loudon**, foi um defensor dos parques públicos (Turner 2005b).

Portela Marques, Teresa, arquiteta paisagista doutorada, Professora Auxiliar da **FCUP**, orientadora desta dissertação de mestrado.

Poussin, Nicolas (1594 – 1665), pintor francês, considerado como um dos maiores mestres da pintura clássica, tendo retratado sobretudo temas históricos, mitológicos, retratos, e paisagens históricas.

Price, Uvedale (1747 – 1829) ensaísta inglês que esteve no centro do debate sobre o pintoresco, a arte dos jardins e a paisagem, criticando o jardim paisagístico de '**Capability Brown**'. Juntamente com Richard **Payne Knight**, contribuiu para a introdução do conceito de pintoresco na estética da natureza.

Repton, Humphry (1752 – 1818), considerado como o último *designer* paisagista inglês, e tido como sucessor de Lancelot '**Capability Brown**'. A sua coleção de desenhos *Sketches and Hints on landscape Garden*, foi publicada em 1843, por J. C. Loudon, formalizando as teorias de 'Capability' Brown sobre o pintoresco. Desenvolveu um sistema de apresentação dos seus projetos, inovador na época, baseado na sobreposição de folhas transparentes onde apresentava os seus desenhos, acompanhados por notas marginais explicativas das suas propostas.

Ribeiro Telles, Gonçalo, arquiteto paisagista português, nascido em 1922, foi subsecretário de Estado do Ambiente dos I e II governos provisórios, em 1974, e secretário de estado do ambiente dos IV e VI governos provisórios, entre 1975 e 1976, tendo nestas qualidades criado os instrumentos de gestão da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional e lançou as bases dos Planos Diretores Municipais. Integrou o VIII Governo Constitucional, como Ministro de Estado e da Qualidade de Vida, entre 1981 e 1983. v. **Viana Barreto**.

Robinson, William (1839-1935), jornalista irlandês e entusiasta da jardinagem, procurou transpor para os jardins o estilo simplista e vernacular do movimento *Arts and Crafts*. Criticou a artificialização a que o estilo Gardenesque sujeitava os jardins, advogando a adoção de plantas melhor adaptadas às condições edafoclimáticas locais, preferencialmente pela utilização de plantas autóctones.

Rosa, Salvatore (1615 – 1673), poeta, tipógrafo e pintor italiano, considerado com um dos pintores pioneiros no desenvolvimento do estilo romântico e uma das principais influências do pintor inglês William Turner.

Ruskin, John (1819 – 1900), escritor, crítico de arte do período vitoriano e artista inglês.

Seifert, Alwin (1890-1970), arquiteto paisagista alemão, encarregado pelo projeto de desenho das *autobanhen*, na Alemanha.

Serres, Olivier de (1539 – 1619) escritor, cientista, especialista em solos, autor da obra de referência francesa sobre agricultura do século XVII *Théâtre d'Agriculture*, escrita em 1600.

Steiner, Rudolf Joseph Lorenz (1861 – 1925), escritor, filósofo e arquiteto austríaco.

Távora, Fernando Luís Cardoso de Meneses de Tavares e (1923 - 2005), arquiteto e professor de arquitetura português.

Tunnard, Christopher (1910 — 1979), arquiteto paisagista canadiano, autor, em 1938, do livro *Gardens in Modern Landscape*.

Venturi Jr., Robert Charles, arquiteto norte-americano, nascido em 1925. Nome maior do pós-modernismo.

Viana Barreto, António Luís Facco (1924 – 2012), arquiteto paisagista português, licenciado em 1952. A par de Gonçalo **Ribeiro Telles** e Álvaro Dentinho, entre outros, foi pioneiro na introdução do Modernismo nos projetos de espaços verdes em Portugal.

Webb, Philip Speakman (1831 – 1915), arquiteto inglês. Fundou em 1877, juntamente com William **Morris**, a *Society for the Protection of Ancient Buildings*.

Walpole, Horatio (1717 – 1797), 4º conde de Orford, historiador de arte e político inglês.

Capítulo 1. INTRODUÇÃO

Importa, antes de mais, explicar a escolha das paisagens associadas às casas-forte medievais como tema de estudo desta dissertação. Na origem desta escolha esteve o mistério que sentimos ao visitarmos a Torre de Quintela, em Vila Marim, Vila Real, e apercebermo-nos de que do seu corpo edificado, aparentemente sem vida e sem alma, emanava um «espírito» que parecia «vaguear» pelas paisagens envolventes. Esta experiência sensorial voltaria a repetir-se aquando de outras visitas que efetuámos a monumentos congéneres, em diferentes regiões do país.

Desde logo, questionámo-nos se porventura essas «almas errantes» realmente pairavam sobre essas paisagens, aguardando a sua reencorporização nas velhas e milenares torres, ou se seriam essas paisagens o corpo dessas almas, e as velhas torres não mais do que o seu coração. Mas, mesmo que tal sentimento não passasse de um pressentimento, acreditámos que tão só pelo facto de estes monumentos poderem continuar a constituir um objeto real dos sonhos e brincadeiras de muitas crianças, alimentando o seu imaginário com histórias de cavaleiros andantes e príncipes encantados, valeria a pena saber um pouco mais sobre o seu passado, ainda que correndo o risco de desmitificar as suas origens, com vista à sua **salvaguarda**. E a primeira desilusão surgiu logo que começámos a aprofundar o seu estudo: pela frieza das circunstâncias políticas, económicas e interesses sociais que na época - como hoje e sempre, afinal - rodearam o surgimento deste tipo de património. Mas, como veremos ao longo deste trabalho, estamos a tratar de paisagens com mil anos de história, um milénio feito de «milhares» de histórias, muitas perdidas ou esquecidas, mas que, caso façamos um pequeno esforço para as resgatar, poderemos reencontrá-las na variedade de valores que foram sendo acumulados ao longo dos séculos e que se revelam presentemente na beleza das paisagens de muitos dos lugares onde essas torres foram edificadas. No final deste estudo, ficou, pois, a satisfação em perceber que esses corpos, aparentemente mortos, poderão encontrar-se tão só adormecidos, aguardando apenas olhares atentos que os façam despertar para novos tempos.

1.1. Objeto do estudo

De entre as diversas tipologias funcionais originalmente atribuídas às torres medievais, propomos como objeto de estudo a paisagem associada às designadas **domus fortis** ou **casas-forte** de origem medieval, edifícios construídos para fins essencialmente residenciais ou de afirmação de prestígio pessoal e não destinadas a objetivos estritamente militares ou administrativas, como sucedia com as atalaias, as torres de menagem, as torres de relógio e outras estruturas militares, administrativas ou de comunicação congéneres.

1.2. Valor histórico e paisagístico do objeto de estudo

O modelo político e administrativo herdado dos períodos da presença romana e muçulmana na península ibérica e seguido durante o período da reconquista cristã (Oliveira Marques 1985), pela dinastia de Borgonha, teve efeitos ao nível do ordenamento do território que perduram na atual configuração geográfica e paisagística do espaço nacional, resultando num conjunto diversificado de paisagens que hoje podem ser apreciadas em Portugal.

Segundo Barroca (2003), entre meados do século XI e finais do século XIII, os castelos foram um dos elementos ordenadores preponderantes na organização administrativa do território, que se encontrava então dividido em Terras, e um dos elementos centrais da estruturação da paisagem rural portuguesa.

Do período histórico correspondente à Idade Média, mais especificamente no período da Baixa Idade Média, subsiste, disperso pelo território nacional, um conjunto assinalável de monumentos ligados à fundação e consolidação da nacionalidade e que constituem uma parte importante do património português. Originalmente, estes monumentos cumpriam funções diferenciadas, entre as quais residenciais, militares, religiosas, administrativas ou de comunicação, estabelecendo diferentes relações com o território envolvente consoante o seu tipo funcional. Entre esses monumentos destacam-se, pelo seu valor histórico, cultural e pela inserção paisagística as **domus fortis** ou **casas-forte**, vulgarmente designadas por torres medievais – construções edificadas sobretudo na fase final da Baixa **Idade Média** e que funcionavam primariamente como residências senhoriais fortificadas.

Para além das funções das **casas-forte** e das suas relações com o território e com a paisagem, também os estados atuais de conservação dos conjuntos paisagísticos formados por estas construções e estruturas envolventes é diverso. Muitas das suas estruturas e dos seus elementos construídos já desapareceram. Os elementos remanescentes têm sido sujeitos a alterações e a processos de transformação que,

em alguns casos, desvirtuaram o seu carácter. As **casas-forte**, em particular, por diversos motivos têm estado votadas a um abandono, mais ou menos prolongado no tempo, e a estados de degradação dos quais sobrevivem apenas ruínas, muitas vezes reduzidas às fundações das construções pré-existentes, implantadas em locais que atualmente, em alguns casos, se encontram praticamente inacessíveis.

Independentemente dos seus estados de conservação, trata-se de conjuntos patrimoniais com um inegável valor histórico, pelas personalidades e acontecimentos que lhe estão associados, e com um elevado valor paisagístico que lhe é conferido pelo carácter rural singular dos locais onde podem ser apreciados. Assim, a **salvaguarda** da integridade e identidade dos contextos culturais onde estas casas-forte se inserem deverá contemplar a manutenção das paisagens existentes; ou a implementação de operações de **intervenção** sobre os valores patrimoniais presentes nessas paisagens, nos casos em que se justifiquem a adoção de medidas de carácter arquitetónico-paisagístico para a recuperação das suas potencialidades culturais, económicas ou sociais. A **salvaguarda** deste tipo de conjuntos patrimoniais poderá, pois, contribuir para uma maior diversificação da oferta cultural e turística de diversos concelhos do país, mas também para uma maior disponibilização de espaços de lazer e recreio qualificados para as populações locais e seus visitantes.

Importa, pois, proceder a uma reflexão concertada, entre as diversas áreas disciplinares com responsabilidades na **salvaguarda** de bens culturais, sobre estratégias, programas e ações de intervenção paisagísticas que possam contribuir para a **valorização** dos espaços exteriores envolventes a este tipo de monumentos singulares que marcam um conjunto de paisagens culturais existentes em Portugal, com vista à conservação ou recuperação deste tipo de património.

1.3. Objetivos do estudo

O objetivo geral deste trabalho é a apresentação de reflexões, orientações e recomendações, no âmbito da arquitetura paisagista, que possam contribuir para a **salvaguarda**¹ dos espaços exteriores associados às **casas-forte** medievais. Procuraremos, pois, focar as relações e significados que poderão ser estabelecidos entre esses monumentos e o **território** envolvente, no contexto histórico, social e cultural em que foram construídos, e enquanto marcos históricos do processo de evolução de posições, atitudes e modos de apreciação que o homem tem tido perante a **natureza** – relação que historicamente oscilou entre um distanciamento e uma tentativa de domínio absoluto da **natureza**, sem qualquer respeito pelo seu equilíbrio ecológico, e uma procura em estabelecer relações de proximidade e de harmonia com a **natureza**, respeitando-se o equilíbrio pre-

¹ Entendendo-se a **salvaguarda** como um processo que suporte a viabilidade dos valores culturais envolvidos, e onde se incluem as operações de **valorização** patrimonial.

cário das suas leis ecológicas.

Pretende-se ademais que este trabalho possa contribuir para que o património paisagístico objeto de estudo possa constituir uma mais-valia económica, social e cultural para as políticas de desenvolvimento regionais. Ao nível político-administrativo, pretende-se também que este trabalho possa contribuir para uma maior sensibilização dos técnicos e dos decisores, com responsabilidades políticas ao nível da gestão autárquica, para o papel que esta tipologia de paisagem pode deter na promoção da qualidade de vida dos seus municípios e comunidades locais e no desenvolvimento integrado dos seus territórios.

Em particular, deseja-se que este trabalho possa concorrer para uma maior diversidade da oferta de espaços de lazer e recreio, de contemplação e introspeção, em que cada cidadão possa buscar um tempo e um lugar, nos tempos e nos lugares das histórias individuais e coletivas que fizeram e fazem a História desses espaços.

1.4. Metodologia

Ao definirmos como objetivo geral deste trabalho a **salvaguarda** de um património cultural constituído por bens públicos e privados inseridos na sua maioria em contextos rurais, mas também, embora em menor número, em contextos urbanos, que resultou de um longo processo histórico e ao qual podem ser associados valores simbólicos e estéticos cuja apreciação se reveste sempre de um carácter subjetivo, e porque tratam-se de paisagens em que alguns dos seus componentes foram perdendo muitas das suas funções originais e em que as relações estabelecidas entre essas componentes foram sendo alteradas ao longo dos tempos, desde logo se coloca um conjunto interligado de questões relativas à sua **valorização** e que obrigam a um exercício de reflexão sobre «porquê valorizar», «para quem valorizar», «o que valorizar» e «como valorizar». Sendo o objeto de estudo desta dissertação particularmente vulnerável à perda de valores e de relações paisagísticas entre os seus elementos patrimoniais, julgamos justificar-se focar a nossa atenção, neste trabalho, na questão relativa aos modelos de **valorização** que poderão ser seguidos na prática da arquitetura paisagista, que abordamos na secção 4.4 *Como valorizar*, do Capítulo 4.

A dissertação foi, pois, elaborada numa perspetiva da evolução das paisagens associadas às casas-forte medievais e da evolução dos princípios metodológicos da prática da arquitetura paisagista, enquanto corpo disciplinar que, cada vez mais, tem vindo a deter responsabilidades na defesa do património cultural. O desenvolvimento deste trabalho baseia-se, assim, nas teorias de estudo e conceção do espaço, normalmente seguidas pela arquitetura paisagista e disciplinas afins no desenvolvimento e apresentação de propostas de intervenção em espaços exteriores.

Em suma, procurou-se abordar o objeto de estudo no seu todo, como expressão das relações que se se desenvolveram entre o homem e a **natureza**, assumindo-se que a forma, mais do que representativa e descritiva de um conjunto de momentos históricos dos lugares, é evocativa e reveladora do sentido e identidade desses lugares.

Capítulo 2. AS CASAS-FORTE MEDIEVAIS

Uma das primeiras expressões da determinação do homem em marcar a sua presença no território e uma das primeiras manifestações paisagistas de que há referência são os Zigurates², torres construídas pelos sumérios na mesopotâmia. Os primeiros zigurates foram construídos por Ur-Nammu (2112-2095 a.C.), rei de Ur. Mil e quinhentos anos mais tarde os zigurates ainda eram construídos pelos assírios, tendo provavelmente a torre de Babel sido inspirada no grande zigurate da Babilónia.

Na Europa ocidental, e em Portugal, ainda que a uma escala menos monumental do que a torre de Babel, pode ser apreciado um conjunto significativo de construções fortificadas do tipo torre medieval. Em Portugal, as referências mais antigas a este tipo de edificações remontam ao período romano, subsistindo na atualidade, a Torre de Centum Cellas³, na freguesia do Colmeal da Torre, em Belmonte, como um exemplar em ruínas, ou a Torre de Sisebuto, edificada em Évora no século III, em bom estado de conservação, mas tendo sido sujeita a diversas transformações ao longo dos sucessivos períodos históricos.

O estilo arquitetónico Românico começa a ser definido em meados do século XI, nas regiões da Borgonha (Dijon), do Languedoc (Toulouse), do Auvergne (Clermont-Ferrand), no sudoeste de França, e em Navarra e Castela, no nordeste da península ibérica

A origem das **domus fortis** remonta ao último quartel do século XII, já no final do período Românico, definindo-se a sua tipologia na Itália, na Flandres, na Holanda, na Bélgica, na Inglaterra e na Ale-

2 Zigurates: estruturas concebidas em terraços de tijolo que dominavam as cidades do Sul da Mesopotâmia. Um conjunto de escadarias conduzia a um templo situado no topo da plataforma. Provavelmente os terraços eram plantados com árvores. O último andar era reservado a um observatório astronómico onde se elaboravam os calendários agrícolas.

3 Também designada por Torre de Centum Cellæ, Centum Celli, Centum Coeli ou Torre de São Cornélio do monte de Santo Antão. Campanhas arqueológicas na sua zona envolvente, realizadas na década de 1960 e na década de 1990, indicam tratar-se de uma *villa rustica* romana, constituindo a torre a sua *pars urbana* (Wikipédia A enciclopédia livre).

manha, e encontrando-se este modelo de casa senhorial amplamente difundido nos séculos XIII e XIV (A. M. Oliveira 2006)⁴.

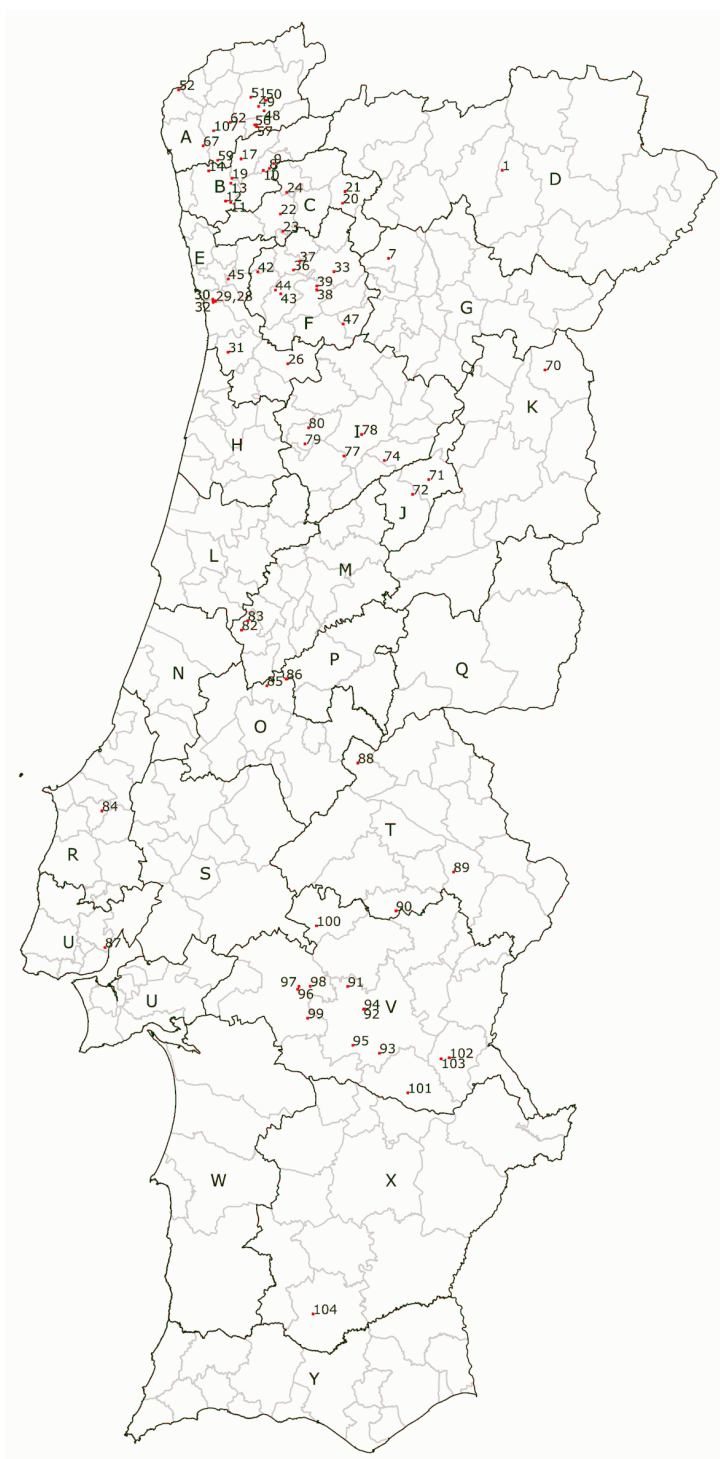
Em Portugal, a análise do quadro Quadro 1, na página 8, indicia que a edificação deste tipo de residências fortificadas terá ocorrido primeiramente na região de Entre Douro e Minho, intensificando-se a sua construção durante o período Gótico português, entre os séculos XIII e XV, e no início do período renascentista português, ao longo do século XVI. Também Barroca (1993) indica o século XIII como o período inicial da difusão das casas-forte, constituindo um fenómeno contemporâneo dos restantes países da Europa, nomeadamente dos países da Europa além-Pirinéus onde este estilo de casas foi originário.

O Quadro 1, na página 8, e a Figura 1, na página 9, permitem ainda concluir que a distribuição geográfica das casas-forte atualmente existentes concentra-se, sobretudo, no norte do país, aliás como sucede com a generalidade da arquitetura românica em Portugal. Contudo, encontra-se também no sul, no denominado aro eborense, um núcleo importante de casas-forte integradas em conjuntos arquitetónicos com características marcadamente do período tardio do Gótico português e início do período renascentista.

Quadro 1. Distribuição cronológica e geográfica por Comunidade Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM) das casas-forte existentes em Portugal (excluindo os monumentos inicialmente destinados a fins exclusivamente militares).

Século de construção	s.d.	Séc. XI	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	TOTAL
Torres em Portugal (percentagem)	21 (23,5%)	2 (2,0%)	5 (5,5%)	12 (13,5%)	17 (19,0%)	11 (12,0%)	15 (17,0%)	5 (5,5%)	2 (2,0%)	90 (100,0%)
Torres na região norte (percentagem)	18 (28,5%)	2 (3,0%)	3 (5,0%)	9 (14,0%)	11 (17,5%)	7 (11,0%)	8 (13,0%)	4 (6,5%)	1 (1,5%)	63 (100,0%)
CIM de Trás-os-Montes						1				1
CIM do Douro	1	1		1			1	1		6
CIM do Ave				1		1	2	1	1	5
CIM do Cávado	3			4	3		1			11
CIM do Alto Minho	8	1	1	1	4	3	3	2		22
CIM do Tâmega e Sousa	3		2	2	1	2	1			11
AM do Porto	3				3	1				7
Torres na região centro (percentagem)	1 (10,0%)	0 (0,0%)	2 (20,0%)	2 (20,0%)	2 (20,0%)	1 (10,0%)	1 (10,0%)	1 (10,0%)	0 (0,0%)	10 (100,0%)
CIM da Serra da Estrela							1			1
CIM do Pinhal Interior Norte	1									1
CIM da Região Dão Lafões			2	1	2			1		6
CIM do Oeste				1						1
CIM da COMURBeiras						1				1
Torres na região sul (percentagem)	2 (12,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (6,0%)	4 (23,5%)	3 (17,5%)	6 (35,0%)	0 (0,0%)	1 (6,0%)	17 (100,0%)
CIM do Alto Alentejo	2					1				3
CIM do Alentejo Central				1	4	2	6			11
CIM do Baixo Alentejo								1		1

4 Em Portugal, a primeira referência a este tipo de casa senhorial diz respeito a uma torre que D. Lourenço Fernandes da Cunha estaria a construir no ano de 1171, em São Miguel da Cunha, Braga (A. M. Oliveira 2006).



Áreas metropolitanas: E - Porto, U - Lisboa; **Comunidades Intermunicipais:** A - Alto Minho, B - Ave, C - Cávado, D - Trás-os-Montes, F - Tâmega e Sousa, G - Douro, H - Região de Aveiro/Baixo Vouga, I - Região Dão Lafões, J - Serra da Estrela, K - COMURBEIRAS (Beira Interior Norte/Cova da Beira), L - Baixo Mondego, M - Pinhal Interior Norte, N - Pinhal Litoral, O - Médio Tejo, P - Pinhal Interior Sul, Q - Beira Interior Sul, R - Oeste, S - Lezíria do Tejo, T - Alto Alentejo, V - Alentejo Central, W - Alentejo Litoral, X - Baixo Alentejo, Y - Algarve.

Figura 1. Distribuição geográfica das casas-forte objeto de estudo, por áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais.

As casas-forte implantavam-se frequentemente no seio das terras e honras senhoriais, em pequenas elevações no meio dos campos agrícolas de vales férteis, ou na sua periferia, na vizinhança de terrenos florestais junto de núcleos populacionais rurais.

Contrariamente ao que sucedia com os antigos castelos que privilegiavam a componente militar, implantando-se em zonas de altitude, de difícil acesso e afastadas de núcleos populacionais, as novas torres senhoriais passaram a privilegiar a componente civil em detrimento da componente militar. Assim, de acordo com este pressuposto, as torres senhoriais passaram a implantar-se preferencialmente em pequenas elevações no seio dos terrenos agrícolas das Honras, em vales férteis de aluvião, ou na sua periferia, em áreas vizinhas de manchas florestais, ocupando terrenos de arroteamento recente, na orla de pequenos núcleos de povoamento rural. Este novo padrão de localização, em que a maioria das torres passam a implantar-se em cotas inferiores a 250 m, conforme se pode ver no Quadro 2, teve, segundo Barroca (1993), paralelo em várias zonas da Europa, e tinha por duplo objetivo diminuir a sua proximidade de terras senhoriais mais antigas, onde a afirmação das novas linhagens não seria tão dificultada pelo confronto com as famílias e com os poderes regionais já estabelecidos, e, por outro lado, assegurarem condições mínimas de defesa contra possíveis confrontos que pudessem surgir. A este padrão de implantação correspondem, entre outras, a **Casa dos Peixotos**, em Azurém, Guimarães (022#, no Anexo 2 e 3), a **Torre de Quintela**, em Vila Marim, Vila Real (#007, no Anexo 2 e 3), a **Torre de Dornelas**, em Dornelas, Amares (009#, no Anexo 2 e 3), a **Torre dos Coimbras**, em Oriz, Vila Verde (#018, no Anexo 2 e 3), a **Torre Mourisca**, em Brugo, Arouca (#026, no Anexo 2 e 3), a **Torre de Vilar**, em Vilar do Torno e Alentém, Lousada (#037, no Anexo 2 e 3), o **Paço da Guela**, em Guela, Arcos de Valdevez (#049, no Anexo 2 e 3) e o **Paço de Curutelo**⁵, em Freixo, Ponte de Lima (#059, no Anexo 2 e 3).

Quadro 2. Cota de implantação das casas-forte existentes em Portugal.

Cota (m)	s.d.	Séc. XI	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	TOTAL (%)
< 50	2					1	2			5 (7%)
< 100	4	1	1	3	3	1	1			16 (23%)
< 250	9	1	1	9	8	7	4	1		44 (64%)
< 400	11	1	2	11	13	2	2	2	2	61 (88%)
< 550	11	1	4	11	14	10	8	3	2	63 (91%)
< 700	11	1	5	11	14	11	10	3	2	69 (100%)

A torre e o pátio na génese e desenvolvimento do paço medieval: a evolução das torres senhoriais seguiu um modelo de conservação e integração em novos paços

Segundo A. M. Oliveira (2006), a evolução da generalidade das torres senhoriais seguiu um modelo de conservação e de integração em novos paços, mantendo a sua função inicial como símbolo do exercício do poder sobre as populações e espaços das terras senhoriais⁶ e de prestígio social junto das comuni-

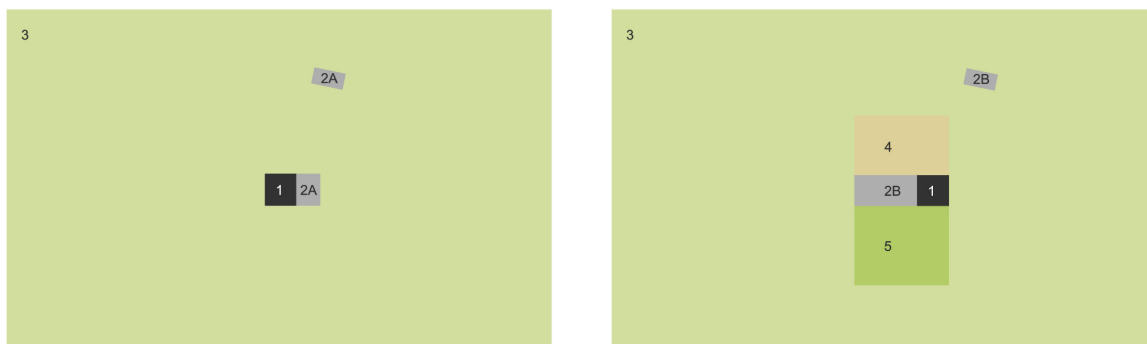
5 Também grafado como Corutelo e designado como Castelo de Corutelo.

6 Durante os reinados de D. Sancho II (1223-1247) e D. Afonso III (1248-1279) algumas famílias da baixa nobreza procederam à construção de torres senhoriais à revelia de uma autorização régia, impedindo mesmo que juizes e representante do poder real, como mordomos, porteiros e tabeliães

dades locais. Ainda segundo A. M. Oliveira (2006), a **Torre das Águias**, em Mora (#100, Anexo 2 e 3), construída no século XVI, marca o último estágio da evolução das torres senhoriais em Portugal, mantendo ainda as suas características de torre defensiva, mas ostentando uma maior requinte decorativo e adaptando-se às novas exigências de habitar.

As torres medievais podem dividir-se em duas tipologias gerais: a *torre senhorial* e o *paço fortificado*

Relativamente à tipologia arquitetónica, Mário Barroca, citado em Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa (2009), indica que no norte de Portugal, no período Gótico, se registam dois tipos de residência senhorial: a *torre senhorial*, tipologia associada a uma baixa nobreza em ascensão social, em que a torre constituía o único elemento que conferia ao conjunto de elementos edificados, a que habitualmente estava associada, o poder de afirmação junto das comunidades locais (Figura 2, à esquerda, página 11); e o *paço nobre fortificado*, associado normalmente à média e alta nobreza, habitualmente composto por vários edifícios ligados à torre, ou autónomos desta, e apresentando uma grande diversidade de soluções tipológicas das suas estruturas arquitetónicas que, com maiores ou menores alterações, perduraram até à atualidade (Figura 2, à direita, página 11).



1 - Torre; 2A - Anexos em madeira; 2B - Anexos em pedra (em alguns casos integrando uma capela); 3 - Vale; 4 - Pátio frontal; 5 - Horta-Jardim.

Figura 2. Representação esquemática da evolução da organização dos espaços exteriores associados às casa-forte. À esquerda, residência fortificada do período Românico, composta por torre e anexos em madeira. À direita, paço fortificado do período Gótico e posteriores, composto por ala residencial em alvenaria de pedra ligada à torre e edifícios autónomos (apoios agrícolas, capela e outros anexos), igualmente em alvenaria de pedra. Fonte: Proposta do autor.

No período Românico, as casas-forte eram compostas pela torre, constituindo esta edificação o único elemento construído em alvenaria de pedra, e pelo conjunto de edificações anexas, construídas em madeira, embora algumas das residências senhoriais mais modestas puderem resumir-se apenas à torre (Barroca 1993). A partir do período Gótico muitas casas-forte passam a estar integrada num paço nobre, formado pela torre e pelos edifícios anexos em cantaria de pedra e adoçadas à torre, formando uma planta axial

ou em L, que em alguns casos evolui para uma planta em U, com um pátio ou terreiro frontal e espaços de horta, normalmente situados no tardo da fachada principal e que em alguns casos evoluíram para jardins formais.

Quadro 3. Enquadramento e tipologia das casas-forte medievais constantes no **Anexo 2.**

Enquadramento	Número	Referências nos anexo 2
Torre isolada em meio rural	9	011, 017, 026, 033, 037, 069, 080, 090, 101
Torre isolada em quinta rural	3	055, 076, (085)
Torre isolada em periferia urbana	5	007, 045, 074, 079, (086)
Torre isolada em centro urbano	8	001, 028, 029, 063, 071, 078, 087, 088,
Solar fortificado em meio rural	6	008, 038, 039, 048, 049, 067
Solar fortificado em quinta rural	40	009, 010, 012, 013, 014, 019, 020, 022, 023, 024, 025, 031, 036, 040, 043, 047, 050, 051, 052, 053, 054, 056, (058), 059, 060, 061, 062, 065, 075, 077, 083, 089, 091, 095, 098, 099, 100, 102, 103, 105
Solar fortificado em quinta na periferia urbana	11	032, 042, 044, 057, 066, 070, 082, 084, 093, 097, 107
Solar fortificado em quinta no centro urbano	4	004, 021, 030, 094,
Solar fortificado em periferia urbana	1	018,
Solar fortificado em centro urbano	2	092, 096,
s.d.	8	002, 003, 006, 015, 053, 064, 067, 068,
Total	99	

A existência de fossos e de motas⁷, segundo Barroca 1993, nunca é referida pela documentação da época como elementos defensivos ou definidores das residências fortificadas, admitindo, contudo, a possibilidade da sua existência em casos pontuais, como sucede com a **Torre do Castro/Torre dos Machados**, em Amares (#10, Anexos 2 e 3).

Até ao século XIII, o vão de acesso ao interior das torres situava-se, geralmente, ao nível do piso térreo, denunciando uma vinculação às dominantes românicas de construção, e apresentando setei-ras mais ou menos estreitas nas fachadas dos pisos superiores.

Nos séculos XIII e XIV, o acesso ao interior da generalidade das torres passou a fazer-se por um vão aberto, geralmente ao nível da planta do segundo piso, sendo necessário o uso de escadas mové-veis para se aceder ao interior, reforçando-se deste modo o simbolismo de poder, conferido pelo seu caráter de inacessibilidade, e passando a ostentar na fachada principal de um dos seus pisos superiores, para além das frestas, um vão de janela ornamentado com alguns motivos decorativos, podendo algumas apresentar um mata-cães alinhado verticalmente com a entrada principal e sendo a maioria coroada com merlões no piso da cobertu-ra, onde se situava um caminho de ronda (Barroca 1993). A presença de merlões foi uma constante ao longo dos vários períodos históricos, embora estes elementos viessem a perder o seu caráter defensivo com as reformas sofridas por algumas torres nos períodos renascentista e barroco, revelando o poder simbólico destes elementos (Barroca 1993).

⁷ Em português o termo «mota», do francês *motte*, refere-se a um aterro feito junto à borda de uma linha de água para a prevenção de inundações, podendo ainda designar uma porção de terra envolvendo um tronco de árvore para a proteger do calor. O termo francês *motte* derivado do francês antigo *mote*, refere-se a um aterro natural ou artificial sobre o qual se construíam os castelos, podendo, em português, designar uma mota ou um outeiro.

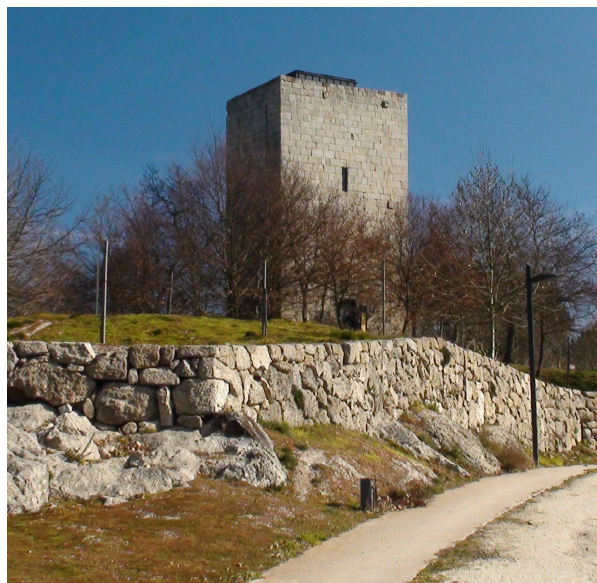


Figura 3. À esquerda: Torre de Vilar, Lousada, sem data, com o vão de entrada ao nível do piso térreo e seteiras nos pisos superiores, seguindo o modelo das casas-forte do período Românico. Foto © IHRU, I.P. À direita: Torre de Vilar, 2012. Foto do autor.

A partir dos finais do século XIV e início do século XV, o piso superior de algumas torres passam a ostentar pequenos torreões salientes nos seus ângulos, denotando a influência das torres de menagem dos castelos góticos, sendo as seteiras substituídas por aberturas gradualmente mais largas e por vãos de janelas, solução arquitetónica que possibilita melhores condições de habitabilidade, suavizando-se o aspeto fortificado destes conjuntos arquitetónicos (Barroca 1993). Os pátios destas casas, tal como sucedia com os pátios dos claustros românticos dos mosteiros, encontravam-se frequentemente lajeados ou calcetados, possuindo também hortos (Alves de Araújo 1962).

Além da torre, geralmente de planta retangular e composta por vários pisos, cada um correspondendo a uma única divisão, era habitual as casas-forte possuírem edifícios anexos, igualmente de planta retangular, autónomos ou adossados a uma das paredes da torre, em que o edifício principal era composto por dois pisos, onde se instalava a *aula* e a *câmara* residenciais, individualizando-se alguns casos por possuírem apenas um piso e por registarem a existência de uma capela (Barroca 1993, pp.24–25). Faziam também parte da residência senhorial fortificada outras estruturas como a cozinha que, por razões funcionais e de segurança, se erguia habitualmente em edifício autónomo, próxima de fontes de água ou de pequenos ribeiros (Val-sousa – Rota do Românico do Vale do Sousa 2009).

Como exemplo de modelo de **casa-forte** edificada para fins defensivos pode-se indicar a **Torre de Penegate** (#017, Anexo 2 e 3), em Vila Verde, mandada edificar no século XIV para fins defensivos por Mem Rodrigues de Vasconcelos, com a autorização régia de D. Dinis, (A. M. Oliveira 2006).



Figura 4. Torre de Penagate, em Vila Verde. À esquerda: vista geral da Torre de Penagate em 1951, implantada sobre uma fraga de um outeiro em posição de destaque dominante sobre a paisagem do vale de febros. Na sua proximidade, a capela da Penha, construída no século 17. Foto © IHRU, I.P. À direita: Campo visual da torre e vista sobre o vale de Febros, 2012.

A organização espacial dos paços medievais deixa de seguir os modelos precedentes das *villas* romanas, dos jardins islâmicos e dos claustros dos mosteiros cristãos

Estruturalmente, a organização dos paços medievais, como se pode observar na Figura 5, na página 14, deixa de seguir os modelos precedentes das *villas* romanas, dos jardins islâmicos e dos claustros dos mosteiros cristãos, em que as divisões das edificações se abriam para um pátio central, normalmente com uma fonte de água ao centro (Ronchetti 2009). Os volumes das edificações passam a implantar-se dispersos na envolvente da torre ou adossados a esta, formando uma planta axial ou articulada em forma de L, cujos braços envolvem um pátio retangular frontal de receção, podendo existir nas traseiras, ou lateralmente, uma horta.



Organização dos espaços exteriores de uma casa-forte trecentista e quincentista, revelando a ausência do arquétipo dos jardins medievais.

Figura 5. À esquerda, vista de enquadramento geral da torre Torre de Quintela, em Vila Marim, Vila Real, edificada no século XIII/XIV (foto de José Marques Abreu Júnior); à direita, vista geral em 1951 da Torre de Abadim, em Abadim, Cabeceiras de Basto, edificada no séc. XVI. Fotos © IHRU, I.P.

Em alguns casos, as torres mantiveram-se como elementos isolados da paisagem, tais como a **Torre de Quintela** (#007, Anexo 2 e 3), em Vila Real, a **Torre de Penegate** (#017, Anexo 2 e 3), a **Torre dos Coimbras** (#018, Anexo 2 e 3), em Vila Verde, e a **Torre de Silva** (#065, Anexo 2 e 3), em Valença. Noutros casos, a torre permanece ligada aos edifícios anexos originais, ou ao que resta das suas ruínas, como é o caso das **Ruínas da Torre e Honra de Vasconcelos ou Casa dos Mouros** (#008, nos Anexos 2 e 3), em Amares, um dos exemplos mais completos do modelo medieval de residência senhorial fortificada composto por torre ligada a anexo residencial e capela destacada, implantada num esporão sobre um vale fértil, ou, segundo Cerveira (1997), a **Torre de Vila Verde ou Torre de Dona Elvira** (#057, Anexo 2 e 3), em Ponte da Barca, apresentando uma tipologia do que serão as mais antigas residências fortificadas medievais, num situação de implantação típica do período Gótico ou final do período Baixo-medieval, na orla de um pequeno núcleo rural, junto a áreas agrícolas.

A partir do século XV as alterações funcionais estendem-se aos elementos decorativos das estruturas das torres e à organização dos seus espaços exteriores, marcando um corte com a tradição medieval

As adaptações a novas exigências funcionais, muitas vezes acompanhadas por uma mudança do gosto, não se restringiram apenas à componente arquitetónica das edificações, mas estenderam-se aos pátios, jardins, hortas e pomares e aos elementos decorativos dos espaços exteriores de lazer ou de produção. Elementos decorativos com janelas manuelinas, merlões chanfrados e gárgulas de canhão, como os existentes no **Paço de Giela** (#049 Anexo 2 e 3), em Ponte de Lima, atestam a sua construção no final do século XV e início do século XVI (Noé 1998).

Os séculos XV e XVI marcam um corte com a tradição medieval precedente, revelando o gosto renascentista que se ia difundindo por toda a Europa, passando neste período algumas casas-forte, no caso português, a incorporarem marcas do estilo Manuelino. A partir deste período, os volumes das edificações dos paços começam a organizar-se de forma clara, passando as alas horizontais anexas a disporem-se ortogonalmente em relação à torre, em torno de um pátio central a que se acede por um portal. A expansão das áreas residenciais, com carácter de permanência, reforça a nobreza da residência, contrapondo-se ao carácter rude e militar das torres, e passando a conferir às torres, que se destacam nas novas fachadas pela sua verticalidade, um significado meramente simbólico, conferindo ao paço uma atmosfera geral de maior depuração estética e maior requinte. Exemplo maior desta tipologia de arquitetura que começa a afirmar-se no século XV é a **Residência Senhorial dos Castelo Melhor**, em Ansião (Figura 6, página 16; referência #082, no Anexo 2 e 3), e os solares não torreados do Paço dos Duques de Bragança, da Casa de Água de Peixes, da Quinta da Verdelha, e ainda da Quinta das Torres, em Azeitão (Mendonça & Matias 1991).



Figura 6. Residência Senhorial dos Castelo Melhor ou Paço dos Vasconcelos, exemplo maior de casa-forte do período renascentista português, em Santiago da Guarda, Ansião. À esquerda vista da fachada anterior do conjunto, depois das obras de **requalificação** e **valorização** da torre e do paço iniciadas em 2004 pela Câmara Municipal de Ansião. Foto © Luís Paiva Boléo, 2010. À direita vista da fachada posterior do conjunto, antes da obras de requalificação, em 2003. Foto © IHRU, I.P.

Outros exemplares de casas-forte construídas em Portugal no período medieval, a que se juntaram solares construídos ou renovados em épocas posteriores, e que foram mantidas ao longo dos séculos como símbolo de antiguidade das linhagens são, entre outras, a **Torre do Castro** (#010, Anexo 2 e 3), em Amares, com elementos góticos e manuelinos, a **Torre e Casa de Gomariz** (#019, Anexo 2 e 3), em Vila Verde, a **Torre de Aguiã** (#051, Anexo 2 e 3), Arcos de Valdevez, apresentando traça gótica, barroca e neoclássica, a **Torre de Malheiros** (#62, Anexo 2 e 3) e **Solar de Bertandios** (#107, Anexo 2 e 3), de traça manuelina e barroca, em Ponte de Lima ou a **Torre da Honra de Barbosa** (#043, Anexo 2 e 3), em Paredes.

Nos concelhos Alto Alentejo e Alentejo Central, no denominado aro Eborense, desenvolveram-se ao longo dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, a partir de um conjunto pré-existente de casas-forte edificadas nos séculos XIV e XV, quintas de recreio que mantêm o caráter lúdico e produtivo desta tipologia de espaços e que apresentam uma profusão de elementos decorativos e estruturantes ao estilo mudéjar e secundários ao estilo Manuelino, sendo ainda acrescentados em alguns casos, já nos séculos XVII e XVIII, alguns elementos ao estilo barroco. A **Casa da Sempre Noiva** (#091, no Anexo 2 e 3), com influências do Gótico e do Manuelino pode ser considerada com o monumento protótipo das casa-forte quatrocentistas e quinhentistas do Alto Alentejo, com antecedentes na **Torre do Esporão** (#103, no Anexo 2 e 3) e no **Castelo de Torre dos Coelheiros** (#093, no Anexo 2 e 3), sendo comparável com outros monumentos dos Aro Eborense, como a **Torre e Solar da Camoeira** (#095, no Anexo 2 e 3), o **Paço da Quinta de D. Francisco** (#097, no Anexo 2 e 3), a **Quinta da Amoreira da Torre** (#098, no Anexo 2 e 3), a **Quinta da Torre do Carvalhal** (#099, no Anexo 2 e 3), a **Torre das Águias** (#100, no Anexo 2 e 3), a **Torre das Vidigueiras** (#102, no Anexo 2 e 3) e a **Torre de Cabedal** (#105, Anexo 2 e 3) (Branco & Castro Nunes 1993).



Figura 7. Quinta da Amoreira da Torre, em Montemor-o-Novo, 1960-1970. À esquerda: Fachada principal. À direita: fachada posterior com tanque. Fotos: David Freitas © Arquivo Fotográfico CME.

Quer a **Quinta da Amoreira da Torre** (#098, no Anexo 2 e 3), quer a **Quinta da Torre do Carvalho** (#099, no Anexo 2 e 3), em Montemor-o-Novo, constituem dois exemplos excecionais de casas-forte por integrarem espaços de recreio e de produção agrícola com qualidades paisagísticas ímpares dentro das casas fortificadas alentejanas e nacionais. Nestas duas quintas, os diversos componentes dos seus sistemas hidráulicos constituem o principal elemento estruturante e unificador dos espaços de recreio e de produção, valorizando os diversos elementos funcionais e estéticos organizadores do espaço arquitetónico.

Destaca-se, igualmente, do conjunto patrimonial das casas-fortes alentejanas, a casa-forte da **Quinta das Vidigueiras** (#102, no Anexo 2 e 3), em Reguengos de Monsaraz, pelas intervenções realizadas nos anos cinquenta do século passado pelo Arquiteto Paisagista Francisco **Caldeira Cabral**, nomeadamente o seu projeto para o jardim da quinta.

Existe ainda um conjunto significativo de casas-forte de raiz medieval que integram predominante ou destacadamente elementos da arquitetura barroca, entre as quais, a **Torre de Dornelas** (#009, Anexo 2 e 3) e a **Torre do Castro** (#010, Anexo 2 e 3), em Amares, o **Solar dos Azevedos** (#013, Anexo 2 e 3) e a **Torre de Aborim** (#014, Anexo 2 e 3), em Barcelos, a **Torre e Casa de Gomariz** (#019, Anexo 2 e 3), em Vila Verde, o **Paço de São Cipriano** (#023, Anexo 2 e 3), em Guimarães, a **Torre da Mota** (#024, Anexo 2 e 3), em Póvoa de Lanhoso, a **Torre do Palácio dos Terenas** (#030, Anexo 2 e 3), no Porto, o **Paço de Campo Belo** (#032, Anexo 2 e 3), em Vila Nova de Gaia, a **Torre de Novões** (#039, Anexo 2 e 3), em Marco de Canavezes, a **Torre da Lagariça** (#047, Anexo 2 e 3), em Resende, a **Casa da Torre de Tora** (#048, Anexo 2 e 3), e a **Torre, Casa e Quinta de Aguiã** (#051, Anexo 2 e 3), em Arcos de Valdevez, o **Paço dos Bandeiras** (#075, Anexo 2 e 3), em Sátão, e o **Paço da Quinta de D. Francisco** (#097, Anexo 2 e 3), em Montemor-o-Novo, e o Solar de Bertandos (#107, Anexo 2 e 3), em Ponte de Lima.

A **Casa da Torre de Alvite ou Torre do Outeiro** (#020, no Anexo 2 e 3), em Cabeceiras de Basto, apresentada na Figura 8, página 18, é um exemplo de casa-forte seiscentista, denotando já o estilo

barroco predominante na Europa do século XVII. O conjunto arquitetónico é composto por diversos corpos retangulares dispostos em torno de um pátio interior, ornamentado com uma fonte central com um tanque octogonal. A torre articula os corpos este e norte do conjunto, encontrando-se a capela adossada à fachada este da torre. O acesso à casa faz-se por uma alameda ladeada por cedros, entre muros baixos, solução adotada também em alguns dos solares renascentistas do aro eborense (Dinis & Pereira 1999a).



Figura 8. Casa da Torre de Alvite, em Cabeceiras de Basto (#20 Anexo 2 e 3). Casa-forte barroca de feição medieval construída no século XVIII. Fotos © IHRU, I.P.

Constituem também exemplos tardios de casas-forte de feição medieval, edificadas já no período barroco, a **Casa da Torre** (#003, Anexos 2 e 3), em São João da Pesqueira, a **Casa da Torre** (#025, Anexos 2 e 3), em Vieira do Minho, a **Torre de Reboreda** (#069, Anexos 2 e 3), em Vila Nova de Cerveira, e o **Solar da Torre** (#0104, Anexos 2 e 3), em Ourique.

Capítulo 3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DAS CASAS-FORTE

Os diferentes momentos históricos que pautam a relação entre homem e natureza, expressam-se na diversidade de intervenções paisagísticas que hoje fazem parte integrante do património histórico e cultural da humanidade.

Historicamente, o relacionamento do homem com a natureza oscilou entre posições aparentemente antagónicas: racionalismo e emoção, forma e função, espiritualidade e materialismo, artificialismo e naturalismo

Na sociedade medieval europeia podem ser vistos alguns dos elementos precursores dos diferentes movimentos artísticos, filosóficos e políticos que se desenvolverão ao longo da história da civilização ocidental europeia, consubstanciando já os diferentes caminhos de uma busca espiritual e material que o homem tem prosseguido até à atualidade. É neste período, já no final da **Idade Média**, que surgem a maioria das casas-forte, como elementos isolados na paisagem ou na periferia das povoações rurais, e mais raramente integradas no centro de núcleos rurais ou urbanos.

A construção de raiz de casas-forte de feição medieval prolonga-se, em Portugal, até ao século XVIII. Contudo, a solidez da construção das residências senhoriais de origem medieval possibilitou a sua continuidade como elementos simbólicos e de referência da paisagem ao longo dos sucessivos períodos históricos, até à atualidade, ainda que algumas das características românicas e góticas originais dos edifícios residenciais e dos seus espaços exteriores tenham sido alvo de operações de **renovação** e **requalificação** com vista à sua adaptação aos contextos sociais e culturais prevalecentes nas diferentes época em que essas intervenções foram realizadas.

Neste capítulo abordaremos as relações que o homem estabeleceu com a **natureza** durante a **Idade Média** e na atualidade, perspetivando no futuro as relações que se deverão estabelecer.

Relativamente ao período da **Idade Média**, abordado neste capítulo, ainda que seja possível o recurso a fontes epigráficas, literárias e iconográficas para o estudo paisagístico deste período histórico, normalmente as fontes disponíveis são limitadas em termos de informação descritiva sobre as paisagens existentes nessa época. Não obstante este condicionalismo, procurámos traçar um quadro geral do que poderia ter sido a «natureza» e a «paisagem» no período medieval.

No **Anexo 1** abordamos os principais momentos históricos da civilização da Europa ocidental, compreendidos entre o período medieval e a atualidade, ligados aos processos conducentes à formação das atuais paisagens associadas às casas-forte medievais existentes em Portugal, cuja compreensão consideramos fundamental para apoiar a **salvaguarda**, em geral, e as diversas formas de **valorização** das paisagens associadas às casas-forte que apresentamos no **Capítulo 4**.

3.1. Natureza e paisagem na Idade Média

A época que medeia a queda do império romano do ocidente, coeva com o período da ocupação da península itálica pelos ostrogodos, em 476, e a queda do império romano do oriente, com a conquista de Constantinopla pelos otomanos, em 29 de maio de 1453, é conhecida como **Idade Média**. É um arco temporal que cobre um milénio de história da humanidade, situado entre o esplendor do período clássico greco-romano e o deslumbramento com os valores dessa época, após o seu redescobrimento pelos renascentistas.

Os castelos e conventos que se instalaram na península ibérica, no período da Baixa Idade Média, foram elementos centrais na transformação da paisagem

De acordo com Barroca (2003), é durante o período da reconquista cristã, a partir do último quartel do século IX, que se assiste no norte de Portugal ao fenómeno do *encastelamento*, ou seja, a construção de castelos e recintos amuralhados com o objetivo de defender as populações locais, possibilitando uma ampliação das povoações existentes nas suas imediações e reorganizando a paisagem envolvente. A partir de meados do século XI, e acompanhando a progressão da reconquista, a perda de poder que os senhores das velhas linhagens detinham sobre as *civitates* (vastos espaços do território), a ascensão de uma nobreza rural e a consequente implantação de um novo regime senhorial obrigam a uma reorganização do território em unidades mais pequenas, as *terras*, detidas pelos senhores de uma nova nobreza que progressivamente vão adquirindo

direitos judiciais e fiscais independentes do poder régio⁸. Ainda de acordo com Barroca (2003), a organização do **território** tendo por base as terras manteve-se operacional até ao reinado de D. Dinis, tendo, em 1287, o monarca determinado a sua extinção, num quadro político de controlo do poder da nobreza e num novo quadro estratégico de defesa militar que, a partir de meados do século XIV, deixou de apoiar-se na rede de castelos rurais espalhados por todo o país, passando a polarizar-se em torno das vilas e cidades urbanas fortificadas que encabeçavam um determinado Termo. O progressivo desinteresse da coroa pelos castelos rurais sem valor militar estratégico conduziu a que a maioria destas edificações deixasse de beneficiar de quaisquer reformas, sendo progressivamente abandonadas.

Apenas no final do século X se começa a desenvolver na Europa ocidental meridional o estilo **Românico** (com exemplos da singularidade e diversidade da sua arte no norte e centro da Itália, no Baixo Languedoc, na Provença, na Catalunha e no vale do Ródano, nas regiões da Borgonha, do Auvergne e nos reinos de Navarra e de Castela), observando-se a sua expansão a partir de meados do século XI e início do século XII, fenómeno possibilitado pelas transformações sociais então ocorridas decorrentes de uma maior estabilidade política e do desenvolvimento económico induzido pelo progresso das técnicas agrícolas, aumento de disponibilidade alimentar, melhoria das condições de vida das população e um significativo aumento demográfico (Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa 2009)⁹.

No que viria a ser o **território** nacional, o estilo **Românico** surge no final do século XI, acompanhado a introdução da reforma monástica clunicense e a liturgia romana na península ibérica, introduzidas pelas ordens religiosas de Cluny, de Cister, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e das Ordens Militares (Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa 2009). A expansão do estilo **Românico** acompanha assim a reorganização do **território** operada na sequência da reconquista dos territórios sob domínio muçulmano (Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa 2009).

Os séculos XI e XII constituíram, pois, um período de choque entre as culturas árabe e berbere peninsulares e a cultura franca dos conquistadores cristãos. Este confronto de valores culturais foi, contudo, atenuado pela presença moçárabe, portadora de valores da cultura latina do fim do império romano e preservadores do código visigótico e dos seus princípios legislativos e administrativos. Deve-se, igualmente, à co-

8 Acompanhando o processo de criação das terras, como novas unidades de reorganização territorial em substituição das *civitates*, Barroca (2003) realça o facto de estas novas unidades territoriais continuarem a desempenhar um papel crucial no sistema defensivo territorial (a existência de um castelo, no máximo, ou mesmo a não obrigatoriedade dessa existência é designada por Mário Barroca por *desencastelamento*), referindo ainda que, ao integrarem um número variável de paróquias, pertencentes a um mesmo bispado, passaram a constituir não só um elemento fundamental do ordenamento do espaço, mas, e sobretudo, passaram a contribuir para o sentimento de pertença das populações à Terra.

9 No final do período Românico, de acordo com a monografia Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa (2009), assiste-se, na Europa, a dois fenómenos cruciais para o desenvolvimento e expansão da arquitetura românica: o monaquismo – associado à regra de São Bento, provavelmente conhecida na Lusitânia desde o século VII e consolidado no século XI com a expansão das ordens religiosas de Cluny e de Cister (Alves de Araújo 1962) – ao contribuir para a unidade da linguagem artística que se tornaria dominante na Europa e conhecida como arte românica; e o culto das relíquias e peregrinações, ao constituírem-se como os principais fatores de intercâmbio e de partilha de conhecimento da época.

munidade moçárabe a fundação de várias ordens monásticas devotas, sobretudo a santidades mártires¹⁰, e a manutenção durante este período de uma liturgia hispânica, em detrimento da liturgia cristã romana¹¹ (Mattoso 1987b). É neste contexto histórico que são definidas as formas de povoamento de grande parte das comunidades locais, as redes de caminhos que as conectam, e o modo como se relacionam com a morfologia da paisagem. Ainda hoje, as freguesias, enquanto unidades político-administrativas, correspondem aos limites das antigas paróquias visigóticas, nas quais a igreja funcionava com pólo principal, senão único, de coesão do núcleo habitacional (Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa 2009).

Ao nível da arquitetura residencial, os séculos XII e XIII ficaram marcados pelo aparecimento de uma nova tipologia de habitação senhorial, a **domus fortis** (Barroca 1993), edificações seguindo o estilo arquitetónico **Românico**. A proliferação deste novo modelo de habitação senhorial ocorreu por toda a Europa ocidental, em países tão diversos como a Itália, a Alemanha, a Flandres ou a Inglaterra, sendo fomentada na sua maioria por elementos da nobreza pertencentes a linhagens secundárias ou em plena ascensão e afirmação sociais (Barroca 1993). A estrutura arquitetónica das novas casas fortificadas, semelhante às antigas torres de menagem dos castelos detidos pelas antigas linhagens, permitia dar resposta às necessidades de afirmação de poder, de autoridade e de prestígio das novas linhagens dentro da ordem social vigente no período medieval (Barroca 1993).

A sociedade medieval era uma sociedade de base agrária centralizada nas paroquiais, tendo a agricultura permanecido como a base económica da maioria das regiões portuguesas até meados do século XIX

A criação de freguesias nos séculos XII e XIII assentava em espaços já bem estruturados cuja viabilidade económica e eclesiástica exigia cerca de quinze a vinte agricultores, e que englobavam áreas não necessariamente contíguas constituídas por campos agrícolas, por áreas florestais ocupadas por soutos e devesas de carvalhais para a criação de suínos e, ainda, por áreas de monte (campos de floresta virgem e zonas de paus arroteados) destinadas à pastorícia e à criação de gado (Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa 2009). Estes espaços correspondiam assim ao sistema agro-florestal romano da *domus* (casa) – *ager* (áreas cultivadas, onde se inclui o *hortus* na proximidade dos espaço urbanizados) – *silva* (matos) – *saltus* (florestas).

A peste negra foi um dos momentos mais marcantes da história demográfica europeia, com um forte impacto na capacidade de produção agrícola, então uma atividade dependente do trabalho manual. Em Portugal, a incapacidade de auto-abastecimento da população em bens primários, excetuando alguns

10 Foram os moçárabes que incutiram a adoção da Regra de São Bento em várias comunidades que posteriormente entraram em contacto com Cluny.

11 A influência da cultura moçárabe expressa-se ainda hoje, por exemplo, no modo como continuamos a designar as confrontações prediais por referência aos pontos cardeais, facto que denota a posição cultural deste povo em relação ao universo, colocando-o no centro de um espaço cósmico, não limitado pelos obstáculos naturais que formavam a paisagem

curtos períodos históricos, tem sido uma constante. Durante a **Idade Média**, este problema foi em parte colmatado pela política de vassalagem instituído pelo sistema de poder feudal em vigor.

A estabilidade do sistema de direitos fundiários e de propriedade viria a condicionar o desenvolvimento da arte dos jardins nos diversos países europeus. Contrariamente aos períodos prolongados de estabilidade de direitos que vigoraram no período renascentista italiano e na generalidade dos países do norte da Europa, em particular na Holanda e em Inglaterra, a instabilidade de direitos adquiridos sobre a propriedade tem sido uma situação recorrente na história política portuguesa, o que limitou o desenvolvimento da arte dos jardins em Portugal¹². Não obstante os condicionalismo específicos das relações de poder em Portugal, o poder pontual e a independência do poder régio que alguns senhores da nobreza conseguiam manter por períodos de tempo historicamente mais ou menos extensos, permitiu uma evolução tipológica do modelo de implantação das torres medievais com características particulares e próprias da cultura portuguesa: as **domus fortis**, casas-forte isoladas, no período **Românico**, e os paços fortificados, no período **Gótico**.

No período Românico a natureza é vista como uma obra divina e as representações figurativas são apresentadas de forma simplificada, idealizada e simbólica

Sendo a **Idade Média** um período de expansão e consolidação do cristianismo, o simbolismo religioso marcaria de forma indelével as paisagens urbanas e rurais europeias, pela presença central nos núcleos populacionais de igrejas e campanários e pela fundação em zonas rurais isoladas de diversas comunidades monásticas¹³.

O ideal urbano das vilas medievais era a *Civitas Dei*, modelo que preconizava uma malha urbana consolidada, compacta e com limites bem definidos, dominada pela localização central da igreja, simbolizando a ordem divina defendida por Santo Agostinho (G. A. Jellicoe & S. Jellicoe 1995). Apesar de ser este o arquétipo da vila medieval, os núcleos urbanos apresentavam uma grande diversidade de tipos morfológicos, dimensões, delimitações e localizações, adaptando-se às condições orográficas, fisiográficas e económicas dos diversos territórios e regiões (Turner 2005a).

As referências artísticas e literárias ilustram as preocupações fundamentais da sociedade medieval e a sua relação com a **natureza**¹⁴, perceptíveis no quadro da Figura 9, página 24.

12 Em Portugal, ao contrário do que sucedia no resto da Europa, o poder feudal concentrou-se na figura senhorial do rei que, fomentando um jogo de retribuição e redistribuição de honrarias, coutos e outras terras e bens da nobreza, procurava controlar o poder senhorial dos seus vassallos.

13 No campo, em zonas afastadas de núcleos populacionais, a regra cisterciense, ligada intimamente ao mundo rural, revelar-se-ia como fundamental na introdução e desenvolvimento de técnicas agrícolas, arroteando terrenos e procedendo a uma estruturação fundiária em função das condições edafo-climáticas e topografia locais.

14 Na pintura, a natureza, vista como uma obra divina, era representada de uma forma simbólica, seguindo a iconografia e estilo bizantino (ver Figura 9, página 23). Na literatura, a descrição da subida de Petrarca, em 1335, ao Monte Ventoux, é tida como uma das primeiras experiências estéticas proporcionadas ao homem pela natureza, passando a considerá-la como objeto digno de admiração e colocando em causa a exclusividade da alma



Neste quadro o azul do céu simboliza a justiça e a paz só alcançáveis se os pecadores seguirem pelo caminho estreito da redenção, iluminado pelo Salvador, em alternativa aos percursos sinuosos por entre as florestas (representadas pelas árvores) das montanhas escarpadas de uma natureza que era tida com a fonte de todos os perigos.

Figura 9. Simbolismo na pintura quatrocentista. Giotto di Bondone (1266–1337): *Fuga para o Egipto*. Fresco da capela dos Scrovegni, em Pádua, datado de 1304-1306.

Durante o período da renascença portuguesa surgem algumas realizações paisagísticas que Alves de Araújo (1962) considera como possuindo algum interesse artístico, sobretudo com expressões nas quintas dos senhores da nobreza e do clero, nas cercas dos conventos religiosos, em alguns santuários e, mais raramente, nas carreiras ou passeios públicos de algumas cidades.

A paisagem portuguesa entre os séculos XVI e XIX

Ainda segundo Alves de Araújo (1962), as paisagens das regiões portuguesas no período renascentista, em geral, não sofreram grandes transformações, constituindo as regiões ribeirinhas de Entre-Douro e Minho a exceção mais relevante. Nesta região, a introdução a partir do século XVI de uma grande variedade de culturas estivais de regadio, entre as quais a cultura do milho, acompanhada de um conjunto de inovações técnicas e culturais, nomeadamente, operações de terraceamento para a instalação de sistemas de regadio eficientes com vista à redução de perdas de solos provocados pela erosão hídrica, conduziu a uma transformação morfológica significativa da paisagem desta região que se manteve até ao século XIX.

No que respeita à implantação de quintas, muitas das quais se destinavam ao recreio

humana, que para o homem medieval constituía o único objeto digno de ser verdadeiramente admirado. É também no prólogo ao «Inferno», na Divina Comédia de Dante, que se encontra uma das primeiras descrições da natureza, tal como era percecionada pelo homem medieval, em que esta era vista como uma floresta imensa, sombria e aterradora. Ao longo da descrição do percurso da sua viagem por entre uma natureza selvagem, Dante apenas encontra segurança ao alcançar o cimo de uma colina onde a luz solar permite iluminar o seu caminho (Andresen 1992).

dos seus proprietários, é sobretudo no sul do país, entre meados do século XVI e até ao fim do século XVII, que surgem os exemplos mais representativos no que respeita à arte paisagista, enquanto que no norte do país esta forma artística notabiliza-se sobretudo a partir do século XVIII (Alves de Araújo 1962). A Quinta da Bacalhoa (1528-1565), em Azeitão, e o Paço da Quinta do Fontelo (1527-1540), em Viseu, tornar-se-iam os arquétipos desta tipologia patrimonial, respetivamente no sul e norte do país (Alves de Araújo 1962).

3.2. Natureza e paisagem no presente e no futuro

Portugal manteve-se como uma sociedade de base rural até à década de 1960, constituída por uma população com baixos níveis de instrução.

O período que se seguiu ao 25 de abril de 1975, caracterizou-se pela consolidação de um setor industrial que se começou a desenvolver na década de sessenta e, sobretudo, pela expansão do setor terciário, pelo aumento da taxa de alfabetização e por uma cobertura quase total do **território** por infraestruturas básicas de saneamento, de abastecimento de água e de energia e, ainda, pela densificação da rede das infra-estruturas viárias.

A partir dos anos oitenta do século passado a adesão de Portugal à CEE deu origem a dois fenómenos que em conjunto revolucionaram a estrutura social do país: por um lado assistiu-se a uma perda gradual da população rural ativa, devido ao aumento do número de trabalhadores agrícolas jovens que buscaram alternativas de trabalho nos meios urbanos localizados no litoral do país, contribuindo para o subsequente envelhecimento da população agrícola. Esta nova realidade social, conjugada com os efeitos dos aumentos crescentes dos custos dos fatores de produção e falta de mão de obra agrícola, conduziu a um progressivo abandono dos campos e à desertificação das zonas interiores do país.

Apesar do abandono do mundo rural, manteve-se a ligação entre a cidade e o campo, onde muitas famílias complementam o seu cabaz alimentar com os produtos da sua terra de origem. Recentemente devido à corrente crise económica nacional e internacional começa a observar-se uma tendência de retorno ao mundo rural. No futuro próximo, esta tendência poderá acentuar-se ou inverter-se, dependendo, por um lado das políticas nacionais que o país seguir e, por outro lado, da evolução da conjuntura política e económica internacional. Por outro lado, não obstante o quadro nacional económico e social atualmente vigente, a nível cultural somos herdeiros de um rico acervo patrimonial, com origem em distintos períodos históricos, e nas mais diversas áreas, tendo-se assistido a uma maior e mais generalizada consciencialização para a importância da **proteção e valorização** do património histórico, processo cuja discussão foi aprofundada no início na década de 1980. Mantém-se em aberto, contudo, a questão fundamental colocada no período do Pós-Modernismo: deverão

as soluções propostas consistir numa cópia das formas históricas ou na criação de novas formas, respeitando a sua envolvente histórica? (Tietz 2000). Para além desta questão, M. Raposo Magalhães (2001) considera que, no geral, continua em aberto a discussão sobre «a relação entre local e global; entre direitos individuais e coletivos; e entre a individualidade da obra e a sua integração no contexto ecológico, social e cultural»

A busca de respostas às questões anteriormente colocadas, ganham uma acuidade acrescida no atual quadro de austeridade económica que a generalidade dos países europeus atravessam. Não obstante os constrangimentos económicos e financeiros de que o país atualmente padece, de acordo com Real 2012, os períodos de escassez económica podem constituir, uma oportunidade para recuperar os valores positivos da laicidade cristã que estruturaram a sociedade portuguesa, entre os quais a fraternidade, a solidariedade e a partilha de escassez – uma posição que se pode considerar próxima do espírito romântico novecentista.

Ainda nas palavras de Miguel **Real** «falhada a ética cristã, violentadora da **natureza**, devastadora da terra, barbaramente ungida em sangue e carne do deus morto, nascerá uma ética natural, valorizadora de todos os seres sencientes. Terá morrido o antropocentrismo cristão, nascerá (vai nascendo) o biocentrismo» Real (2012, p.79) . «A fundamentação divina da moralidade extinguir-se-á submergida pela força genuína dos interesses sociais. Nascerá uma moral do possível equilíbrio entre os homens e a **natureza**, fundada no princípio da igualdade na consideração do interesse de todas as partes, tendo em vista não fazer o bem, mas evitar ou minimizar o mal» (Real 2012, p.81), e «...no futuro haverá um sistema de biopolítica que respeitará a **natureza** e que beneficiará da tecnologia, um igualitarismo superior, que recuperará através do respeito da **natureza** a dimensão do sagrado, mas não do sagrado cristão» (Real 2012).

Em suma, de acordo com Real (2012, p.163), «A nova civilização e a nova cultura dos séculos futuros assentarão no equilíbrio constante entre liberdade e necessidade segundo proporções adequadas à existência de recursos: para todos, tudo o que existe segundo graus de necessidade».

Capítulo 4. SALVAGUARDA DAS PAISAGENS ASSOCIADAS ÀS CASAS-FORTE

«Porquê valorizar», «O que valorizar», «Para quem valorizar» e «Como valorizar» são questões centrais e interligadas em quaisquer processos de **salvaguarda** do património. Estas questões tornam-se particularmente sensíveis em períodos de recessão económica, durante os quais, ao planearem-se ações com vista à **salvaguarda** patrimonial, incorre-se, por vezes, na tentação de se definirem prioridades programáticas associadas ao binómio custo-benefício. Contudo, caso o argumento económico prevaleça sobre as dimensões culturais e sociais do **património paisagístico**, as intervenções sobre a **paisagem** terão essencialmente um caráter técnico-científico, privilegiando-se as componentes técnica e científica da arquitetura paisagista, em detrimento da componente artística - as três, componentes complementares e fundamentais da arquitetura paisagista. A implementação de balanços económicos e de análises do tipo custos vs. benefícios deverá, pois, ser contrabalançada por uma avaliação das mais valias associadas aos valores simbólicos, culturais e sociais das paisagens objeto de **proteção e valorização**, valores estes de difícil quantificação económica.

4.1. Porquê proteger e valorizar

Razões de ordem diversa podem ser apontadas para a **salvaguarda** das paisagens associadas às casa-torre medievais, sendo, na sua maioria, aplicáveis à generalidade do **património** cultural.

Parte-se do princípio de que valorizar é acrescentar utilidade a um bem, ou simplesmente reconhecer a utilidade cultural desse bem. No caso específico da **salvaguarda** do património cultural associado a conjuntos paisagísticos, parte-se também do princípio de que a sua **valorização** permitirá potenciali-

zar a multiplicidade de funções que este tipo de paisagens poderão prestar, quer ao nível identitário, cultural, social ou económico.

Desde logo, importa que as ações de **salvaguarda** contribuam para uma efetiva proteção dos bens culturais, traduzindo-se na sua preservação e **valorização**, impedindo que a sua memória física se perca de forma irremediável, a exemplo do que sucedeu com muitas das casas-forte medievais existentes em Portugal. A urgência de ações conducentes à **salvaguarda** deste património medieval confirma-se pela análise do Quadro 4 (página 28), no qual se constata que cerca de 40 % das casas-forte se encontram atualmente votadas a um estado de abandono, entre as quais se contam três monumentos classificados pelo **IGESPAR** como Monumentos Nacionais.

Quadro 4. Funções, estado e categorias de proteção das torres das casas-forte medievais.

Função atual	Categoria de Proteção (referências do anexo 2)							Total (número)
	MN	IIP	IM	VC	Em estudo	ZEP	Não classifica- do	
Residencial	1 (078)		1 (004)				3 (025, 036, 069)	5
Marco histórico-cultural		3 (085, 086, 101)			1 (017)		4 (038, 045, 074, 080)	8
Apoio agrícola					2 (026, 057)			2
Serviços culturais	2 (007, 030)	1 (037)						3
Serviços turísticos e comerciais		3 (023, 039, 062)				1 (029)	2 (012, 056)	6
Serviços administrativos	1 (071)	1 (063)			1 (013)			3
Devoluta	3 (033, 049, 100)	8 (008, 014, 042, 047, 051, 052, 070, 090)		3 (018, 019, 099)	2 (021, 077)		7 (024, 040, 055, 066, 079, 083, 105)	23
Demolida							3 (005, 011, 027)	3
Sem dados (s.d.)	2 (082, 091)	11 (031, 032, 044, 050, 059, 076, 084, 093, 102, 103, 107)		4 (020, 043, 075, 097)	3 (022, 094, 095)	3 (089, 092, 096)	23 (001, 002, 003, 006, 009, 010, 015, 028, 048, 053, 054, 058, 060, 061, 064, 065, 067, 068, 087, 088, 098, 104, 106)	46
Total	9	27	1	7	9	4	42	99

No Quadro 5, página 29, salienta-se que cerca 40% das casas-forte medievais estão classificadas como imóveis de interesse público (**MN** ou **IIP**), estando cerca de 90% destes monumentos na posse de pessoas privadas, facto revelador da importância do seu valor cultural e da necessidade da **salvaguarda** contra eventuais perdas que possam traduzir-se em danos graves ou irreparáveis para o **património** cultural nacional.

Quadro 5. Regime de propriedade e categorias de proteção das torres das casas-forte medievais.

Regime de propriedade	Categoria de Proteção (referências do anexos 2)							Total (número)
	MN	IIP	IM	VC	Em estudo	ZEP	Não classifica- do	
Estado	2 (007, 071)	1 (086)						3
Privado	5 (030, 033, 078, 091, 100)	22 (008, 014, 023, 031, 032, 037, 039, 044, 042, 047, 050, 051, 059, 062, 063, 070, 076, 084, 101, 102, 103, 107)	1 (004)	7 (018, 019, 020, 043, 075, 097, 099)	8 (013, 017, 021, 022, 026, 057, 077, 094)	2 (092, 096)	15 (009, 010, 024, 025, 038, 069, 009, 048, 053, 054, 064, 066, 068, 083, 098)	60
Municipal	2 (049, 082)	1 (093)				1 (029)	4 (045, 074, 079, 080)	8
Sem dados (s.d.)		2 (052, 090)			1 (095)	1 (089)	24 (001, 002, 003, 005, 006, 011, 012, 015, 027, 028, 036, 040, 055, 056, 058, 060, 061, 065, 067, 087, 088, 104, 105, 106)	28
Total	9	26	1	7	9	4	43	99

4.1.1. Potencialidades das paisagens associadas às torres medievais

E porque...

Fatores de diversa ordem podem ser sugeridos como justificativos para a promoção da **salvaguarda** deste tipo de **património** paisagístico entre os quais apontamos os seguintes:

- Possibilitar a **valorização, requalificação** e consolidação de estruturas ecológicas regionais, promovendo-se os usos e funções mais adequados às suas características, como a criação de espaços verdes de recreio e de lazer, promoção da educação ambiental, estabilização de encostas, regularização de regimes hídricos, diminuição de fenómenos de erosão hídrica superficial, promovendo a infiltração de águas pluviais através do aumento de áreas florestadas (Cancela de Abreu 2011);
- As paisagens associadas às casas-forte medievais englobarem, em muitos casos, importantes bolsas de reserva de solo agrícola de elevada qualidade e com um elevado potencial produtivo, coexistindo com uma diversidade de sistemas agro-florestais, pelo que se torna fundamental manter o potencial de produção destas estruturas rurais no sentido de uma crescente multifuncionalidade dos sistemas rurais presentes;
- Salvaguardar o potencial que as paisagens detêm como meio de formação e consolidação de identidades territoriais e culturais, não obstante o efeito adverso que os processos de globalização a que temos assistidos nos últimos anos possa exercer sobre o carácter local das paisagens;

- O reconhecimento do valor patrimonial das comunidades locais poderá contribuir para um aumento da auto-estima das suas populações, ao aumentar o sentimento de pertença e identificação com os bens culturais das suas regiões. Assim, a **salvaguarda** do **património** poderá fomentar a coesão social das comunidades locais, reforçando a sua identidade cultural, ao proporcionar-lhes um sentimento de pertença e identificação com o lugar. O reforço da identidade comunitária local poderá, igualmente, contribuir para moderar sentimentos nacionalistas exacerbados, promovendo o respeito por diferentes valores culturais e um maior espírito de abertura intercultural;
- Num mundo cada vez *globalizado*, as crescentes dificuldades económicas sentidas pelos agricultores em depender exclusivamente do setor primário como fonte de rendimento principal, poderão ser atenuadas caso se explore a capacidade de adaptação das comunidades rurais à procura crescente de valores paisagísticos e identitários de cariz vernáculo e tradicional, bem como de atividades recreativas e de lazer que apenas o mundo rural pode proporcionar, o que vai ao encontro do princípio defendido no Tratado de Lisboa (2009) em aumentar a diversidade cultural e patrimonial. Constituir uma oportunidade para a melhoria da rede viária nacional, permitindo um mais fácil acesso a zonas anteriormente inacessíveis;
- Aumentar a oferta e diversificação de paisagens e conjuntos patrimoniais existentes no território nacional;
- Aumentar a oferta turística de espaços históricos que, para além de responderem a uma procura cultural, podem igualmente satisfazer a necessidade sentida por parte das populações urbanas em encontrarem espaços de lazer situados em zonas rurais que lhes permitam aliviar as tensões resultantes do modo de vida nos grandes núcleos urbanos;
- Acompanhar os crescentes níveis de exigência de qualidade ambiental e paisagística dos espaços turísticos, por parte dos seus utilizadores;
- Aproveitar a disponibilidade de instrumentos financeiros destinado à preservação e gestão de espaços culturais;
- Expandir os campos de ação multidisciplinares e interdisciplinares das operações de **salvaguarda** patrimonial, permitindo o cruzamento de diversas áreas do saber ligadas à construção de paisagens, entre os quais a arquitetura, engenharia, arqueologia, história, sociologia, e geografia e outras áreas disciplinares afins;
- A existência de um corpo legislativo, correntemente aplicado ao património, que tem vindo a revelar-se como adequado e satisfatoriamente adaptável e associável aos restantes instrumentos de gestão territorial em vigor;
- A existência de um corpo estatal centralizado que assegura a coerência das classificações e intervenções sobre o património, em articulação com a rede nacional de delegações regionais da cultura.

Por último, recentemente tem-se assistido a uma maior consciencialização do público, em geral, e dos responsáveis autárquicos, em particular, para os valores históricos, ambientais e culturais. Uma

maior sensibilidade dos intervenientes com responsabilidades na proteção do **património**, aliada à disponibilidade de fundos financeiros destinados a promover a coesão social e cultural dos diferentes territórios europeus, poderá traduzir-se, assim, numa redução das ameaças que a seguir se enunciam e que atualmente pendem sobre o **património** nacional, na sua generalidade.

4.1.2. Ameaças ao carácter das paisagens

E porque...

Sobre a generalidade das paisagens pende, atualmente, um vasto conjunto de problemas que ameaçam o carácter harmonioso que muitas delas ainda apresentam e que são comuns à generalidade do **património** cultural, resultando na sua degradação e, nos casos mais extremos, na destruição do **património** natural e construído. De entre essas ameaças apontamos as seguintes, como constituindo-se, eventualmente, entre as principais e, por conseguinte, as que deverão ser alvo de uma atenção particular com vista à diminuição dos seus efeitos negativos sobre o património paisagístico.

- Ausência de classificação de um grande número de monumentos;
- Reduzido número de casas-forte classificadas ou integradas em sítios classificados (que integrem as paisagens associada a estes monumentos);
- Inexistência de casas-forte abrangidas por zonas especiais de proteção das paisagens associadas a esta tipologia de monumentos;
- Aumento da vulnerabilidade da **paisagem** em períodos de crise económica e desertificação dos centros históricos e zonas rurais;
- Diminuição demográfica das zonas rurais, resultando no aumento do número de campos de cultivo abandonados e outros elementos estruturantes das paisagens;
- Aumento da pressão turística sobre os sítios e monumentos, decorrente de um aumento da procura de bens culturais por parte dos mercados dos países emergentes, não obstante se assistir à degradação patrimonial acelerada de muitos valores culturais;
- Pressões de carácter político para a realização de operações urbanísticas que contribuem para uma aceleração do processo de degradação paisagístico;
- Atropelos aos instrumentos de gestão e ordenamento do **território** em vigor, nomeadamente RAN e REN;
- Proliferação de construções e intervenções paisagísticas com qualidade estética medíocre e não denotando quaisquer preocupações de ordem ecológica, social e cultural;
- Implantação de um elevado número de infraestruturas com impactos negativos sobre a qualidade visual da **paisagem**;

- Aumento da construção de edificações dispersas, resultando numa transformação acelerada da fisionomia dos territórios e numa proliferação de zonas urbanas não consolidadas e integradas na **paisagem** envolvente;
- Complexidade inerente aos processos de avaliação, intervenção e gestão de conjuntos paisagísticos, comparativamente com os processos relativos a monumentos individuais e isolados;
- Falta de formação qualificada e insuficiência de competências de muitos dos técnicos responsáveis pelas intervenções paisagísticas realizadas no país;
- Falta de sensibilidade ambiental por parte dos técnicos e responsáveis autárquicos e das populações locais, permitindo práticas que contribuem para um aumento dos níveis de poluição ambiental e visual, contribuindo, assim, para uma degradação dos sistemas biofísicos que suportam as paisagens;
- Défice de delegação de competências na sociedade civil, resultando, eventualmente, num peso excessivo do estado na gestão do património;

Tendo em atenção a multiplicidade de aspetos anteriormente referenciados que condicionam a qualidade das paisagens, impõe-se, como uma tarefa fundamental, avaliar os seus impactos sobre a **valorização** patrimonial e promover os mecanismos que possam evitar ou minimizar os seus efeitos negativos.

4.2. Para quem valorizar

As paisagens associadas às torres medievais edificadas em meios rurais, como a generalidade das paisagens, são constituídas por uma grande diversidade tipológica de espaços: espaços de produção, importantes para a economia das populações locais; espaços naturais, importantes para o equilíbrio ecológico dos vários sistemas que formam a **paisagem**; espaços históricos, importantes para a consolidação cultural e afirmação identitária das populações locais, e aumento da sua auto-estima, entre outros aspetos abordados na secção 4.1.1, na página 29 deste Capítulo.

No que respeita aos direitos de propriedade e modos de afetação das casas-forte e respetivas matrizes prediais, observa-se no quadro 6, página 33, que a sua distribuição se divide entre a posse do estado e de privados, com uma predominância clara do direito privado (85%) sobre o estatal (15%).

Quadro 6. Direitos de propriedade das casas-forte medievais constantes do Anexo 2.

Forma do direito de propriedade / afetação dos imóveis	Número	Referências do Anexo 2
Privado	59	
Privado / Pessoa singular	54	004, 008, 009, 010, 013, 014, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 031, 033, 038, 039, 042, 043, 044, 047, 048, 050, 051, 053, 054, 057, 059, 062, 063, 064, 066, 068, 069, 070, 076, 077, 078, 083, 084, 091, 092, 094, 096, 097, 098, 099, 100, 102, 103, 107
Privado / Pessoa singular (Comunidade Urbana)	1	037
Privado / Associação de defesa do património	1	075
Privado / Fundação	2	032, 101
Privado / Instituição religiosa	1	030
Público	11	
Público / Estatal	3	007, 071, 086
Público / Municipal	8	029, 045, 049, 074, 079, 080, 082, 093
s.d.	29	001, 002, 003, 005, 006, 011, 012, 015, 027, 028, 036, 040, 052, 055, 056, 058, 060, 061, 065, 067, 085, 087, 088, 089, 090, 095, 104, 105, 106
Total	99	

Da análise do quadro anterior destacamos, ainda, o facto de a **Torre de Quintela**, em Vila Real (#007, Anexo 2 e 3), se encontrar afeta ao município e a **Casa da Torre, em Gouveia** (#071, Anexo 2 e 3), se encontrar afeta ao Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, cabendo a administração deste imóvel público ao Parque Natural da Serra da Estrela.

Para além da diversidade tipológica dos espaços envolventes às casas-forte, tipologias de propriedade e formas de afetação dos bens imóveis, também as formas de perceção da **paisagem e valorização** dos seus elementos diferem consoante os interesses pessoais de quem a contempla e usufrui. Assim, qualquer **intervenção** paisagista constitui um processo de transformações e tomadas de decisões que deverá ter em consideração os diversos pontos de vista sobre os quais estas paisagens podem ser apreciadas. Neste sentido e para obviar ao surgimento de conflitos de interesses particulares, importa estabelecer parâmetros que permitam aos principais responsáveis e intervenientes do processo de transformação dessas paisagens perceber as características fundamentais que a tornam o seu carácter único, por forma a poderem ser promovidas e implementadas um conjunto de ações que visem a sua **proteção e valorização**, num quadro de soluções integrado, que não ponha em causa o equilíbrio dos interesses diferenciados, e muitas vezes antagónicos, que geralmente envolvem este tipo de intervenções.

Quer se tratem de intervenções ao nível da propriedade privada ou pública, quaisquer processos de **valorização** deverão procurar atender às necessidades sentidas pelas comunidades locais, pois é sobre os seus habitantes que recai a responsabilidade final de manter estes lugares como paisagens vivas.

4.3. O que valorizar

Ao intervir-se em paisagens com uma grande carga de significados culturais, quer ao nível do ordenamento do **território**, do planeamento regional, ou à escala do projeto localizado, está-se a intervir em espaços e marcos históricos que, na generalidade, sofreram uma evolução e transformação mais ou menos profundas ao longo de várias gerações. Esta premissa aplica-se, particularmente, às paisagens associadas às casas-forte medievais – paisagens com valores tangíveis e intangíveis acumulados desde a Baixa Idade Média até à atualidade, resultantes de um longo e complexo processo de formação que ocultam, por vezes, diversas camadas de acumulação ou de erosão de valores de natureza diversa: naturais, estéticos, históricos, culturais, entre outros. Na impossibilidade de se intervir sobre a totalidade do universo de valores que integram as paisagens associadas às casas-forte medievais, a seleção ou priorização dos elementos a valorizar revela-se, pois, como uma tarefa particularmente difícil e ingrata, não só pela vasta gama e diversidade de elementos que a compõem, mas também pelo facto de a leitura formal e funcional dessas paisagens poder ser perturbada pela diversidade de valores e interesses que vigoram na atualidade, correndo-se sempre o risco de desvalorizar ou sobrevalorizar determinados momentos da história dessas paisagens.

De facto, num processo de **valorização** apenas adquirem sentido os elementos que se enquadrem numa dada imagem pré-concebida que se pretenda criar, pelo que convém não excluir, ou minorar a importância, de quaisquer ocorrências materiais ou imateriais, existenciais ou simbólicas, ainda que à partida não detenham qualquer significado.

CrITÉRIOS para a valorização

Maia (1995) agrupa um conjunto de critérios gerais para classificação de bens patrimoniais, em Portugal, em três categorias: Histórico-culturais; Estético-sociais, e; Técnico-científicos; acrescentado a cada uma destas categorias de critérios gerais, três critérios que lhe são complementares, com aplicação no âmbito dos programas de classificação patrimonial da **UNESCO**: o critério da Integridade; o critério da Autenticidade, e; o critério da Exemplaridade.

Valorizar os elementos e os aspetos que converjam para o princípios de **salvaguarda** do **património** estabelecidos pelos organismos nacionais e internacionais e que sejam compatíveis com a prática de inventariação e classificação vigente em Portugal, poderá, pois, constituir um ponto de partida para o processo de seleção dos elementos a valorizar ou a recuperar, ao permitir a sua simplificação ou racionalização, mas não devendo, em qualquer caso, estabelecer-se como um procedimento ou justificação para a exclusão de outros valores presentes neste tipo de paisagens.

Para além dos critérios de classificação/**valorização** apontados anteriormente nesta secção, consideramos que se deverá acrescentar, ainda, os critérios de memória, sustentabilidade, e conectividade, atribuindo a este último uma especial relevância, na medida em que, poderá facilitar a apreciação da paisagem na sua globalidade, sob diferentes pontos de vista e a várias escalas. A promoção de conexões visuais apelativas e ligações físicas viárias agradáveis, entre as imediações das casas-forte e os aglomerados urbanos próximos, incentivará uma mais profícua e plena exploração da oferta cultural existente nas proximidades dos monumentos, contribuindo para um incremento de intercâmbio cultural e interação social entre habitantes e visitantes.

4.4. Como valorizar

As paisagens envolventes às casas-forte medievais podem caracterizar-se por constituírem um conjunto patrimonial que, ao longo de períodos históricos sucessivos, esteve sujeito a constantes alteração dos seus usos e, por conseguinte, dos seus valores histórico-culturais (sociais, paisagísticos, simbólicos). Desta particularidade decorre que, independentemente dos estatutos de classificação e categorias de proteção patrimonial, a **salvaguarda** de um monumento ou conjunto paisagístico humanizado, que resultou de um processo histórico evolutivo, envolve um processo de referenciação, descodificação e reinterpretação:

Referenciar, para se estabelecerem marcos históricos e culturais como pontos de partida do processo de **proteção e valorização**;

Descodificar, para se reconhecerem estratégias de valorização e reapropriação dentro do contexto cultural e social dos códigos e signos referenciados;

Reinterpretar, para se proceder a recontextualizações que se julguem necessárias para a recuperação do sentido histórico-cultural das paisagens em estudo, preservando a memória coletiva local, e reenviado o público para o reconhecimento dos significados e circunstâncias dos lugares.¹⁵

Torna-se, assim, útil detetar e compreender os valores tangíveis e intangíveis que modelaram as «paisagens-vivas e evolutivas» envolventes às casas-forte medievais, para melhor poder valorizar a diversidade de sinais materiais e simbólicos, independentemente da sua monumentalidade, que nelas perdurem ou que possam ser recuperados, e que sejam representativos dos modos de vida e diversidade de atividades humanas que ocorreram nas diversas épocas históricas da sua formação.

¹⁵ Neste processo coloca-se o problema da continuidade/descontinuidade histórica, questão levantada por Gonçalo **Ribeiro Telles**, e discutida adiante, na página 39, em *A história é um processo contínuo sem regressos ao passado*.

Teorias de conceção do espaço

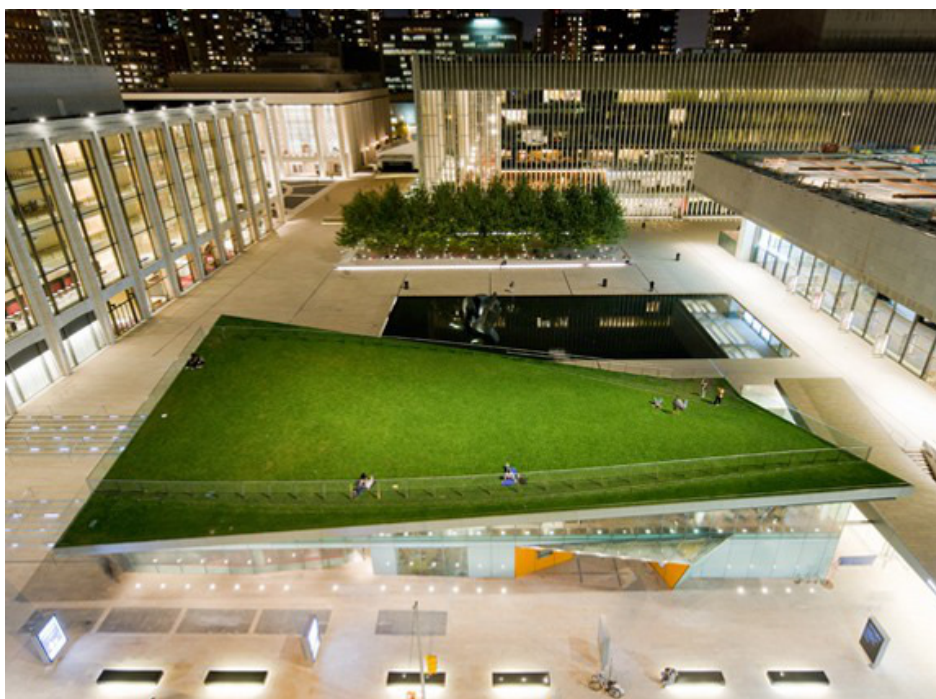
Algumas das principais correntes filosóficas que estiveram na base do desenvolvimento de teorias de conceção do espaço nos últimos 50 anos do século passado, após o surgimento do Modernismo foram a *fenomenologia*, nos anos 50, o *positivismo* e o *estruturalismo*, nos anos 60, o *Pós-modernismo*, o *Pós-estruturalismo*, o *pensamento complexo*, o *construtivismo* e *desconstrucionismo*, nos anos 70 e 80, e a *nova ordem ecológica*, apresentada por Luc Ferry, nos anos 90 (M. Raposo Magalhães 2001), contextualizando-se historicamente o Modernismo e o Pós-modernismo no **Anexo 1**.

Recentemente tem-se assistido a uma gradual recuperação dos princípios do Modernismo como base conceitual das intervenções arquitetónicas, numa tentativa de simplificação da complexidade de valores presentes nos sistemas naturais e culturais. No campo da arquitetura paisagista pode-se citar como exemplo desta tendência o projeto do *Lincoln Center Campus* (campo universitário do centro de Lincoln), em Nova Iorque, onde se inserem dois projetos de Dan Kiley, o North Court (Figura 10, página 37) e Damrosch Park, conjuntamente com os trabalhos dos arquitetos Eero Saarinen, Philip Johnson, Wallace Harrison e Max Abramowitz.

Abordagem metodológica da arquitetura paisagista

Segundo o esquema metodológico proposto por M. Raposo Magalhães (2001), a conceção de paisagens consiste num conjunto de operações que se agrupam em dois processos que ocorrem em simultâneo: um de base cognitiva, onde se procede à descrição e justificação escrita do projeto; outro de base intuitiva, onde se formalizam por imagens e desenhos as soluções propostas para o projeto. O desenvolvimento destes dois processos é dividido em três fases: compreensão do sítio, diagnóstico e proposta. A estas três fases de implementação do projeto deve-se acrescentar uma quarta fase de manutenção que se inclui no processo de gestão do projeto.¹⁶

16 A metodologia de intervenção da arquitetura paisagista apresentada por M. Raposo Magalhães (2001) é a tradicionalmente seguida no ensino dos cursos de arquitetura paisagistas em Portugal. Porém, verifica-se que durante a sua aplicação, esta metodologia é alvo de adaptações e alterações por parte do arquiteto paisagista, devido quer à grande diversidade e especificidades de situações para as quais o arquiteto paisagista é solicitado, quer aos constrangimentos de ordem variada, que se interpõem na prática profissional da arquitetura paisagista.



A composição formal deste espaço segue o modelo conceitual modernista *prado - plano de água - floresta*.

Figura 10. Lindon Center North Plaza. FXFOWLE Architects, 2009, em colaboração com Diller Scofidio + Renfro. Foto © FXFOWLE Architects. Fonte: FXFOWLE Architects.

As intervenções sobre uma **paisagem** podem ser realizadas a três níveis (M. Raposo Magalhães 2001): sistemático, agindo-se sobre as bases estruturais das paisagens¹⁷; tipológico, atuando sobre os espaços homogêneos que formam as paisagens; pontual, atuando-se sobre elementos singulares e discretos que ocorrem na paisagem.

Idealmente, as intervenções nas paisagens associadas às torres medievais deverão, à partida, englobar os três níveis de atuação atrás mencionados. À escala do território deve partir de uma análise formal da sua estrutura física¹⁸, contextualizando-a no seu passado histórico, enquadrando-a nas necessidades do presente e perspetivando-a numa previsão de evolução futura. Implícito neste processo conceitual está a inclusão dos valores culturais, decorrentes das condicionantes geográficas e históricas de cada local. É igualmente fundamental procurar-se a preservação dos elementos estruturais que sintetizam a essência de uma paisagem e que contribuem para a sua compreensão, sendo a capacidade de abstração do projetista a faculdade que permite reunir num conceito arquitetónico as características essenciais da **paisagem**¹⁹.

17 O estruturalismo tem sido criticado por não ter em atenção os aspetos históricos e por favorecer forças estruturais determinísticas, em detrimento da capacidade de atuação individual das pessoas.

18 Embora, usualmente, a arquitetura paisagista faça uso de métodos analíticos o resultado final dos seus trabalhos é sempre apresentado como um trabalho de síntese, consubstanciando-se o processo de conceção numa formalização espacial das soluções propostas no projeto de execução, que encerra em si estruturação e função.

19 Um estruturalista argumentaria que o 'significado' de uma história consiste em perceber a sua estrutura, ao invés de se descobrir a intenção do seus

Revisitar o passado, para que no presente possamos definir os caminhos que pretendemos traçar para o futuro

A compreensão do passado dos lugares é considerada por (M. Raposo Magalhães 2001) como uma postura que «passa por retirar de cada período histórico aquilo que ele de melhor tem para nos dar», e que «Nesta perspectiva, o recurso ao passado é indispensável, não com o propósito da imitação, mas numa atitude interpretativa e de tradução, para o contexto actual, da essência das realizações que manifestaram um maior grau de permanência ao longo do tempo, de modo a assegurar a continuidade histórica do projecto».

Manuela Raposo Magalhães considera, ainda, e defende que uma atitude *inclusiva* «pressupõe uma alteração fundamental, relativamente à prática que a antecedeu: reconhece o papel à forma da paisagem, como a única intermediária entre o processo cognitivo de transformação do espaço e a sua efectiva transformação», reconhecendo, no entanto, que uma atitude inclusiva não deva encarar «a forma, pela forma, antes reconhece o valor tanto das suas componentes tangíveis, como aconteceu no período modernista, como das componentes intangíveis, que naquele mesmo período foram ignoradas, dando particular ênfase à necessidade de se revalorizarem estas últimas», uma atitude consonante como os valores do Pós-modernismo.



Enquanto os modernistas exploraram o «topos», a posição atual do arquiteto paisagista passa pela exploração do «significado» do lugar e dos simbolismos que possam afetar a intervenção no lugar (M. Raposo Magalhães 2001). Assim, este espaço verde, aberto ao público em 2009, em parte jardim expositivo, em parte jardim botânico, em parte parque urbano, procura homenagear o passado histórico natural e cultura de St. Louis, cidade junto ao rio Mississipi.

Figura 11. Citygarden, St. Louis, E.U.A. Nelson Byrd Woltz Landscape Architects. Foto © Steve Hall, HedrichBlessing.

A história é um processo contínuo sem regressos ao passado

A história é um processo contínuo, dinâmico e fluído, sem regressos ao passado, pelo que, segundo Ribeiro Telles (2002, p.125), ao intervir-se no **património** histórico «Trata-se de recuperar o que é irrecuperável: o passado», sugerindo Gonçalo **Ribeiro Telles** a possibilidade de que as tentativas levadas a cabo para a sua classificação, preservação e reconstrução possam estar associadas a «uma atitude muito alargada de resistência à mudança e de desconforto perante ela», pois a generalidade desses monumentos, ao contrário do que sucede com a generalidade dos monumentos religiosos, constituem sinais de descontinuidade histórica.

Ribeiro Telles (2002, p.128) não descarta, contudo, a ideia de que «um verdadeiro projecto integrado de desenvolvimento passa por manter vivo e presente o passado visitável, o que não exclui a importância simbólica e mítica do monumento silencioso, cuja vitalidade será sempre um exercício de imaginação retrospectiva», esperando que esses monumentos não sejam «convertidos em pousadas turísticas, onde a imaginação do visitante é substituída por circuitos funcionais climatizados e que, por isso, representam o fim da História que, afinal, todos desejamos que continue, com passado, presente e futuro».

De acordo com I. Raposo Magalhães (2011, p.105), a ideia de manter o passado visitável através da **valorização** do **património** histórico, não significa «alimentar nostalgias ou saudosismos românticos, ruinistas ou idealistas» pela tomada de posições não intervencionistas. Contudo, Isabel Raposo Magalhães considera que muitas das atitudes opostas ao não intervencionismo resultam de um mal-estar sentido pelo fato de que sobre o **património** cultural não intervencionado «jaz o pânico do silêncio e do sentir, o temor de que 'quietos e mudos' os sítios não sirvam para nada», chamando a atenção de que, agir sobre a escrita do tempo é uma «tarefa cada vez mais complexa e difícil, até porque sabemos existir uma 'virose demolidora' e vemos, paralelamente, deflagrar, em alguns meios, uma 'febre conservadora', que mais não são do que as duas faces da mesma moeda».

Representação do essencial

Tal como a pintura, a arquitetura paisagista caracteriza-se pela sua capacidade de interpretar uma diversidade de circunstâncias sociais e culturais que se encontram em permanente mutação e evolução,²⁰ procurando captar a essência do real, ou seja dar forma ao essencial de uma realidade, atendo-se à máxima de que «a existência precede a essência»²¹. De acordo com Norberg-Schulz (1979), cabe à arquitetura o papel de revelar o *genius loci*, ou seja o seu carácter próprio e a sua identidade, e ao arquiteto paisagista expor o sentido e os significados ocultos dos lugares, tornando-os vivenciáveis pelos seus residentes e visitantes. O ar-

20 Atitude que coloca a Arquitetura Paisagista dentro dos movimentos vanguardistas do século XX.

21 Frase que sintetiza o pensamento da filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre, baseada nos pensamentos de Husserl e Heidegger.

quiteto paisagista é assim, por ventura, obrigado a proceder a uma materialização formal dos valores intangíveis de determinado local. Tornar visível o sentido dos lugares é, pois, uma tarefa fundamental na (re)construção das paisagens associadas às casas-forte medievais.

A procura da essência, do sentido ou da verdade das coisas e dos lugares é um ato que para Barata (2002, p.105) se reveste de alguma pretensão e arrogância por parte de quem «julga ter entendido o tempo e o espírito dos vestígios com que se confronta». Contudo, mesmo considerando a busca do essencial uma veleidade, tal como Gonçalo **Ribeiro Telles** e **Isabel Raposo Magalhães** ou **Manuela Raposo Magalhães**, também Maria Filomena **Barata** considera que não agir será a pior atitude a tomar «porque o vazio é bem pior... Porque não podemos fugir ao remorso quando contribuimos para tudo desagregar ou mesmo destruir. Ficaria apenas um 'buraco negro' onde ninguém se quer perder. Um gosto demasiado acre na boca e um sopro no coração».

«Os vestígios do Passado não podem funcionar apenas como meros 'fetiches da memória'» (I. Raposo Magalhães 2011, p.102)

I. Raposo Magalhães (2011, p.104) coloca o problema adicional de se conseguir compatibilizar a apresentação patrimonial para o denominado «grande público» com uma abordagem silenciosa, reflexiva e simplificada da essência de um lugar, considerando esta tarefa tanto mais difícil, ou mesmo impossível, quando cada vez mais a essência dos lugares é preterida a favor dos invólucros publicitários e de marketing que envolvem muitos dos pacotes de turismo cultural que se consubstanciam numa «galopante atenção dada às sinaléticas, às vitrinas e mostruários, às coberturas, às recepções e espaços de acolhimento, ou seja à intervenção arquitectónica e de design feita sobre os sítios que, tantas vezes, quase que os esmagam e mesmo se lhes sobrepõem.» Também para (I. Raposo Magalhães 2011, p.102), ao separar-se o **património** cultural dos valores locais, destituindo-o do seu sentido histórico e simbólico, empacotando-o e etiquetando-o como peças de um mostruário de bens colecionáveis, está-se a contribuir para «cavar inconscientemente um fosso entre o 'Passado' e o 'Presente'», porque «a legibilidade do Passado e a e a sua fruição turístico/cultural nem sempre se harmonizou com um lado simbólico e com uma dinâmica social autóctones sem as quais é impossível dar sentido aos bens culturais», tornando-se apenas num produto turístico com uma mais valia económica para as comunidades locais.

Estética de produção v.s estética de receção

A arquitetura é uma arte de compromisso, pois a obra produzida pelo arquiteto paisagista deve respeitar quer uma estética de produção, quer uma estética de receção. Ao usar para a conceção de espaços uma linguagem formal não popular, o arquiteto paisagista deve preocupar-se com a forma como o espaço é recebido pelos seus utilizadores, devendo adaptar a sua estética de produção à estética de receção dos utiliza-

dores desses espaços.

O arquiteto paisagista como produtor de estética deve procurar dar forma ao conteúdo programático dos projetos, em conformidade com o contexto local da **intervenção**, sem, contudo, sujeitar-se excessivamente a aspetos conjunturais de natureza estética que possam ocorrer em determinados momentos históricos. Deve, ainda, reconhecer a **paisagem** como o resultado de uma produção coletiva e, como tal, tratá-la como um bem cultural público²² indissociável da identidade e carácter particular do local de **intervenção**.

Para que a obra não se torne uma realização datada como peça histórica, mas permaneça como obra atual ao longo dos tempos, não deverá ser pensada para um público com uma cultura e sensibilidade estética específica, devendo ser culturalmente abrangente por forma a poder acompanhar a evolução cultural das gerações futuras, não se circunscrevendo estritamente ao contexto e tempo geracional em que é projetada.

Sustentabilidade e bom senso

A **sustentabilidade** dos diferentes componentes culturais, sociais e económicos que formam o património paisagístico, depende da vitalidade das comunidades locais e do envolvimento ativo dos seus agentes culturais e económicos nos processos de conservação dos recursos patrimoniais e dinamização social, pelo que, para o sucesso de projetos desta natureza, é necessário promover-se o envolvimento e a participação cívica da generalidade da população das comunidades locais na globalidade dos processos de tomada de decisão, tendo em consideração as realidades sociais onde estes se inserem (I. Raposo Magalhães 2011). No mesmo sentido, Barata (2002), realça que as preocupações relativas à **sustentabilidade** não devem centrarem-se no *Sítio*, mas nas comunidades, que, ao reverem-se no seu **património** cultural, deverão ser apoiadas no sentido da promoção de iniciativas de índole sócio-económica, criando-se assim condições para a fixação geográfica das populações rurais e para o aumento da sua auto-estima.

A busca de um equilíbrio entre massificação e elitização

I. Raposo Magalhães (2011, p.103), aponta, contudo, o risco que se incorre ao associar-se a componente económica, que não se pode desligar da componente social, como medida de **sustentabilidade** da componente cultural das comunidades locais, realçando que uma «visão estritamente economicista do Património assenta em pressupostos que [...] podem ser antagónicos à valorização do mesmo», caso se baseiem

²² A identificação das populações com as suas paisagens consta na Carta Mediterrânea da Paisagem (1993) e na Convenção Europeia da Paisagem (2004)

num conceito de lucro «centrado nos próprios Sítios e não nas comunidades». Isabel Raposo Magalhães considera ainda que uma **sustentabilidade** alicerçada numa arrecadação pecuniária «pressupõe, por um lado, a existência de um grande número de visitantes aos espaços 'valorizados' e, por outro, a capacidade de investimento desses mesmos visitantes em bens adquiríveis nos locais», conduzindo a um processo de consumo massificado de bens culturais e a uma proliferação da «parafernália de réplicas e outros objectos consumíveis ou 'recuerdos'», conforme vem ocorrendo em muitos monumentos e sítios nacionais, banalizando-os, ao transformá-los num produto de mercado padronizado e com baixo valor cultural, e por conseguinte pervertendo-se o espírito e carácter único dos locais, e ainda, segundo Barata (2002), a vitalidade da própria comunidade.

A compatibilização da **valorização** patrimonial com o turismo cultural, tirando-se partido dos eventuais impactos económicos, sociais e culturais positivos que possam advir para as comunidades locais das atividades ligadas ao turismo, é pois um exercício delicado e estreitamente relacionado com a abordagem concetual adotada no projeto de **valorização**.

O património como fator de crescimento económico e de diferenciação cultural, reforçando o sentimento de pertença e a base identitária das comunidades locais

Para Barata (2002, p.101), as questões ligadas à **valorização** patrimonial e à preservação dos vestígios materiais e imateriais da história passam, em última instância, pelo facto de ao fenómeno de democratização e complexificação das sociedades corresponder «uma certa perda de ideologia e da respectiva representação historicizante ou monumentalizante das comunidades e do poder que as representa ou subjuga, perda essa que já não permite responder com modelos tão deterministas à necessidade de projecções simbólicas...», processo este acompanhado, paralelamente, por «uma proliferação de símbolos e de formas de representação do poder e do querer e um esbatimento do valor intrínseco de alguns emblemas historicizantes».

O retrato de Dorian Grey

Barata (2002, p.105) salvaguarda, contudo, que a base identitária das comunidades continua a ser as suas projecções simbólicas, constituindo-se como «as suas referências surdas, onde se pode mesclar o espiritual e o material», acrescentando que alguns lugares permitem aprender «a aceitar que a História também tem a sua própria História. E os Sítios têm tempo, desgastam-se, consomem-se, findam-se levando com eles as estórias desvendadas ou eternamente encobertas. E que não podemos fugir sempre a esse tempo, mascarando-o de uma possível Eternidade, plastificando-o até ao limite, como se se tratasse do retrato de Dorian Grey».

4.4.1. «Modelos» de intervenção

Os modos de atuação sobre o **património** arquitetónico e paisagístico passam essencialmente por dois tipos de processos que, normalmente, ocorrem em momentos distintos: uma conotada com os processos de classificação pelo valor patrimonial (monumento, conjunto e sítio; valor nacional, público ou municipal) e de delimitação das zonas especiais de proteção; e uma conotada com os processos de **intervenção** relacionados com a elaboração de estudos, planos e projetos de conservação, restauro e reutilização. A conjugação de ambos os processos seria o ideal, sendo os processos de **intervenção** antecidos pelos processos de classificação.

Inventariação patrimonial

A Inventariação poderá constituir um primeiro passo para a classificação do património, com vista à sua **proteção** legal, mas mais importante é a definição de programas de **salvaguarda** e gestão do **património**, independentemente das suas categorias e graus de proteção (Andresen & Portela Marques 2001). Não deixamos, contudo, de considerar a inventariação como um instrumento útil para que possamos perceber os valores que eventualmente corram o risco de se perder ou ganhar num processo de **valorização** patrimonial, mas também, de acordo com Estadão (2006), para quem qualquer **intervenção**²³ deve ser precedida de um rigoroso levantamento e registo, para que se possa gerir corretamente aquilo que se conhece, como fundamental no processo de planeamento com vista à elaboração de programas de **proteção**, recuperação e integração paisagística dos bens culturais, e à implementação de programas de gestão que permitam uma evolução sustentada e equilibrada dos valores e interesses envolvidos, sendo a implementação de programas de gestão e **salvaguarda** do património tanto mais importante, quando se tratam de valores paisagísticos que se constituem como monumentos vivos e, por conseguinte, sujeitos a um processo evolutivo contínuo. Adicionalmente, conhecer é igualmente importante, para uma consciencialização coletiva dos valores patrimoniais locais, e por conseguinte para um aumento das responsabilidades individuais no processo de gestão patrimonial e no desenvolvimento de políticas sustentáveis.

Por outro lado, segundo I. Raposo Magalhães (2011, p.101), tem-se assistido a uma «necessidade, a alguns níveis quase fóbica, de fazer a referenciação e catalogação dos sobreviventes, ou mesmo a sua musealização, como uma espécie de reacção às ameaças sistemáticas exercidas sobre a sua identidade e mesmo sobre a sua existência física [dos bens culturais]», concluindo, p.104, que «os sítios, os lugares e os monumentos mais não parecem pertencer nos nossos dias do que esfera do classificável, do inventariável, do

23 Luísa Estadão, refere-se, especificamente, a intervenções em jardins históricos. Na sua palestra sobre «Políticas de inventário de jardins históricos em Portugal», apresenta uma proposta normativa para fichas de inventário de jardins históricos, reformulando a matriz desenvolvida pela **DGEMN** e adaptando-a às características específicas dos jardins históricos, caracterizando-os por forma a poder-se partir para propostas de intervenção e **salvaguarda**.

explicável, do quantificável. O pulsar dos 'sítios', a apreensão dos 'lugares' e própria fruição estática da paisagem foram-se irremediavelmente omitindo do nosso processo de conhecer, dando lugar à informação, à catalogação ou à lista do que visitámos. Poderemos, pois questionar: que quedará do 'espírito' de cada lugar? Não serão, nos nossos dias, muitos desses espaços do Passado como que uma espécie de representação cenográfica e nostálgica de um tempo que se tornou realidade virtual?».

A necessidade de **intervenção** arquitetónica é também defendida por Alves Costa (2002, p.125), afirmando este arquiteto que «Nenhuma reflexão poderá, no entanto, evitar a constatação, muito séria, que em Portugal há uma situação concreta de destruição sistemática e indiscriminada de tudo o que pode ser considerado património, mesmo como herança transmissível... Parece ser necessário somar à classificação a intervenção arquitectónica e desenvolver a consciência popular patrimonial».

Intervenção arquitetónica

Desde a apresentação da Carta de Veneza, nos anos de 1960, à mais recente Convenção Europeia sobre a Paisagem, diversas organizações internacionais têm vindo a publicar um extenso conjunto de declarações e recomendações, que se apresentam no quadro do Anexo 7, contendo diretrizes para ações de **valorização e requalificação** do património arquitetónico, que muitas vezes acabaram por se traduzir em procedimentos normativos bastante rígidos, quer por manterem, ainda que criticamente, os seus princípios, ou deles fazendo tábua rasa.

Partindo da Carta de Veneza, começamos por apresentar uma tendência, influenciada pelos princípios do Modernismo, e que designamos por «vertente higienista-decorativista», em que se procura fornecer uma resposta linear, objetivada e coletivizada, da história dos monumentos, apresentando, seguidamente, outros três modelos de **intervenção**, criticados por Alves Costa (2002), e que julgamos sintetizarem as principais tendências e práticas que nos últimos anos têm dominado e prevalecido na área da **valorização** patrimonial, em Portugal: uma «vertente romântico-ruinista», preservando apenas o carácter de ruína dos monumentos; uma «vertente romântico-revivalista», propondo uma reposição histórica e revivalista, não ruinista, do **património** histórico e, por último; uma «vertente existencialista-essencialista», na qual «a existência precede a essência», conivente com os princípios do Pós-Modernismo, procurando uma atualização das linguagens históricas inscritas nos monumentos e nas paisagens, num espírito de respeito pelas diferenças que caracteriza o multiculturalismo, e em que o indivíduo se sinta livre para procurar as suas próprias respostas, num espaço histórico não-linear, interligado em rede com o mundo exterior.

Vertente higienista-decorativista: o abandono da ideia de monumento como um lugar evocativo

A partir da Carta de Veneza estabeleceu-se um novo conceito de **intervenção** sobre o

património, baseado no princípio de que as novas intervenções deveriam manter-se claramente distintas das precedentes, facilitando e esclarecendo a leitura das intervenções anteriormente realizadas, que por sua vez deviam manter-se inalteradas e intocáveis. Esta posição, que Ribeiro Telles (2002, p.126) classifica como «higiénica», resultou, segundo este arquiteto paisagista, do «medo da irreversibilidade» consolidado pelas dúvidas que se foram instalando sobre a qualidade e objetividade do conhecimento histórico, considerando, ademais, este tipo de intervenções como «verdadeiros relatórios de escavações, construídos, que testemunham o abandono da ideia de monumento como um lugar evocativo, em favor de um olhar frio e científico». Perde-se, assim, todo o mistério e os efeitos de surpresa que devem acompanhar a leitura das paisagens²⁴. A mesma linha de pensamento é seguida por Alves Costa (2002, p.126), para quem esta posição, que apelida de «decorativista» é vista como neutralizante de um passado tomado como pano de fundo do «afã de afirmação da nossa época» e que «respeitadora, embora, do passado que não lhe interessa interpretar, impõe a sua marca, estabilizando para sempre a vida do edifício ou do conjunto», em que «Os poucos momentos de intercepção, sempre no espaço interior, referem a reversibilidade da 'decoração' moderna», seguindo uma lógica compositiva «que nada importa a do anterior edifício respeitando, sobretudo, os valores de escala ou de textura que favorecem uma valorização recíproca, cada um a servir de cenário ao outro.»



Figura 12. Valorização das ruínas renascentista do Palácio Szathmáry, em Pécs, Hungria, pelo gabinete de arquitetura húngaro MARP. Fotos © Tamás Török. Fonte: Marp.hu.

Vertente romântico-ruínista: a história congelada

Na «vertente romântico-ruínista» a principal preocupação prende-se com a consolidação do caráter de ruína do monumento, sendo os espaços, posteriormente, apropriados sem que haja uma preocupação em respeitar as suas antigas funções, nem havendo lugar para interpretações dos seus valores históricos e para a exploração do espírito e expressão dos espaços e lugares. Neste modelo de intervenção, Alves Costa (2002, p.127) considera que «O usufruto da ruína é um prazer puramente estético, a intervenção apaga-se em absoluto minimalismo expressivo. O aparente romantismo da posição, humildemente passiva em relação à

24 O mistério e efeito surpresa constitui uma das características dos jardins românticos.

interpretação dos valores da história do edifício, esconde a transformação absoluta da construção em obra de autor, na sua totalidade.»

Vertente romântica-revivalista: a história reconstruída

Na «vertente romântica-revivalista», reconstroem-se os estilos arquitetónicos do passado, recuperando-se o espírito historicista e revivalista do final do período Romântico. Nesta vertente de **valorização** patrimonial, o espírito dos lugares passa pelo reconhecimento do seu carácter historicista e revivalista não-ruinista, ao contrário do que sucede na vertente romântica-ruinista, em que o espírito dos lugares é conferido pelo seu carácter de ruína histórica. Adicionalmente, conforme sugerido por Alves Costa (2002, p.127), a consideração da história patrimonial passa também «pelo lado da linguagem da decoração que se usa estilizada, mas ostensivamente modernizada, em confronto com alterações estruturais de fundo». Como exemplo deste tipo de **intervenção**, Alexandre Alves Costa aponta a Casa dos Bicos, em Lisboa, dos arquitetos Manuel Vicente e Santa Rita, em que as visitas são acompanhadas por folhetos explicativos da sua história que funcionam como separadores da narrativa de uma história a que se pôs fim e de uma nova narrativa iniciada pela **intervenção** de **valorização** – tal como sucede na «vertente romântico-ruinista» e na «vertente higienista-decorativista», exemplificadas, respetivamente, pelo Convento do Bouro, de Souto Moura, e pela Pousada da Flora da Rosa, de Carrilho da Graça.

A vertente existencialista-essencialista: a essência é precedida pela existência

Em alternativa às três vertentes anteriormente enunciadas (higienista-decorativista, romântico-ruinista e romântico-revivalista), Alves Costa (2002, p.127) sugere o modelo de **intervenção** seguido por Fernando **Távora** (1923 - 2005) na **valorização** da Pousada de Santa Marinha, através do qual é dada continuidade à obra dos seus antecessores: atualizando, sobrepondo ou alterando linguagens e estilos, propondo novos conteúdos, sem alteração dos pré-existentes, «numa postura próxima da simplicidade dos antigos mestres pedreiros», relendo a história com o objetivo de a clarificar. Na perspetiva do modelo seguido por Távora, as novas intervenções resultam, assim, de uma interpretação histórica das diversas fases de desenvolvimento dos monumentos, incluindo a contemporânea, passando as novas obras a integrarem-se num processo de **valorização** patrimonial que se entende como coletivo, «usando o real, que contém o seu passado e o futuro desejado, encontra-se a regra a partir do existente, caso a caso e sempre legível em cada obra. Do 'silêncio', à intervenção activa e transformadora do próprio edifício ou conjunto, a novidade é a consideração da história como matéria de um projecto de autor. É tomar uma posição corajosa de busca – inquietante, no aceitar que cada tema tem o seu carácter, a sua problemática específica, a sua expressão própria. Ao arquitecto de hoje só 'um critério de experiência' é lícito; um critério que não recuse dado algum do real que, esse sim, existe, nunca como matéria a sujeitar a soluções apriorísticas e abstractas.». Assim, tal como Alves Costa (2002, p.128), continuando a cita-lo, «Não duvidamos que um verdadeiro projecto integrado de desenvolvimento passa por manter vivo e presente o

passado visitável, o que não exclui a importância simbólica e mítica do monumento silencioso, cuja vitalidade será sempre um exercício de imaginação retrospectiva».



O projeto de valorização dos espaços envolventes ao forte, elemento de um sistema de diques para defesa militar e prevenção de cheias, inspirou-se na herança histórica do local, sem a pretensão de o historicizar, resultando numa massa escultórica na qual se integram novos elementos com os elementos históricos pré-existent, possibilitando uma grande diversidade de atividades informais de lazer e de recreio à população do município de Culemborg.

Figura 13. Fort Werk aan 't Spoel, Culemborg, Holanda. Rietveld Landscape & Atelier de Lyon, em colaboração com Anouk Vogel. Fotos © Rob 't Hart . Fonte: WLA (World Landscape Architecture).

O projeto de **valorização e requalificação** do Forte *Werk aan 't Spoel*, na Figura 13, página 47, apresenta-se como um exemplo, de entre outros possíveis, de compreensão crítica da história associada a **conjuntos paisagístico-culturais**, promovendo-se soluções flexíveis, passíveis de acomodar usos diversificados no presente e no futuro, e, ao mesmo tempo, conciliando-se o corpo, cada vez mais complexo, de instrumentos e planos de gestão do **território** e de **salvaguarda** patrimonial com a expressão individual do projetista, alicerçada num sólido conhecimento da história dos lugares, por forma a manter o seu caráter, moldado pela coletividade das gerações passadas.

Capítulo 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Aquando da preparação do tema de dissertação deste trabalho a nossa expectativa era a de que apenas um número muito reduzido de casas-forte de origem medieval tivessem sobrevivido à passagem do tempo, dada a antiguidade deste tipo de monumentos, aliado ao facto de se tratar de imóveis que apresentam um carácter de monumentalidade relativamente menor quando comparados com outros bens patrimoniais congéneres, tais como castelos, mosteiros ou igrejas, e se encontrarem na posse de pessoas privadas e, portanto, não serem alvo de uma divulgação mais ampla como sucede, geralmente, no caso dos bens patrimoniais públicos e bens com maior notoriedade. Ao longo do desenvolvimento do trabalho revelou-se, contudo, a agradável surpresa de ainda se poderem encontrar, em Portugal, um número significativamente elevado quer de vestígios físicos das casas forte medievais, em muitos casos constituindo conjuntos patrimoniais quase integrais, quer, nos casos em que da existência dessas casas-forte resta apenas a sua memória, um grande número de referências respeitantes à sua localização e características tipológicas, como se pode verificar nos levantamentos que apresentamos nos **Anexos 2 e 4**, totalizando cerca de quatrocentos casos referenciados.

Não obstante o grande número de casas-forte residenciais de raiz medieval ainda existentes ou referenciadas em diversas fontes bibliográficas, o seu conjunto pode ser reduzido a duas tipologia gerais, no que respeita à sua estruturação espacial e relações paisagísticas: a torre isolada na paisagem rural e a torre ligada a diversos elementos e espaços anexos, frequentemente espaços com valor arquitetónico elevado, formalizados, em alguns casos, na presença de jardins com valor histórico, conforme apontamos no **Capítulo 2**.

O facto de podermos reduzir tipologicamente este tipo de **conjuntos paisagísticos** a apenas duas categorias, não significa, contudo, estarmos na presença de um património pouco diversificado. Dois fatores concorrem para conferir aos espaços associados a estas edificações uma grande diversidade de va-

lores culturais que se refletem nas distintas características e qualidades paisagísticas que estes conjuntos apresentam: por um lado, a sua dispersão geográfica pelo território continental e, por outro lado, o facto de terem sido objeto de diversas intervenções arquitetónicas que se prolongaram no tempo, desde a Baixa **Idade Média** até à atualidade. A conjugação destes dois fatores resultou, assim, numa grande diversidade de pormenores e em particularidades arquitetónicas e paisagísticas que enriquecem o seu valor patrimonial, tornando-os merecedores de uma atenção e estudo mais aprofundados do que aquele que aqui podemos apresentar, e que, por forma a ser mais completo e mais profícuo obrigará a uma estreita colaboração entre diversas áreas disciplinares que atuam sobre o território, a paisagem e o património, entre as quais destacamos a história, a arqueologia, a geografia, a sociologia, a arquitetura e o urbanismo.

Salientamos, também, que mesmo nos casos em que já não restem quaisquer vestígios físicos da sua existência, permanecem as memórias e os valores históricos e simbólicos que se podem associar aos lugares originais da sua edificação, bem como, em muitos casos, o valor paisagístico de muitos de esses locais, cuja qualidade deverá ser salvaguardada e valorizada com vista a uma fruição pública mais plena. As casas-forte medievais, independentemente dos seus estados de conservação, a par de outros elementos patrimoniais que possam ou não estar-lhes diretamente associados, podem constituir um dos principais atrativos das paisagens rurais onde se inserem, justificando ações de **salvaguarda** alargadas à paisagem envolvente, com vista a inverter o processo de desvalorização histórica e arquitetónica favorecido pelo estado de ruína, desleixo e abandono em que se encontram muitas torres medievais, bem como a degradação da qualidade visual da paisagem local, sequente a vários fenómenos ou processos, nomeadamente os resultantes de operações urbanísticas mal planeadas.

Como se apontou no **Capítulo 3.**, e se fundamenta nas secções do **Anexo 1** - onde abordamos a ligação entre a natureza e a conceção paisagística ao longo dos principais períodos históricos entre a **Idade Média** e o Pósmodernismo -, as paisagens associadas às casas-forte medievais, centram-se num elemento simbólico recorrente nas paisagens românticas do século XIX, simbolismo mais tarde recuperado pela linguagem arquitetónica Pós-modernista, enquadrando-se, ainda, «naturalmente», na tipologia concetual da paisagem modernista (prado/vale - plano de água/rio – árvores/floresta). As diferentes influências estilísticas a que este tipo de monumento esteve sujeito permite explorar diversos modelos de conceção do espaço que historicamente têm estado ligados à prática da arquitetura paisagista. A posição de integração paisagística dos diversos contributos históricos e culturais do passado, defendida na secção 4.4.1 sobre «*Modelos*» de intervenção, fica assim facilitada, indo ao encontro do pensamento de Francisco **Caldeira Cabral**, de Gonçalo **Ribeiro Telles**, e demais fundadores da arquitetura paisagista em Portugal, para quem os contributos particulares e específicos da história e da cultura funcionam como os elementos diferenciadores e caracterizadores fundamentais de cada lugar, possibilitando uma apreciação mais completa e única das suas paisagens.

Por forma a melhor aproveitar o potencial deste tipo de **património**, quaisquer interven-

ções nas paisagens envolventes deverão ser pensadas a duas escalas: uma ao nível do ordenamento do **território** e planeamento regional e urbano, com vista à integração paisagística dos valores regionais presentes, e; outra ao nível dos pequenos espaços contíguos às casas fortificadas, com vista à **salvaguarda** dos elementos arquitetónicos existentes que, em alguns casos, se traduzem na presença de jardins históricos que importa preservarem-se como exemplos da arte dos jardins em Portugal²⁵. Quer atuando ao nível global ou local, por forma a mantermos estas paisagens vivas devemos aceitar a constatação de que os contextos paisagísticos, quer urbanos, quer rurais, onde se inserem as casas-forte medievais evoluíram, tendo sido sujeitos a condicionalismos políticos, sociais, culturais e económicos, que conduziram a uma perda da identidade das paisagens que justificaram a existência das casas-forte e a integridade dos valores patrimoniais que encerravam na sua origem.

Chamamos a atenção para o facto de que o estudo das paisagens associadas às torres medievais, ainda, se encontrar numa fase incipiente, devendo a sua prossecução contemplar a participação da arqueologia e outros campos disciplinares, através dos quais se possam preencher lacunas do passado, por forma a que a arquitetura paisagista possa desenvolver abordagens mais conclusivas sobre este tema.

Decorrente da leitura do **Capítulo 4.**, podemos concluir que as propostas de intervenções com vista à **salvaguarda** das paisagens envolventes às casas-forte medievais devem resultar, sempre que possível, num tratamento funcional e formal que promova uma oferta de espaços públicos de lazer e de recreio de utilização mista, sem segregação funcional dos usos, baseando-se a sua sustentabilidade nas estruturas sócio-económicas locais e, simultaneamente, procurando preservar e integrar no projeto de **valorização** os elementos rurais pré-existentes significativos e reveladores da sua identidade histórica e cultural.

Por forma a melhor aproveitar o potencial deste tipo de **património**, qualquer processo de **valorização** das paisagens envolventes às casas-forte medievais deve conduzir a uma clarificação dos valores paisagísticos, históricos e culturais presentes. Neste sentido a ação do arquiteto paisagista, em particular, e demais técnicos com responsabilidades nas áreas do ordenamento, planeamento e desenho urbano, deve passar pela tentativa de manutenção dos valores locais, contextualizando-os, interpretando-os, (re)configurando-os, e dotando-os de um valor estético por forma a explicitarem a identidade dos lugares que representam e, ao mesmo tempo, por forma a facilitar a sua reapropriação e transformação, ainda que possam revelar-se como sinais idiossincráticos, sem, contudo, perderem o seu significado histórico e cultural e sem deixarem de cumprir as suas funções produtivas, sociais, ecológicas ou culturais. A manutenção ou transformação de uma **paisagem**

25 As paisagens que enquadram estas torres, segundo os dados arqueológicos, não teriam originalmente incorporado quaisquer tipologias de jardins formais ou informais, quer na forma erudita quer na forma popular. Admitimos, contudo, a possibilidade da existência de manifestações paisagísticas incipientes que, devido aos condicionalismos políticos, culturais e económicos vigentes na Idade Média e períodos históricos imediatamente seguintes, traduzir-se-iam, eventualmente, na sua presença em talhões menos produtivos e próximos das casas-forte. Apenas no século XVIII se confirmam registos documentais da presença de jardins integrados nas quintas de recreio associadas a algumas casas-forte medievais edificadas em Portugal, e apenas no final do período barroco e finais do século XIX, princípios do século XX, foram criados alguns jardins formais de que subsistem atualmente alguns exemplos, ainda que apresentando alterações relativamente à sua composição e formas originais.

num sistema de referências universal, criando-se lugares habitáveis, exploráveis e vivenciáveis por diferentes grupos sociais, impõe-se, contudo, como um objetivo que só poderá ser atingido através de uma compreensão aprofundada da história e valores dos lugares e pela inclusão das necessidades e aspirações das suas comunidades locais.

Simultaneamente, a prática de uma «arquitetura inclusiva», tal como é defendida por Manuela Raposo Magalhães, deverá passar pela implementação de um desenho suficientemente flexível e dinâmico dos espaços a valorizar, com capacidade para acompanhar a evolução social e cultural das comunidades locais e acomodar as suas necessidades futuras, bem como a capacidade para integrar novos espaços funcionais que possam vir a surgir no futuro e que não se encontrem previstos no programa inicial dos projetos de **valorização**. Com certeza um exercício difícil, mas consonante com o carácter multifuncional das paisagens, em geral, e das paisagens associadas às casas-forte medievais, em particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS

- ALVES COSTA, Alexandre, 2002. A arte de construir a transformação. Património/Estudos, IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, (3), pp.124–128.
- ALVES DE ARAÚJO, Ilídio, 1962. Arte Paisagista e Arte dos Jardins de Portugal, Lisboa: MOP-DGSU: Centro de Estudos de Urbanismo.
- ANDRESEN, Teresa, 1992. Para a crítica da paisagem. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ANDRESEN, Teresa & PORTELA MARQUES, Teresa, 2001. Jardins Históricos do Porto, Porto: Edições Inapa, S.A.
- BARATA, M. Filomena, 2002. Algumas reflexões sobre o património. Património/Estudos, IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, (3), pp.100–105.
- BARROCA, Mário J., 1993. Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares. In Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia (1987). 2. Porto: Lucerna, pp. 281–335. ↓ ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6409.pdf ↑, consultado 8 novembro 2012.
- BARROCA, Mário J., 2003. Uma paisagem com castelos. In Architectando espaços: da natureza à Metapolis. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, pp. 173–182. ↓ <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20000/2/7461000083756.pdf> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- CANCELA DE ABREU, Alexandre, 2011. A paisagem na área metropolitana de Lisboa. APAP - Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagista, Lisboa, Revista Arquitetura Paisagista(7), pp.23–26.
- CANCELA DE ABREU, Alexandre, PINTO CORREIA, Teresa & OLIVEIRA, Rosário, 2004. Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental DGOTDU., Lisboa.
- COLONNA, Francesco, 1969. Hypnerotomachia, Theatrum Orbis Terrarum, Ltd. & Da Capo Press.
- ESTADÃO, Luísa, 2006. Políticas de inventário de jardins históricos em Portugal. In Congresso da APAP.
- GOODE, Patrick & LANCASTER, Michael eds., 1986. The Oxford Companion to Gardens, Oxford University

Press.

HOHMUTH, Jürgen, 2003. *Labyrinths and Mazes illustrated ed.*, Prestel.

JELLICOE, Geoffrey A. & JELLICOE, Susan, 1995. *The Landscape of Man: Shaping the Environment from Prehistory to the Present Day Third Edition, Expanded and Updated.*, Thames and Hudson.

LOPES, Ana, CASTRO, Emanuel de & FERNANDES, Ricardo, O conceito ecológico do património e a sua valorização: o caso da Serra de Leomil.

MAIA, Maria A., 1995. *Critérios: classificação de bens imóveis*, IPPAR.

MATTOSO, José, 1987a. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a Família e o Poder 2a ed.*, Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, José, 1987b. *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa: Editorial Estampa.

NORBERG-SCHULZ, Christian, 1979. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, Rizzoli.

OLIVEIRA, Ana M., 2006. Torre de Vilar: uma residência senhorial do Vale do Sousa. *Oppidum*, (1), pp.141–163.

OLIVEIRA MARQUES, António H., 1985. *História de Portugal*, 12ª ed., Lisboa: Palas Editores

PASQUOTTO, Geise B., 2010. Renovação, revitalização e reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. *Revista Complexus - Instituto Superior de Engenharia, Arquitetura e Design*, 1(2), pp.143–149.

PREGILL, Philip & VOLKMAN, Nancy, 1999. *Landscapes in history: design and planning in the Eastern and Western traditions*, John Wiley and Sons.

RAPOSO MAGALHÃES, Isabel, 2011. O património e a sua sobrevivência: riscos e prevenção. *Património/Estudos*, IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, (11).

RAPOSO MAGALHÃES, Manuela, 2001. *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*, Lisboa: Editorial Estampa.

REAL, Miguel, 2012. *Nova Teoria do Mal*, Dom Quixote.

RIBEIRO TELLES, Gonçalo, 2002. Sobre paisagem. *APAP - Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagista*, Lisboa, *Revista Arquitetura Paisagista*(2), p.9.

RONCHETTI, Costanza, 2009. Do jardim místico ao jardim profano: para uma leitura dos jardins medievais portugueses. *Revista de História da Arte*, (7), pp.264–281.

ROSENDO, Catarina & Coelho, Cristina, 2001. Razão e invenção: Elementos para um percurso do conhecimento da natureza.

TIETZ, Jürgen, 2000. História da Arquitectura do Século XX Edição Portuguesa. P. Delius, ed., Könemann Verlagsgesellschaft mbH.

TRINDADE, Luísa, 2006. Um sedimento, uma ruína, um projecto. O Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda. Enquadramento histórico-artístico. Monumentos, pp.214–217.

TURNER, Tom, 2005a. Garden Design: Philosophy and Design: 2000 BC-2000 AD 1.^a ed., Routledge.

TURNER, Tom, 2005b. Garden history reference encyclopedia (2005). Tom Turner [CD-ROM]

TURNER, Tom, 2010. Hypnerotomachia Poliphili and renaissance garden design history. Gardenvisit.com. The garden and landscape Guide. ↓ <http://www.gardenvisit.com/blog/2010/10/26/hypnerotomachia-poliphili-and-renaissance-garden-design-history/> ↑, consultado 8 novembro 2012.

VALSOUZA – Rota do Românico do Vale do Sousa, 2009. Rota do Românico do Vale do Sousa, Edições Livro Branco.

WHYTE, Ian D., 2002. Landscape and History Since 1500, Reaktion Books.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ÀS CASAS-FORTE

ALÇADA, Margarida, 1983. Casa da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

AMARAL, Paulo, 2001. Torre de Malheiros. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

AMARAL, Paulo, 1999a. Torre de Reboreda. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

AMARAL, Paulo, 1999b. Torre de Silva. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

AMARAL, Paulo & Rodrigues, M., 2000. Torre de Paredes. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

AMENDOEIRA, Paula, 1998. Paço dos Duques de Cadaval. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

Anónimo, Torre de São Vicente de Belém. e-Cultura.pt. ↓ <http://www.e-cultura.pt/WebPatriPatrimonioNArqui.aspx?IDPatrimonio=7650> ↑, consultado 8 novembro 2012.

ARMAS, Duarte de, 2006. Livro das Fortalezas 3rd ed., Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA.

BASTO, Sónia, 2009. Casa da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

BASTO, Sónia, 2007. Torre da Pena. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

BRANCO, Manuel, 1993. Castelo de Torre de Coelheiros. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

BRANCO, Manuel & CASTRO NUNES, 1993. Casa da Sempre Noiva. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

BRANCO, Manuel & CASTRO NUNES, 1994a. Castelo do Esporão. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

BRANCO, Manuel & CASTRO NUNES, 1994b. Torre de Val-Boim. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

BRANCO, Manuel, CASTRO NUNES & CÂMARA, Teresa, 1994. Castelo de Vidigueiras. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

BRANCO, Manuel, CASTRO NUNES & GORDALINA, Rosário, 1994. Torre das Águias. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CAETANO DE SOUSA, António, 1747. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real.

CARDOSO, Luiz, 1747. *Diccionario Geografico*, Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real.

CARVALHO DA COSTA, António, 1712. *Corografia Portuguesa, eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.

CARVALHO DA COSTA, António, 1706. *Corografia Portuguesa, eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.

CARVALHO DA COSTA, António, 1708. *Corografia Portuguesa, eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.

CARVALHO, João, 1996. Casa da Rua D. Duarte. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CARVALHO, João, 1998. Solar do Dr. Tomáz Ribeiro de Melo. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CARVALHO, João, 1999a. Torre da Lagariça. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CARVALHO, João, 2001a. Torre de Alcofra. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CARVALHO, João, 2001b. Torre de Cambra. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CARVALHO, João, 1999b. Torre Militar de Gandufe. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CARVALHO, João & Costa, M., 1996. Torre de Ferreira de Aves. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CASTRO NUNES, 1995. Paço da Quinta de D. Francisco. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8

novembro 2012.

CERVEIRA, Alexandra, 1997. Torre de Vila Verde. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CONCEIÇÃO, Margarida, 1992a. Casa da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

CONCEIÇÃO, Margarida, 1992b. Torre e Solar dos Metelos. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

COSTA, Patrícia, 2002. Casa da Quinta da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

COSTA, Patrícia, 2003. Torre da Rua de Baixo. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

DINIS, António & PEREIRA, Ana, 1999a. Casa da Torre de Alvite. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

DINIS, António & PEREIRA, Ana, 1999b. Casa dos Peixotos. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

DINIS, António & PEREIRA, Ana, 1999c. Torre da Mota. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

DINIS, António & PEREIRA, Ana, 1999d. Torre de Abadim. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

DINIS, António & PEREIRA, Ana, 1999e. Torre do Castro. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

DÓRDIO, Paulo, 1997. Torre Medieval. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

FERREIRA, David, 2004. Torre de D. Pedro Pitões. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

FIGUEIREDO, Paula, 2002a. Casa da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

FIGUEIREDO, Paula, 2002b. Paço dos Bandeira. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

FIGUEIREDO, Paula, 2010a. Quinta de Torre de Palma. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

FIGUEIREDO, Paula, 2010b. Torre do Álamo. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

FILIPPE, Ana., 2010. Torre da Antiga Quinta do Souto. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

GONÇALVES, Joaquim, 2004. Torre do Largo do Terreirinho. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

GORDALINA, Rosário, 2007. Casa Quinhentista na R. de D. Vasco. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

GORDALINA, Rosário, 1990a. Ruínas da Torre da Murta. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

GORDALINA, Rosário, 2002. Solar da Camoeira. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

GORDALINA, Rosário, 2010. Solar da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

GORDALINA, Rosário, 2012. Torre de Cabedal. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

GORDALINA, Rosário, 1990b. Torre de Dornes. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

MARQUES, Lina, 1998a. Casa de Azevedo. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

MARQUES, Lina, 1998b. Ruínas do Castelo de Vilharigues. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

MENDONÇA, Isabel, 1992. Torre do Carvalhal. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

MENDONÇA, Isabel & MATIAS, Cecília, 1991. Residência senhorial dos Castelo Melhor. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

MONTEIRO, Filomena, 2011. Casa da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

NOÉ, Paula, 1992a. Casa Torreada dos Barbosas Aranhas. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

NOÉ, Paula, 1992b. Castelo de Portuzelo. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

NOÉ, Paula, 1992c. Castelo do Curutelo. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

NOÉ, Paula, 1992d. Torre da Grade. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

NOÉ, Paula, 1992e. Torre de Lanhelas. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

- NOÉ, Paula, 1993. Torre do Paço. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 1998. Paço da Guela. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 2002. Solar de Bertandos. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 2003a. Casa da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 2003b. Casa da Torre de Tora. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 2003c. Torre da Casa do Mosteiro. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 2003d. Torre da Casa do Paço do Beiral. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 2003e. Torre de Quintela. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 2003f. Torre do Outeiro. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula, 2003g. Torre e Quinta do Paço. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- NOÉ, Paula & Graça, R., 1992. Torre, Casa e Quinta de Aguiã. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- PERDIGÃO, Lurdes, 2000. Torre da Ladeia. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- RODRIGUES, Bruno et al., 2012. Memórias de Bragança, Câmara Municipal de Bragança.
- SANCHES DE BAENA, Augusto R., 1872. Archivo heraldico-genealogico: contendo noticias historico-heraldicas..., Typographia universal.
- SANTOS, João, 1996a. Torre de Penegate. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- SANTOS, João, 1996b. Torre dos Coimbras. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- SANTOS, João, 1996c. Torre e Casa de Gomariz. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- SERENO, Isabel, 1996. Solar e Torre da Honra de Barbosa. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.
- SERENO, Isabel & AMARAL, Paulo, 1994a. Torre de Coreixas. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel & AMARAL, Paulo, 1994b. Torre de Novões. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel & DÓRDIO, Paulo, 1994a. Ruínas da Torre e Honra de Vasconcelos. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel & DÓRDIO, Paulo, 1994b. Torre de Aborim. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel & DÓRDIO, Paulo, 1994c. Torre do Palácio dos Terenas. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel, DÓRDIO, Paulo & FILIPE, Ana., 1994. Torre de Vilar. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel & LEÃO, Miguel, 1994. Solar dos Azevedos. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel & NOÉ, Paula, 1994. Paço de São Cipriano. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel, SANTOS, João & FERREIRA, David, 1994. Paço de Campo Belo. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel, SANTOS, João & COSTA, Patrícia, 1994. Mosteiro de Leça do Balio. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel & TEIXEIRA, Ricardo, 1994. Torre dos Mouros. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SERENO, Isabel, TEIXEIRA, Ricardo & NOÉ, Paula, 1994. Torre de Quintela. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SILVA PINHO, Luís M., Em preparação. Os Descendentes da Casa e Honra de Cesar.

SIMÕES, Paula, 1997. Quinta da Amoreira da Torre. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SIMÕES, Paula & AMENDOEIRA, Paula, 1997. Quinta da Torre do Carvalhal. ↓ <http://www.monumentos.pt> ↑, consultado 8 novembro 2012.

SORDO, Albano, 1974. O Castelo de Portuzelo. In *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo, pp. 61–64.

ANEXOS

Anexo 1: Natureza e conceção paisagística entre a Idade Média e o Pós-modernismo

Apresentam-se, neste anexo, algumas considerações sobre as relações que a civilização da Europa ocidental estabeleceu com a **natureza** e a evolução das bases conceituais subjacentes à prática da arquitetura paisagista, em particular no que respeita à evolução da arte dos jardins, durante os seguintes períodos: **Idade Média**; Renascimento e barroco; Neoclassicismo e Romantismo; Modernismo, e; Pós-modernismo.

Os textos desenvolvidos nas secções deste Anexo procurarão fundamentar as diferentes formas de **intervenção**, quer ao nível do projeto arquitetónico, quer ao nível do ordenamento e planeamento de paisagens, referidas na secção 4.4.1 «Modelos» de intervenção, na página 43 do Capítulo 4.

Natureza e conceção paisagística na Idade Média

Do ponto de vista da arquitetura paisagista, a **Idade Média** tem sido considerada como um período de interregno histórico no que respeita ao desenvolvimento da arte dos jardins na Europa, não deixando, contudo, de ser um dos períodos mais interessantes da história, em geral, e da arquitetura paisagista, em particular, sobretudo devido à influência exercida pela longa presença da cultura islâmica na península ibérica. Turner (2005a) aponta três fatores para explicar a impossibilidade de obtermos uma verdadeira ideia da composição formal e da importância dos jardins medievais: os fragmentos descritivos sobre este período não serem suficientemente explícitos; as ilustrações contemporâneas da época medieval não serem suficientemente detalhadas, e a maioria das ilustrações existentes sobre os jardins medievais serem contemporâneas da época renascentista²⁶.

26 A planta da abadia beneditina de Santo Gall (Fürstabtei Sankt Gallen, Suíça), desenhada pelo abade Haito de Rechenau é, a par da planta da Igreja de Cristo, em Canterbury, uma das duas plantas de arquitetura anteriores ao séc. XIII existentes na Europa, tendo sido apresentada pelo seu autor como uma planta de estudo da *Forma Agostiniana* (princípios formais platónicos baseados numa composição matemática), não se tratando por conseguinte de um plano de execução. Nesta planta, o claustro da abadia, em forma de quadrado, possui exatamente 100 pés de lado, dispondo-se os seus elementos simetricamente numa composição quadripartida centrada numa fonte (Turner 2005a).

Com o colapso do império romano, a Arte dos Jardins praticamente desaparece durante o período de invasões dos povos bárbaros, entre os séculos V-VIII

Durante este período raramente foram criadas composições formais com fins puramente estéticos e decorativos ou exclusivamente recreativos. As exceções a esta regra foram os jardins dos claustros dos mosteiros²⁷ que algumas catedrais possuíam (Turner 2005a) e a arte da topiária que se desenvolveu na França e Países-baixos, atingindo uma maior expressividade compositiva na Grã-Bretanha e Alemanha (Hohmuth 2003)²⁸.

Na península ibérica, os jardins formais restringiam-se praticamente aos palácios dos califados e mesquitas²⁹, e aos paços reais e mosteiros das ordens religiosas, mas, como refere Alves de Araújo (1962), do período anterior ao século XIII não existem registos que enalteçam o seu interesse, podendo-se supor que nada de notável haveria para apreciar.

«Estou convencido que nos primeiros séculos da monarquia a jardinagem tinha um carácter modesto e rudimentar. Os jardins reais eram uma reprodução modesta dos de Alcino, com as suas hortas e pomares, não esquecendo os canteiros de plantas terapêuticas.» (Sousa Viterbo 1906, *apud* Ronchetti 2009, p.272)

Durante a presença islâmica na península ibérica, excetuando os jardins dos palácios dos califados, os jardins privados viram-se reduzidos a pequenos hortos junto das habitações e dentro das cercas conventuais, ocupando partes de pomares, cortinhas, quintais e almuinhas, situadas na sua maioria fora do perímetro muralhado de vilas e cidades, e ainda aos claustros dos mosteiros (Alves de Araújo 1962); não só a sua presença foi reduzida em número e tamanho, como deixaram de cumprir primordialmente uma função recreativa, passando a deter essencialmente uma função produtiva³⁰.

27 Os jardins dos claustros dos mosteiros seguiam como modelo a tipologia dos jardins islâmicos, baseados numa composição geométrica simples, sem ornamentações e representações figurativas. Os pátios dos claustros românticos dos mosteiros seriam, de acordo com Alves de Araújo (1962), despidos de qualquer vegetação e encontravam-se frequentemente lajeados. A sua simplicidade e pobreza ornamental cumpria na perfeição o ideal cristão de austeridade como forma de purificação da alma, servindo como espaços de eleição para a prática da meditação espiritual.

28 A arte da topiária desenvolveu-se em especial na Grã-Bretanha, denotando, porventura, o legado da forte presença romana e celta nesta região, em que a arte dos topiarii romanos revelou-se nas composições geométricas de labirintos tradicionais e 'knot gardens' e em espaços de composições formais livres pontuadas por elementos vegetais esculpidos em diversas formas escultóricas.

29 Nos jardins das mesquitas e palácios islâmicos a composição formal dos jardins era mais elaborada, apresentando uma maior riqueza ornamental comparativamente com os jardins dos claustros dos mosteiros. Nestes jardins, a água, para além da sua função utilitária e lúdica, desempenhava um papel simbólico. Nestes jardins, uma fonte central dividia o espaço em quatro partes, prolongando a tradição dos jardins persas, em que os quatro braços do rio do paraíso dividiam geometricamente os jardins em quatro partes. Alves de Araújo (1962), realça, também, o facto de a presença de árvores, como oliveiras, laranjeiras e palmeiras constituir uma característica exclusiva dos pátios das mesquitas peninsulares, amenizando e tornando mais aprazíveis os espaços de lazer dos jardins.

30 O tratado de Ibn Al-Awwam (Abu Zacaria), escrito no final do século XI, é uma das poucas referências sobre as práticas agrícolas e hortícolas na Península Ibérica durante a permanência muçulmana. Mohamed Al-Edrissi, geógrafo muçulmano na sua *Descrição de Espanha*, refere os famosos jardins de figueiras de Silves e os jardins de Santarém, possíveis graças ao sistema de rega que os árabes introduziram em Portugal (Rosendo & Coelho 2001). Albert Le Grand (1200-1280), em *De plantatione viridarium*, descreve a forma de plantar um pomar medieval. Pietro Crescenzi foi o

Durante os períodos **Românico** e **Gótico** da **Idade Média**, as manifestações de carácter paisagístico incidiram sobretudo ao nível do ordenamento do **território** e da morfologia dos núcleos urbanos, moldando a diversidade de paisagens culturais de Portugal e restantes países da Europa. O aumento da segurança dos locais situados fora das muralhas das urbes medievais, a densificação das redes viárias, o arroteamento de novas parcelas de terreno para exploração agrícola, a consolidação e expansão dos povoados existentes e o surgimento de novos núcleos populacionais contam-se entre as ações de um processo de transformação que resultou numa profunda alteração do quadro da **paisagem** até então existente, possibilitando o surgimento de novos padrões de paisagens.

Apenas após a reconquista da península ibérica, no final do período Gótico, se dá o ressurgimento da arte dos jardins em Portugal

Durante o período final do **Românico** é possível terem existido alguns jardins laicos, com alguma importância do ponto de vista formal, constituindo na sua maioria espaços mistos de produção e de recreio no interior dos recintos muralhados dos castelos onde seriam produzidas algumas plantas aromáticas e medicinais³¹. Contudo, e de acordo com Alves de Araújo (1962), o mais provável é que os jardins existentes na época se reduzissem essencialmente a pequenos hortos com vedações no seu perímetro, para proteção contra predadores e contra a ação nefasta de ventos fortes. Estas estruturas funcionariam, ainda, como elementos sombreadores e de suporte de plantas. Para além dos hortos encerrados por vedações, existiriam campos agrícolas abertos, na proximidade ou juntos das habitações localizadas foras dos recintos fortificados dos castelos e dos principais aglomerados populacionais, como se pode ver nas ilustrações da figura 14, na página 71.

autor, no início do séc. XIV, do livro *Liber ruralium commodorum*, baseada em escritos de autores romanos, e considerada com a obra mais completa sobre técnicas de trabalhos rurais escrita no período medieval. Alberto Magno, escreveu *De Vegetabilis et Plantis*, por volta de 1260, onde descreve as plantas utilizadas nos jardins de prazer medievais.

- 31 Os hortos e quintais medievais funcionavam como locais de produção de verduras e de plantas aromáticas e medicinais, mas também como locais de lazer e fruição, prestando-se ainda ao desenvolvimento de um conjunto de alegorias de cariz romântico-poético relacionadas com a sensualidade que os espaços íntimos podiam proporcionar e cujos valores facilmente foram transpostos para o plano religioso.

No século XII, São Bernardo de Claraval (1090-1153), monge cisterciense, no seu comentário ao *Cântico dos Cânticos*, composição poética atribuída a Salomão, define, segundo Ronchetti (2009), as duas tipologias de jardins que se tornarão a fonte de inspiração para a iconografia e literatura dos séculos vindouros: o *hortus conclusus*¹, descrevendo este tipo de jardim com uma forma quadrada, representando os quatro cantos do universo, contendo no centro uma árvore (a árvore da vida) ou uma fonte ou poço (fonte de sabedoria, símbolo de Cristo e dos quatro rios do Paraíso), e o *hortus deliciarum*, um espaço igualmente fechado e contendo uma fonte de água refrescante, mas repleto com árvores de frutos e plantas florescentes, recriando a atmosfera de uma primavera eterna e evocado na literatura cortesã da época como metáfora do amor.

Alves de Araújo (1962) chama a atenção para o facto de as interpretações pictóricas das descrições bíblicas do *hortus conclusus* terem sido ajustadas à estrutura dos hortos e quintais existentes na época medieval, sendo os jardins descritos nos textos bíblicos como formados por espaços fechados, verdejantes e amenos (*hortus amoenus*, em que o *hortus conclusus* é complementado pelo *hortus deliciarum*), normalmente possuindo uma fonte de água e bancos para repouso dos visitantes, funcionando, ainda segundo Alves de Araújo (1962, p.41), como «a 'sala de receber' de muitas casas modestas, e as preferidas em muitas vivendas burguesas».

O monge cisterciense descreve então o *hortus conclusus*, de acordo com Ronchetti (2009, p.268), como «um jardim secreto e fantástico, dentro do claustro, [que] oferece proteção contra o mal» e onde «se encontram plantas cheias de significados simbólicos...».

No **Gótico**, a forma simbólica como a **natureza** era tradicionalmente representada durante o período medieval é progressivamente substituída por uma forma de representação mais realista e naturalista, mas sem que a religiosidade deixe de ser a temática principal das composições pictóricas, mantendo uma forte carga alegórica. Neste período já é, contudo, perceptível uma tendência de mudança dos valores de referência da sociedade, passando o homem e a **natureza** a destacarem-se como elementos centrais das paisagens retratadas. Os elementos da **natureza**, ainda que de forma simbólica, passam a ser representados com maior detalhe, apresentando formas mais naturais, com tonalidades cromáticas fortes e com uma maior carga emotiva relativamente ao período **Românico** precedente.

No que respeita à arte dos jardins, apenas no início do século XIII, acompanhando a expansão da edificação de casas senhoriais para o sul do país, onde se manifestam os cânones do estilo góticos, enriquecido com a arte mudéjar, será já possível encontrar alguns aspetos com interesse paisagístico excecional relativamente aos períodos históricos anteriores (Alves de Araújo 1962).

Dos paços reais mandados construir ou reconstruídos por D. Dinis³² e por D. Pedro I, nos séculos XIII e XIV, dos quais restam hoje apenas ruínas, e das casas senhoriais, não se possui qualquer informação relevante sobre possíveis manifestações paisagísticas na sua envolvente, não excluindo Alves de Araújo (1962), contudo, a possibilidade de estas edificações terem sido dotadas de pátios ornamentados com espécies vegetais e outros elementos que os tornassem espaços de frescura, à semelhança dos famosos pátios islâmicos da Andaluzia. A hipótese de que os espaços exteriores das casas-forte deste período estariam reservadas a funções com carácter essencialmente produtivos é apoiada por uma passagem textual inserta na «Historia Genealogica da Casa Real», onde no Tomo 12, pág. 428, é referido que Vasco Gomes de Abreu, senhor do Couto e **Torre de Abreu** (#393, no Anexo 4), nascido em meados do século XIV, querendo conservar a memória de seus progenitores na terra de Abreu, pediu licença ao rei D. Fernando para reedificar a sua torre, podendo ler-se nesse documento que «*D. Fernando etc., outo sim outorgamos, que possa faser, e faça huma casa no dito lugar de Avreu na altura, em que antes estava, com seus passos, e curral ao redor da dita casa, com seus andaimos, ameas, e peitoril, e a porta no chão como he pella guisa que dantes estava*» (Caetano de Sousa 1747, vol.12).

No século XV praticamente todas as casas-forte possuíam pátio e hortos de produção que serviam também como espaços de repouso e de recreio

Segundo Alves de Araújo (1962), o primeiro exemplo de integração arquitetónica na **paisagem** em Portugal, à semelhança dos pátios andaluzes, em que o jardim funcionava como uma projeção dos

32 D. Dinis, durante o seu reinado entre 1279-1325, compra o Paço de Água de Peixe, em Viana do Alentejo, tratando-se possivelmente, segundo Rosendo & Coelho 2001, de uma quinta de recreio de um alcaide mouro, pois para além de possuir um pomar, vinha, azenha e casas, possuía também um espelho de água de inspiração islâmica junto de uma grande latada, refletindo a tradição romana e islâmica na arte dos jardins em Portugal.

espaços interiores da habitação, surge entre 1405 e 1433, quando D. João I manda construir em Sintra o Palácio de Sintra, formado por vários logradouros, entre os quais o pátio dos Cisnes.³³ Um grande número de paços reais, possuindo alguns deles grandes coutadas ao seu lado, e de paços senhoriais serão construídos ao longo do século XV, mas sobre os quais também não se conhece qualquer **intervenção** com carácter paisagístico de interesse (Alves de Araújo 1962). Nesta época, praticamente todas as casas teriam uma torre com os pátios quase sempre lajeados ou calcetados, preparados para os jogos de armas, podendo possuir também, tal como os conventos, hortos estruturados que funcionariam igualmente como espaços de repouso e de recreio, tal como sucedia nos conventos e palácios (Alves de Araújo 1962), e como sugerem as ilustrações quatrocentistas apresentadas na Figura 14, página 71, ou os desenhos quinhentistas das vistas panorâmicas das fortalezas raianas do reinado de D. Manuel I, elaborados por Duarte de Armas e apresentados na sua obra «Livro de Fortalezas» (Armas 2006).



Figura 14. Ilustrações de livro de horas do século XV *Les Très Riches Heures du duc de Berry*. Em cima: Mars, Avril, Juin. Em baixo: Septembre, Octobre, Novembre. Fonte: Wikimedia.

33 Ainda que o Palácio da Vila de Sintra tenha resultado numa tipologia arquitetónica de feição islâmica, segundo Mário Fortes (comunicação pessoal), a génese do palácio da é completamente distinta da que presidia às obras islâmicas baseadas num projeto coerente que contemplava a articulação dos corpos edificados e dos espaços vazios. Em Sintra, o edifício foi concebido a partir de um corpo principal a que se acresceram outros volumes de forma irregular ao longo dos tempos. Por questões funcionais de arejamento, circulação e até de construção ficaram espaços residuais irregulares que vieram a ser revestidos com azulejos hispano-sevilhanos ou mudéjares que lhe dão a feição arabizante.

Apenas no final da Idade Média a arte dos jardins retoma a sua posição na Europa como precursora da arte paisagista moderna

Influenciado pelo refinamento cultural da Itália renascentista, D. João II revelaria, segundo Alves de Araújo (1962) e Ronchetti (2009), uma maior sensibilidade que os seus antecessores relativamente à arte dos jardins, ao contratar um profissional — o hortelão Gomes Fernandes, responsável pela famosa horta de Valência — para tratar da horta dos paços de Évora que, para além de horticolas e fruteiras teria também ervas de virtude. Vemos, assim, que nos séculos XIV e XV os jardins teriam, ainda, uma relevância secundária na estruturação dos espaços das casas senhoriais em Portugal³⁴.

O crescente interesse pela arte dos jardins conduz, segundo Ronchetti (2009), a partir do século XVI, a que a contratação de hortelões de mérito reconhecido ao nível da Europa se estabeleça como uma prática continuada ao longo das sucessivas gerações das casas reais portuguesas³⁵. Contudo, no final do século XV, os espaços verdes exteriores dos palácios continuavam a designar-se por hortos³⁶, ainda que «enobrecidos com árvores e ervas de virtudes e formosas», funcionando primariamente como espaços de produção e apenas secundariamente como espaços de lazer e recreio (Alves de Araújo 1962).

A partir do século XVI, até finais do século XVIII, os jardins seguem o modelo dos quintais enclausurados, recuperando a arte da topiária

No século XVI, no seguimento da expansão dos valores culturais renascentista, em que se generaliza o gosto pela apreciação científica e estética de plantas exóticas, as casas reais passam a reservar canteiros de terreno delimitados por caniçadas ou gradeamentos de madeira, destinados à exposição das suas coleções botânicas³⁷, separados por caminhos por forma a facilitar o manuseio e a observação dos novos espécimes de plantas. Em Portugal, começa a vulgarizar-se a associação do termo *jardim*³⁸ a esta tipologia de espaços exteriores (Alves de Araújo 1962).

Alves de Araújo (1962) adianta que a conceção dos hortos ou jardins portugueses do princípio do século XVI, ao contrário dos jardins renascentistas italianos e franceses (Figura 16, página 75), se

34 Alves de Araújo (1962) considera que o ressurgimento das artes se operou em Portugal a partir de meados do século XVI, acentuando-se esse movimento no reinado de D. João II, entre 1481 a 1495, tendo este último rei estabelecido contactos com Lourenço de Médicis no sentido de desenvolver uma escola de artes em Portugal.

35 O rei Henry III de Inglaterra criou o posto de *jardineiro real* em 1268 (Turner 2005a).

36 Segundo Alves de Araújo (1962), em Portugal o termo jardim, adaptado do francês, teria sido introduzido no vocabulário português em finais do século XIV ou início do século XV, segundo Carolina Michaelis de Vasconcelos, mas apenas no século XVI passou definitivamente a ser o termo corrente para designar os espaços verdes destinados principalmente a fins recreativos e de lazer.

37 Apenas no último quartel do século XVI surgem na Europa os primeiros jardins botânicos destinados ao estudo das plantas (Ronchetti 2009).

38 Neologismo criado a partir do termo francês *jardins d'agrément*, para os distinguir dos hortos de produção que os franceses apelidavam de *jardins potagers* (Alves de Araújo 1962).

baseava no modelo de quintais enclausurados por muros altos de alvenaria ou por sebes de vegetação, fechados sobre si mesmos, e que em Portugal esta tipologia se prolongou até ao século XVIII³⁹. Por outro lado, as crescentes preocupações plásticas com a composição dos jardins promoveu a recuperação da arte dos *topiarii* romanos, a substituição dos poços ou fontes centrais dos pátios e claustros por chafarizes ricamente ornamentados, e a introdução de motivos decorativos, como tanques, bancos de pedra, de peanhas para suporte de vasos com plantas e de esculturas, de alegretes, e de latadas, entre outros elementos paisagísticos que marcam, nas palavras de Alves de Araújo (1962, p.65), «o fim da tradição medieval e o início da renascença», rendendo-se a sociedade portuguesa ao esplendor da arte renascentista italiana.

Natureza e conceção paisagística no Renascimento e Barroco

Durante o **renascimento**, após uma **Idade Média** em que as estruturas sociais vigentes nos países europeus tinham por base o feudalismo, ocorre um processo de redescoberta e revalorização das referências culturais da antiguidade clássica, iniciando-se, na Europa, um vasto conjunto de transformações de cariz social, cultural, económico, político e religioso cuja expressão se faz sentir nos diversos campos dos conhecimentos, das técnicas e das artes.

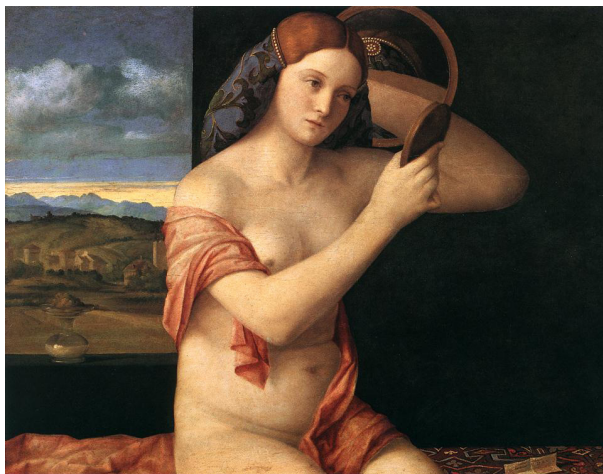
O renascimento separa a Idade Antiga, em que a natureza era entendida como um mistério divino, inacessível à razão humana da Idade Moderna, em que a razão passa a explicar os mistérios da natureza e a afirmar-se como o caminho para libertação do homem

Na pintura, a simbologia religiosa continua presente, contendo uma grande carga alegórica. O homem passa, contudo, a ser representado em igualdade com as figuras religiosas, ocupando gradualmente o lugar de figura central no meio de uma **natureza** que preenche cada vez mais o espaço das composições pictóricas. O homem passa a estar representado no centro de belezas naturais terrenas e desfrutando dos prazeres materiais e espirituais que a **natureza** lhe pode proporcionar. Esta nova atitude hedonista perante a **natureza**, agora organizada em relação às necessidades do homem, foi possível devido a uma crença incondicional no progresso contínuo da humanidade, sustentado nos desenvolvimentos científicos e técnicos que ocorriam nas mais diversas áreas do conhecimento.

39 Os jardins de recreio fechados apresentam-se no século XV na forma de *herbarium* murado, ou na forma de relvado com plantas florais e uma fonte, apresentando por vezes arbustos esculpidos, com uma vedação de caniçado, destinando-se, essencialmente, para serem apreciados a partir da casa contígua. O *viridarium*, pomar sofisticado e decorativo, servia para passeios à sombra das árvores de fruto ao redor de tanques de água fresca (Rosendo & Coelho 2001).

O período renascentista caracteriza-se por uma nova sensibilidade e posicionamento estético do homem perante a natureza

Desde a introdução da perspectiva na pintura, em 1435, por **Alberti** (1404 – 1472), que os princípios geométricos eram utilizados para representar de forma mais realista a **paisagem**, considerando **Leonardo da Vinci** (1452 – 1519) a pintura como uma ciência baseada no estudo da **natureza** e nos princípios da perspectiva (Andresen 1992).



A paisagem vai, gradualmente, ocupando todo o espaço compositivo da tela. «'O Rapto de Dejanira' de Pollaiuolo (1429-1516) [é segundo Kenneth **Clark**] o primeiro quadro italiano onde a paisagem é essencial e não acidental» (Andresen 1992, p.23)

Figura 15. Quadros de Giovanni Bellini (1425?-1516). Em cima: *Jovem mulher segurando um espelho* (1515). Em baixo: *Nossa Senhora do Prado* (1505). Fonte: Wikimedia commons.

Neste período, as relações e transformações que o homem opera sobre a **natureza** são retratadas de forma mais realista. Nas composições pictóricas surgem já paisagens mais naturais, carregadas de significados culturais e religiosos. A paisagem torna-se essencial na expressão do ideal humanista, deixando de ser um elemento compositivo acessório, enquanto símbolo da obra divina. A pouco e pouco a **natureza** vai ocupando todo o espaço compositivo das telas, deixando de ser percebida apenas através de janelas nos quadros,

representando cenas de interiores.

«O ideário humanista recupera para o Renascimento o conceito clássico de *locus amoenus*, obrigando a um novo olhar sobre os jardins e *villas*, cujo elemento essencial é a necessidade de contacto com a natureza» (Rosendo & Coelho 2001)

As *villas* renascentistas italianas, denotando a influência dos cânones gregos, passam a valorizar a expansão visual dos jardins sobre a paisagem envolvente, tirando partido das vistas privilegiadas sobre os principais centros urbanos. A casa, ao nível dos jardins, como já se anunciava no final da **Idade Média**, começa a abrir-se para o exterior, constituindo um novo paradigma formal. Do ponto de vista arquitetónico, os jardins particulares passam a privilegiar as vistas exteriores sobre a **paisagem**, tirando cada vez mais partido da topografia e da exposição dos terrenos, o que determina um novo traçado dos jardins, caracterizado pela ausência de muros divisórios que obstruam o campo de visão. Esta característica perdurará até ao século XVIII.

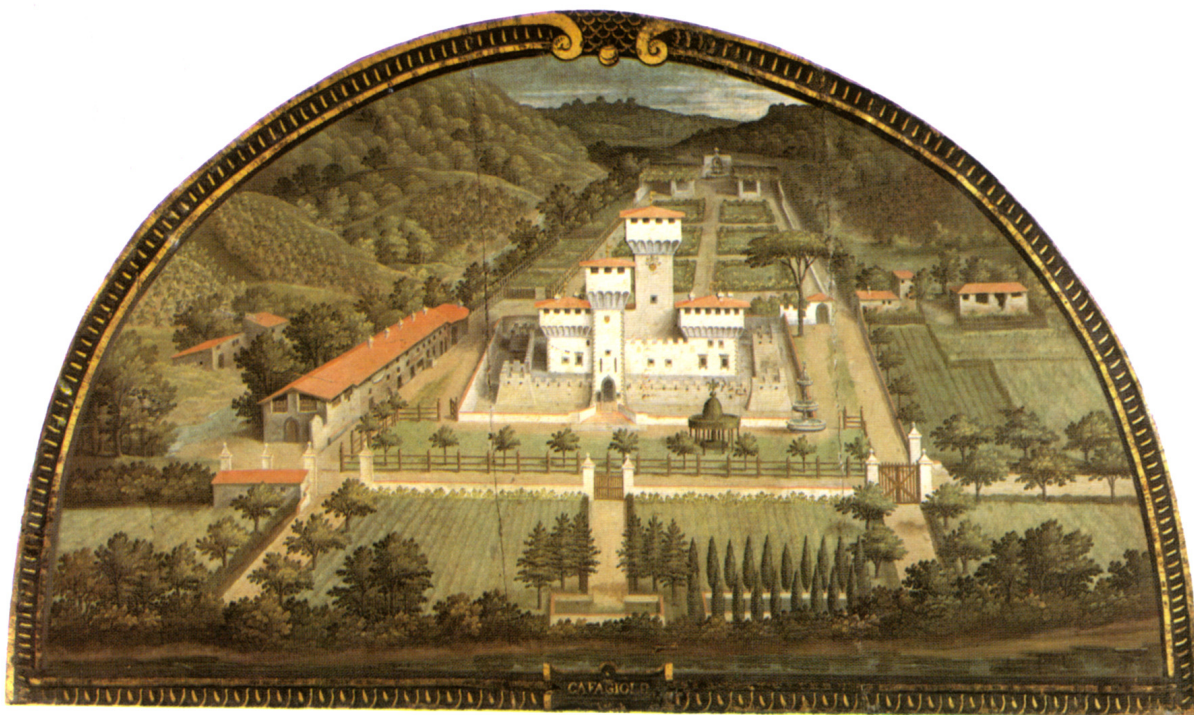


Figura 16. Pintura de Giusto Utens (1599) ilustrando a Villa Medicea di Caffagiolo, Toscana (1451). Casa-forte medieval, ao estilo Gótico, com jardim formal compartimentado abrindo-se para a paisagem, denunciando já o estilo dos jardins renascentistas italianos.

De acordo com Rosendo & Coelho 2001, ao longo dos séculos XV e XVI prevaleceram três conceções sobre a arte dos jardins: uma baseada na conceção clássica e medieval de jardim de recreio, ligada ao pensamento de **Alberti** e de **Erasmus** (?1460 - 1536); uma alegórica e fantástica que vigorou até ao barroco, inspirada no romance de **Colonna** (c.1433 - 1527) e nos trabalhos de **Palissy** (c.1510 - 1589); e uma terceira de cariz pragmática, associada às obras de Charles **Estienne** (1504 – 15060) e de Olivier de **Serres** (1539

- 1619), que persistiu até ao séc. XIX.

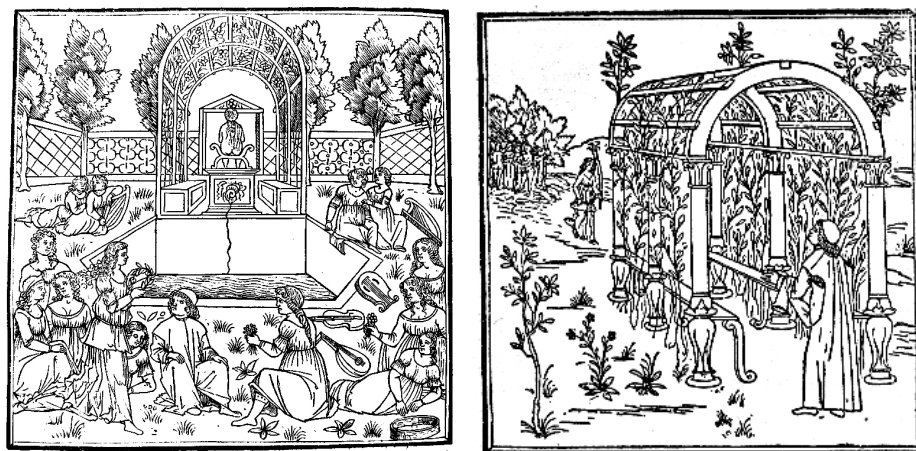


Figura 17. Ilustrações do romance *Hypnerotomachia Poliphili* de F. Colonna, publicado em Veneza, em 1499. Fonte: Colonna (1969).



Figura 18. Porcelana de Palissy com motivos da vida marinha, c. 1550. Foto © Mary Harrsch, 2005. Fonte: Wikimedia Commons.

Natureza e conceção paisagística entre o Neoclassicismo e o Romantismo

Em oposição e negação dos ideais renascentistas surge na Europa dos finais do séc. XVIII⁴⁰ o movimento Romântico e Liberal que se caracteriza por uma visão do mundo não mecanicista, contrária ao racionalismo e ao iluminismo renascentista. Os ideais da literatura romântica passariam a incluir outras formas de expressão artística e filosófica, entre as quais a pintura e a arte dos jardins, expressando-se no campo das artes dos jardins como uma reação ao formalismo geométrico excessivo e rígido dos jardins clássicos fran-

40 Na Alemanha o Romantismo teve as suas raízes no *Sturm und Drang*, um movimento pré-Romântico no campo da literatura e da música que teve lugar nos finais da década de 1760.

ceses e do barroco italiano. Trata-se essencialmente de um movimento literário que mais tarde evoluirá para o Romantismo, provocando uma reação ao jardim formal francês e revolucionando a forma de apreciação e a relação do homem com a **natureza**.

Durante o período Romântico advoga-se não só novas formas de apreciação e relação do homem com a **natureza**, de carácter mais naturalista⁴¹, mas também a defesa dos valores nacionalistas, em contraponto ao valores universalistas do ideal clássico, espírito esse que conduziria à consolidação política da generalidade das atuais nações europeias. Paradoxalmente, de acordo com Pregill & Volkman (1999), seria o espírito científico que começou a desenvolver-se no século XVI, baseado num experimentalismo empírico e na observação dos fenómenos da **natureza**, que conduziria a uma renovação do interesse pelos valores espirituais da **natureza** e à sua apreciação como objeto estético. Este processo resultou não só no desenvolvimento do conceito de **paisagem**, mas também num novo tipo de **paisagem**, em que a avaliação subjetiva do real viria a prevalecer sobre a abordagem racional de representação e apreciação da **natureza** que vigorou durante o período renascentista.

Em Inglaterra, durante o século XVII, um conjunto alargado de circunstâncias contribuiu para uma mudança de atitude relativamente ao racionalismo prevalecente, conduzindo ao advento e afirmação de uma **paisagem** com um carácter mais naturalista, em que as propostas clássicas de conceção de jardins começam gradualmente a sofrer alterações. Entre os principais fatores contam-se os de carácter prático, como o emparcelamento agrícola e o crescimento da indústria têxtil, os de carácter artístico, como o contacto com as gravuras dos jardins chineses e a pintura seiscentista italiana, e ainda os de carácter intelectual e filosófico que conduzirão a uma intensa discussão dos conceitos de belo, de sublime e de pintoresco como qualidades estéticas na apreciação da **natureza**.

A chegada à Europa, na segunda metade do séc. XVII, de gravuras provenientes da China contribui muito para a introdução de novas formas de construir os jardins. Enquanto a herança clássica europeia privilegia as formas geométricas, na China **Lao Tseu** (500 – 400 a.C) apontava um caminho com contornos naturais, por forma a se perceber melhor a **natureza**⁴².

41 Jean Jacques Rousseau é um romântico que discute os princípios filosóficos ligados à paisagem, defendendo que a natureza era essencial ao Homem e não devendo, por conseguinte, ser alvo de transformações («teoria do bom selvagem»), devendo o Homem crescer livre, em contacto com a natureza.

42 Por volta dos séculos VI e V a.C. o taoísmo (**Lao Tseu**) apresenta uma forma especial de olhar a natureza. O Homem é visto como apenas mais um elemento da natureza, devendo ter uma postura reverente, recolhida, simples e de humildade perante a natureza. Para além de procurar-se estabelecer uma relação física harmoniosa com a paisagem, procura-se também estabelecer uma representação simbólica do microcosmo, com todos os elementos naturais, através da pintura, da caligrafia e outras formas de expressão artísticas.

Nos séculos XVII e XVIII o sublime era o valor estético mais apreciado

Nos séculos XVII e XVIII, desenvolve-se A partir de 1660 institui-se a realização da *Grand Tour* pela Europa continental como uma tradição das famílias da aristocracia inglesa – tradição que se manteria até meados do século XIX –, desenvolvendo-se, nos séculos XVII e XVIII, o gosto pelos quadros que representam paisagens arcadianas e paladianas. Nestas viagens iniciáticas, os jovens adultos ingleses podiam experimentar o sublime da **paisagem** alpina, aproveitando as visitas aos museus das cidades italianas para redescobrir os valores clássicos da cultura greco-romano. A apreciação de obras de arte alusivas a paisagens arcadianas e paladianas geram em Inglaterra um novo movimento conducente ao neoclassicismo, rejeitando-se o formalismo representativo do poder absoluto de Luís XV expresso na arte dos jardins franceses. Entre os pintores favoritos da aristocracia inglesa contavam-se aqueles para quem o sublime constituía o valor estético mais apreciado. Entre esses quadros encontram-se as paisagens campestres de Claude **Lorrain** (1600 – 1682) e as paisagens históricas de Nicolas **Poussin** (1594 – 1665), ou as paisagens de Gaspard **Dughet** (1615 – 1675) e de Salvatore **Rosa** (1615 – 1673) (Andresen 1992).



O rigor matemático da perspetiva renascentista é preterido a favor de uma disposição e interligação dos objetos que conduzem o observador à exploração e descoberta das naturezas representadas (Andresen 1992)⁴³.

Figura 19. Quadro de Claude Lorrain *Ascanius Shooting the Stag of Sylvia*, 1682. Ashmolean Museum of Art and Archaeology, Oxford. Fonte: Wikicommons.

43 Para reforçar este efeito Lorrain recorre ainda a um ponto de vista alto de modo a sobrelevar a linha do horizonte em relação ao primeiro plano do quadro, conferindo assim uma maior profundidade da composição e induzindo o observador a prolongar a experiência de apreciação das naturezas

Ao nível intelectual e filosófico, o século XVIII foi dominado pela discussão do conceito clássico de belo na arte e na **natureza**, vindo os conceitos de sublime e de **pinturesco** a alargar o âmbito da estética e a assumirem uma preponderância como qualidades estéticas para a apreciação da **natureza** (Andresen 1992).

O sublime na natureza

A noção de imensidão e de infinito deixam de ser atributos exclusivos de Deus, passando também a constituir atributos da **natureza** (Andresen 1992), abrindo-se a possibilidade de a **natureza** conter em si um valor espiritual. A possibilidade de a **natureza** conter um valor emocional seria, contudo, negada, durante mais algum tempo, pelo espírito científico e racionalista do ideal renascentista.

Thomas **Burnet** (1635 – 1715), na obra *The Sacred Theory of the Earth*, publicada em 1684, debate-se com o dilema em sentir prazer na apreciação da **natureza**, sentindo um estado de exaltação, inspiração e admiração da sua grandiosidade e profundidade transcendental, não obstante considerar que as vastas cadeias de montanhas que a formam se tratam de ruínas, dispostas numa ordem confusa, sem forma e beleza (Andresen 1992). Este dilema seria posteriormente resolvido pela introdução do conceito de sublime⁴⁴, como qualidade estética adicional do belo, por Joseph **Addison** (1672 – 1719) ao estabelecer na sua teoria estética que os prazeres da imaginação provêm da conjugação de um conjunto de qualidades como a grandiosidade, a raridade e a beleza (Andresen 1992).

A **natureza** constitui ainda para Thomas **Burnet**, segundo Andresen (1992), uma fonte de dois tipos de prazer: um prazer emocional, decorrente de uma apreciação baseada na ignorância dos seus mecanismos de funcionamento, e um segundo tipo de prazer superior ao emocional, do tipo intelectual, baseado na revelação dos seus segredos.

Ainda, para Joseph **Addison**, no conceito de sublime está subjacente uma experiência dos prazeres da imaginação, provenientes da observação visual direta dos objetos, por um lado, e das ideias ou memórias que derivam dessa observação. A ideia do sublime, implícita na qualidade de grandiosidade e imensidão da **natureza** – termos utilizados por Addison para expressar o sublime – seria mais tarde explicitada por Edmund **Burke** (1729-1797), em meados do século XVIII, na obra *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*, publicada em 1757, na qual a emoção é o fator preponderante para uma apreciação estética dos objetos e a luz um elemento fundamental para a expressão da cor e do contraste que

retratadas (Andresen 1992).

44 A teorização sobre o conceito de «sublime» remonta à retórica de Longino, escritor da obra intitulada «Sobre o sublime», que terá vivido na antiga Grécia por volta dos séculos I a III d.C. Contudo, a discussão do conceito apenas atinge o seu auge durante o século XVIII, sendo posteriormente retomada pelo filósofo alemão Theodor W. Adorno (Theodor Ludwig Wiesengrund, 1903 – 1969), nos seus trabalhos teóricos sobre a estética escritos na década de 1960..

estão na origem das reações emotivas provocadas pelos objetos (Andresen 1992). **Burke** considerava ainda os instintos humanos de reprodução e de preservação como estando na base da paixão e emoção - apelando os elementos atrativos, suaves e harmoniosos da natureza, ao instinto de reprodução, correspondendo estes ao belo, enquanto que os elementos que causavam apreensão apelavam ao instinto de preservação, correspondendo estes ao sublime (Whyte 2002).

Segundo Andresen (1992), Anthony **Ashley Copper** (1671 – 1713) aprofundou a diferença entre belo e sublime, passando a reconhecer outras qualidades adicionais à **natureza**, ao considerar que o sublime emerge como uma qualidade superlativa do belo, não apenas pela grandiosidade física dos objetos, mas também por constituir uma ordem de grandeza divina e majestosa.

A discussão do belo e do sublime prossegue na Europa até ao final do século XVIII, sobretudo na Alemanha, onde Immanuel **Kant** (1724 – 1804) desenvolve estudos mais aprofundados sobre a matéria⁴⁵ (Andresen 1992).

A partir de **Kant** a estética, ou a teoria da arte, identifica-se fundamentalmente com a emoção e componentes psicológicas da experiência estética, sendo **Hegel** (1770 – 1831) quem rompe de forma clara a ligação da **natureza** como objeto da estética (Andresen 1992). Mas, enquanto os pensadores alemães optam por uma aproximação da estética à arte, em Inglaterra o pensamento estético continua ligado ao estudo da **natureza** (Andresen 1992).

O pinturesco na natureza

Nos anos finais do século XVIII, após a publicação dos *Essays on the Pityresque, as Compared with the Sublime and the Beautiful*, em 1714, por Uvedale **Price** (1747 – 1829), o **pinturesco** passa a integrar e a complementar a experiência estética de apreciação da natureza, situando-se entre os conceitos de belo e sublime (Andresen 1992).

No fim do século XVIII começam a vingar novas tipologias de paisagem, começando a afirmar-se o «*picturesque*» (pinturesco, pitoresco) como valor estético que realiza a fusão dos conceitos de belo e de sublime

O **pinturesco** surgiu da necessidade sentida por William Gilpin (1724 – 1804) em captar na pintura a beleza da **natureza**, dado não considerar que o belo da teoria das artes, conforme definido por Thomas **Burke**, possuísse as qualidades estéticas suficientes para representar pictoricamente a beleza das paisagens. Ainda neste período, Archibald **Alison** (1750 – 1824) propõe uma nova teoria estética baseada na sua teo-

45 Em 1781 Kant publica *A crítica da Razão Pura*, considerada como uma das obras mais influentes deste filósofo alemão, a que se seguiram outras «críticas» e reedições: a *Crítica da Razão Prática*, a *Crítica do Julgamento* e a *Crítica do Gosto*. No século XX António **Damásio** publica, em 1995, o livro *O Erro de Descartes – Emoção, Razão e Cérebro Humano*, aprofundando a discussão iniciada por Kant entre razão pura e razão emocional.

ria da associação cujos princípios explica no trabalho *Essays on the Nature and Principles of Taste* (1790). Neste conjunto de ensaios, **Alison** sugere que os prazeres decorrentes da imaginação podem ser explicados pela cadeia de associação de pensamentos que se desenvolve de forma consciente na mente humana – defendendo que as emoções provocadas pela associação de ideias são mais importantes que as emoções derivadas das qualidades estéticas dos objetos (Andresen 1992).

Posteriormente, o debate sobre **pinturesco** passou a centralizar-se em torno de Uvedale **Price** e de Richard **Payne Knight** (1750 – 1824). Enquanto **Price** considerava o objeto como a origem do **pinturesco**, denotando a importância que o sublime ainda detinha na estética, para **Payne Knight** o prazer estético derivava da beleza abstrata proporcionada pelas variações cromáticas e contraste de luz dos objetos, revelando já uma aproximação ao impressionismo (Andresen 1992), que John **Constable** (1776-1837) expressou de forma majestosa nas suas pinturas de paisagens, entre as quais se inclui o quadro intitulado «Moinho de Flatford» que se apresenta na Figura 21, na página 82, contra a corrente retratista e classicista então em voga na sociedade inglesa

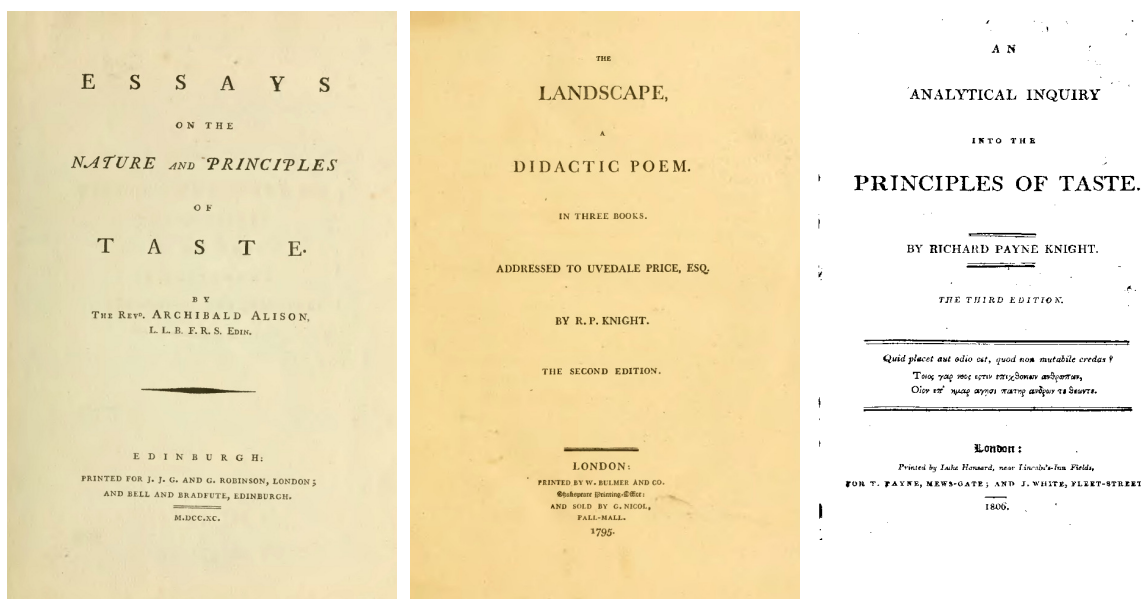


Figura 20. À esquerda: capa da primeira edição de 1790 de *Essays on the Nature and Principles of Taste* de Archibald **Alison**, onde propõe uma nova teoria estética baseado nos princípios da sua teoria da associação. Ao centro e à direita: Capas da segunda edição da publicação de *The Landscape, a didactic poem in three books. Addressed to Uvedale Price, Esq.* (1795) e da terceira edição da publicação de *An Analytical Inquiry into the Principles of Taste* (1805), de Richard **Payne Knight**, onde o autor introduz o conceito de **pinturesco** na estética da natureza.

«O **pinturesco** anuncia o Romantismo e corresponde àquele interregno entre o Neoclassicismo e o Romantismo» (Andresen 1992, p.67)

Mais do que promover a **natureza** como objeto estético, tornando a **paisagem** um objeto autónomo da pintura, o **pinturesco** possibilitou uma nova forma de olhar e de apreciar a **natureza**, ditando um

gosto e uma forma de projetar que persiste até à atualidade (Andresen 1992). A valorização do conhecimento aprofundado da **natureza** percebe-se na forma como John **Constable** retrata de forma minuciosa os elementos florísticos e vegetais, bem como no cuidado posto nos reflexos luminosos e cromáticos dos elementos da **natureza** que compõem o cenário campestre representado no quadro da Figura 21, página 82.



«a expressão da relação entre os seres humanos e a natureza [...] tem vindo a ser retomada. [...] No entanto, a sua interpretação desvia-se do parâmetros tradicionais representativos e é por conseguinte pouco acessível» (Andresen 1992, p.72)

Figura 21. O Moinho de Flatford (1817), Londres, Tate Gallery. Pintura a óleo de John **Constable**. Fonte: Wikimedia Commons.

O pinturesco na paisagem

Humphry **Repton** (1752-1818), transporia para a prática da arquitetura paisagista os princípios teóricos estabelecidos pelo **pinturesco**, segundo os quais uma paisagem devia ser desenhada como se de um quadro se tratasse, contendo um primeiro plano, um plano intermédio e um plano de fundo⁴⁶. **Repton** considerava que o primeiro plano deveria constituir o plano artístico composto pelos elementos formais geométricos e pelas plantas ornamentais; o plano intermédio, ocupado por uma área de clareira, à semelhança dos espa-

⁴⁶ A perda de influência do sublime no modo de apreciação da paisagem, passando o pinturesco a deter uma preponderância na formação do gosto, nota-se na opinião que em 1797 o naturalista alemão Heinrich Friedrich **Link** (1767 – 1851) tinha sobre a paisagem alentejana — considerando o Baixo Alentejo como uma imensidão de terrenos baldios, constituindo um dos territórios mais áridos e tristes de Portugal, para o que muito contribuía a falta de construções que marcassem uma presença humana na paisagem.

ços abertos criados por '**Capability** Brown, deveria transmitir o carácter bucólico da **paisagem**; e o plano de fundo deveria conferir à **paisagem** um carácter de **natureza** selvagem (Turner 2005b). Estes princípios definiriam o que na história da arquitetura paisagista ficou conhecido como *estilo paisagístico*, tendo influenciado de forma marcante a conceção dos jardins nos países da Europa continental.

«o estilo paisagístico na arte dos jardins revelou-se uma das mais fortes afirmações da vontade do homem de escapar da opressão racionalista e de toda uma visão mecanicista do mundo» (Andresen 1992, pp.79, 80)

Durante a evolução do Neoclacissismo para o Romantismo, aos excessos formais dos jardins franceses contrapõe-se o Jardim Inglês. O jardim abre-se para a **paisagem** e a **paisagem** passa a ser um jardim, baseando-se o modelo do estilo paisagista num conjunto de elementos pictóricos retirados da Arcádia que são incluídos numa paisagem natural, desenhada em todos os seus pormenores e trabalhada de uma forma muito poética, mas seguindo um código formal muito rígido⁴⁷.

Começa-se a valorizar mais o ser humano como um ser individual do que como um ser social, enunciando-se um dos elementos fundamentais do Romantismo. Começa-se a perder a crença na razão pura, em detrimento da razão emocional, e assiste-se à passagem da procura de ruínas clássicas para medievais, passando o Homem a olhar para o seu passado com uma postura nacionalista.



A introdução, em Hyde Park e nos Kew Gardens, de pagodes ao estilo oriental e pontões popularizou o uso dos **follies** como elementos de ornamentação dos jardins e parques ingleses no século XVIII. No século XIX os elementos medievais ganham uma preponderância relativamente aos elementos clássicos nas representações pictóricas e no desenho de paisagens-jardins.

Figura 22 - Paisagem arcadiana e paisagem romântica. À esquerda: Templo hindu em Melchet Park, condado de Wilts, Inglaterra, c. 1800. Fonte: Portal Europeana. À direita: *Hadleigh Castle*, 1829, Londres, Tate Gallery. Pintura a óleo sobre tela de John **Constable**. Fonte: Wikimedia Commons.

Há uma procura de monumentos relacionados com a fundação da nacionalidade, obser-

47 Todos estes jardins encerram em si várias hortas, que constituem jardins enclausurados dentro de muros onde se cultivam diversos vegetais.

vando-se um grande eclectismo e revivalismo histórico, sobretudo aplicados à arquitetura dos edifícios. Como um todo a **paisagem** torna-se mais dinâmica, mais rude, mais florestada, mais acidentada. Este modelo materializa-se, sobretudo, na Alemanha, pois encontram-se aí muitos monumentos antigos. Neste país o Dessau-Wörlitzer Gartenreich, parque planeado em 1763 por Johann August Eysenbeck, influenciado pelos jardins paisagísticos das propriedades inglesas de Claremont, Stourhead, Stowe e The Leasowes, é considerado como um dos primeiros exemplos de parque alemão seguindo o estilo paisagístico inglês, integrando um conjunto diversificado de pequenos jardins (Goode & Lancaster 1986).

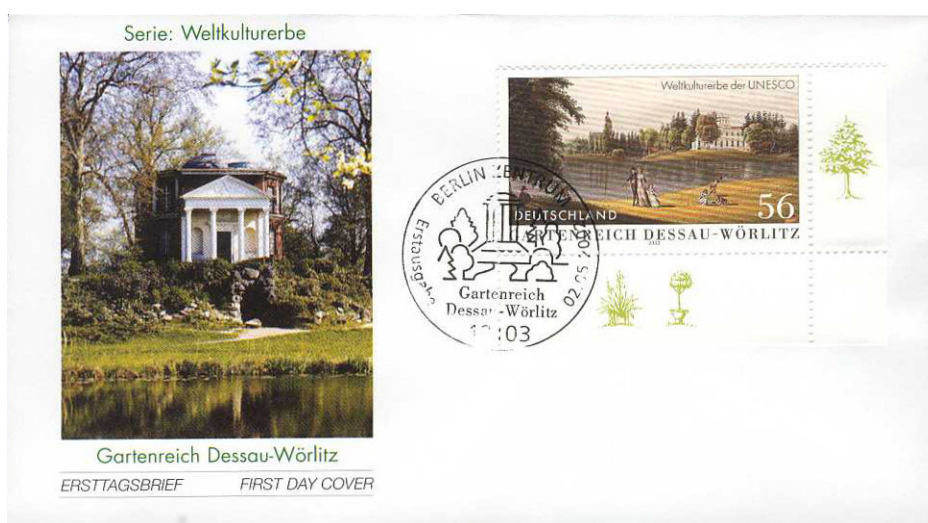


Figura 23. Bloco filatélico FDC da série «Herança Cultural da Humanidade» da UNESCO, com selo comemorativo do jardim alemão Gartenreich Dessau-Wörlitz.

Em França surgem os **Follies/Fabriques**, tais como a casa de gelo em forma de pirâmide egípcia, entre outros elementos de inspiração clássica ou oriental que podem ser apreciados no jardim paisagístico francês do parque de Desert de Rez, construído no final do século XVIII e localizado na periferia da floresta de Marly, na proximidade de Versailles.

Nos Estados Unidos da América é construído em Nova Iorque, em meados do século XIX, o Central Park, o primeiro parque público construído fora da Europa⁴⁸. Também nos Estados Unidos da América são criados os primeiros sistemas de *parkways*, e em Paris surgem os parques românticos e os *boulevards*.

Em Portugal exploram-se, tal como noutros países, os revivalismos históricos, em particular o Neo-gótico, o Neo-manuelino e Neo-árabe, podendo-se apontar em Sintra, entre outros existentes no país, dois exemplos de jardins românticos: o Palácio da Pena (Figura 24, página 85), cuja origem histórica remonta à existência de uma capela medieval dedicada à Nossa Senhora da Pena, ou a Quinta do Palácio de

48 O primeiro parque a ser reconhecido como público foi o parque de Birkenhead, em Inglaterra, tendo sido aberto ao público em 1847, na sequência das pressões ambientais e sociais induzidas pela revolução industrial.

Montserrate, cujo parque foi inicialmente desenhado por William **Beckford**, nos finais do século XVIII e cujo palácio neo-árabe foi mandado construir em 1856 por Francis Cook, segundo um projeto do arquiteto inglês James Knowles Jr.

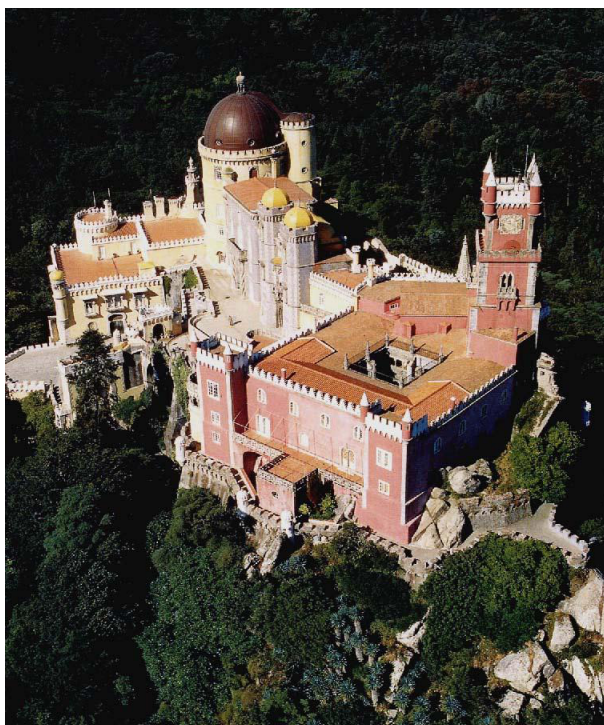


Figura 24. Vista aérea sobre o Palácio da Pena, em Sintra. Fonte: IPPAR/Wikimedia commons.

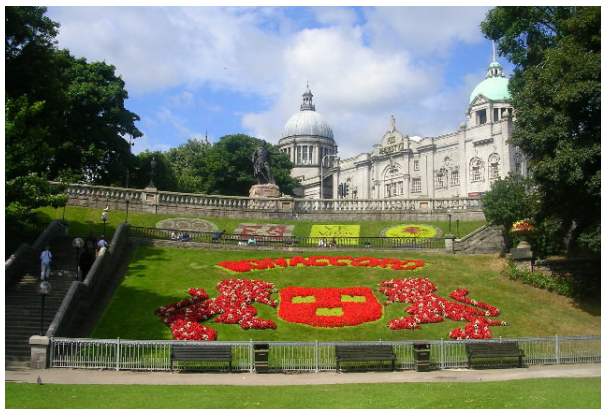
Já no final do período Romântico, na transição para o Modernismo, mas ainda de acordo com os princípios do pitoresco e ainda enquadrado na tipologia do jardim paisagista, será **Repton** quem introduzirá o jardim com flores ornamentais junto à casa, recuperando a presença de estufas de vidro, as divisórias, as treliças e as vedações, rompendo, assim, com o espaço contínuo que caracterizava os jardins paisagistas, e anunciando um novo estilo paisagístico: o *Gardenesque*.

O Gardenesque introduz no jardim espécies exóticas, expondo uma natureza mais domesticada e dominada pelas técnicas do jardineiro-horticultor

No século XIX surge, na sequência do **pitoresco**, o *gardenesque*, um termo cunhado por J.C. **Loudon** (1783-1843) em 1832. Os jardins deixam de ser apreciados no seu todo, como um objeto de arte, e o seu desenho deixa de seguir os modelos naturalistas preconizados pelo paisagismo inglês, passando a dar-se uma atenção particular ao desenvolvimento individual das espécies vegetais. Trata-se de espaços que procuram oferecer boas condições de crescimento às plantas, por forma a potenciar todo o seu esplendor, e onde são introduzidas espécies exóticas apresentadas sob formas compositivas geométricas⁴⁹. Os jardins pas-

⁴⁹ Neste período surgem os *carpet bedding*, modelos naturalizados com espécies exóticas, e espaços reservados que funcionavam como mostruários de herbáceas plantadas em pequenos montículos de terra ou açafrates, em Portugal, tendo a artificialização deste modelo de jardins sido muito criticado

sam, então, a ser vistos e tratados como meros espaços expositivos de material vegetal, ajustados ao estilo de vida da burguesia novecentista emergente do novo tecido urbano e industrial (Andresen & Portela Marques 2001).



Os açafates continuam em voga em Portugal, sendo utilizados na composição de muitos jardins municipais.

Figura 25. À esquerda: 'Carpet bedding' num jardim do parque municipal *Union Terrace Gardens* criado em Aberdeen em 1879. Foto © Richard Slessor, 2005. À direita: Jardim com açafates no Royal Victoria Park, Bath, inaugurado em 1830. Foto © Colin Smith, 1998. Fonte: Wikimedia Commons.

Natureza e conceção paisagística no Modernismo

No século XX o expressionismo substitui o belo, o sublime e o **pinturesco**, valores até então predominantes na linguagem estética (Andresen 1992).

Com o advento do Modernismo⁵⁰, embora o desenho dos jardins se tivesse tornado mais funcionalista e preocupado com as oportunidades de recreio que deveriam ser satisfeitas em torno dos crescentes subúrbios, a associação entre pitoresco e desenho do parque urbano continuou presente até à atualidade⁵¹.

por William **Robinson** (1839-1935) e Beatrix **Farrand** (1872 – 1959), que advogavam o uso de plantas autóctones e desenhos mais espontâneos.

50 Em 1851, Joseph **Paxton** (1803 – 1865) concebe o Palácio de Cristal para a primeira exposição mundial, realizada em Londres, reduzindo a forma arquitetónica à sua estrutura funcional. O edifício expositivo é despojado de artifícios decorativos supérfluos, usando-se na sua construção um sistema de módulos pré-fabricados. Este ícone da arquitetura viria no século XX a ser celebrado como o modelo iniciador da modernidade, movimento que o arquiteto norte-americano Louis Sullivan resumiria no lema «a forma segue a função». Em 1949 a *Casa Eames* de Charles Eames, construída com componentes industriais prefabricados tornar-se-ia o protótipo da construção industrial e arquitetura high-tech (Tietz 2000).

51 Na década de 1930, a construção na Alemanha das *Autobahnen* é visto como o projeto modernista em que a tecnologia triunfa sobre a natureza. Na realidade, o seu planeamento foi projetado por uma equipa de arquitetos paisagistas liderada por Alwin **Seifert** (1890-1970), tendo por objetivo integrar de forma harmoniosa na paisagem uma nova rede viária, considerada como fundamental para a consolidação política da estrutura do estado alemão. O programa de construção destas infraestruturas viárias favorecia o desenho de traçados viários ondulantes e fluidos, dentro do espírito modernista. Ao mesmo tempo os traçados propostos procuravam enfatizar as qualidades estéticas das paisagens que atravessavam, sem que a sua

A diversidade estilística marcará o Primeiro Modernismo, entre 1910 e 1920

Durante o período moderno surgirão vários estilos artísticos que, partindo de uma rejeição geral do historicismo em vigor até meados do século XIX, exploram novas formas de expressividade possibilitadas pelas novas técnicas industriais aplicadas à produção de novos materiais de construção. Apesar da tendência geral seguir o funcionalismo e racionalismo, este período ficou marcado por uma grande confusão eclética, subsistindo as formas historicistas em justaposição com as formas modernistas (Tietz 2000). O desenvolvimento tecnológico exponencial a que se assistiu a partir do final de século XIX expande o leque de materiais disponíveis e possíveis de serem aplicados ao campo da arquitetura. Entre os novos materiais que servirão para moldar as novas formas arquitetónicas, impossíveis de se conseguirem com o recurso aos materiais tradicionais, contam-se o vidro, o ferro e o betão. A maleabilidade e leveza destes novos materiais conferirá uma maior plasticidade e dimensão às obras realizadas.

O movimento *Art-and-Crafts* e o estilo *Arte-Nova* contam-se entre os mais importantes, na viragem para o século XX, para o desabrochar do Modernismo

O movimento *Arts-and-Crafts*, surgido em Inglaterra em meados do século XIX, constituiu um movimento de reação à produção em massa e ao afastamento do homem em relação à natureza. Na origem deste movimento artístico William Morris (1834 – 1896), Philip Webb (1831 – 1915) e John Ruskin (1819 – 1900) defendem o regresso às formas de produção baseadas nos processos de manufatura da Idade Média, por forma a preservar a qualidade estética dos produtos produzidos face aos modos de produção industrializados (Tietz 2000). Muitos jardins passam a ter um carácter mais doméstico, impondo-se uma arquitetura mais tradicional, por oposição à produção industrial em grande escala⁵².

Com uma riqueza de formas florais exuberantes afirma-se em toda a Europa, a partir dos finais do século XIX, um novo movimento artístico que ficou conhecido por Arte-Nova⁵³, tendo por modelo de

implantação cortasse a unidade paisagística dos diversos mosaicos de paisagem que se iam sucedendo durante o percurso de viagem. Assim, mais do que um projeto típico do Modernismo, pode-se considerar que as soluções adotadas continuavam a seguir os cânones estéticos do jardim paisagístico inglês (Whyte 2002). Também em Portugal o pintoresco como a qualidade estética mais apreciada do que o sublime permanece, por exemplo, no Guia de Portugal, no qual Raul Brandão (1867 – 1930), em 1927, considera a paisagem alentejana grandiosa (sublime), mas ao mesmo tempo severa e monótona (não sendo pintoresca), reinando nela uma paz tumular.

52 Dentro do novo espírito tradicionalista, Gertrude Jeckill notabilizou-se pelo desenvolvimento de um método de plantação que ficou conhecido por *mixed borders* (bordaduras mistas), utilizando herbáceas perenes nas suas composições. Jeckill tratou as suas conceções como pinturas, tirando partido das características formais, de cor e texturas que a grande disponibilidade do material vegetal passou a permitir. Trabalhou, igualmente, espaços de bosque, criando jardins formais baseados em modelos recuperados do passado.

53 O termo Arte Nova teve diversas designações nos diferentes países europeus. Em Itália tomou as designações de *estilo floral* ou *liberty*; na Grã-bretanha *modern style*; em Espanha *Modernismo*; na Bélgica *coup de fouet* ou *Velde stile*; na Alemanha *Jugendstil*; na Áustria *Sezessionstil* (estilo de Secessão). Dentro da Arte Nova, podem distinguir-se os estilos de um Antoni Gaudí, marcadamente fantasista, do Jugendstil alemão que propunha estender a estética aplicada à arquitetura aos objetos de uso quotidiano, numa perspetiva do Art-and-crafts, e o estilo praticado pelo grupo da Secessão Vienense que se distinguiu dos demais por utilizar uma linguagem formal rigorosa, mais simplificada e reduzida ao necessário, sem

inspiração as linhas curvas e entrelaçadas das formas vegetais. Este novo estilo permitiu reconciliar a técnica com a **natureza**, resultando numa nova linguagem formal estilizada que tratava o espaço como um elemento orgânico, fluído e contínuo, mas que acabaria por se esgotar no seu pendor fortemente decorativista, desligado de quaisquer aspetos funcionais (Tietz 2000).

O dualismo sobre o modo de perspetivar a forma, oscilando entre os processos intuitivos defendidos pelas vanguardas negativistas⁵⁴ e os processos dedutivos defendidos pelas vanguardas positivistas⁵⁵, prossegue no período moderno, resultando em duas tendências principais: a funcionalista e a expressionista

No processo de reflexão sobre os modelos arquitetónicos vigentes na época os movimentos de vanguarda ligados à pintura tiveram um papel decisivo nas diversas variantes da arquitetura modernista. Alguns desses movimentos seguiam princípios objetivos e racionais, em contraposição com os que optavam por explorar uma via emocional e subjetiva. Entre o espírito dedutivo e o intuitivo surgiram três tendências que mantinham apenas como traço comum a rejeição de quaisquer revivalismos históricos e que dariam origem a diferentes teorias de conceção artística: a «funcionalista», em que a forma é determinada por fatores exteriores ao homem, como as características dos materiais, a estrutura, o clima e a função⁵⁶; a «expressionista», com origem na pintura fauvista, defendendo que a forma é a expressão da sensibilidade interior do artista, simplificando as formas até ao limite da abstração e fazendo uso de uma grande variedade cromática e riqueza de texturas, e uma terceira posição intermédia, entre os funcionalistas e expressionistas, associada aos elementos das Academias de Belas-Artes, que aceitava quer as condicionantes externas quer as intrínsecas ao espírito humano e que, ao contrário da arquitetura moderna que privilegiava as funções de uso, atribuíam à arquitetura a função de conferir às instituições um valor simbólico (Tietz 2000; M. Raposo Magalhães 2001).

Entre as duas guerras mundiais o funcionalismo torna-se a corrente dominante do período modernista

Entre um expressionismo tendencialmente organicista e um racionalismo mecanicista,

apresentar os excessos ornamentais vegetalistas que caracterizavam a generalidade da Arte Nova, anunciando o surgimento da arquitetura moderna que, num primeiro período a seguir à primeira guerra mundial, seria marcado pela escola alemã Bauhaus de Walter **Gropius** e pelo movimento holandês De Stijl, este marcado pela influência de Hendrik Petrus Berlage, arquiteto precursor do Modernismo da primeira metade do século XX (Tietz 2000).

54 O surrealismo, o dadaísmo e o futurismo constituem os três movimentos da vanguarda negativista. Estes movimentos artísticos, ao contrário das vanguardas positivistas, negam a associação entre a arte e a sociedade, considerando que a arte deve existir por si própria, independentemente de quaisquer condicionamentos exteriores ao processo criativo do homem, e que a preocupação fundamental do artista é a qualidade conceitual da obra, não devendo preocupar-se com a mensagem que possa ser transmitida pela obra, mas antes com a sua expressão formal, privilegiando a subjetividade poética, em detrimento da objetividade comunicativa da linguagem.

55 Entre os movimentos que atuam no campo das artes identificam-se com as vanguardas positivistas o Cubismo, o Construtivismo, o Neoplasticismo, o Suprematismo, o Abstracionismo e o Concretismo.

56 A procura de soluções sistémicas capazes de responder às alterações do território e às suas condições de uso continua a ser a posição dominante da arquitetura paisagista contemporânea.

subsistiram ainda propostas compatibilizadoras entre estes dois extremos formais, entre os quais M. Raposo Magalhães (2001) cita como exemplo Rudolf **Steiner** (1861-1925) que procurou uma abordagem plástica da arquitetura baseada no diálogo entre a função, o sítio e o contexto cultural, procurando superar as fronteiras que separavam a estética positivista associada ao modelo, ao rigor científico, ao processo lógico-dedutivo, à análise quantitativa, à uniformidade, à repetibilidade, ao plano e à linha reta, da estética expressionista associada à singularidade, ao sentimento, à arbitrariedade, à análise qualitativa, à organicidade, ao volume e ao traço fluído e curvilíneo. Contudo, no período entre as duas guerras mundiais, seria o racionalismo/funcionalismo a tornar-se a corrente dominante do período modernista.

A evolução da arquitetura moderna, após a primeira guerra mundial, viria a ser marcada pela radicalização de conceitos posta em prática pelo movimento alemão da escola *Bauhaus* e pelo movimento holandês *De Stijl*⁵⁷. O grupo *De Stijl* apoiou-se no ideário artístico do pintor Piet **Mondriaan** (1872 – 1944) que propunha uma representação dos objetos segundo um sistema geométrico racional, por forma a evidenciar e explicar as suas estruturas de base⁵⁸ (Tietz 2000). A *Bauhaus* de Walter **Gropius** (1883 – 1969) recupera a necessi-

57 Também na União Soviética se assistiu no início do século XX ao surgimento de novas formas de expressão artística que refletiam os ideais da revolução política ocorrida com a tomada de poder bolchevique. Entre esses movimentos, o «suprematismo» do pintor Kazimir **Malevich** (1879 – 1935), que reduzia ao extremo as estruturas geométricas básicas do cubismo, veio a ter uma grande influência sobre os movimentos holandeses *De Stijl* e alemão *Bauhaus*, tendo por objetivo atingir uma abstração pura, em que a supremacia da expressão era outorgada à emoção. Este novo conceito foi posteriormente transferido para a arquitetura, surgindo projetos em que os seus elementos funcionais eram reduzidos ao mínimo indispensável, sendo a sua forma dominada por uma construção pura. Os projetos arquitetónicos idealizados ou construídos segundo estes princípios passam a incorporar o designado **Construtivismo** russo que, tal como o Futurismo italiano, assentavam na crença ilimitada do progresso possibilitado pela aplicação dos novos conhecimentos técnicos ao domínio da construção, resultando em propostas que revelavam um grande dinamismo (Tietz 2000).

Na Itália, excluindo o Futurismo, surgido antes da primeira grande guerra, que nunca chegou a ver concretizada nenhuma das suas propostas, apenas no período fascista se afirmariam duas correntes arquitetónicas de carácter modernista: o Neoclassicismo Monumental e o Racionalismo Italiano. Estes dois movimentos, ainda que seguindo os princípios estéticos do Modernismo, não rejeitavam, ao contrário dos movimentos modernistas alemães de base ideológica socialista, a herança histórica e a representação simbólica da arquitetura clássica italiana. Ao conjugar a harmonia baseada na teoria das proporções da antiguidade clássica e a interpretação simbólica dos valores arquitetónicos herdados do passado com os requisitos estético-funcionais do Modernismo, o Racionalismo Italiano viria a tornar-se por um breve período compreendido entre 1920 e 1940 na arquitetura dominante e representante do estado italiano, perdendo, a partir de 1935, a sua influência a favor do Neoclassicismo Monumental, mas subsistindo até à década de 1980 (Tietz 2000).

58 A realização em Paris, em 1925, da abreviadamente designada Exposição Art Déco (Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas), constituiu um momento essencial para o desenvolvimento dos jardins em todo o mundo, tendo aí sido apresentados um conjunto notável de trabalhos, entre os quais o Jardim do arquiteto e designer francês de Robert Mallet-Stevens (1886 - 1945) (árvores em betão e formas geométricas) e o Jardim de Água e Luz de Gabriel Guévrekian (1892? - 1970), no qual o principal motivo é um triângulo — na forma geral, na piscina, nos azulejos, no relvado; a esfera facetada com espelhos, rodando e captando e refletindo luz. Contudo, o jardim é mais do que a exploração da forma geométrica, ele permitiu desenvolver a forma dos jardins. Embora ainda sujeito a uma simetria e a uma composição axial, propõe a utilização de materiais novos, rejeitando os modelos históricos. Entre os mais influentes arquitetos paisagistas a nível mundial contam-se, entre outros: Fletcher Steele (1885 – 1971), arquiteto paisagista norte-americano, converteu-se ao estilo Art Déco, após ter visitado esta exposição internacional; Jens Jensen (1860 - 1951) arquiteto paisagista que, tendo trabalhado com Frank Lloyd Wright nas suas casas, aplicando o «estilo pradaria», rejeitou o ecletismo a favor do carácter do lugar; Thomas Doliver Church (1902 – 1978), arquiteto paisagista norte-americano, no seu livro *Gardens are for People*, 1925, define os quatro princípios essenciais do desenho modernista: unidade, funcionalidade, simplicidade e escala, e; Lawrence Halprin (1916 – 2009), arquiteto paisagista norte-americano, conjuntamente com Lawrence Halprin elaboram o projeto do Donnell Garden, em Sonoma, Califórnia.

dade de incorporar o artesanato na esfera artística, levando ao extremo a combinação de funcionalidade, simplicidade e padronização, a que **Gropius** chama «a nova objectividade», numa tentativa de seguir os ideais socialistas.

A perda do sujeito

No IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (**CIAM**), realizado em 1933, sob o tema «A cidade funcional», foram desenvolvidas as ideias dos utopistas do século XVIII conducentes à libertação do homem do seu meio físico, económico e social e apresentados os princípios para a resolução dos problemas higienistas herdados do desenvolvimento das sociedades industriais do século XIX, baseados na utilização da luz, de espaços verdes abertos e arejados e na segregação das funções básicas do espaço arquitetónico e urbanístico, que consistiam no direito universal à habitação, ao trabalho, ao recreio e à circulação⁵⁹ (M. Raposo Magalhães 2001).

O mito de Orfeu⁶⁰

O princípio formal de composição dos espaços urbanos que vigorou durante o período barroco — e que se regia pela interligação dos elementos arquitetónicos, em que os elementos simbólicos detinham uma posição essencial — é substituído pelo princípio funcional modernista, em que as funções simbólicas são preteridas a favor das funções de uso, e os diferentes espaços funcionais passam a estar desligados do seu suporte ecológico. Esta posição é resumida por M. Raposo Magalhães (2001, p.102), segundo a qual «a Arquitetura moderna pretendeu que a função absorvesse a expressão, ou, mesmo, na sua forma mais extrema, excluísse a necessidade de expressão».

A primazia dada à unidade de habitação, cuja tendência se acentuou após a realização do **CIAM II**, realizado em 1929, sobre o tema «A habitação para o mínimo vital», relegou o estudo da morfologia urbana para um segundo plano, retirando ao espaço público — diluído pelo espaço privado — o seu papel primário de formação da imagem urbana e base fundamental de suporte às vivências coletivas. Por outro lado, paradoxalmente, as preocupações higienistas do Modernismo tratavam a luz e espaços verdes como elementos desligados da estrutura ecológica que lhes servia de suporte físico (M. Raposo Magalhães 2001).

59 Já no final do século XIX, Ebenezer Howard (1850 – 1925) descreve a cidade utópica, publicando a monografia *Garden Cities of Tomorrow* (1902), na qual os seus habitantes coabitam em harmonia com a natureza, pensando a cidade como um todo e incluindo na sua teorização sobre o desenvolvimento urbano questões como a mobilidade e a relação dos espaços públicos com os jardins, numa tentativa de resolver os problemas de vivência urbana.

60 Metáfora que serviu para intitular a revista Orfeu, na qual colaboravam vários artistas modernistas portugueses que, apesar de manterem influências de movimentos precedentes como o Simbolismo e o Impressionismo, pretendiam colocar em causa todas as convenções sociais, abrindo o caminho para um novo futuro, sem olhar para o passado.

A forma segue as funções de habitar, trabalhar e circular, sendo o espaço morfológico natural relegado a favor do espaço tipológico edificado

No que concerne ao planeamento urbano o período modernista foi marcado pela relegação do tratamento dado ao espaço morfológico para um segundo plano, relativamente ao espaço tipológico edificado, passando os edifícios a constituir elementos independentes dos alinhamentos viários, retirando às ruas e praças o seu papel de formação da imagem da cidade e de referência pública nas vivências coletivas dos espaços urbanos. À medida que os principais núcleos urbanos se expandem para a periferia, acompanhando os fluxos migratórios do campo para a cidade, a **paisagem** rural perde progressivamente função primordial ligada ao trabalho, passando a ser vista como locais de lazer das classes trabalhadoras urbanas. Nas deslocações entre os locais de residência, de trabalho e de lazer os transportes passam a constituir uma terceira componente do planeamento urbano funcional proposto pelo Modernismo (M. Raposo Magalhães 2001).

A forma segue a função ecológica, desenvolvendo-se o conceito de *Continuum Naturale*

As alterações funcionais ocorridas entre o campo e cidade e a necessidade crescente de **requalificação** ambiental dos espaços urbanos conduziu ao desenvolvimento científico do conceito ecológico de Estrutura Verde Urbana, proposto e aplicado empiricamente pela primeira vez em 1880 por Frederick Law **Olmsted** (1822 – 1903), no Sistema de Parques de Boston, e no Plano de Berlim, elaborado em 1929, baseados nos modelos românticos de Estrutura Verde. Estes princípios de base ecológica empírica viriam a traduzir-se no conceito ecológico de base científica que passou a designar-se por *Continuum Naturale* e que pretende preservar e recuperar as estruturas fundamentais da **paisagem**, assumindo formas e funções urbanas tão diversas como o de criação de espaços de lazer e recreio, integração paisagística de infraestruturas e edifícios e enquadramento de ruas e praças (M. Raposo Magalhães 2001).

A arquitetura paisagista moderna rompe com o formalismo dos jardins clássicos e com o simbolismo dos jardins românticos, mantendo a estética formal da tradição pintoresca dos jardins ingleses e a estética romântica da representação da natureza

A abordagem formal da conceção de espaços verdes prosseguida pela arquitetura paisagista no período moderno, segue os princípios gerais dos modernistas⁶¹, não aplicando, contudo, de forma radical os conceitos racionalistas traduzidos em formas básicas da geometria euclídeana. Ainda que rompendo com a formalidade dos modelos históricos dos jardins dos períodos romanos e renascentistas, a rutura da arquitetura paisagista com os modelos históricos, durante o período modernista, não é total. Ao mesmo tempo que ar-

61 Christopher Tunnard (1910 — 1979), arquiteto paisagista canadiano, escreve, em 1938, o livro *Gardens in Modern Landscape*. A partir desta década as intervenções da arquitetura paisagista moderna passam a ser mais amplamente difundidas. A visão modernista de que «a forma segue a função» passa a ser adotada e a forma espacial torna-se o elemento fulcral do projeto, procurando-se uma nova abordagem através de um desenho e estética que integrassem materiais e tecnologias modernas, por forma a refletir o estilo de vida moderno, negando-se os estilos históricos e rejeitando-se as composições axiais e simétricas.

quitetura paisagista rejeita o formalismo dos modelos racionalistas dos jardins clássicos, continua a conceber espaços segundo a tradição naturalista de composição de espaços verdes que vigorou durante o período grego e Romântico, passando, adicionalmente, a haver uma preocupação com os aspetos funcionais da estrutura ecológica subjacente aos espaços de intervenção (M. Raposo Magalhães 2001).

A prática da arquitetura paisagista moderna consubstancia-se, assim, na criação de espaços zonais com usos funcionais diferenciados, rejeitando alguns dos aspetos que marcaram os modelos dos jardins históricos, entre os quais o desenho dos espaços baseados em eixos artificiais axiais que estruturavam simetricamente os jardins formais clássicos e a introdução de elementos decorativos, entre os quais o recurso à técnica da topiária e a quaisquer formas de vegetação talhada, abandonados já durante o Romantismo, bem como a rejeição da utilização de elementos simbólicos⁶² e a utilização de material vegetal exótico em voga durante este último período histórico e substituído pela utilização de vegetação climática adaptada às condições ecológicas locais (M. Raposo Magalhães 2001).

O conceito de jardim modernista, atrás enunciado, pode ser apreciado em Portugal, onde um dos primeiros jardins modernistas foi projetado em 1953 pelo arquiteto paisagista António **Viana Barreto** (1924-2012), para o enquadramento paisagístico da envolvente da Torre de Belém (#113, Anexo 4), Figura 26.

A proposta de enquadramento paisagístico de António **Viana Barreto** para a **Torre de Belém** (#113, Anexo 4), executada em 1958, concilia subtilmente o traçado modernista, nas soluções funcionais apresentadas, com o estilo paisagista, na composição formal do jardim, segundo os princípios do **pinturesco** avançados por Humphry **Repton** no final do século XVIII (que se coadunam com a estética modernista), ao organizar o espaço em três planos principais: um primeiro plano dominado pelo traçado geométrico da torre, ornamentado simbolicamente com três palmeiras (únicas plantas exóticas usadas no projeto, simbolizando os novos mundos trazidos pelos navegadores portugueses); um segundo plano, intermédio, formado por uma zona de clareira arrelvada em forma de concha, à semelhança dos espaços abertos criados por '**Capability** **Brown**', gerando um anfiteatro rematado junto à torre por dois conjuntos de degraus em pedra calcária (relvado que para os modernistas evoca os prados campestres), e; um plano de fundo formado por vegetação arbustiva e arbórea autóctone que confere ao local o seu carácter natural de **paisagem** da estremadura (sebe arbustiva que na linguagem modernista se traduz nas matas das paisagens rurais). Adicionalmente, o carácter modernista da proposta é conferido pela fluidez dos traçados, pela recusa na criação artificial de eixos axiais estruturantes, pela preocupação de ordem ecológica e ambiental tida com a seleção de plantas autóctones bem adaptadas ao clima local, e pela prioridade dada à mobilidade e conforto da circulação pedonal, com o intuito de criar uma diversidade de pontos de vista sobre o monumento.

62 A estética modernista continua, contudo, a utilizar nos espaços públicos e privados, elementos evocativos das paisagens rurais como tanques em representação dos rios e lagos, relvados em representação dos prados, sebes em representação das matas e latadas em representação da agricultura (M. Raposo Magalhães 2001).

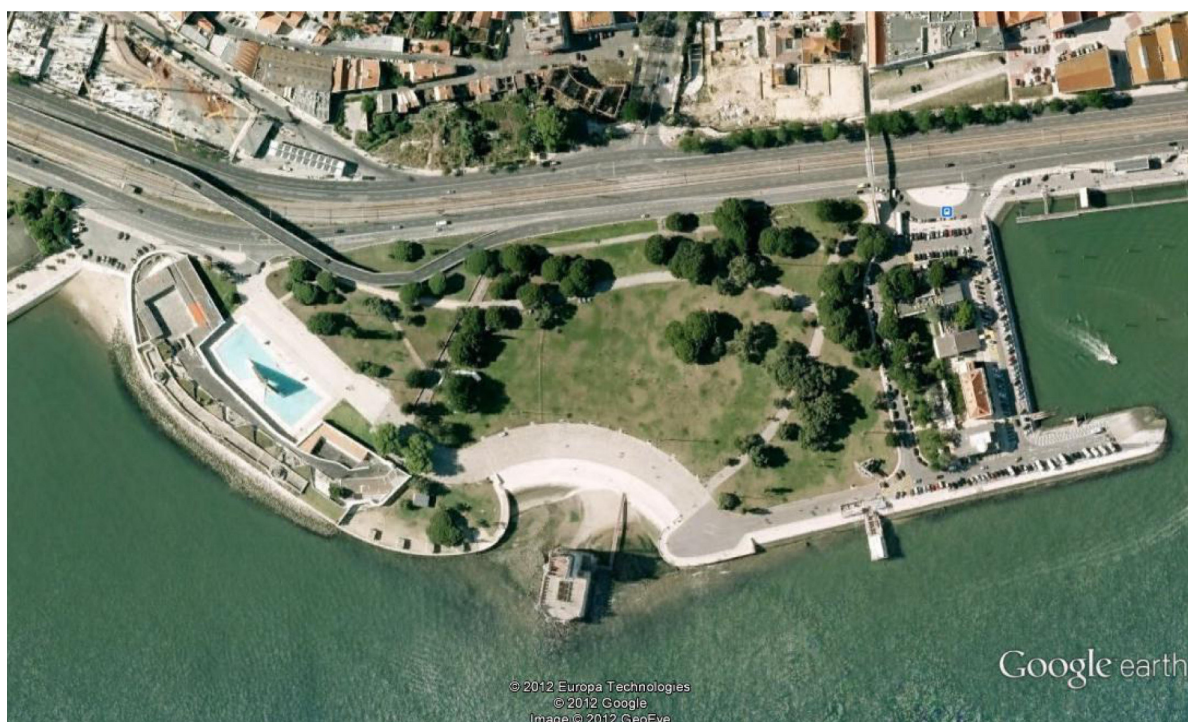


Figura 26. Vista aérea sobre o Jardim da Torre de Belém, no Restelo, projetado por **Viana Barreto** em 1957. Foto: 2001. Fonte: Google Earth.

M. Raposo Magalhães (2001) caracteriza o período moderno porque passou a arquitetura paisagista como «dando origem a espaços pouco criativos, sem surpresas que, frequentemente, se remetiam ao simples enquadramento das funções que suportavam», realçando o facto de que «A influência da ecologia na Arquitetura Paisagista moderna gera assim uma atitude de contextualização, não só ecológica, como cultural, que se pode considerar oposto à 'descontextualização' ou desenraizamento praticado pela Arquitectura», considerando que «a Arquitetura Paisagista moderna foi, em certa medida, inclusiva das componentes culturais, ecológicas e funcionais, no sentido que actualmente se defende⁶³, tendo sido a ecologia a entidade ligante ao nível temporal, científico e espacial (ou territorial)».

Durante o período moderno a Arquitetura Paisagista pecou, contudo, pelo excesso dado à inclusão formal das componentes ecológicas (M. Raposo Magalhães 2001), descurando as componentes históricas e culturais – que distinguem as especificidades locais, resultando as intervenções arquitetónicas realizadas em formalizações indiferenciadas dos espaços urbanos – e não procurando estabelecer uma interligação entre os espaços públicos e privados, resultando em propostas pouco atrativas e sem capacidade de criar espaços de convivência.

63 O arquiteto paisagista é obrigado, de acordo com Manuela Raposo Magalhães, a praticar uma arquitetura do tipo inclusivo, ao ter que lidar com diversas áreas do saber e com diferentes sensibilidades e sentidos estéticos, que se cruzam com campos disciplinares distintos, mas que, em maior ou menor grau, são complementares ou imprescindíveis à arquitetura paisagista, quer tenham por âmbito atuar diretamente sobre o território, ou indiretamente sobre este, através da sua ação sobre a economia, a sociedade, ou a política, uns socorrendo-se de métodos mais objetivos de análise do seu objeto de estudo, outros de métodos mais subjetivos e mais sujeitos à imprevisibilidade do seu comportamento e evoluções futuras.

O discurso ecológico, devido às posições radicais de muitos dos seus defensores a favor de um ecocentrismo quase absoluto, excluindo o homem dos sistemas ecológicos, contribuiu para uma certa desacreditação deste movimento, ressurgindo porém, esporadicamente, um fervor ecologista em momentos pontuais de crises ambientais⁶⁴.

Ao nível do planeamento urbano M. Raposo Magalhães (2001) evidencia que o recurso ao método analítico e à crescente especialização para a caracterização de realidades complexas, posto em prática durante o período moderno, dificultou a promoção da interdisciplinaridade, adiantando que a introdução desta prática inovadora, falhou sobretudo nos países latinos que «prosseguiram na tradição das academias de 'Belas-Artes', em que o 'autor' do plano era capaz, sozinho, de delinear o plano, ignorando os pressupostos ecológicos».

Natureza e conceção paisagística no Pós-modernismo

Com a realização do **CIAM X**, em 1956, sob o tema «Habitat» é oficialmente reconhecido que a Carta de Atenas não corresponde às necessidades espirituais do homem moderno. O Pós-modernismo surge, assim, como contestação ao falhanço do Modernismo em criar espaços com os quais os cidadãos se identificassem e em que os peões pudessem circular. Seguindo a atitude modernista de rutura com os períodos históricos antecedentes, a resposta dos pós-modernistas passa essencialmente pela apresentação de um novo axioma diametralmente oposto ao que era anteriormente aceite (M. Raposo Magalhães 2001), propondo a reintrodução do simbolismo e de um conjunto de referências históricas e culturais na obra arquitetónica, e pela revalorização de um conjunto de funções subjetivas⁶⁵ relegadas para um segundo plano pelos modernistas, mas consideradas pelos pós-modernistas como necessárias para completar o espírito do homem contemporâneo.

O Pós-modernismo contesta a primazia dada pelo Modernismo à função, sobre a forma

A partir de 1956⁶⁶ vários críticos, entre os quais P. Francastel e Giedione, seguindo a po-

64 A temática ambiental foi recentemente recuperada, na sequência dos recentes alertas sobre as alterações climáticas. Continua, contudo, como um tema de debate envolto em grandes controvérsias, sendo o palco de uma intensa luta de bastidores entre grupos de interesse económicos e ambientalistas. Portugal tem tido, na figura de Gonçalo **Ribeiro Telles**, uma das principais referências na defesa das causas ambientais, ecológicas e de ordenamento do território, sendo um exemplo de dedicação incondicional à proteção da natureza.

65 Este posicionamento mantém-se atualmente, considerando Andresen (1992, p.73) que «A arte de hoje, mais abstrata do que figurativa, assume-se prioritariamente como expressão e não como representação. A estética a partir do século dezanove demitiu-se do seu interesse pela natureza dedicando-se e privilegiando a componente emocional e psicológica da experiência estética deixando à ciência o estudo do objeto natureza. Perdeu-se, assim, o debate crítico sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, só retomado ao longo da recente crise ecológica e despoletado pelos movimentos ambientais».

sição expressa por Lewis **Mumford** (1895 – 1990), em 1934, no seu livro *Thecnics and Civilization*, questionam a tentativa de mecanização do ser humano seguida pelos modernistas. Ainda antes da segunda guerra mundial Alvar Aalto e Frank L. Wright opunham-se ao racionalismo da arquitetura moderna (M. Raposo Magalhães 2001).

M. Raposo Magalhães (2001), sintetiza o Pós-modernismo como contestando a prioridade dada pelo Modernismo à função, sobre a forma, bem como a atitude determinística e simplificadora resultante do pensamento analítico e dedutivo dos modernistas, constatando e aceitando, por sua vez, a complexidade das circunstâncias particulares das realidades locais, abandonando para isso o pensamento global a favor da individualidade da obra e alheando-se, por conseguinte, dos contextos formais e funcionais da sua envolvente. Considera, ainda, M. Raposo Magalhães (2001), que perante o falhanço do Modernismo no que concerne às intervenções à escala do **território** com vista à remodelação da sociedade, o Pós-Modernismo resignou-se a aceitar o caos urbanístico resultante do crescimento urbano que se verificou a partir dos anos de 1960, optando por proceder a intervenções pontuais no espaço herdado da modernidade.

Venturi esboça o primeiro corpo teórico do Pós-modernismo

O primeiro corpo teórico do Pós-modernismo é apresentado por Robert **Venturi**, no seu manifesto de 1966 intitulado *Complexidade e Contradição em Arquitetura*, em que desenvolve o pensamento esboçado anteriormente por Louis **Kahn** (1901 – 1974), e expressa a necessidade de complementar a simplicidade racionalista nos processos de transformação do espaço com a introdução de elementos mais complexos e contraditórios, portadores de sentimentos mais expressivos e poéticos, como forma de alcançar-se uma experiência mais completa da realidade.

M. Raposo Magalhães (2001) diferencia o Pós-modernismo num primeiro momento dominado pelo pensamento Estruturalista⁶⁷ e um segundo momento, Pós-estruturalista, descrente na metodologia racionalista de estruturação e organização do espaço, baseando antes as suas intervenções na incerteza e acaso e recusando quaisquer construções teóricas.

Legibilidade, identidade, lugar, complexidade, inclusividade

Ainda, segundo M. Raposo Magalhães (2001), a perspetiva estruturalista da **paisagem**, subjacente ao conceito ecológico de Contínuo Natural, insere-se na abordagem morfológica de desenho urbano

66 Lyotard considera o final da década de 1950 como marcando a passagem do Modernismo ao Pós-modernismo, considerando outros autores o Maio de 1968 como a data de afirmação desta nova corrente de pensamento. Charles Jenks, citado por M. Raposo Magalhães (2001), situa o fim da Arquitetura Moderna no dia 15 de Julho de 1972, às 15h32, no momento em que se implodiu a urbanização social modernista de Pruitt-Igoe, em St. Louis, Missouri, EUA.

67 A imagem da cidade e o conceito de legibilidade que se forma mentalmente nos observadores e expressa fisicamente no meio, defendida por **Lynch**, resume a linha de pensamento desenvolvida por muitos estruturalistas, entre os quais a *Tendenza italiana*, de Rossi, e ainda Aymonino, Portoghesi, Grassi, Cerassi e Rapoport, que recuperam os conceitos de morfologia e topologia aplicados ao desenho urbano (M. Raposo Magalhães 2001).

aplicada pelos estruturalistas, de entre os quais destaca a figura de Kevin **Lynch** (1918 – 1984), para o qual o conceito de legibilidade do espaço era considerado como fundamental, permitindo o desenvolvimento dos conceitos de identidade, por permitir o reconhecimento espacial dos locais por parte das pessoas, e o desenvolvimento do conceito de lugar, ao permitir a referência desses mesmos locais.

Aos conceitos de legibilidade, identidade e lugar, Robert **Venturi**, no seu manifesto de 1966, acrescenta à arquitetura o conceito de complexidade, introduzido, segundo M. Raposo Magalhães (2001), por Edgar **Morin**, e ao qual Manuela Raposo Magalhães associa o conceito de inclusividade.

«A arquitetura Pós-moderna não passa, muitas vezes, de intervenções pouco criativas, às quais se colam elementos históricos do passado clássico» (M. Raposo Magalhães 2001)

É entre os conceitos de complexidade e contradição de Robert **Venturi** que M. Raposo Magalhães (2001), incorpora o conceito de inclusão, considerando esta autora que a inclusão dos diversos fragmentos históricos e culturais de um lugar devam ser ligados racionalmente, por forma a criar-se um todo globalmente coerente, e não superficialmente, sem um aprofundamento das razões que possam justificar as soluções formais propostas e concretizadas por muitos pós-modernistas. A posição de equilíbrio apresentada por Manuela Raposo Magalhães segue, pois, a linha de pensamento de **Venturi**, ao considerar a necessidade de se estabelecer uma hierarquia que possibilite a expressão dos diversos níveis de significado dos diferentes elementos de valor, ou citando M. Raposo Magalhães (2001, p.148), «a necessidade de criar uma estrutura que articule os elementos contraditórios».

Ao nível conceptual o Pós-modernismo rejeita a metodologia analítica e decomposição temática desenvolvida na década de 1960, na sequência dos trabalhos de Ian **McHarg** (1920 – 2001), optando antes por uma abordagem inicial de síntese, baseada na intuição dos projetistas e na técnica neoclássica do pré-conceito utilizada pela Escola das Belas Artes em meados do século XIX, por considerarem este método como potenciador do processo criativo individual (M. Raposo Magalhães 2001).

A arquitetura é comunicação

A reincorporação dos valores simbólicos na linguagem arquitetónica é vista pelos pós-modernistas, de acordo com M. Raposo Magalhães (2001, p.152), como uma forma de «aprofundar a capacidade de comunicação entre objeto arquitetónico e utilizador», procurando assim conciliar um potencial confronto entre uma estética do produtor e uma estética do recetor⁶⁸.

A linguagem simbólica do espaço urbano é revalorizada com o objetivo de permitir uma leitura dos valores culturais históricos e contemporâneos da sociedade, passando a arquitetura a incorporar ele-

68 Desenvolvemos esta questão na sub-secção do Capítulo 4. intitulada «Estética de produção v.s estética de receção», na página 41.

mentos arquitetónicos com forte impacto visual e a recuperar o princípio barroco de interligação dos elementos urbanos⁶⁹ – em contraponto com os princípios de neutralidade dos elementos arquitetónicos e autonomização dos elementos urbanos praticados pelo movimento moderno (M. Raposo Magalhães 2001). Este processo intensificou-se a partir da década de 1970, acompanhando a crescente expansão dos meios de comunicação e o acesso massivo das populações aos materiais produzidos pelas novas indústrias ligadas ao audiovisual⁷⁰.

Ao nível compositivo, a técnica de sobreposição, em que cada tema é analisado individualmente e previamente à sua colagem final, apesar de não permitir uma integração de síntese dos seus elementos, constitui-se não só como uma técnica que permite a expressão da complexidade arquitetónica, mas também como uma alternativa criativa à técnica do pré-conceito (M. Raposo Magalhães 2001).

Ao nível da autoria do projeto, segundo M. Raposo Magalhães (2001), o princípio da participação pública no desenvolvimento dos projetos com o objetivo de possibilitar uma melhor integração e contextualização da obra, deveria conduzir a uma diminuição da valorização dada pelos modernistas ao conceito de autoria, o que na generalidade dos casos não se verificou, passando-se a abordar o projeto como um meio de promoção profissional individual e não como um meio de promoção da qualidade de vida da coletividade.

69 Também as ruas e quarteirões do período barroco, organizados segundo o sistema de lotes voltam a formar o tecido urbano pós-moderno, passando, contudo, os espaços privados dos logradouros a constituir um espaço público ou semipúblico (M. Raposo Magalhães 2001).

70 No final da década de 1970 surgem dentro do Pós-modernismo correntes contrárias a esse movimento, das quais se destaca o **Desconstrutivismo** pelo seu radicalismo, quer ao nível das suas propostas formais, ao rejeitarem a ordem modernista, optando por expressar a natureza caótica do mundo, quer ao nível das suas propostas programáticas, ao defenderem que a conceção do espaço não deve integrar-se no seu contexto, mas criar novas contextualizações, nem dar resposta às necessidades dos seus utilizadores, mas, pelo contrário, permitir que este se liberte das suas necessidades (M. Raposo Magalhães 2001).

Anexo 2: Inventário de casas-forte objeto de análise

Neste anexo apresentam-se as casas-forte sobre as quais são conhecidas as suas funções originais e que foram objeto de análise neste trabalho.

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de proteção ⁷¹	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
001	Casa da Torrinha Mirandela, Vale de Telhas	- / -	Séc. XV (torre)	Torre: s.d. Espaço ext.: público, urbano	s.d.	Flanqueada. Quadrangular, 3 pisos, vão de entrada no piso térreo. Janelas no segundos e terceiro pisos. Possui gárgulas com carrancas.
	Estilo: Arquitetura residencial renascentista. Enquadramento: Urbano, flanqueada em quarteirão no centro de povoação rural. Obs.:					
002	Quinta da Torre Lamego, Parada do Bispo	- / 6	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Obs.:					
003	Casa da Torre São João da Pesqueira, Espinhosa	- / 6	Séc. 17	s.d.	s.d.	s.d.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural. Obs.: Zona inferior, era a Cadeia dos Frades. Paisagem do Alto Douro Vinhateiro (Figueiredo 2002a).					
004	Casa de Azevedo / Casa da Torre das Pedras / Quinta da Corredoura e Capela São João da Pesqueira, Paredes da Beira	IM / 2	Séc. 11 (torre) Séc. 13 (casa) Séc. 14 / 15 (casa) Séc. 17 (casa) Séc. 18 (casa e capela)	Torre: não existe Solar: residencial Espaço ext.: propriedade rústica	Privada: pessoa singular	Demolida
	Estilo: Arquitetura residencial e religiosa, maneirista, de raiz românica. Enquadramento: Rural, ligada a solar com capela barroca, planta em L, em quinta murada na periferia de povoação rural. Obs.: Arquitetura atribuída a Nicolau Nasoni e Mestre António Pereira. Os corpos dos Santos Mártires de Marrocos, São Paulo e São Félix, foram enviados de Roma e colocados na Capela, a que se vieram juntar posteriormente mais de 2.000 relíquias (Marques 1998a). Torre das Pedras, de que foi senhor José de Azevedo de Almeida, capitão-mor de Paredes, na Beira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XI, p.98, Tomo XV, p.120, Tomo XXVIII, p.235).					
005	Torre do Solar dos Morais Bragança, Morais	- / -	s.d. Séc. 19 (demolição da torre)	Torre: não existe Solar: s.d. Espaço ext.: s.d.	s.d.	Demolida
	Estilo: Enquadramento: Situada no lugar de Morais, termo de Bragança. Obs.: No último quartel do século XIX, ainda existiam vestígios da existência da torre (Sanches de Baena 1872), «e se tem achado vestígios e alicerces que insinuam foi edifício grande. [...] Os moradores de Morais dizem que em esta torre viviam os senhores dele e mostram um campo plano que chamam corredora, onde estes fidalgos exercitavam os cavalos» (B. Rodrigues <i>et al.</i> 2012, p.189). Torre de Morais, de que foi senhor Rui de Morais (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXI, p.43).					
006	Casa da Torre / Casa dos Gouveia Tarouca, Tarouca	- / 6	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	Estilo: Enquadramento: Obs.: Ruínas nos jardins.					
007	Torre de Quintela Vila Real, Vila Marim	MN / 1	Séc. 13 / 14 (torre) Séc. 15 / 16 (remodelação da torre, conjectural)	Torre: Cultural (previsto um museu de numismática)	Pública: estatal (afeta à câmara de Vila Real)	Isolada. Quadrangular, com 3 pisos, 21 m de altura, entrada sobreleva-

71 Todos os registos estão classificados pelo IGESPAR como monumentos.

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
				agrícolas, espaço público		tas no segundo piso e portas balconadas no terceiro piso.
	Estilo: Arquitetura militar e residencial românica e gótica. Enquadramento: Rural, isolada na periferia de povoação rural, junto a terrenos agrícolas, sobranceira ao Ribeiro da Marinheira, afluente do Cabril (Serenio, Teixeira, et al. 1994). Obs.: Camilo Castelo Branco, localiza na torre de Quintela algumas das cenas do seu romance Anátema.					
008	Ruínas da Torre e Honra de Vasconcelos / Casa dos Mouros Amares, Ferreiros	IIP / 1(?)	Séc. 13 Séc. 14 (residência)	Torre e casa: Devoluto (em ruínas) Torre: s.d. Espaço ext.: campos agrícolas, espaço público	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, com pelo menos dois pisos. Porta de acesso no piso térreo.
	Estilo: Arquitetura civil residencial e religiosa medieval. Enquadramento: Rural, ligada a ala anexa, com capela separada, em esporão sobre vale fértil, a este da ribeira de Bário Obs.: É um dos exemplos mais completos do modelo medieval de residência senhorial fortificada composto por torre, anexo e capela (Serenio & Dordio 1994a). Referenciada por Carvalho da Costa (1712, p.414) e (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.97, Tomo XIX, p.88, Tomo XXVII, p.36, Tomo XXVIII, pp.65-66).					
009	Torre de Dornelas / Quinta do Ourteiro Amares, Dornelas	- / 2	Séc. 13 (conjetural) Séc. 17 (edifícios anexos) Séc. 18 (capela e portal)	Torre: s.d. Solar: Residencial Espaço ext.: enquadramento natural, com terreiro interior	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, três pisos, porta de arco quebrado no primeiro piso.
	Estilo: Arquitetura residencial e religiosa, românica, gótica, seiscentista, vernácula e barroca. Enquadramento: Rural, ligada a ala residencial, em quinta, formando uma planta em L. Obs.: Conjunto isolado composto por diversos corpos (casas agrícolas, palheiro, espigueiro e capela) dispostos em torno de um terreiro fechado, situado a meia encosta, com ampla vista sobre um vale (Dinis & Pereira 1999e). Referenciada por (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.118).					
010	Torre do Castro / Castelo do Castro / Casa da Torre / Torre dos Machados Amares, Carrzedo	- / 2	Séc. 14(conjetural) Séc. 16 / 17 (ala residencial) Séc. 20 (casa para caseiros e edifícios de apoio à actividade agrícola)	Torre: s.d. Solar: Residencial Espaço ext.: propriedade rústica, com um logradouro	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, quatro pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, gótica e manuelina. Enquadramento: Rural, ligada a ala anexa, formando uma planta em L, em quinta numa pequena colina, com área circunscrita por muralha e fosso, com um amplo logradouro com edifícios de apoio à quinta e espaçoso terreiro em propriedade agrícola na margem direita do Cávado Obs.: Casa-forte de raiz medieval (Dinis & Pereira 1999e). (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIX, p.88, Tomo XIX, p.114, Tomo XIX, p.138).					
011	Casa da Torre Barcelos, Sequeade	- / 5	s.d.	Torre: inexistente Casa: Residencial Espaço ext.: logradouro de prédio urbano/rústico	s.d.	Demolida
	Estilo: Arquitetura medieval. Enquadramento: Rural, em meia encosta sobranceira sobre o vale da Piedade. Obs.:					
012	Paço de Airó Barcelos, Airó	- / 5	s.d.	Torre: inexistente Solar: Turismo em espaço rural Espaço ext.: propriedade rústica	s.d.	Demolida
	Estilo: Arquitetura medieval. Enquadramento: Rural, solar com edifícios de apoio agrícola, em propriedade parcialmente murada, em pequena elevação. Obs.: Solar de planta em U com jardim no terreiro composto por fontanário central. Ver referência #316, no Anexo 4, ao Solar dos Vilasboas de Airó.					
013	Solar dos Azevedos Barcelos, Lama	VC / 2	Séc. 16 (torre) Séc. 18 (Corpo residencial anexo) Séc. 19 (Edifício adossado à torre) Séc. 20 (recuperação de jardim histórico)	Torre e solar: Serviços administrativos do grupo Sogrape Espaço ext.: propriedade agrícola, com jardins	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, com 3 pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial e religiosa, possuindo a torre uma janela de balcão denotando a influência da renascença italiana. Enquadramento: Rural, ligada a solar residencial, planta em L ou U, em propriedade agrícola, com capela, pomares e jardim histórico. Obs.: O jardim foi alvo, em 1983, de um projeto de recuperação da autoria do arquiteto paisagista Ilídio de Araújo (Serenio & Leão 1994). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.255).					
014	Torre de Aborim Barcelos, Quintiães	IIP / 2	Séc. 13 / 14 (paço, conjetural) Séc. 17 (reformulação do paço, com provável reconstrução da torre) Séc. 20	Conjunto: Devoluto Espaço ext.: propriedade agrícola, com jardim	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular. Dois pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial e religiosa de provável fundação medieval, com elementos de feição barroca.					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de proteção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Enquadramento: Rural, ligada a casa, em propriedade agrícola murada. Obs.: Conjunto formado pelo paço fortificado, anexo, capela e jardim com tanque de fonte com frontão ornamentado (Sereno & Dordio 1994b).					
015	Torre de Carapeços Barcelos, Carapeços	- / 5	s.d.	s.d.	s.d.	
	Estilo: Enquadramento: Obs.:					
017	Torre de Penagate / Torre de D. Egas Pais Vila Verde, Carreiras (São Miguel)	VC (com Despacho de Abertura) / 2	Séc. 14 (torre) Séc. 20 (casa)	Torre: Marco histórico-cultural Casa: residencial Espaço ext.: enquadramento natural/espço público	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, com três pisos. Entrada sobrelevada no primeiro piso em arco quebrado.
	Estilo: Arquitetura militar, medieval. Enquadramento: Rural, isolada/adossada a casa, sobre outeiro dominando o vale de Febros. Obs.: Exemplo típico da casa-forte medieval mandada edificar para fins defensivos (Santos 1996a). Referenciada por Carvalho da Costa (1712, p.116).					
018	Torre dos Coimbras / Torre de Oriz Vila Verde, Oriz (Santa Marinha)	VC / 2	Séc. 14 (torre, conjectural) s.d. (ala residencial)	Conjunto: Devoluto Espaço ext.: s.d.	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular. Dois pisos. Acesso primitivo por porta com arco quebrado, situada no 1º piso
	Estilo: Arquitetura residencial, medieval. Enquadramento: Rural, ligada a casa, inseridas na periferia de povoação, a meia encosta. Obs.: (Santos 1996b)					
019	Torre e Casa de Gomariz Vila Verde, Cervães	VC / 2	Séc. 13 (torre, conjectural) Séc. 16 (reedificação da torre)	Conjunto: Devoluto Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular. Quatro pisos. Porta retangular no primeiro piso.
	Estilo: Arquitetura residencial e religiosa, medieval, renascentista e barroca. Enquadramento: Rural, ligada a ala residencial, com capela barroca, em quinta murada, no vale do Rio Cávado, em local praticamente plano. Obs.: (Santos 1996c). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.251).					
020	Casa da Torre de Alvite / Torre do Outeiro Cabeceiras de Basto, Alvite	VC / 2	Séc. 17 (conjetural) Séc. 18 (casa) Séc. 20	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: propriedade agrícola	Privada: pessoa singular	Integrada. 3 pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, barroca. Enquadramento: Rural, ligada a edifícios anexos, em propriedade agrícola localizada em encosta dominante sobre o vale do rio de Ouro. Obs.: O conjunto organiza-se em torno de pátio interior com fonte central, com solar e capela ligados à torre (Dinis & Pereira 1999a).					
021	Torre de Abadim / Casa do Tronco Cabeceiras de Basto, Abadim	Em estudo / 2	Séc. 16 (conjetural) Séc. 20	Conjunto: Devoluto Espaço ext.: propriedade agrícola	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, de dois pisos
	Estilo: Arquitetura residencial, quinhentista. Ornamentada com gárgulas zoomórficas. Enquadramento: Urbano/Rural, ligada a casa, em propriedade cerrada por muro, inserida na periferia de povoação. Obs.: Segundo a lenda, os assassinos de Inês de Castro, albergaram-se no Couto de Abadim, durante a fuga para Castela, aparecendo de quando em quando, por volta da meia-noite, o fantasma dos algozes transportando a cabeça da rainha (Dinis & Pereira 1999d).					
022	Casa dos Peixotos / Casa de Pouzada Guimarães, Azurém	Em estudo / 3	Séc. 13 (conjetural) Séc. 17 (conjetural, corpo norte) Séc. 18 (casa defronte) Séc. 20 (aumentada a torre com mais um piso e abertura de janelas e porta, florestação da propriedade com carvalhos e castanheiros)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: propriedade agrícola	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, originalmente com dois pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, medieval e seiscentista e revivalista. Enquadramento: Rural, com dois corpos adossados, em afloramento rochoso dentro de propriedade, entre campos de cultivo, rodeada de mata de carvalhos e castanheiros. Obs.: (Dinis & Pereira 1999b). Torre em Calvelo, fundada por Gonçalo Martins de Barros (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p. 158).					
023	Paço de São Cipriano Guimarães, Tabuadelo	IIP / 2	Séc. 15 / 17 (terreiro fronteiro à casa) Séc. 18 (ampliação das casas) Séc. 19 / 20 (alteração e ampliação do paço)	Torre e casa: Turismo de habitação Espaço ext.: pátio, em propriedade agrícola	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, 3 pisos, acesso primeiro piso.
	Estilo: Arquitetura residencial. Solar Barroco, com elementos neomanuelinos e revivalistas. Enquadramento: Rural, com torre central com corpos adossados desenvolvidos em torno de pátio, formando o conjunto uma planta em U, em quinta de zona agrícola de pomares, vinha e pastagens. Obs.: Possui jardins seguindo um modelo formal típico do jardim francês, composto por com fonte ornamental central, com capela barroca separada da casa (Sereno &					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Noé 1994).					
024	Torre da Mota / Casa da Mota Póvoa de Lanhoso, Campos (São Martinho do Campo)	- / 2	Séc. 16 (torre, conjectural) Séc. 18 (reconstrução da torre, construção da casa)	Torre e casa: Devoluto Espaço ext.: propriedade agrícola	Privada: pessoa singular	Isolada, quadrangular. 3 pisos. Acesso pelo primeiro e segundo piso.
	Estilo: Arquitetura residencial, barroca. Foi senhora da Torre Jorge de Almeida Brandão (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.90). Enquadramento: Rural, torre isolada (com vestígios de corpo adossado) e casa em propriedade agrícola sobranceira ao rio Ave. Obs.: (Dinis & Pereira 1999c). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.162). Dizem ser solar de Gomes Fernandes Gondar, a que chamam Casa da Mota, com ruínas de uma torre no andar das casas, outros dizem São Miguel de Travanca, concelho de Celorico de Basto, nas margens do rio Ave, terras de Lanhoso (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXI, pp.102, 106, Tomo XXVIII, pp.58, 208).					
025	Casa da Torre Vieira do Minho, Cantelães	- / 6	Séc. 18 (conjectural, construção da casa)	Torre e casa: Residencial Espaço ext.: propriedade agrícola	Privada: pessoa singular	Integrada.
	Estilo: Arquitetura residencial, setecentista. Enquadramento: Rural: conjunto isolado, planta em L composta por torre adossada a casa, em propriedade agrícola. Obs.: (Basto 2009).					
026	Torre Medieval / Torre Mourisca / Torre de Lourosa de Campos Arouca, Burgo	Em estudo / 3	Séc. 14	Torre: Apoio agrícola (pa-lheiro) Espaço ext.: s.d.	Privada: pessoa singular	Isolada, quadrangular, três pisos.
	Estilo: Arquitetura militar e residencial gótica. Enquadramento: Rural, isolada. Obs.: (Dordio 1997).					
027	Paço de Cesar / Quinta da Torre Oliveira de Azeméis, Cesar	- / -	Séc. 13 (torre) Séc. 18 (demolição da torre)	s.d.	s.d.	Demolido. Altura superior a 8,8m.
	Estilo: Enquadramento: Obs.: Nos finais do século XIII, o Paço de Cesar, provavelmente localizado na Quinta da Torre, nas proximidades da Rua Central de Cesar, Oliveira de Azeméis, era pertença de Afonso Bupal, situando Américo Oliveira os limites da Quinta nos lugares de Cortinhas, Outeiro, Picoto, Travaço e Mato de Arca. A velha torre de Cesar, construída em alvenaria de granito, ainda resistia em 1758, conservando cerca de 40 palmos de altura (8,8 m), como dá conta o Padre Manuel de Azevedo Brandão, Abade de Cesar, na resposta ao quesito n.º 27, do interrogatório feito às paróquias, situando-a junto à residência paroquial (Luís Miguel Silva Pinho, in «Os Descendentes da Honra de Cesar»). Torre da Honra de Cesar, torre que tinha prisão de que ainda hoje existem vestígios, de que foi senhor Sebastião Lopes de Almeida que a deixou a seu sobrinho Fernão Lopes de Almeida (Alão de Moraes n.d., Tomo IV, Volume 2, p.435).					
028	Torre da Rua de Baixo Porto, São Nicolau	- / 6	s.d.	Torre: s.d. Espaço ext.: público urbano	s.d.	Integrada, quadrangular
	Estilo: Arquitetura residencial medieval. Enquadramento: Urbano, torre inserida em quarteirão de centro histórico urbano. Obs.: (P. Costa 2003).					
029	Torre de D. Pedro Pitões / Torre da Cidade Porto, Sé	Zona de Protecção da Sé / 2	s.d. Séc. 20	Torre. Posto de Turismo Espaço ext.: público urbano	Pública: municipal	Isolada, quadrangular.
	Estilo: Arquitetura residencial, revivalista. Enquadramento: Urbano, isolada em centro histórico urbano, implantada em declive. Obs.: Ruína medieval, totalmente reinterpretada no séc. 20, numa linguagem revivalista neogótica (David Ferreira 2004). (Alão de Moraes n.d., Tomo III, Volume 2, p.102).					
030	Torre do Palácio dos Terenas / Torre de Pedro-Sem / Torre da Marca Porto, Massarelos / Torre da Boavista / Torre de Pedro Docem	MN / 1	Séc. 14 (torre) Séc. 18 (palácio)	Residencial / Serviços do Centro de Cultura Católica Espaço ext.: quinta, público urbano	Privada: igreja católica	Integrada, quadrangular. Quatro pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, medieval. Enquadramento: Urbano, ampliada e transformada no séc. 18 pela justaposição de um solar, inserido em quinta do Palácio de Monfalim e Terena, em quarteirão de centro urbano. Obs.: (Sereno & Dordio 1994c).					
031	Casa da Torre (ou Quinta da Torre) Santa Maria da Feira, São João de Ver	IIP / 2	s.d.	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada.
	Estilo: Enquadramento: Rural, ligada a solar, em quinta no meio rural. Obs.: (Alçada 1983).					
032	Paço de Campo Belo Vila Nova de Gaia, Santa Marinha	IIP / 2	Séc. 15 (torre) Séc. 16 / 17 / 18	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: propriedade agrícola, com jardins	Privada: fundação	Interligada. Quadrada.
	Estilo: Arquitetura residencial, quatrocentista, quinhentista, maneirista, barroca, rococó e vernacular.					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Enquadramento: Rural/Urbano, na periferia de centro urbano, em quinta com palácio e jardim barroco, destacada na encosta sul do rio Douro. Obs.: Quinta composta por solar tipo casa-torre e dependências agrícolas vernáculas, rodeada por grande jardim barroco disposto ao longo da encosta em três patamares, sobre o rio Douro, como um anfiteatro, o superior com organização formal com canteiros de buxo e zona de estar com sebes de camélias topiadas, estatuária, bancos com pés volutados, conversadeiras e urnas e o inferior com zona de pomar de citrinos. No extremo da propriedade desenvolve-se densa mata, com acesso por caminhos que partem do jardim (Serenó, Santos, et al. 1994).					
033	Paço de Dona Loba Amarante, Padronelo	MN / 1	Séc. 13 (torre)	Torre: Devoluto Espaço ext.: s.d.	Privada: pessoa singular	Isolada. Quadrangular. Dois ou três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, isolada em encosta, junto do topo de uma elevação, dominando a várzea do rio Ovelha e um amplo vale. Obs.: (Basto 2009).					
036	Torre da Casa de Ronfe Lousada, Meinedo	- / -	Séc. 18	Torre: Residencial Casa: Residencial Espaço ext.: pátio interior, em propriedade agrícola com jardins	s.d.	Quadrangular.
	Estilo: Enquadramento: Rural, ligada a solar, formado um conjunto residencial de planta quadrangular com pátio interior e com jardins formais nos espaços exteriores, em quinta no meio rural. Obs.:					
037	Torre de Vilar (ou Torre da Aparecida) Lousada, Vilar do Torno e Alentém	IIP / 1	Séc. 13/14 (torre) Séc. 19 / 21	Torre: Cultural / Turística Espaço ext.: enquadramento natural	Privada: pessoa singular (afecta à Comunidade Urbana do Vale do Sousa)	Isolada. Quadrangular. Cinco pisos. 18 metros de altura.
	Estilo: Arquitetura militar e residencial, medieval. Enquadramento: Rural, isolada, no topo de um outeiro que se expande para vale com campos agrícolas. Obs.: Monumento integrado na Rota do Românico do Vale do Sousa. (Serenó, Dordio, et al. 1994)					
038	Torre da Pena / Torre de Penafita / Torre de Penafita Marco de Canaveses, Tabuado	- / 5	Séc. 15 (sobre pré-existência, conjectural)	Torre: Marco histórico-cultural Casa: s.d. Espaço ext.: Quinta	Privada: pessoa singular	Isolada (pontualmente adossada). Quadrangular, um piso.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, ligada a casa, em quinta com dependências, numa zona de grande interesse paisagístico. Obs.: (Basto 2007). Ver referência #064, neste anexo, à Quinta da Torre, #145, no Anexo 4, à Torre da Caldas, à Quinta da Torre e #299, no Anexo 4, à Torre da Quinta da Pena.					
039	Torre de Novões / Torre de Novões Marco de Canaveses, Tabuado	IIP / 2	Séc. 16 (torre manuelina, conjectural) Séc. 17 / 18 (ala residencial, remodelação do conjunto) Séc. 20 (anexo)	Torre e casa: Serviços hoteleiros Espaço ext.: s.d.	Privada: pessoa singular	Integrada. 3 pisos.
	Estilo: Arquitetura militar e residencial. Enquadramento: Rural, ligada a ala residencial, em encosta sobranceira ao vale do Rio Ovelha. Obs.: (Serenó & Amaral 1994b). Segundo Felgueiras Gayo, a Casa de Novões possuía três torres, conservando-se apenas duas torres e os vestígios da terceira, indicando Diogo de Barros como o seu primeiro possuidor e situando-a no Couto de Taboado, concelho de Gouveia de Riba Tâmega, na freguesia de São Salvador de Taboado (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.166, Tomo XV, p.177). Segundo Alão de Moraes (n.d., Tomo VI, Volume 2, p.289, foi senhor do couto de Tabuado Luís de Barros, onde tinha torre com prisão.					
040	Casa da Quinta da Torre Paredes, Beire	- / 5	s.d.	Torre e casa: Devoluto Espaço ext.: Quinta	s.d.	Integrada.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, ligada a casa, em quinta com apoios agrícolas. Obs.: Solar alpendrado e quinta com canastro e jardim com fonte com frontão barroco. (P. Costa 2002).					
042	Torre dos Mouros / Torre dos Alcoforados / Torre Alta / Torre do Lordelo Paredes, Lordelo (São Salvador de)	IIP / 2	Sécs. 14 / 15 (torre, conjectural) Séc. 20 (casa)	Torre: Devoluta Casa: Residencial Espaço ext.: Logradouro do prédio	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular. Três pisos.
	Estilo: Arquitetura militar e residencial. Enquadramento: Urbano/Rural, adossada a casa, no quintal de uma vivenda, inserido na periferia de povoação rural, numa pequena elevação rochosa. Obs.: (Serenó & Teixeira 1994) Referenciada por Carvalho da Costa (1706, pp.369, 375). (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, pp.23, 28, Tomo XII, p.96), (Alão de Moraes n.d., Tomo IV, Volume 1, p.158).					
043	Solar e Torre da Honra de Barbosa (Torre de Ataíde, Torre de Atanagildo) Penafiel, Rans	VC (Homologado como IIP - Imóvel de Interesse Público) / 2	Séc. 12 (torre) Séc. 14 / 15 (remodelação da torre e solar)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: terreiro em propriedade agrícola, com jardim	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, dois pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial medieval e quinhentista. Enquadramento: Rural, ligada a ala residencial, com espaço murado em frente à torre, constituindo um terreiro voltado sobre a paisagem e com um pequeno jardim com fonte circular junto à torre, numa pequena elevação do terreno de propriedade agrícola em meio rural.					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de proteção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Obs.: (Serenio 1996). Referenciada por (Carvalho da Costa 1706, p.387). Torre de Ataíde, na freguesia de São Pedro de Ataíde, entre Penafiel e Marco de Canavezes, que agora chamam Honra de Barbosa e que chamavam antes Paços de Atanagildo, por seu sua a fundação (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.65, Tomo V p.68, Tomo VI, p.10), (Alão de Moraes n.d., Tomo IV, Volume 2, p.7).					
044	Torre de Coreixas / Torre de Duri-go Penafiel, Irivo	IIP - Imóvel de Interesse Público	Séc. 15 (conjetural, torre) Séc. 19 (remodelação do conjunto)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, com três pisos.
	Estilo: Arquitetura militar e residencial. Torre medieval. Enquadramento: Urbano/Rural, com solar adossado e capela, em quinta, inserido na periferia povoação rural. Obs.: (Serenio & Amaral 1994a). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.387). Casa e Torre de Coreixas, de que foi senhor Diogo Brandão (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVII, p.16).					
045	Torre da Antiga Quinta do Souto Valongo, Ermesinde	- / 6	s.d. Séc. 20	Torre: Marco histórico-cultural Espaço ext.: propriedade agrícola	Pública: municipal	Isolada. Quadrangular, dois pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Urbano, isolada em periferia de centro urbano. Obs.: (sem interesse arquitetónico). (Filipe 2010).					
047	Torre da Lagariça Resende, São Cipriano	IIP / 2	Séc. 12 / 13 (conjetural) Séc. 17 (adaptação da torre a residência)	Torre e casa: Devoluto Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Isolada (parcialmente adossada). Quadrangular, com três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, românica e gótica. Enquadramento: Rural, parcialmente ligada a solar anexo, em quinta a meia encosta sobre o vale do rio Cabrum. Obs.: O solar possui jardim e o designado tanque das Murtas, em zona rural de interesse paisagístico. (Carvalho 1999a).					
048	Casa da Torre de Tora Arcos de Valdevez, Vale	- / 5	Séc. 11 / 12 (conjetural, torre, casa) Séc. 16/17 (terreiro e fonte) Séc. 18 (transformação da torre) Séc. 19 (ampliação)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: s.d.	Privada: pessoa singular	Integrada.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, ligada a ala anexa, sobre penedo, no alto de uma pequena colina, à beira do rio Lima e serra da do Mezio e do Soajo, envolvendo-a denso arvoredo. Obs.: (Noé 2003b). Referenciada por (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.35, Tomo IV, pp. 78, 89, 118, Tomo XXVIII, p.164), (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 1, p.248).					
049	Paço da Giela Arcos de Valdevez, Giela	MN / 2	Séc. 14 (torre) Séc. 15 / 16 (ala residencial) Séc. 17 / 18 (alterações e acréscimos)	Torre e Casa: Devoluto (conjunto recentemente objeto de um projeto de valorização) Espaço ext.: s.d.	Pública: municipal	Integrada.
	Estilo: Solar gótico e Manuelino. Enquadramento: Rural, ligada a solar sobre uma pequena elevação, na margem esquerda do rio Vez, dominando ampla paisagem. Obs.: Do primeiro paço, ou seja, da construção que se encontrava ligada à torre de carácter defensivo e que seria sua contemporânea, nada resta. (Noé 1998). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.227).					
050	Torre da Grade / Torre de Faro Arcos de Valdevez, Grade	IIP / 2	Séc. 15 (conjetural, torre e solar)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrada, três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial quatrocentista, medieval. Enquadramento: Rural, ligada ala residencial, em quinta solarenga vedada em meio rural. Obs.: (Noé 1992d). Torre fundada por Gonçalo Martins de Abreu, nascido c. 1075, (Gaio, Felgueiras, 1941, Nobiliário de Famílias de Portugal, Tomo I, p. 45, 118, Tomo III, pp.33, 34, 48, Tomo IV, pp. 138, 165, Tomo VI, pp. 145, 165, Tomo XIX, p.196, Tomo XXII, pp.16, 72, Tomo XXV, p.142, Tomo XXVII, p.77, Tomo XXVIII, p.164), (Alão de Moraes n.d., Tomo IV, Volume 2, p.447).					
051	Torre, Casa e Quinta de Aguiã / (Torre de Aguião) Arcos de Valdevez, Aguiã	IIP. VC, Despacho 1993 (Casa e Quinta de Aguiã) / 2	Séc. 14 (conjetural) Séc. 18 (capela) Séc. 20 (obras de recuperação, proposta de traçado de Zona Especial de Proteção, em 1992)	Torre e Casa: Devoluto Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada.
	Estilo: Arquitetura residencial gótica, barroca e neoclássica. Enquadramento: Rural, torre central ligada a solar barroco, em quinta de produção, em elevação dominando visualmente o vale do rio Vez, entre campos de cultivo, limitada a NO. por monte arborizado. Obs.: O conjunto integra uma capela separada e casa dos caseiros, sendo um dos exemplos mais notáveis no Alto Minho de solar barroco com torre integrada ao centro. (Noé & Graça 1992). Foram senhores da Torre de Aguião Diogo Lopes de Aguião e Gonçalo Lopes de Aguião que a possuía em 1620 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo I, p.192, Tomo IV, pp. 82, 83, 217, Tomo V, p. 130, Tomo XII, pp.146, 149, 155, Tomo XVI, p.182, 192, Tomo XIX, pp.43, 55, Tomo XXVII, p.223), (Alão de Moraes n.d., Tomo IV, Volume 2, p.343).					
052	Torre de Lanhelas / Casa da Torre Caminha, Lanhelas	IIP / 2	Séc. 16 (2ª torre) Séc. 19 (3ª torre, ala de ligação à 1ª torre e jardim)	Torre e Casa: Devoluto Espaço ext.: quinta com jardim de buxo	s.d.	Integrada.

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	dim de buxos)					
	Estilo: Arquitetura residencial, renascentista e romântica. Enquadramento: Rural, com 2 torres ligadas por ala residencial, em quinta de exploração agrícola à borda do rio Minho. Obs.: Solar resultante de 3 grandes campanhas de obras: 2 em estilo renascentista e a 3ª com espírito romântico. Pátio quadrado com jardim de buxos e 2 entradas precede a fachada sul. (Noé 1992e). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.285), como possuindo uma magnífica quinta de regalo, a mais perfeita que viu em Portugal. Segundo Felgueiras Gaio a torre de Lanhelas foi construída por Afonso Vaz Bacelar e sua mulher Maria Carmena de Castro (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.102, Tomo IV, p. 146, Tomo V, p. 138).					
053	Solar da Quinta da Torre Monção, Moreira	- / 6	s.d.	s.d.	Privada: pessoa singular	s.d.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Obs.:					
054	Torre e Quinta do Paço Monção, Barbeita	- / 5	Séc. 15 (torre)	Torre e casa: s.d. Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	s.d.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, ligada a edifício, em quinta. Obs.: A torre foi recentemente destruída até ao nível do corpo principal do edifício. Acerca possui portal barroco encimado por pedra de armas. (Noé 2003g). Referenciado por Carvalho da Costa (1706, p.215).					
055	Torre do Outeiro Paredes de Coura, Linhares	- / 6	s.d.	Torre: Devoluta (em ruínas) Espaço ext.: quinta	s.d.	Isolada. Quadrangular.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, isolada, em quinta. Obs.: (Noé 2003f). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.226). Ver referência #243 no Anexo 4.					
056	Torre de Quintela Ponte da Barca, Nogueira	- / 6	Séc. 14/15 (torre) Séc. 18 (casa) Séc. 20 (requalificação da casa)	Torre e casa: Turismo em Espaço Rural Espaço ext.: quinta com jardim de buxo	s.d.	Integrada. Quadrangular.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, ligada a alas residenciais e capela, em quinta com jardim de buxo. Obs.: (Noé 2003e). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.235). e (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, pp.14, 46, 106, 156, 185, Tomo X, p.203, Tomo XI, p.147, Tomo XII, p.150).					
057	Torre de Vila Verde / Torre de Dona Elvira Ponte da Barca, Cuide de Vila Verde	Em estudo / 2	Séc. 13 (conjetural, torre) Séc. 18 (conjetural, obras de remodelação, construção de edifícios agrícolas)	Conjunto: Apoio agrícola Espaço ext.: s.d.	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, medieval / moderna. Enquadramento: Urbano/Rural, ligada a ala residencial, na periferia de povoação rural, a meia encosta, no interior de um espaço agrícola murado, dominando um pequeno vale do rio Vade onde se estendem lameiros que compõem a propriedade. Obs.: (Cerveira 1997). Torre de Vila Verde, de que foi senhor Feliciano de Sousa (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIX, pp.186, 187, 198).					
058	Casa da Torre / Casa da Torre da Passagem / Quinta da Torre das Donas Ponte de Lima, Vitorino das Donas	- / 6	Séc. 17 Séc. 20 (portal)	Torre e capela: s.d. Espaço ext.: propriedade agrícola	s.d.	Torre de três pisos.
	Estilo: Arquitetura civil residencial. Enquadramento: Rural, Torre flanqueada por capela, em propriedade rural. Obs.: A propriedade possui um portal barroco da autoria de Nicolau Nasoni, proveniente do palácio do Freixo. (Noé 2003a). Referenciada por (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.99).					
059	Castelo do Curutelo / Paço do Curutelo Ponte de Lima, Freixo	IIP / 2	Séc. 16 (conjetural, paço) Séc. 19 (abertura de janelas e portas)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada.
	Estilo: Arquitetura residencial, quinhentista. Enquadramento: Rural, no centro da ala residencial., em quinta, cercada por muro, em meia encosta do monte de São Cristóvão dos Milagres ou do Curutelo, sobranceiro a um pequeno vale, sendo envolvido por árvores. Obs.: (Noé 1992c). Torre que possui António Joaquim da Silva Gaio, por prazo que lhe fez a Casa de Bragança a seus antepassados (Felgueiras Gaio 1938, Tomo X, p.138).					
060	Torre da Casa do Mosteiro / Solar dos Velhos Ponte de Lima, Vitorino das Donas	- / 6	s.d.	Torre e casa: s.d. Espaço ext.: quinta	s.d.	Integrada. Três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, ligada a solar, em quinta rural. Obs.: (Noé 2003c).					
061	Torre da Casa do Paço do Beiral Ponte de Lima, Labruja, Labruja	- / 6	s.d.	Torre e casa: s.d. Espaço ext.: quinta	s.d.	Integrada. Três pisos.

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, em quinta com solar. Obs.: (Noé 2003d).					
062	Torre de Malheiros / Torre de Malheiros / Torre de Refóios Ponte de Lima, Refóios do Lima	IIP / 2	Séc. 12 (paço) Séc. 16 / 17 (conjetal, edifício anexo) Séc. 19 (reparação da torre) Séc. 20 (obras de recuperação)	Torre e casa: Turismo de habitação Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, quatro pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, medieval. Torre ligada a ala residencial. Enquadramento: Urbano/Rural, adossada a solar, integrado em ampla propriedade cerrada por muro, na periferia de povoação rural, em plataforma da superfície aluvial do Rio Lima, cultivada com vinha. Obs.: (Amaral 2001). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.202), sendo o morgado da Quinta de Torre de Refóios foi instituída por Lopo Malheiro, filho de Susana de Neiva Lobato, filha de Fernão Taveira da Costa, casada com Gaspar Malheiro ou Marinho Barriga que trouxe a Torre de Refóios (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, pp.100, 158, Tomo IV, pp. 27, 32, 148, 196, Tomo XII, pp.167, 169. 170, Tomo XVIII, pp.18-20, 56-57, Tomo XXII, p.200, Tomo XXV, p.165).					
063	Casa torreada dos Barbozas Aranhas Ponte de Lima, Ponte de Lima	IIP / 2	Séc. 17 (torre, conjetal)	Torre: escritório Casa: Residencial Espaço ext.: público	Privada: pessoa singular	Integrada. Três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, maneirista. Enquadramento: Urbano, ligada a ala residencial, em quarteirão de centro histórico, dentro da malha urbana abrangida pela antiga muralha. Obs.: (Noé 1992a).					
064	Quinta da Torre Valença, Cristelo Covo	- / 6	s.d.	s.d.	Privada: pessoa singular	s.d.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Obs.: Obs.: Morou na quinta da Torre do Outeiro, em Cristelo, concelho de Coura, Pedro de Caldas e Sousa (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.31). Ver referência #038, no Anexo 4, à Torre da Pena, #299, no Anexo 4, à Torre da Quinta da Pena, e referência #145, no Anexo 4, à Torre da Caldas.					
065	Torre de Silva Valença, São Julião (Quintela)	- / 2	Séc. 14 (conjetal, torre) Séc. 16/17 (remodelação da torre) Séc. 20	Torre e casa: s.d. Espaço ext.: quinta	s.d.	Integrada. Quadrangular, três pisos, entrada primitiva por vão com arco quebrado no segundo piso.
	Estilo: Arquitetura residencial e militar, medieval e seiscentista. Enquadramento: Rural, adossada, planta em L., inserida em quinta murada em plataforma agricultada na base de encosta sobranceira ao vale da ribeira das Ínsuas. Obs.: (Amaral 1999b). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, pp.219, 277). Guterre Pais, nascido c. 1050, era senhor da Torre, quinta e solar da Silva (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, pp.202, 204, Tomo IV, p. 138, Tomo X, p.143, Tomo XIV, p.163, Tomo XVIII, p.207, Tomo XXVI, p.170, Tomo XXVII, pp.9-10), (Alão de Moraes n.d., Tomo II, Volume 2, p.141, Tomo III, Volume 1, p.429).					
066	Torre de Paredes / Solar dos Bezerras Viana do Castelo, Meadela	- / 2	Séc. 15(conjetal, corpo central) Séc. 16(conjetal, corpo oeste) Séc. 17 / 18 (outras construções e capela)	Torre e casa: Devoluto (conjunto em ruína) Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada. Quadrangular, com três pisos.
	Estilo: Arquitetura civil privada, gótica, quinhentista e setecentista. Enquadramento: Urbano/Rural, ligada a casa, planta em U irregular, no centro de uma propriedade murada, em quinta, em planície. Obs.: Solar gótico, reformulado na época quinhentista, com características de casa forte, com capela e apoios agrícolas. Possuía uma fonte, uma eira e um espigueiro. (Amaral & M. Rodrigues 2000). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, p.193)					
067	Torre do Paço Viana do Castelo, Geraz do Lima (Santa Maria)	- / 6	s.d.	Torre: s.d. Casa: s.d. Espaço ext.: s.d.	s.d.	Integrada. Quadrangular, três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, ligada a casa, em conjunto isolado do meio rural Obs.: Planta axial. (Noé 1993).					
068	Casa do Paço Vila Nova de Cerveira, Gondarém	- / 6	s.d.	s.d.	Privada: pessoa singular	s.d.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Obs.:					
069	Torre de Reboreda / Torre de Penafiel Vila Nova de Cerveira, Reboreda (Gávea)	- / 3	Séc. 17(conjetal) Séc. 18 / 19	Torre: Residencial Espaço ext.: s.d.	Privada: pessoa singular	Isolada, quadrangular, três pisos, porta de vão retangular no primeiro piso (possivelmente posterior) e no segundo piso.
	Estilo: Arquitetura residencial, seiscentista. Enquadramento: Rural, isolada, em plataforma agricultada na base de encosta sobranceira à planície aluvial do rio Minho. Obs.: (Amaral 1999a). Referenciada por Carvalho da Costa (1706, pp.218, 317).					
070	Torre e Solar dos Metelos	IIP / 2	Séc. 15 (torre, conjetal)	Torre: Devoluta	Privada: pessoa	Integrada. Quadrangular,

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Figueira de Castelo Rodrigo, Freixeda do Torrão		casa solarenga) Séc. 17/19 (solar, conjectural) Séc. 20 (anexos)	Casa: Residencial Espaço ext.: propriedade rústica	singular	três pisos, duas portas no primeiro piso em arco reto.
	Estilo: Arquitetura militar e residencial. Elementos românicos (torre) e arquitetura regional seiscentista (solar). Enquadramento: Urbano/Rural, ligada a casa solarenga, planta em L irregular, na periferia de povoação rural, em propriedade rústica sobranceira à Serra da Marofa. Obs.: (Conceição 1992b).					
071	Casa da Torre Gouveia, São Pedro	MN / 1	Séc. 16 (conjetural) Séc. 20	Torre: s.d. Conjunto: Serviços administrativos / Residencial / Comercial (loja) / Devoluto Espaço ext.: s.d.	Pública: estatal (afeta ao Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico)	Isolada. Retangular irregular, três pisos, porta no primeiro piso.
	Estilo: Arquitetura residencial, manuelina. Enquadramento: Urbano, isolada em centro histórico urbano. Obs.: (Conceição 1992a).					
074	Torre Militar de Gandufe Mangualde, Espinho	- / 3	Séc. 12 Séc. 14 (conjetural)	Torre: Marco histórico cultural (ruína) Espaço ext.: s.d.	Pública: municipal	Isolada. Quadrangular com três pisos.
	Estilo: Arquitetura militar medieval. Enquadramento: Urbano, isolada em periferia de centro rural (TIPU), em zona plana, confinando com zonas agrícolas. Obs.: Ruínas de uma primitiva torre, talvez com função residencial, de que subsistem uma fachada e parte de uma segunda, sem quaisquer evidências de função militar, o que poderá ser reforçado pelo facto de se encontrar implantada em zona plana. (Carvalho 1999b).					
075	Paço dos Bandeira / Solar dos Bandeira / Paço das Fráguas Sátão, São Miguel de Vila Boa	VC. Zona de Protecção do Pelourinho de Ladário / 5	Séc. 14 / 15 (Paço) Séc. 16 (ampliação) Séc. 17 (reconstrução, capela) Séc. 18 (reconstrução capela)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: terreiro e jardim	Privada: Associação Portuguesa de Casas Antigas	Integrada, quadrangular, três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, gótica e barroca. Enquadramento: Rural, em quinta, ligada posteriormente a corpos residenciais dispostos em U incompleto a envolver um pátio. Possui terreiro e jardim integrado na casa e fonte de chafurdo destacada da residência. Obs.: (Figueiredo 2002b).					
076	Torre de Ferreira de Aves Sátão, Ferreira de Aves, Lamas	IIP / 2	Séc. 13/14/15 (conjetural)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: propriedade rústica	Privada: pessoa singular	Isolada. (adossada a construções modernas). Quadrangular, com dois pisos.
	Estilo: Arquitetura militar e residencial, medieval. Torre circundada a norte e oeste por fosso. Enquadramento: Rural, isolada, em quinta. Obs.: Rui Peres de Ferreira, 4.º Senhor de Ferreira de Aves, foi senhor do Paço de Lamas. (Carvalho & M. Costa 1996).					
077	Solar do Dr. Tomáz Ribeiro de Melo Tondela, Parada de Gonta	Em estudo / 2	Séc. 17 (solar) Séc. 19 (construção da fachada posterior)	Torre e Casa: Residencial/Devoluto Espaço ext.: propriedade rústica, com jardim	Privada: pessoa singular	Integrada. Três pisos, porta centralizada de acesso.
	Estilo: Arquitetura residencial, maneirista. Enquadramento: Urbano/Rural, ligada a casa, em superfície plana de propriedade rústica, murada, com pequeno jardim gradeado e capela sem comunicação para o exterior, com portão de acesso a zona ajardinada interior e corpo Manuelino arruinado. Obs.: (Carvalho 1998).					
078	Casa da Rua D. Duarte / Paço da Torre Viseu, Santa Maria	MN / 1	Séc. 14 (conjetural) Séc. 16	Torre: Residencial Espaço ext.: público, urbano	Privada: pessoa singular	Flanqueada, quadrangular, com três pisos, com acesso pelo segundo piso.
	Estilo: Arquitetura residencial, trecentista e manuelina. Casa onde terá nascido o rei D. Duarte. Enquadramento: Urbano, inserida em quarteirão de centro histórico urbano. Obs.: (Carvalho 1996).					
079	Torre de Alcofra Vouzela, Alcofra	- / 2	Séc. 12 / 13 / 14 (conjetural) Séc. 16 / 17 (conjetural, abertura dos vãos no piso superior) Séc. 21 (requalificação e valorização da torre e dos espaços exteriores)	Torre: Devoluto Espaço ext.: s.d.	Pública: municipal	Isolada, quadrada, com três pisos, com acesso por vão em arco abatido em piso superior (alteração posterior).
	Estilo: Arquitetura militar e residencial, medieval. Enquadramento: Rural, isolada, na periferia de povoação rural, situada em vale fértil. Obs.: (Carvalho 2001a).					
080	Torre de Cambra Vouzela, Cambra	- / 2	Séc. 13 / 14 (conjetural) Realizadas obras de re-	Torre: Marco histórico cultural (ruína)	Pública: municipal	Isolada, quadrada, com três pisos, entrada única

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
			modelação nos espaços exteriores.	Espaço ext.: s.d.		por vão descentrado de arco quebrado, no segundo piso.
	Estilo: Arquitetura militar, medieval. Enquadramento: Rural, isolada, em vale fértil, junto a um curso de água, entre os rios Alfusqueiro e Couto. Obs.: (Carvalho 2001b).					
082	Residência senhorial dos Castelo Melhor / Paço dos Vasconcelos Ansião, Santiago da Guarda	MN / 1	s.d. Séc. 15 / 16 (reconstrução da torre) Séc. 18 (ampliação de um 2º piso sobre a ala norte) / 21 (requalificação e valorização da torre e do paço)	Conjunto: Marco histórico-cultural Espaço ext.: pátio central	Pública: municipal	Integrada, quadrangular, de 3 pisos, acesso ao nível do primeiro piso sobreelevado, por escada em pedra.
	Estilo: Arquitetura residencial, renascentista e manuelina. Enquadramento: Urbano/Rural, ligada a edifícios e a capela, paço quadrangular com pátio central, na periferia de povoação rural. Obs.: Outros exemplos de residências dos séculos 15 e 16 com a mesma tipologia são: o Paço dos Duques de Bragança, a Casa de Água de Peixes, a Quinta da Verdelha, e a Quinta das Torres, em Azeitão. (Mendonça & Matias 1991).					
083	Torre da Ladeia / Quinta da Ladeia Ansião, Alvorge	- / 3	Época romana (conjuntura, torre) Séc. 15 Séc. 17 (capela)	Conjunto: Devoluto Espaço ext.: propriedade rústica	Privada: pessoa singular	Integrada. Torre primitiva não existe.
	Estilo: Arquitetura residencial, quatrocentista. Enquadramento: Rural, com solar e capela, em quinta flanqueada por muro, numa planície. Obs.: A quinta estava associada com a torre da Ladeia que remontava à época romana. (Perdigão 2000).					
084	Torre do Carvalho / Torre dos Lafetás / Torre dos Lajeitas Bombarral, Carvalho	IIP / 2	Séc. 13 (torre) Séc. 16 (adaptação paço)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: propriedade rústica.	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrangular, quatro pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, românica. Enquadramento: Urbano/Rural, adaptada a paço residencial, com a construção de um corpo adossado a oeste, em propriedade murada na periferia de povoação rural. Obs.: (Mendonça 1992). Morgado da Torre do Carvalho, de que foi senhor Paulo de Vilalobos (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XV, pp.63, 106, Tomo XXI, p.171).					
085	Ruínas da Torre da Murta / Torre do Langalhão Ferreira do Zêzere, Areias	IIP / 3	s.d.	Torre: Marco histórico-cultural (em ruínas) Espaço ext.: propriedade rústica	s.d.	Isolada, quadrangular.
	Estilo: Arquitetura militar românica, gótica. Enquadramento: Rural, isolada em propriedade (quinta do Tojal). Obs.: A torre terá servido de atalaia. (Gordalina 1990a). Torre de que foi senhor Martim Correia da Silva, governador do Algarve, nascido c. 1575 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.68, Tomo V, p. 124, Tomo IX, p.176, Tomo X, p.91, Tomo XII, pp.18, 28-29, Tomo XVI, pp.171, 188, Tomo XVIII, pp.130, 149, Tomo XXVII, p.237), (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 1, pp.334, 478, 540). Ver referências às Torre do Ladrão Gaião, referência #190, e à Torre de Murta, #179, no Anexo 4.					
086	Torre de Dornes Ferreira do Zêzere, Dornes	IIP / 2	Séc. 8 (conjuntura) / 16	Torre: Marco histórico-cultural Espaço ext.: público	Pública: estatal	Isolada, pentagonal, 3 pisos, entrada segundo piso.
	Estilo: Arquitetura religiosa, romana e gótica. Há quem atribua a sua construção a Sertório, 74 d.c Enquadramento: Urbano/Rural, com igreja adossada, na periferia de povoação rural, em esporão sobranceiro ao rio Zêzere. Obs.: (Gordalina 1990b).					
087	Torre do Largo do Terreirinho Loures, Sacavém	- / 6	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	Estilo: Arquitetura militar. Enquadramento: Urbano, integrada em centro urbano. Obs.: (Gonçalves 2004).					
088	Casa da Torre Gavião, Gavião	- / 6	s.d.	s.d.	s.d.	Flanqueada, quadrangular,
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Urbano, integrada em quarteirão residencial de centro urbano, em esporão nordeste sobre planície do Alto Alentejo.					
089	Quinta de Torre de Palma Monforte, Vaíamonte	Villa Lusitano-Romana de Torre de Palma / 6	s.d. Séc. 18 (conjunto habitacional para os caseiros e chafariz de duas bicas no pátio)	Torre: s.d. Casa: s.d. Espaço ext.: propriedade rústica, com pátio	s.d.	Integrada, quadrangular, com 5 pisos.
	Estilo: Enquadramento: Rural, em quinta, ligada a residência principal e anexos residenciais, construções agrícolas e acesso por pátio. Obs.: (Figueiredo 2010a). Referenciada por (Carvalho da Costa 1708, p.522), Carvalho da Costa (1712, p.589), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.80, Tomo XXVI, p.158-159, Tomo XXVIII, p.147), (Alão de Moraes n.d., Tomo IV, Volume 2, p.116).					
090	Torre do Álamo / Torre de Camões Sousel, Cano	Proposta de classificação como IPP / 6	Séc. 15	Torre: Devoluto (em ruínas)	s.d.	Isolada, quadrangular

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
				Espaço ext.: s.d.		
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, isolada, em terreno plano da planície do Alto Alentejo. Obs.: (Figueiredo 2010b).					
091	Casa da Sempre Noiva Arraiolos, Nossa Senhora da Graça do Divor	MN / 5	Séc. 14 / 15 (torre e pavilhão) Séc. 15 / 16 (pavilhão Manuelino) Séc. 19 (descaraterização das construções originais)	Conjunto: s.d. Espaço ext.: propriedade rústica, quinta de recreio	Privada: pessoa singular	Integrada, de dois pisos.
	Estilo: Arquitetura agro-florestal e residencial, gótica, manuelina. Enquadramento: Rural, em quinta, planta em L irregular, com ermida e pavilhões, dentro de cerca murada, em planície plena. Obs.: Paço com quinta de recreio estilo Mudéjar, com profusão de elementos secundários Manuelino - mudéjares. Protótipo da arquitetura solarenga do Séc. 15 / 16 no Alto Alentejo, com antecedentes na Torre do Esporão (#103) e na Torre dos Coelhoos (#093); paralelos com a Torre das Vidigueiras (#102), a Quinta da Amoreira da Torre (#098), a Torre das Águas (#100), a Torre do Carvalho (#099) e o Solar da Camoeira (#095). (Branco & Castro Nunes 1993).					
092	Antiga Casa da Torre Évora, Sé e São Pedro	Centro Histórico da cidade de Évora / 5	Séc. 16 (conjetural) Séc. 21	Torre: s.d. Casa: Residencial / Administrativa (Associação comercial) Espaço ext.: público, urbano	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrangular, com três pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, seiscentista. Enquadramento: Urbano, ligada a casa inserida em quarteirão de centro histórico urbano. Obs.: (Monteiro 2011).					
093	Castelo de Torre de Coelhoos Évora, Torre dos Coelhoos	IIP / 5	Séc. 14 (conjetural) Séc. 20 (reconstrução)	Torre: s.d. Conjunto: Administrativa / Cultural Espaço ext.: propriedade rústica	Pública: municipal	Integrada, quadrangular, 3 pisos, com cerca de 15 m de altura.
	Estilo: Arquitetura residencial, gótica. Enquadramento: Urbano/Rural, central, ladeada por alas residenciais, planta axial, em colina pouco acentuada de propriedade murada na periferia de povoação rural. Obs.: Protótipo, a par com a Torre do Esporão (#103), das torres solarengas quinhentistas em torno de Évora, nomeadamente o Solar da Sempre Noiva (#091) (?), a Torre das Vidigueiras (#102), a Quinta da Amoreira da Torre (#098), a Torre das Águas (#100), a Torre do Carvalho (#099) e o Solar da Camoeira (#095). (Branco 1993). Referenciada por (Carvalho da Costa 1708, pp.428, 434), Carvalho da Costa (1712, pp.635, 636, 638), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo I, p.177, Tomo V, p.177, Tomo VIII, p.103, Tomo XI, p.207, Tomo XII, pp.187, 217, Tomo XV, p.34, Tomo XVI, pp.239, 240, Tomo XVIII, p.173, Tomo XXI, p.37, Tomo XXII, p.139), (Alão de Moraes n.d., Tomo II, Volume 1, p.478, Tomo III, Volume 2, pp.204-205, Tomo IV, Volume 1, pp.221, 268, 269, Tomo IV, Volume 2, p.225, Tomo V, Volume 2, p.53).					
094	Paço dos Duques de Cadaval / Palácio dos Duques de Cadaval Évora, Sé e São Pedro	Em estudo. Incluído na Zona de Proteção do Templo Romano de Évora, da Igreja dos Lóios e do Convento dos Lóios / 3	Séc. 14 (conjetural) Séc. 17 (reconstrução da fachada)	Torre: s.d. Conjunto: Residencial / Serviços turísticos (café e restaurante) / Serviços administrativos Espaço ext.: público, urbano, jardim interior	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrangular, 2 pisos.
	Estilo: Arquitetura residencial, gótica, manuelina. Enquadramento: Urbano, ligada a paço, planta axial, com adegas, celeiros e jardim, em cerca do centro histórico urbano. Obs.: (Amendoeira 1998).					
095	Torre e Solar da Camoeira Évora, Nossa Senhora da Tourega ⁷²	Em estudo / 6	Séc. 14/15 (conjetural)	Torre e casa: s.d. Espaço ext.: propriedade rústica	s.d.	Integrada.
	Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Rural, em propriedade rural. Obs.: Torre de antigo Solar comparável a outros conjuntos característicos do aro eborense, nomeadamente a Quinta das Vidigueiras (#102), a Quinta da Amoreira da Torre (#098), a Torre das Águas (#100), Quinta da Torre do Carvalho (#099). O núcleo fundador desta tipologia é constituído pela Torre do Esporão (#103), Torre dos Coelhoos (#093) e Solar da Sempre Noiva (#091). (Gordalina 2002). Morgado da Camoeira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.102, Tomo XIX, p.86).					
096	Casa Quinhentista na R. de D. Vasco Montemor-o-Novo, Nossa Senhora da Vila	Zona de Proteção Especial do Castelo / 5	Séc. 16	Torre: s.d. Conjunto: Residencial / Comercial (loja) Espaço ext.: público, urbano	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrada de 3 pisos
	Estilo: Arquitetura residencial, manuelina. Enquadramento: Urbano, ligada a casa, inserida em centro histórico urbano. Obs.: (Gordalina 2007).					
097	Paço da Quinta de D. Francisco Montemor-o-Novo, Nossa Senhora da Vila	VC. Incluído no PDM de Montemor-o-Novo como Valor Edificado a Preservar / 2	Séc. 16 (torre e ala sul) Séc. 17 (ala este)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: s.d.	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrada de 3 pisos

72 Localização indicada por Hugo Lopes da CIMAC. No SIPA a localização indicada é em São Miguel de Machede.

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
Estilo: Arquitetura residencial, militar, gótica, barroca. Enquadramento: Urbano/Rural, ladeada por duas alas residenciais, planta em L, envolvido por cerca em alvenaria, em meia-encosta, na periferia de centro urbano. Obs.: Edifício típico da arquitetura senhorial do aro eborense dos séc. 14, 15 e 16, a par da Quinta da Amoreira da Torre (#098), Solar da Camoeira (#095), e Torre das Águas (#100). (Castro Nunes 1995).						
098	Quinta da Amoreira da Torre Montemor-o-Novo, Nossa Senhora da Vila	- / 3	Séc. 15 (torre) Séc. 16 (cerca, pombal(?), fonte e alameda de loureiros) Séc. 18 (pátio, edifício, tanque e plantação de oliveiras) Séc. 20 (capela, jardim de buxo, latada, pátio, pérgola de roseiras, lanjanal e alameda de loureiros) Séc. 20 (arquitetos Raul Lino e Jorge Reis, diretores dos Monumentos Nacionais que criaram o jardim de buxo, os relvados e a pérgola de roseiras (actualmente desaparecida; em 1994 o Arquitecto Paisagista Carlos Correia Dias realiza um projeto de reabilitação)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: recreativo e produção em propriedade rústica, com jardins	Privada: pessoa singular	Integrada.
Estilo: Arquitetura residencial, quinhentista. Quinta de recreio. Enquadramento: Rural, planta em U, composto a partir de torre original, com solar, capela (séc.20), fonte, tanque e jardim, em propriedade delimitada por muros, em zona baixa com declive suave (quase plano). Margem direita do rio Almançor. Obs.: Quinta de Recreio, numa linguagem Mudéjar, mantendo o carácter recreativo e produtivo desta tipologia. A partir dos diversos SISTEMAS DE ÁGUA, elemento estruturante e unificador do espaço, a quinta divide-se em zonas que mantêm entre si relações dinâmicas, com a envolvente e com outros locais da quinta, valorizam o espaço, criam ambiências e interligam o aspeto funcional com o estético. O sistema vegetal compõe-se de JARDIM DE BUXO, ALAMEDA DE LOUREIROS (um dos elementos mais antigos da quinta), POMAR DE CAROÇO, OLIVAL e CULTURAS ARVENSES e plantação densa de ciprestes que limitam a área do Jardim de Buxo e relvados. Os percursos estão intimamente ligados ao circuito de distribuição de água e associam-se aos pequenos desníveis de terreno criados por razões técnicas de resolução de problemas de rega. Pátio de lavoura pavimentado com área relvada. Monumento típico da arquitetura senhorial do Alto Alentejo, com magníficas expressões no núcleo fundador da Torre do Esporão (#103), Torre dos Coelhoiros (#093) e Solar da Sempre Noiva (#091). Enquadra-se no conjunto das torres solarengas quinhentistas em torno de Évora, nomeadamente a Quinta das Vidigueiras (#102), a Torre das Águas (#100), a Torre do Carvalho (#099) e o Solar da Camoeira (#095). (Simões 1997). Em 1994 o arquiteto paisagista Carlos Correia Dias realizou um projeto de reabilitação dos jardins.						
099	Quinta da Torre do Carvalho / Quinta da Torre Montemor-o-Novo, Santiago do Escoural	VC. Incluído no Sítio de Monfurado (Rede Natura 2000) / 5	Séc. 16 (torre e capela) Séc. 17 (tanque) Séc. 18 / (corpo residencial adossado à torre) Séc. 19 (aumento do jardim e da horta, construção de dependências para caseiros e arrumos) Séc. 20 (obras de adaptação das dependências agrícolas a residência de férias)	Torre: Devoluto Corpo posterior: Residencial Espaço ext.: recreio e produção em propriedade rústica, com jardins	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrangular, adossada a solar, formado originalmente por quatro pisos
Estilo: Arquitetura residencial, quinhentista, mudéjar. Quinta de recreio. Enquadramento: Rural, ligada a solar, separada de anexos e capela, na periferia de povoação rural, em quinta na encosta de uma colina suave na fralda da Serra de Monfurado. Obs.: Quinta de Recreio e produção, em cerca organizada em socacos de grandes dimensões suportados por muros de pedra solta, com tanque em alvenaria com cerca de 20 m de comprimento em patamar intermédio, horta e vastos pomares dispostos nos patamares inferiores, e jardim com grande número de espécies arbóreas. O sistema de água estrutura todo o espaço. Monumento típico da arquitetura senhorial do Alto Alentejo, com magníficas expressões no núcleo fundador da Torre do Esporão (#103), Torre dos Coelhoiros (#093) e Solar da Sempre Noiva (#091), enquadra-se no conjunto das torres solarengas quinhentistas em torno de Évora, nomeadamente a Quinta das Vidigueiras (#102), a Quinta da Amoreira da Torre (#098), a Torre do Carvalho (#099) e o Solar da Camoeira (#095). (Simões & Amendoeira 1997). Referenciada por (Carvalho da Costa 1708, p.434).						
100	Torre das Águas Mora, Brotas	MN / 1	Séc 16 (torre e solar, conjectural)	Torre e casa: Devoluto Espaço ext.: propriedade rústica	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrada, com 4 pisos
Estilo: Arquitetura residencial, manuelina. Enquadramento: Rural, conjunto com solar anexo e dependência agrícolas centralizado na torre, em monte de herdade, em planície com pendente ligeira para o Rio Divo Obs.: Torre de antigo solar fortificado, típica da arquitetura senhorial do Alto Alentejo, com magníficas expressões no núcleo fundador da Torre do Esporão (#103), Torre dos Coelhoiros (#093) e Solar da Sempre Noiva (#091), enquadra-se no conjunto das torres solarengas quinhentistas em torno de Évora, nomeadamente a Quinta das Vidigueiras (#102), a Quinta da Amoreira da Torre (#098), a Torre do Carvalho (#099) e o Solar da Camoeira (#095). (Branco, Castro Nunes & Gordali-na 1994). Referenciada por Carvalho da Costa (1712, p.180).						
101	Torre de Val-Boim / Torre de Vale Aboim / Torre de Aboim / Pomar de Vale de Boim Portel, Portel	IIP / 2	Séc. (13) / 14 / 15	Torre: Marco histórico-cultural Espaço ext.: s.d.	Privada: fundação	Isolada, quadrada, de três pisos.

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Estilo: Arquitetura militar, gótica. Enquadramento: Rural, isolada, em encosta de acentuado pendente no meio de um olival. Obs.: Torre com estrutura rara pela sua funcionalidade, pois parece tratar-se de pequeno castelo senhorial, dotada de larga cintura amuralhada (cerca), definindo o espaço urbano do domínio fundiário. (Branco & Castro Nunes 1994b). Foi senhor da torre João Aboim, rico-homem do rei D. Afonso III (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.106).					
102	Castelo de Vidigueiras / Castelo da Vidigueira / Torre das Vidigueiras / Quinta das Vidigueiras Reguengos de Monsaraz, Reguengos de Monsaraz	IIP / 2	Séc. 15 Séc. 20 (projeto de dependência agrícola e projeto do jardim, pelo Arquiteto Paisagista Francisco Caldeira Cabral, em 1950/59)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: recreio e produção, em propriedade rústica com jardim	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrada, três pisos, pórtico no primeiro piso
	Estilo: Arquitetura residencial, gótica. Quinta de recreio. Enquadramento: Rural, ligada a solar e anexos agrícolas, em herdade com jardim, em planície. Obs.: Quinta de recreio fortificada, típica da arquitetura senhorial do Alto Alentejo, com magníficas expressões no núcleo fundador da Torre do Esporão (#103), Torre dos Coelhoiros (#093) e Solar da Sempre Noiva (#091), enquadra-se no conjunto das torres solarengas quinhentistas em torno de Évora, nomeadamente a Quinta da Amoreira da Torre (#098), a Torre das Águias, a Torre do Carvalho (#099) e o Solar da Camoeira (#095). (Branco, Castro Nunes & Câmara 1994).					
103	Castelo do Esporão / Torre do Esporão / Solar da Herdade do Esporão Reguengos de Monsaraz, Reguengos de Monsaraz	IIP / 2	Séc. 13 (conjetural)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: propriedade rústica, com terreiro	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrangular, três pisos
	Estilo: Arquitetura residencial, românica, gótica. Enquadramento: Rural, ligada a edifício, em terreiro guardado por porta de armas da herdade, em planície, perto da confluência da ribeira da Caridade com o rio Degebe Obs.: Monumento provável protótipo, a par com a Torre dos Coelhoiros (#093), das torres solarengas quinhentistas em torno de Évora, nomeadamente o Solar da Sempre Noiva (#091) (?), a Torre das Vidigueiras (#102), a Quinta da Amoreira da Torre (#098), a Torre das Águias, a Torre do Carvalho (#099) e o Solar da Camoeira (#095). (Branco & Castro Nunes 1994a).					
104	Solar da Torre Ourique / Almodovar, Conceição	- / 6	Séc. 18 (conjetural)	Torre: s.d. Espaço ext.: s.d.	s.d.	Integrada.
	Estilo: Arquitetura residencial, setecentista. Solar. Enquadramento: Rural, isolada. Obs.: (Gordalina 2010).					
105	Torre de Catedral Cildas, Vila Viçosa	- / 6	Séc. 16 (	Torre: Devoluta Espaço ext.: s.d.	s.d.	Solar residencial fortificado.
	Estilo: Enquadramento: Rural, conjunto isolado em monte agrícola. Obs.: (Gordalina 2012). Morgado da Torre de Catedral, de que foi senhora Florença da Ponte de Vasconcelos (Alão de Moraes n.d., Tomo III, Volume 2, p.109).					
106	Solar da Torre da Giesteira Nossa Senhora da Boa Fé	- / -		s.d.	s.d.	s.d.
	Estilo: Enquadramento: Obs.:					
107	Solar de Bertandos Ponte de Lima, Bertandos	IIP / 1	Séc. 16 (torre) Séc. 18 (solar)	Torre: s.d. Casa: Residencial Espaço ext.: quinta	Privada: pessoa singular	Integrada, quadrada
	Estilo: Arquitetura residencial, manuelina e barroca. Solar barroco com capela, incluindo alameda de carvalhos que do solar vai até ao rio. Enquadramento: Rural, ligada a solar, em quinta, junto à estrada e ao lado de outras casas, de construção modesta, sendo a quinta de exploração agrícola enquadada por pinhal. Fronteiro possui grande terreiro relvado, delimitado por sebe bordejada por oliveiras, com entrada central por arco pleno, onde se ergue o pelourinho de Bertandos. Obs.: (Noé 2002).					

Anexo 3: Localização das casas-forte referenciadas no Anexo 2

Ref.	Designação	Coordenadas geográficas / WGS84 (Lat., Lon.)	Coordenadas do Ponto Central / Datum 73 (M, P)	Cota (m)	Concelho	Freguesia e/ou Lugar	Área Metropolitana (AM) ou Comunidade Intermunicipal (CIM)	Grupo de unidades de paisagens (segundo a classificação apresentada por Cancela de Abreu et al. 2004)
001	Casa da Torrinhã	41.614855,-7.228086	75432.608, 216559.395	350	Mirandela	Vale de Telhas	CIM de Trás-os-Montes	Trás-os-Montes
002	Quinta da Torre	s.d.	s.d.	s.d.	Lamego	Parada do Bispo	CIM do Douro	Douro
003	Casa da Torre	s.d.	s.d.	s.d.	São João da Pesqueira	Espinhosa	CIM do Douro	Douro / Beira Alta
004	Casa de Azevedo / Casa da Torre das Pedras / Quinta da Corredoura e Capela	s.d.	s.d.	s.d.	São João da Pesqueira	Paredes da Beira	CIM do Douro	Douro / Beira Alta
005	Torre do Solar dos Morais	s.d.	s.d.	s.d.	Bragança	Morais	CIM de Trás-os-Montes	Trás-os-Montes
006	Casa da Torre / Casa dos Gouveia	s.d.	s.d.	s.d.	Tarouca	Tarouca	CIM do Douro	Beira Alta
007	Torre de Quintela	41.297316,-7.780486	29534.253, 180956.957	398	Vila Real	Vila Marim	CIM do Douro	Trás-os-Montes / Montes entre Larouco e Marão
008	Ruínas da Torre e Honra de Vasconcelos / Casa dos Mouros	41.623768,-8.355492	-18530.042, 217179.942	63	Amares	Ferreiros	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
009	Torre de Dornelas / Quinta do Outeiro	41.642566,-8.333827	-16722.437, 219260.942	127	Amares	Dornelas	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
010	Torre do Castro / Castelo do Castro / Casa da Torre / Torre dos Machados	41.617296,-8.384182	-20925.826, 216465.289	61	Amares	Carrazedo	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
011	Casa da Torre	41.500840,-8.541117	-34064.315, 203583.615	175	Barcelos	Sequeade	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
012	Paço de Airó	41.505639,-8.565700	-36095.942, 204103.521	72	Barcelos	Airó	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
013	Solar dos Azevedos	41.570146,-8.540429	-33970.550, 211280.783	60	Barcelos	Lama	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
014	Torre de Aborim	41.614714,-8.648405	-42949.355, 216276.332	117	Barcelos	Quintiães	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
015	Torre de Carapeços	s.d.	s.d.	s.d.	Barcelos	Carapeços	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
017	Torre de Penegate / Torre de D. Egas Pais	41.658822,-8.491972	-29890.442, 221109.196	161	Vila Verde	Carreiras (São Miguel)	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
018	Torre dos Coimbras / Torre de Oriz Vila Verde, Oriz (Santa Marinha)	s.d.	s.d.	s.d.	Vila Verde	Oriz (Santa Marinha)	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
019	Torre e Casa de Gomariz	41.588380,-8.535883	-33581.900, 213304.290	107	Vila Verde	Cervães	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
020	Casa da Torre de Alvite / Torre do Outeiro	41.498145,-8.001146	11021.370, 203211.610	349	Cabeceiras de Basto	Alvite	CIM do Ave	Montes Entre Larouco e Marão / Entre Douro e Minho
021	Torre de Abadim / Casa do Tronco	41.540359,-7.989342	11996.484, 207899.802	563	Cabeceiras de Basto	Abadim	CIM do Ave	Montes Entre Larouco e Marão / Entre Douro e Minho
022	Casa dos Peixotos / Casa de Pousada	41.459059,-8.301128	-14037.833, 198873.980	203	Guimarães	Azurém	CIM do Ave	Entre Douro e Minho
023	Paço de São Cipriano	41.396944,-8.288401	-12986.880, 191973.363	367	Guimarães	Tabuadelo	CIM do Ave	Entre Douro e Minho

Ref.	Designação	Coordenadas geográficas / WGS84 (Lat., Lon.)	Coordenadas do Ponto Central / Datum 73 (M, P)	Cota (m)	Concelho	Freguesia e/ou Lugar	Área Metropolitana (AM) ou Comunidade Intermunicipal (CIM)	Grupo de unidades de paisagens (segundo a classificação apresentada por Cancela de Abreu et al. 2004)
024	Torre da Mota	41.538023, -8.270270	-11445.774, 207639.460	150	Póvoa de Lanhoso	Campos	CIM do Ave	Entre Douro e Minho
025	Casa da Torre	s.d.	s.d.	s.d.	Vieira do Minho	Cantelães	CIM do Ave	Entre Douro e Minho
026	Torre Medieval / Torre Mourisca / Torre de Lourosa de Campos	40.915699, -8.263965	-11023.667, 138524.376	375	Arouca	Burgo	AM do Porto	Beira Alta
027	Paço de Cesar / Quinta da Torre	s.d.	s.d.	s.d.	Oliveira de Azeméis	Cesar	AM do Porto	Área Metropolitana do Porto
028	Torre da Rua de Baixo	41.140783, -8.612479	-40246.064, 163623.480	19	Porto	São Nicolau	AM do Porto	Douro / Área Metropolitana do Porto
029	Torre de D. Pedro Pitões / Torre da Cidade	41.142776, -8.612167	-40218.652, 163844.673	57	Porto	Sé	AM do Porto	Douro / Área Metropolitana do Porto
030	Torre do Palácio dos Terenas / Torre de Pedro-Sem / Torre da Marca	41.149056, -8.625042	-41295.617, 164548.139	75	Porto	Massarelos	AM do Porto	Douro / Área Metropolitana do Porto
031	Casa da Torre (ou Quinta da Torre)	40.957106, -8.550040	-35101.399, 143198.206	192	Santa Maria da Feira	São João de Ver	AM do Porto	Área Metropolitana do Porto
032	Paço de Campo Belo	41.138087, -8.622496	-41088.737, 163328.748	25	Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	AM do Porto	Douro / Área Metropolitana do Porto
033	Paço de Dona Loba	41.249729, -8.043175	7537.927, 175615.903	176	Amarante	Padronelo	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho / Montes Entre Larouco e Marão
036	Torre da Casa de Ronfe	41.255650, -8.237033	-8709.850, 176274.791	216	Lousada	Meinedo	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
037	Torre de Vilar	41.287633, -8.208538	-6318.620, 179824.331	292	Lousada	Vilar do Torno e Alentém	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
038	Torre da Pena / Torre de Penafita / Torre de Penafeita	41.184063, -8.125077	673.834, 168319.292	224	Marco de Canaveses	Tabuado	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
039	Torre de Novões / Torre de Nevões	41.197557, -8.125438	643.414, 169817.901	100	Marco de Canaveses	Tabuado	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
040	Casa da Quinta da Torre	s.d.	s.d.	s.d.	Paredes	Beire	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
042	Torre dos Mouros / Torre dos Alcoforados / Torre Alta / Torre do Lordelo	41.248969, -8.408596	-23090.781, 175564.199	227	Paredes	Lordelo (São Salvador de)	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
043	Solar e Torre da Honra de Barbosa	41.169448, -8.298307	-13863.366, 166709.315	253	Penafiel	Rans	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
044	Torre de Coreixas / Torre de Durigo	41.183256, -8.324271	-16038.881, 168247.256	226	Penafiel	Irivo	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
045	Torre da Antiga Quinta do Souto	41.222753, -8.551271	-35063.521, 172700.409	100	Valongo	Ermesinde	CIM do Tâmega e Sousa	Área metropolitana do Porto / Entre Douro e Minho
047	Torre da Lagariça	41.060335, -7.999112	11263.521, 154587.142	504	Resende	São Cipriano	CIM do Tâmega e Sousa	Beira Alta / Douro
048	Casa da Torre de Tora	41.833526, -8.381087	-20598.691, 240480.793	74	Arcos de Valdevez	Vale	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
049	Paço da Giela	41.849722, -8.4073931	-22775.17, 242289.08	75	Arcos de Valdevez	Giela	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
050	Torre da Grade / Torre de Faro	41.870971, -8.373590	-19964.295, 244638.058	205	Arcos de Valdevez	Grade	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
051	Torre, Casa e Quinta de Aguiã	41.882877, -8.445613	-25938.688, 245979.729	150	Arcos de Valdevez	Aguiã	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
052	Torre de Lanhelas / Casa da Torre	41.908051, -8.79593	-54994.401, 248941.087	8	Caminha	Lanhelas	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
053	Solar da Quinta da Torre	s.d.	s.d.	s.d.	Monção	Moreira	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
054	Torre e Quinta do Paço	s.d.	s.d.	s.d.	Monção	Barbeita	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
055	Torre do Outeiro	s.d.	s.d.	s.d.	Paredes de Coura	Linhares	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
056	Torre de Quintela	41.782407, -8.425923	-24342.403, 234814.743	100	Ponte da Barca	Nogueira	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
057	Torre de Vila Verde / Torre de Dona	41.776541,	-23595.220,	90	Ponte da	Cuide de Vila Ver-	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho

Ref.	Designação	Coordenadas geográficas / WGS84 (Lat., Lon.)	Coordenadas do Ponto Central / Datum 73 (M, P)	Cota (m)	Concelho	Freguesia e/ou Lugar	Área Metropolitana (AM) ou Comunidade Intermunicipal (CIM)	Grupo de unidades de paisagens (segundo a classificação apresentada por Cancela de Abreu et al. 2004)
	Elvira	-8.416944	234163.440		Barca	de		
058	Casa da Torre / Casa da Torre da Passagem / Quinta da Torre das Donas	s.d.	s.d.	214	Ponte de Lima	Vitorino das Donas	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
059	Castelo do Curutelo / Paço do Curutelo	41.653241, -8.605282	-39331.666, 220534.826	144	Ponte de Lima	Freixo	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
060	Torre da Casa do Mosteiro / Solar dos Velhos	s.d.	s.d.	s.d.	Ponte de Lima	Vitorino das Donas	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
061	Torre da Casa do Paço do Beiral	s.d.	s.d.	s.d.	Ponte de Lima	Labruja, Labruja	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
062	Torre de Malheiros / Torre de Malheiros / Torre de Refóios	41.791111, -8.545556	-34283.167, 235822.276	52	Ponte de Lima	Refóios do Lima	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
063	Casa torreada dos Barbosas Arahnas	s.d.	s.d.	s.d.	Ponte de Lima	Ponte de Lima	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
064	Quinta da Torre	s.d.	s.d.	s.d.	Valença	Cristelo Covo	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
065	Torre de Silva	s.d.	s.d.	s.d.	Valença	São Julião (Quintela)	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
066	Torre de Paredes / Solar dos Bezeras	s.d.	s.d.	s.d.	Viana do Castelo	Meadela	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
067	Torre do Paço	41.705100, -8.675872	-45175.489, 226329.298	41	Viana do Castelo	Geraz do Lima (Santa Maria)	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
068	Casa do Paço	s.d.	s.d.	s.d.	Vila Nova de Cerveira	Gondarém	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
069	Torre de Reboreda / Torre de Penafiel	s.d.	s.d.	s.d.	Vila Nova de Cerveira	Reboreda (Gávea)	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
070	Torre e Solar dos Metelos	40.888176, -7.032969	92717.512, 136042.356	576	Figueira de Castelo Rodrigo	Freixeda do Torrão	CIM da COMUR-BEIRAS (Beira Interior Norte/Cova da Beira)	Beira Interior
071	Casa da Torre	40.493885, -7.592858	45800.078, 91814.662	671	Gouveia	São Pedro	CIM da Serra da Estrela	Maciço Central / Beira Alta
074	Torre Militar de Gandufe	40.563722, -7.803508	49598.233, 127663.940	423	Mangualde	Espinho	CIM da Região Dão Lafões	Beira Alta
075	Paço dos Bandeira / Solar dos Bandeira / Paço das Fráguas	s.d.	s.d.	s.d.	Sátão	São Miguel de Vila Boa	CIM da Região Dão Lafões	Beira Alta
076	Torre de Ferreira de Aves	s.d.	s.d.	s.d.	Sátão	Ferreira de Aves, Lamas	CIM da Região Dão Lafões	Beira Alta
077	Solar do Dr. Tomáz Ribeiro de Melo	40.581112, -7.995538	11647.474, 101369.660	350	Tondela	Parada de Gonta	CIM da Região Dão Lafões	Beira Alta
078	Casa da Rua D. Duarte / Paço da Torre	40.658857, -7.911789	18716.427, 110017.432	475	Viseu	Santa Maria	CIM da Região Dão Lafões	Beira Alta
079	Torre de Alcofra	40.62458, -8.182037	-4139.892, 106188.672	586	Vouzela	Alcofra	CIM da Região Dão Lafões	Beira Alta
080	Torre de Cambra	40.683407, -8.164593	-2661.603, 112720.573	469	Vouzela	Cambra	CIM da Região Dão Lafões	Beira Alta
082	Residência senhoria dos Castelo Melhor / Paço dos Vasconcelos	39.948064, -8.480053	-29649.409, 31124.729	246	Ansião	Santiago da Guarda	CIM do Pinhal Interior Norte	Maciços Calcários da Estremadura
083	Torre da Ladeia / Quinta da Ladeia	39.982825, -8.451626	-27206.290, 34975.333	249	Ansião	Alvorge	CIM do Pinhal Interior Norte	Maciços Calcários da Estremadura
084	Torre do Carvalhal / Torre dos Lafetás / Torre dos Lajeitas	39.288062, -9.129729	-85983.375, -41737.599	50	Bombarral	Carvalhal	CIM do Oeste	Estremadura - Oeste
085	Ruínas da Torre da Murta / Torre do Langalhão	39.746666, -8.360677	-19504.599, 8730.293	275	Ferreira do Zêzere	Areias	CIM do Médio Tejo	Maciços Calcários da Estremadura / Pinhal do Centro
086	Torre de Dornes	39.771394,	-11666.482,	125	Ferreira do	Dornes	CIM do Médio Tejo	Pinhal do Centro

Ref.	Designação	Coordenadas geográficas / WGS84 (Lat., Lon.)	Coordenadas do Ponto Central / Datum 73 (M, P)	Cota (m)	Concelho	Freguesia e/ou Lugar	Área Metropolitana (AM) ou Comunidade Intermunicipal (CIM)	Grupo de unidades de paisagens (segundo a classificação apresentada por Cancela de Abreu et al. 2004)
		-8.269275	11459.945		Zêzere			
087	Torre do Largo do Terreirinho	38.792491, -9.108322	-84726.343, -96775.825	26	Loures	Sacavém	AM de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa – Norte / Ribatejo
088	Casa da Torre	39.465961, -7.932899	17229.093, -22441.196	283	Gavião	Gavião	CIM do Alto Alentejo	Ribatejo / Beira Interior
089	Quinta de Torre de Palma	39.068734, -7.488547	55782.213, -66362.948	301	Monforte	Vaiamonte	CIM do Alto Alentejo	Alto Alentejo
090	Torre do Álamo / Torre de Camões	38.928639, -7.757833	32541.431, -82046.451	229	Sousel	Cano	CIM do Alto Alentejo	Alentejo Central / Alto Alentejo
091	Casa da Sempre Noiva	38.654356, -7.982009	13152.639, -112551.151	323	Arraiolos	Nossa Senhora da Graça do Divo	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
092	Antiga Casa da Torre	38.571012, -7.909139	19595.000, -121704.000	299	Évora	Sé e São Pedro	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
093	Castelo de Torre de Coelheiros	38.412277, -7.836171	25934.077, -139392.595	262	Évora	Torre dos Coelheiros	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
094	Paço dos Duques de Cadaval / Palácio dos Duques de Cadaval	38.573104, -7.907306	19677.449, -121557.440	299	Évora	Sé e São Pedro	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
095	Torre e Solar da Camoeira	38.441247, -7.959299	15166.000, -136208.000	225	Évora	Nossa Senhora da Tourega ⁷³	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
096	Casa Quinhentista na R. de D. Vasco	38.644729, -8.214214	-7060.892, -113627.545	246	Montemor-o-Novo	Nossa Senhora da Vila	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central / Terras do Sado
097	Paço da Quinta de D. Francisco	38.655081, -8.208127	-6530.031, -112478.832	252	Montemor-o-Novo	Nossa Senhora da Vila	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central / Terras do Sado
098	Quinta da Amoreira da Torre	38.655911, -8.156079	-1977.674, -112399.670	229	Montemor-o-Novo	Nossa Senhora da Vila	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
099	Quinta da Torre do Carvalhal / Quinta da Torre	38.539927, -8.167701	-3015.948, -125263.929	250	Montemor-o-Novo	Santiago do Escoural	CIM do Alentejo Central	Terras do Sado / Alentejo Central
100	Torre das Águias	38.874968, -8.126502	573.289, -88071.606	100	Mora	Brotas	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central / Ribatejo
101	Torre de Val-Boim / Torre de Vale Aboim / Pomar de Vale de Boim	38.26782, -7.706109	37367.678, -155383.259	325	Portel	Portel	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
102	Castelo de Vidigueiras / Castelo da Vidigueira / Torre das Vidigueiras / Quinta das Vidigueiras	38.394062, -7.514269	54060.76, -141276.73	200	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
103	Castelo do Esporão / Torre do Esporão / Solar da Herdade do Esporão	38.390832, -7.551482	50811.92, -141656.14	225	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
104	Solar da Torre	37.465369, -8.142925	-868.444, -244536.666	270	Ourique / Almodovar	Conceição	CIM do Baixo Alentejo	Serras do Algarve e Litoral Alentejano / Baixo Alentejo
105	Torre de Cabelal	s.d.	s.d.	s.d.	Vila Viçosa	Ciladas	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central / Alto Alentejo
106	Solar da Torre da Giesteira	s.d.	s.d.	s.d.	Évora	Nossa Senhora da Boa Fé	CIM do Alentejo Central	Alentejo Central
107	Solar de Bertandos	41.760515, -8.625650	-40957.43, 232461.80	18	Ponte de Lima	Bertiandos	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho

73 Localização indicada por Hugo Lopes da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. No **SIPA** a localização indicada é em São Miguel de Machede.

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
016	Torre de Cimo de Vila / Torre da Porta Nova / Torre da Cadeia / Torre de Barcelos / Postigo da Muralha Barcelos, Barcelos	MN / 1	Séc. 15 Séc. 16	Cultural / Posto de turismo e centro de artesanato	Pública: estatal	Integrada em pano de muralhas. Quadrangular. Quatro pisos.
Estilo: Arquitetura militar, torre de muralha defensiva, gótica, renascentista. Enquadramento: Urbano. Torre de muralha integrada no centro histórico. Torre da antiga muralha da vila de Barcelos. Obs.:						
027	Antiga Casa da Câmara / Casa dos Vinte e Quatro Porto, Sé	Zona de Protecção da Sé / 2	Séc. 14 / 15 Séc. 15 / 18 / 20	Posto de Turismo: torre	Pública: municipal	Isolada, quadrangular.
Estilo: Arquitetura política e administrativa (antiga casa da câmara), gótica e contemporânea. Enquadramento: Urbano, isolada, em centro histórico urbano. Obs.:						
034	Torre da Aparecida Lousada (Ver Torre de Vilar, #037)	Ver #037 (Anexo 4)	Ver #037 (Anexo 4)	Ver #037 (Anexo 4)	Ver #037 (Anexo 4)	Ver #037 (Anexo 4)
Estilo: Enquadramento: Obs.: Refere-se à Torre de Vilar, em Vilar do Torno e Alentém, Lousada. Ver #037 (Anexo 4)						
035	Torre de Aveleda Lousada, Aveleda	Esta torre nunca existiu (ver Obs.).	Esta torre nunca existiu (ver Obs.).	Esta torre nunca existiu (ver Obs.).	Esta torre nunca existiu (ver Obs.).	Esta torre nunca existiu (ver Obs.).
Estilo: Enquadramento: Obs.: Segundo informação de António Coelho da VALSOURA esta torre não existe, tratando-se de um «mito» criado pela antiga DGEMN que vem sendo repetido por todas as plataformas de inventariação de património, sem qualquer tipo de análise crítica. A planta apresentada na ficha PT011305020007 do SIPA, que supostamente corresponderia à citada Torre de Aveleda, diz respeito à torre da Casa de Ronfe, de Meinedo (ver referência #036, Anexo 2 e 3).						
041	Restos da Torre de Aguiar de Sousa / Torre de Aguiar de Sousa / Castelo de Aguiar de Sousa Paredes, Aguiar de Sousa	- / 3	Séc. 10 (conjetural) Séc. 21 (requalificação do espaço envolvente e acessos)	Marco histórico-cultural	Pública: municipal	Integrada em pano de muralhas. Atualmente isolada.
Estilo: Arquitetura militar, torre de castelo defensivo. Enquadramento: Rural, atualmente isolada, em elevação rochosa sobre o vale do Sousa Obs.: Vestígios de torre de planta quadrangular, descentrada relativamente aos restos de um contorno de muralha de forma ovalóide. A Torre é o vestígio mais visível do Castelo da Aguiar de Sousa.						
046	Casa da Torre Resende, Anreade	- / 6	Séc. 18	s.d.	s.d.	s.d.
Estilo: Arquitetura residencial. Enquadramento: Obs.:						
072	Casa da Torre Seia, São Martinho	- / 6	Séc. 18	s.d.	s.d.	s.d.
Estilo: Arquitetura residencial e administrativa. Enquadramento:						

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de proteção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
Obs.: Construção do imóvel para sede do Prazo do Vídual.						
073	Torre Ameada Aguiar da Beira, Aguiar da Beira	MN / 1	Séc. 14 Séc. 17	Marco histórico-cultural: torre	Pública: estatal	Isolada. Quadrangular, quatro pisos, porta no primeiro piso, em arco de volta perfeita.
Estilo: Arquitetura militar, românica e gótica. Enquadramento: Urbano, isolada em centro urbano. Obs.: A torre faria parte do sistema defensivo de um antigo castelo castrejo.						
081	Torre de Bera Coimbra, Almagues	VC Proposta a classificação como IM / 2	Séc. 11 / 12 (conjectural)	Marco histórico cultural: torre em ruínas	Privada: pessoa singular	Isolada. Quadrangular, de 3 pisos.
Estilo: Arquitetura militar, torre de controle e defesa do vale, românica. Enquadramento: Rural, isolada, na periferia de povoação rural, num esporão rochoso, um pouco abaixo do outeiro em que assenta a povoação. Obs. Desfruta de esplêndido panorama para o vale do Dueça que domina. Insere-se na «linha defensiva» do sul do Mondego, constituindo uma das várias torres erguidas na transição do séc. 11 para o 12 para vigia e defesa dos povoados. É uma das poucas torres românicas da «linha defensiva» do sul do Mondego ainda existente. Felgueiras Gaio faz referência a uma Torre de Beca, junto a Coimbra (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.150).						
108	Torre de Fonte Arcada / Torre de Fontarcada Sernancelhe, Fonte Arcada	- / 2	Séc. 16/17 (conjetural)	Comunicações: torre do relógio	Pública: municipal	Isolada. Quadrangular, 2 pisos, porta de arco de volta inteira descentralizada no piso térreo. Pequeno vão de janela quadrado no alçado SO, junto à cornija
Estilo: Arquitetura militar, moderna. Atalaia em que dois alçados possuem gárgulas. Enquadramento: Rural, isolada, na periferia de povoação rural, no cume de colina, sobre afloramento granítico, em zona arborizada e local de interesse paisagístico sobre a barragem do Vilar e o rio Távora. Obs.: Torre e morgado de que foi senhor Araújo de Meneses, por casamento com Joana Manuel de Magalhães (Alão de Morais n.d., Tomo II, Volume 2, p.345)						
109	Castelo de Paranhos Póvoa de Varzim, Terroso	s.d.	Séc. 13 (conjetural)	Devoluto: anexo	s.d.	s.d.
Estilo: Desconhece-se se o anexo residencial terá originalmente possuído uma torre. Enquadramento: Anexo residencial implantado no cimo de uma pequena colina no meio de vale agrícola. Obs.: O anexo foi abandonado no século XVI.						
110	Solar da Loureira, Vila Nova de Cerveira, Gondarém.	s.d.	Séc. 18 (casa)	s.d.	s.d.	s.d.
Estilo: Arquitetura residencial. Torre revivalista. Enquadramento: Obs.:						
111	Paço de Romariz Santa Maria da Feira, Romariz	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Estilo: Enquadramento: Obs.: Paço referenciado nas inquirições do rei D. Dinis, como pertence a Afonso Bupal (Silva Pinho, Em preparação).						
112	Ruínas de Almofala ou Casarão da Torre Figueira de Castelo Rodrigo, Almofala	s.d.	Séc. 2 (templo romano)	s.d.	s.d.	s.d.
Estilo: Enquadramento: Templo romano da época imperial, mantendo o <i>podium</i> integrado numa posterior construção medieval, adaptada à função de atalaia ou de residência senhorial. Situado em Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo, na margem direita da ribeira de Aguiar, próximo do cruzamento da estrada Figueira de Castelo Rodrigo-Vermiosas com a de Almofala. Classificado como MN. Obs.:						
113	Torre de São Vicente de Belém Restelo, Belém, Lisboa	s.d.	Séc. 16 (torre)	s.d.	s.d.	s.d.
Enquadramento: Urbano, isolada no sopé da enconsta do Restelo, junto à margem do rio Tejo. Obs.: casa-forte de defesa militar(?) / administrativa, mandada erguer por D. Manuel sobre a barra do rio Tejo. A torre foi encomendada a Francisco de Arruda, em 1515, estando as obras praticamente concluídas em 1519 (Anon n.d.). Referenciada por (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.69, Tomo IV, p.32, Tomo VIII, p.84, Tomo X, pp.146, 205, Tomo XIV, p.13, Tomo XVIII, p.98, Tomo XIX, p.203, Tomo XXII, p.174, Tomo XXIV, p.85, Tomo XXV, p.46, Tomo XXVI, pp. 56, 59, 163, Tomo XXVII, p.33), (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 2, p.187, Tomo II, Volume 1, p.294, Tomo III, Volume 1, pp.191, 250).						
114	Torre do Tombo Lisboa					
115	Torre de D. Chama Obs.: Localidade					
116	Torre de Moreiras, Chaves Obs.:					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
117	Santiago da Torre do Pinhão, Pinhão, Alijó. Obs.: Localidade					
118	Torre de Moncorvo Obs.: Localidade, (Carvalho da Costa 1706, p.419)					
119	Torre de ameias de Diogo Lopes de Carvalho Obs.: no terreiro da Misericórdia, Guimarães, (Carvalho da Costa 1706, pp.76–77)					
120	Casa e Torre de Gil Lourenço de Miranda Obs.: Casas na rua das Flores, Guimarães, onde se fez parte do hospital da Casa da Misericórdia, de que foi senhor Gil Lourenço de Gomide ou Miranda, (Carvalho da Costa 1706, p.77), (Alão de Moraes n.d., Tomo VI, Volume 2, p.79).					
121	Torre de Candoso Obs.: em São Martinho de Candoso, Guimarães, (Carvalho da Costa 1706, p.107). Torre, perto de Guimarães, de que foi senhor Domingos Fernandes da Rocha e que possui Manuel Joaquim Nunes de Abreu e Rocha (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.26, p. 143, 187, Tomo VII, p.27).					
122	Torre de Sandim Obs.: em Santiago de Sandim, Felgueiras, de que é senhor Gonçalo Lopes de Carvalho, senhor dos Coutos de Abadim e negrelos: é o solar dos fidalgos do apelido de Sandim, de que saíram os senhores de Riba de Vizela (Carvalho da Costa 1706, p.121), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo X, p.154).					
123	Torre de Cigurde Obs.: em Santiago de Sandim, Felgueiras, casa com torre, solar dos Coelho (Carvalho da Costa 1706, p.121)					
124	Quinta da Torre de Moreira Obs.: Quinta da Torre de Moreira, quinta e honra localizada na freguesia de Santa Maria de Moreira, Celorico de Basto, solar dos Moreiras, de que foi senhor Pedro Pires Moreira (Carvalho da Costa 1706, p.147), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXI, p.53).					
125	Torre de Berredo Obs.: em Santo Estevão de Gerás, Fonte Arcada, Lanhoso, solar dos Berredos, que possui D. Marim Pais Ribeiro (Carvalho da Costa 1706, pp.163–164)					
126	Quinta da Torre Obs.: em São Martinho de Ferreiros, Fonte Arcada, Lanhoso, que possui o Marquês de Monte Belo, sendo solar dos Machados por D. Maria Moniz, filha de Dom Moninho Ozores, senhor de Cabreira e Ribeira (Carvalho da Costa 1706, p.164)					
127	Torre dos Paços Obs.: na quinta de São Vitor, Braga, onde também há ruínas de uns edifícios (Carvalho da Costa 1706, p.176)					
128	Torre de São Gião Obs.: (Carvalho da Costa 1706, p.179), torre militar (Carvalho da Costa 1706, p.360), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.233), (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 1, p.197, Tomo III, Volume 1, p.117, Tomo IV, Volume 2, p.419, 455).					
129	Torre e Casa do Enxido Obs.: em Santa Eulália de Crespos, Braga, de que foi senhor Francisco Álvares Brochado (Carvalho da Costa 1706, p.185)					
130	Torre de São Gil de Perre Obs.: em São Miguel de Perre, Viana do Castelo, (Carvalho da Costa 1706, p.193), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.32, Tomo VII, p.30).					
131	Torre de Cardielos Obs.: em Santiago Maior de Cardielos, Viana do Castelo, uma formoso e alta torre, que foi do tempo dos Mouros, vivia nela um régulo pouco cristão chamado Florentim Barreto, muito afoito a feijões... (lenda ainda presente nos moradores do Lima) (Carvalho da Costa 1706, p.193)					
132	Torre de Parada Obs.: em Santiago de Sepões, Viana do Castelo, de que foi senhor Martim Garcia de Parada (Carvalho da Costa 1706, p.203). (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.202). Ver referência #235, neste anexo.					
133	Torre de Amorim / Torre de São Pedro dos Arcos / Torre de Morim Obs.: em São Pedro de Arcos, Viana do Castelo, sendo solar dos Amorins, de que foi senhor Jerónimo de Amorim (Carvalho da Costa 1706, p.206), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, pp.171, 177), (Alão de Moraes n.d., Tomo II, Volume 1, p.273, Tomo III, Volume 1, pp.413, 415).					
134	Torre da Lapela Obs.: em São Lourenço da Lapela, Monção, torre de muralha defensiva (Carvalho da Costa 1706, p.212). Mandada construir por Lourenço Gonçalves de Abreu, nascido c. 1100, (Felgueiras Gaio 1938, Tomo I, pg.45).					
135	Casa e torre dos Palhares Obs.: em Santa Eulália de Truire, Monção, de que foi senhor Francisco de Palhares Coelho (Carvalho da Costa 1706, p.214)					
136	Torre de São Salvador					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de proteção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Obs.: em São Salvador de Covas, Vila Nova de Cerveira (Carvalho da Costa 1706, p.220)					
137	Torre de Bem Diviso					
	Obs.: em Santa Maria de Paçó, Arcos de Valdevez (Carvalho da Costa 1706, p.225)					
138	Torre da Quinta e Couto de Morufe					
	Obs.: em São Pedro de Morufe, Valadares, Monção, solar dos Abreu (Carvalho da Costa 1706, pp.216, 286)					
139	Torre da Águia					
	Obs.: em São Tomé da Águia, Arcos de Valdevez, de que é senhor Simão da Rocha de Brito (Carvalho da Costa 1706, p.231)					
140	Torre de D. Egas					
	Obs.: em Santa Marina do Prozel, Arcos de Valdevez (Carvalho da Costa 1706, p.231)					
141	Torre de Enxerto					
	Obs.: na aldeia e Enxerto, e, São João de Rio Frio, Arcos de Valdevez (Carvalho da Costa 1706, p.231)					
142	Antiga Torre da Casa de Picouço					
	Obs.: em São Vicente de Távora, Arcos de Valdevez (Carvalho da Costa 1706, p.233)					
143	Torre de Fonte Arcada					
	Obs.: em São Pedro do Souto, Arcos de Valdevez (Carvalho da Costa 1706, p.233)					
144	Torre da Mó					
	Obs.: em Santo André de Guilhadeses (ou Guilhades), Arcos de Valdevez (Carvalho da Costa 1706, p.234), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.106).					
145	Torre de Caldas					
	Obs.: Localizada em Ponte da Barca (Carvalho da Costa 1706, p.236). Torre das Caldas, em São Martinho de Castro, Ponte da Barca, de que foi senhor Baltasar de Araújo, casado com Antónia de Almeida (Felgueiras Gaio 1938, Tomo X, pp.84, 116, Tomo XIV, p.141). Ver referência #038, no Anexo 3, à Torre da Pena, #299, neste Anexo, à Torre da Quinta da Pena, e referência #064, no Anexo 3, à Quinta da Torre.					
146	Torre da Pousada					
	Obs.: em São Tomé de Vade, Ponte da Barca (Carvalho da Costa 1706, p.237), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, pp.32, 108).					
147	Torre do Couto de Aboim da Nóbrega					
	Obs.: (Carvalho da Costa 1706, p.240)					
148	Torre e quinta de Santo Amaro					
	Obs.: em Santo Estevão de Barros, na Vila de Pica de Regalados, as quais foram dos senhores de Regalados (Carvalho da Costa 1706, p.243)					
149	Torre do Mouro					
	Obs.: em Santo Estevão de Barros, na Vila de Pica de Regalados, de que foi senhor Domingos Anes de Guimarães Mouro (Carvalho da Costa 1706, p.243), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, p.123).					
150	Paço e Torre de Coucieiro					
	Obs.: em São João de Coucieiro, na Vila de Pica de Regalados (Carvalho da Costa 1706, p.244)					
151	Torre de Oris					
	Obs.: em Santa Marinha de Oris, na Vila de Pica de Regalados (Carvalho da Costa 1706, p.244)					
152	Torre de Gardenha					
	Obs.: no couto de Baldeu, em São Mamede de Gondoriz (Carvalho da Costa 1706, p.245)					
153	Torre de Sabariz					
	Obs.: em Sabariz, Vila Verde (Carvalho da Costa 1706, p.246)					
154	Torre de Mantelães					
	Obs.: em Mantelães, Formariz, Paredes de Coura, de que foi (senhora Inês de Valadares e) senhor Gil Álvares de Castro (Carvalho da Costa 1706, p.253), de que foi senhor Diogo de Caldas e Sousa (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.145, Tomo VIII, pp. 32, 35).					
155	Casa da Torre					
	Obs.: no couto de Sanfins (Carvalho da Costa 1706, p.264)					
156	Torre de Condomil					
	Obs.: próxima da casa de Agra, em São Cristóvão de Condomil, Sanfins, Valença (Carvalho da Costa 1706, p.265)					
157	Paço de Gondim					
	Obs.: em Gondim, Cerdal, Valença, teve uma torre e casa, solar dos Gondins, de cuja pedra se fez um presa de regar campos (Carvalho da Costa 1706, p.277)					
158	Torre de Vilar de Mouros					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de proteção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Obs.: em Santa Eulália de Vila de Mouros, Caminha (Carvalho da Costa 1706, p.284)					
159	Torre de Badim					
	Obs.: em São Julião de Badim, Valadares, Monção (Carvalho da Costa 1706, p.287)					
160	Casa dos Vilarinho / Torre de Vilarinho					
	Obs.: com ruínas de Torre, solar dos Vilarinhos, em São Julião de Badim, Valadares, Monção (Carvalho da Costa 1706, p.287), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXI, p.161).					
161	Casa e Torre dos Soares Tangis / Casa e Torre de Tangil					
	Obs.: solar desta família, em São Salvador de Tangil, Valadares, Monção (Carvalho da Costa 1706, p.288). Foi senhor da hona ou fortaleza de Tangil Lourenço Soares de Valadares (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, p.269). Foi Heitor Soares senhor da Casa e Torre de Tangil (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVII, p.79, Tomo XXVIII, p.278), (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, p.269).					
162	Torre dos Neivas					
	Obs.: em São Salvador de Tangil, Valadares, Monção, torre em ruínas de que é senhor o marquês de Tenório e que dizem ser solar dos Neivas (Carvalho da Costa 1706, p.288)					
163	Torre de Vilar e Torre de Alvaredo					
	Obs.: em São Martinho de Alvaredo, Valadares, Monção, de que são senhores os marqueses de Tenório, sendo solar dos Marinhos a que se encontra defronte a Galiza (Carvalho da Costa 1706, p.289)					
164	Torre da Casa da Câmara					
	Obs.: em Barcelos (Carvalho da Costa 1706, p.289)					
165	Ruínas da Torre da Silveira					
	Obs.: em São Miguel de Alvarães, Viana do Castelo (Carvalho da Costa 1706, p.308). Obs.: Quinta e Torre da Silveira, de que foi senhor Gonçalo vaz Leitão, de que tomou o apelido (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVII, p.36).					
166	Paço dos Vilasboas					
	Obs.: em Vilar de Frades, Areias de Vilar, Barcelos, quinta e casa com ruínas de uma torre, solar dos Vilasboas (Carvalho da Costa 1706, p.318), está na parte que termina a freguesia de São Jorde de Airó. Hoje se acha esta torre de todo desfeita, e só se conserva um pedaço do seu fundamento até a altura e dez para doze palmos (2,5m), formada por parede muito grossa e pedra de esgalho (Cardoso 1747, p.712)					
167	Torre de Outiz					
	Obs.: em Santiago de Outiz, Vermoim, Vila Nova de Famalicão, sendo senhor do morgado e torre Pantaleão de Melo e Sá (Carvalho da Costa 1706, p.322)					
168	Torre de Santiago de Areias (Areias)					
	Obs.: em Santo Tirso, encontra-se uma alta torre com vestígios de mais fortificações sobre o rio Ave, pouco abaixo do Mosteiro de Santo Tirso, devendo servir em tempo de Mouros (Carvalho da Costa 1706, p.324), Torre de Areas, descritas por (Cardoso 1747, p.543), (Alão de Morais n.d., Tomo II, Volume 2, p.327)					
169	Torre de Gimunde					
	Obs.: em São Miguel de Gimunde, Gemunde, Maia, de que é senhor António Pinheiro Touro (Carvalho da Costa 1706, p.324)					
170	Paço de Nomães					
	Obs.: em São Salvador de Ruivães, Ruivães, Vila Nova de Famalicão, paço com torre que antigamente foi honra (Carvalho da Costa 1706, p.328)					
171	Torre do Mosteiro de Leça do Balio	MN / 1	Séc. 14 (Mosteiro)	Religiosa (Igreja)	Pública: estatal, afeta ao IPPAR	Quadrangular. Anexa à igreja.
	Leça do Balio, Matosinhos					
	Estilo: Arquitetura românica e gótica. Enquadramento: Urbano, conjunto isolado, circundada por amplo adro lajeado e ajardinado. Obs.: Torre com uma masmorra interior, apresentando estrutura defensiva, e com função de torre sineira que lhe foi acrescentada no último piso aberto em janelas ogivais, podendo também ter servido de residência a D. Afonso Henriques (Sereno, Santos & Patrícia 1994)					
172	Casa e Torre dos Novais					
	Obs.: em São Salvador de Ruivães, Ruivães, Vila Nova de Famalicão, de que é senhor o Mestre de Campo Mateus Mendes de Carvalho (Carvalho da Costa 1706, p.329)					
173	Torre de Paderne					
	Obs.: em Castro Laboreiro, vou com um incêndio que um raio lhe causou no armazém de pólvora (Carvalho da Costa 1706, p.340)					
174	Torre de São Mamede					
	Obs.: em Santa Eulália de Godinhaços, Godinhaços, Vila Verde, fundada por um rei Mouro (Carvalho da Costa 1706, p.344)					
175	Torre de Barbudo					
	Obs.: em Santa Maria de Barbudo, Vila Verde, antigo solar dos Barbudos (Carvalho da Costa 1706, p.345) Ver referência #176, neste anexo.					
176	Torre de Real					
	Obs.: Localizada em Real, Barbudo, Vila Verde (Carvalho da Costa 1706, p.346). Torre do solar dos Sequeiras (Felgueiras Gaio 1938, Tomo I, p.118, 121, Tomo II p.					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	174, Tomo). Situada na freguesia de Souto (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p. 69). Situada na freguesia de Santar (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p. 91, Tomo XI, p.137, Tomo XIII, p.81). Ver referência #175, neste anexo.					
177	Solar e Torre de Quires / Torre dos Portocarreiros					
	Obs.: Quinta de Vila Boa de Quires, em Santo André de Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses, solar dos Portocarreiros, de que era senhora Guiomar da Cunha Portocarreiro, onde existiam umas casas antigas que António Pamplona desfez para fazer umas casas novas no ano de 1575 (Carvalho da Costa 1706, p.396), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo X, p.193, Tomo XXI, p.189, Tomo XXIII, p.152), (Alão de Moraes n.d., Tomo VI, Volume 2, p.112).					
178	Torre do Paço					
	Obs.: em Santa Maria de Penha Longa, ex-concelho de Benviver, Marco de Canaveses (Carvalho da Costa 1706, p.398)					
179	Torre da Murta					
	Obs.: em Castanheira (Lisboa), de que foi senhor Martim Correia (Carvalho da Costa 1712, pp.30, 216), (Alão de Moraes n.d., Tomo II, Volume 1, p.555, Tomo III, Volume 1, pp.178, 276, Tomo III, Volume 2, pp.72, 130, Tomo IV, Volume 2, pp.398, 415-417). Ver referência à Torre do Ladrão Gaião, #190 neste anexo e à Torre de Murta #085, no Anexo 3.					
180	Torre do Mouro					
	Obs.: em Regalados, de que foi senhor Domingos Anes de Guimarães "Mouro" (Carvalho da Costa 1712, p.66)					
181	Quinta da Torre					
	Obs.: em Espírito Santo, Ota (Carvalho da Costa 1712, p.77)					
182	Torre da Magueixa (Lugar da)					
	Obs.: Localidade, em Nossa Senhora dos Remédios do Reguengo, em Leiria (Carvalho da Costa 1712, p.99)					
183	Torre de Pombal					
	Obs.: em Pombal (Carvalho da Costa 1712, p.107)					
184	Quinta da Torre					
	Obs.: em Maiorga, propriedade dos religiosos de Alcobaça (Carvalho da Costa 1712, p.134)					
185	Torre de Santo Amaro (Lugar de Santo Amaro da Torre)					
	Obs.: Localidade, no termo de Salir do Mato, São Martinho, Caldas da Rainha (Carvalho da Costa 1712, p.139)					
186	Torre de Sá					
	Obs.: Solar da Torre de Sá, na freguesia de São Pedro de Sá, Barcelos, de que foi senhor Álvaro de Sá (Carvalho da Costa 1712, p.191). O solar pertencia ao Bispo D. Francisco de Santa Maria, eleito Arcebispo de Goa pelo rei D. Filipe I. Foi senhor da torre Álvaro de Sá, sobrinho do bispo D. Francisco de Santa Maria. A torre esteve na posse da família Sá desde os primeiros reis de Portugal (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XV, p.23, Tomo XXVI, p.125).					
187	Torre de Moure					
	Obs.: Torre em Santa Maria (ou Santo André) de Moure, no termo de Barcelos (em Póvoa de Lanhoso ou Felgueiras), de que era senhora Jerónima de Faria, mulher de Francisco João de Sá (Carvalho da Costa 1712, pp.192, 193, 194). Foi senhor da torre Pedro Dias de Almada (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.168, Tomo IV, p.114, Tomo XII, p.140, Tomo XIII, pp.118, 165, 166, 174, Tomo XXVI, p.127), (Alão de Moraes n.d., Tomo II, Volume 1, p.228, Tomo III, Volume 1, p.430).					
188	Quinta e Torre de Penaboa					
	Obs.: em Vermoim, Vila Nova de Famalicão, de que foi senhor Rui Vaz Correia de Penaboa (Carvalho da Costa 1706, p.322), (Carvalho da Costa 1712, p.195), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.21).					
189	Torre do Casal de Vilagaia					
	Obs.: na freguesia de Cernache do Bom Jardim, (servindo-lhe de ponte a barca de Dornes), de origem «moura» que alguns atribuíam a Sertório que fez o Castelo da Sertã, ou ao Cavaleiros do Templo (Carvalho da Costa 1712, pp.205, 206)					
190	Torre do Ladrão Gaião / Torre de Gaião					
	Obs.: no lugar do Tojal, em Nossa Senhora da Areias, perto da ribeira de Murta, donde derivou o nome a quinta da Torre da Murta (quinta murada, de que foi senhor Luís Correia da Silva, solar dos Correias e Silvas), a três léguas de Tomar, de forma quadrada, com três sobrados, sem escada, com uma portinha muito baixa na altura do primeiro sobrado (Carvalho da Costa 1712, pp.221 – 224). Torre de Gaião, de que foi senhor Jerónimo Barreto (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.149, Tomo VIII, p.34, Tomo XV, p.133). Ver referência à Torre da Murta #179, neste anexo, e à Torre de Murta, #085, no Anexo 3.					
191	Quinta da Torre					
	Obs.: em São Pedro de Onque, Geraz do Lima, Ponte de Lima (Carvalho da Costa 1712, p.230)					
192	Torre de Alcoentre					
	Obs.: em Alcoentre, torre e palácio fundada (c. 1550) por Martim Afonso de Sousa, governador da Índia.					
193	Torre de Neupergama					
	Obs.: em Torres Novas (Carvalho da Costa 1712, p.280)					
194	Torre de Outão					
	Obs.: Trata-se, provavelmente, de uma torre militar, em Setúbal (Sesimbra) (Carvalho da Costa 1712, pp.293, 298, 314). Foi governador da torre o coronel de infantaria Bernardo de Vasconcelos (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIII, p.213, Tomo XVII, p.159, Tomo XXI, p.105, Tomo XXVIII, p.104).					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
195	Torre de Val Melhorado					
	Obs.: na freguesia de Santiago de Castelões, julgado de Vermoim, termo de Barcelos, na quinta de Val Melhorado, na qual havia uma antiquíssima e levantada torre que Pascoal de Azevedo (filho de João da Costa de Azevedo e de Isabel Pimenta) mandou imprudentemente demolir (c. 1630) (Carvalho da Costa 1712, p.313)					
196	Torre Velha / Torre de Caparica					
	Obs.: em Nossa Senhora do Monte da Caparica, Almada, fundada pelo rei D. Sebastião (Carvalho da Costa 1712, p.320), (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XX, pp.34, 39, Tomo XXVII, p.147), (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, pp.584, 594, 595, Tomo II, Volume 1, p.48, Tomo III, Volume 1, p.302).					
197	Torre de São Bartolomeu (Rua da Torre)					
	Obs.: rua da torre, na paróquia de São Bartolomeu, Lisboa (Carvalho da Costa 1712, p.351)					
198	Torre da Quinta da Anunciada					
	Obs.: na paróquia de São José, Lisboa, torre quadrada ligada a casa, de que é senhor o Mestre de Campo Domingos de Antas da Cunha (Carvalho da Costa 1712, p.433)					
199	Torre da Palmeira					
	Obs.: em Landim, na freguesia de São Pedro Fins, Vila Nova de Famalicão, junto ao rio Ave, no couto da Palmeira (lugar de Santa Eulália), na freguesia de Perosins (Sanfins de Riba de Ave), de que foi senhor Rodrigo Gonçalves Pereira e de que existiam ruínas c.1712 (Carvalho da Costa 1706, p.331), (Carvalho da Costa 1712, p.481). Foi senhora desta torre Mor Gil, mulher de Lourenço Rodrigues do Vale (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.15, Tomo XIX, p.86, Tomo XXII, p.168-169).					
200	Torre de São Lourenço da Cabeça Seca					
	Obs.: na barra de Lisboa, torre defensiva contra o ingleses (Carvalho da Costa 1712, p.536)					
201	Torre de Sacavém					
	Obs.: Nossa Senhora do Sacavém, Sacavém, Lisboa (Carvalho da Costa 1712, p.595)					
202	Torre de Bizoeira (Lugar da)					
	Obs.: Lugar, em Fanhões a três léguas de Lisboa (Carvalho da Costa 1712, p.612)					
203	Torre do Lumiar					
	Obs.: Lugar, em São João Batista do Lumiar, Lisboa (Carvalho da Costa 1712, p.642). Quinta da Torre do Lumiar (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.216, Tomo V p.58, Tomo VIII, p.60, Tomo XVIII, pp.76, 234).					
204	Torre de São Julião					
	Obs.: Torre de Cabeça Seca, Torre Velha, em São Romão de Carnaxide, Lisboa (Carvalho da Costa 1712, p.617)					
205	Torre de Alcabedeqe					
	Obs.: em Condeixa-a-Velha, situada junto a uma fonte (Carvalho da Costa 1708, p.34)					
206	Torre do Solar dos Alvarengas					
	Obs.: em Alvarenga, Arouca (Carvalho da Costa 1708, p.265), na Quinta do Paço, possuindo capela (Casa da Torre, antigo solar dos Alvarengas, actualmente Casa do Paço)					
207	Torre de Terrenho					
	Obs.: em Nossa Senhora da Torre de Terrenho, em Torre de Terrenho, Trancoso (Carvalho da Costa 1708, p.311)					
208	Torre de Beba (torre sineira)					
	Obs.: Torre sineira do Convento de Santa Maria de Cárquere, Cárquere, Resende (41° 5' 14.14" N 7° 57' 28.59" W). (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIII, p.139).					
209	Torre de Aguiar					
	Obs.: em Aguiar da Beira, (Figueira de Castelo Rodrigo), de que é senhor o Convento de Santa Maria da Torre de Aguiar (Carvalho da Costa 1708, p.325)					
210	Torre da Guarda (atalaia)					
	Obs.: Guarda, Guarda, onde existia uma iminente torre no tempo das guerras da qual a cidade tomou o nome (Carvalho da Costa 1708, p.332)					
211	Torre de Figueiredo / Torre de Figueiredo das Donas					
	Obs.: torre e quinta, na Covilhã, de que foi senhor Vasco Esteves de Figueiredo (Carvalho da Costa 1708, p.357). Obs.: Torre de Figueiredo das Donas, no julgado de Figueiredo das Donas, comarca de Viseu, de que foi senhor Estevão Soares de Figueiredo, que fazem pai de Vasco Esteves de Figueiredo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIV, p.100, Tomo XIX, pp.169, 224).					
212	Torre de Santo André / Torre de Santo André de Azurara					
	Obs.: quinta do mesmo nome, na Covilhã, de que foi senhor Martim Lourenço de Figueiredo (Carvalho da Costa 1708, pp.358, 394). Obs.: Torre e Quinta de Santo André, na vila de Azurara, de que foi senhor Diogo Afonso (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.10, Tomo XIV, p.105).					
213	Torre da Atalaia					
	Obs.: junto à cerca do Mosteiro de São Bento, em Évora (Carvalho da Costa 1708, pp.419, 420)					
214	Torre Mouxinha					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Obs.: no Bairro da Freira, em Évora, onde se fundou um convento, entre a Sé e as casas dos Condes de Basto (Carvalho da Costa 1708, p.320)					
215	Torre da Guteira					
	Obs.: em São Brissos, Beja, no Morgado da Torre da Guteira que tem uma ermida (capela) de São Francisco (Carvalho da Costa 1708, p.435)					
216	Torre da Vigia					
	Obs.: no Redondo, que servia de atalaia ao famoso Viriato, e Sertório, e ao pé da torre se conserva ainda hoje uma ermida de São Gens (Carvalho da Costa 1708, p.447)					
217	Torre dos Lobos					
	Obs.: em Olivença, junto à câmara, solar do morgado instituído por Lopo da Gama (Carvalho da Costa 1708, p.539). (Felgueiras Gaio 1938, Tomo I, p.195).					
218	Torre do Cano					
	Obs.: em Cano, Sousel, situada a sul da vila, junto ao Convento, que os moradores em Avis fizeram para se valerem dela em tempos dos mouros (Carvalho da Costa 1708, p.613), Torre dos Álamos?					
219	Torre de Veiros					
	Obs.: em Veiros, Estremoz, em meio do Castelo (Carvalho da Costa 1708, p.624)					
220	Torre de Vale do Conde					
	Obs.: Torre que foi o solar de Mendo Alão de Bragança, situando-se no limite da cidade de Bragança, em Vale do Conde (B. Rodrigues et al. 2012, p.181).					
221	Torre de Castro de Avelãs					
	Obs.: Torre pertencente a um mouro, a um quarto de légua da Torre de Vale do Conde (#220, neste anexo), situando-se no limite da cidade de Bragança. «Ainda se conhecem [c. 1720] alguns vestígios destas casas e a do mouro devia ser mais forte e antiga, porque o nome de Castro assim o inculca, e conservar ainda hoje o de torre velha e desta haverá seis anos se tiraram muitas pedras lavradas e quantidade de ladrilho de extraordinária grandeza.» (B. Rodrigues et al. 2012, p.182).					
222	Torre de Santa Apolónia					
	Obs.: Situava-se no lugar da atual ermida de Santa Apolónia, nos limites da cidade de Bragança. Há poucos anos [c. 1720] se via nela ainda uma antiga torre, junto ao rio, e se aproveitaram do material para outra que de novo se fez, por estar aquela arruinada (B. Rodrigues et al. 2012, pp.163, 185).					
223	Torre da rua Direita					
	Obs.: Pertencente a uma casa antiga de Macedo de Cavaleiros, que foi dos Macedos, pertencente ao alcaide-mor Lázaro de Figueiredo Sarmento, na Rua Direita (B. Rodrigues et al. 2012, p.188).					
224	Torres da rua do Espírito Santo					
	Obs.: Pertencente a uma casa antiga de Macedo de Cavaleiros, que foi dos Macedos, pertencente a Álvaro de Moraes Soares, capitão de cavalos, na Rua do Espírito Santo (B. Rodrigues et al. 2012, p.188).					
225	Torre dos Maçanedos					
	Obs.: Torre pertencente a uma casa dentro de muros de Macedo de Cavaleiros, pertencente à família dos Macedos, que poderá ter estado na origem do solar de Macedo (B. Rodrigues et al. 2012, p.188).					
226	Solar da Torre de Parada					
	Obs.: Casa com duas torres antigas, no morgado de Parada, em Bragança (B. Rodrigues et al. 2012, p.208).					
227	Torre de Modorro					
	Monte a que chamam Torre de Modorro, no lugar de Grijó de Parada, em Bragança, de que «tiraram quantidade de pedras de que se aproveitaram para a reedificação da igreja do mesmo lugar e das que se podem ver são mais de cinquenta, com bons frisos e remates, mas as letras muito gastadas» (B. Rodrigues et al. 2012, p.289).					
228	Torre de Calvos					
	Obs.: Torre em Cabeceiras de Basto de que foi senhor Álvaro Anes Leite, o Velho.					
229	Torre de Rogue					
	Obs.: Morgado e Torre de Rogue, em Vale de Cambra, morgado instituído por Pedro Afonso de Neiva, de que foi senhor Francisco Tavares (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, pp.221, 222).					
230	Casas das Torres dos Pinheiros		Séc. XV			
	Obs.: Casas mandadas construir em 1448 pelo Dr. Pedro Esteves, em Barcelos, sendo as duas torres acrescentadas por seu filho Álvaro Pinheiro Lobo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIV, p.65, Tomo XXIV, pp.59, 65-66).					
231	Torre dos Cunhas / Torre da Cunha / Torre do Outeiro					
	Obs.: Em 1735 esta torre ainda existia, tendo D. Maria Teresa Lobo Sotomaior, senhora do prazo de Portuzelo, requerido a D. João V a posse da Torre dos Cunhas, na freguesia de Santa Maria da Cunha, que antigamente se chamava de Colina, em Paredes de Coura, e que pertencera aos seus antepassados, no que foi atendida (Sordo 1974). Torre do Outeiro, solar dos Cunhas, torre coroada com ameias, no lugar do Outeiro, freguesia de Cunha, de que foram senhores João Lourenço da Cunha e Gonçalo Fernandes da Cunha, tendo sido reedificada por Fernão da Cunha, no século XVII (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.216, Tomo V, p.105, Tomo X, p.201, Tomo XIX, p.245).					
232	Torre do solar de Portuzelo	IPP / 2	Séc. 19	Conjunto: devoluto	Privada: pessoa singular	Torre quadrangular centralizada no corpo do palácio de planta quadrangular, rodeado por fosso

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de proteção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Estilo: Arquitectura residencial, romântica. Palácio romântico de feição acastelada, de planta quadrangular com torre central. Enquadramento: Rural, isolado, implantado a cerca de 500 m do rio Lima e junto à estrada, no meio de propriedade murada e em estado de abandono. Obs.: O palácio é rodeado por fosso, com ponte levadiça para acesso, e uma passagem abobadada para um pátio fechado, junto à fachada nascente; neste ergue-se chafariz central, de tanque octogonal, de coluna galbada e torça, 2 taças com algumas carrancas, e coroamento em pinha (Noé 1992b). A torre com uma velha casa solarenga, de que foram primeiros senhores Fernão da Rocha Lobo e sua mulher D. Ana Lobo Barreto, situava-se na freguesia de Santa Marta de Portuzelo, em Viana do Castelo, no local onde hoje se encontra edificado o «Castelo de Portuzelo», casa mandada edificar em 1853 por António Pereira da Cunha, onde se encontra um chafariz proveniente do Convento do Carmo, em Viana (Sordo 1974).					
233	Torre de Gil Barbedo					
	Obs.: Foi senhor desta torre Lopo Gomes de Abreu, nascido c. 1520 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo I, p.77).					
234	Torre de Ribas					
	Obs.: Fernão Lourenço de Andrade era senhor da quinta da Torre de Ribas, de que foi senhor Torcato de Andrade (Felgueiras Gaio 1938, Tomo I, pp.162, 187).					
235	Torre de Sepões					
	Obs.: Foi Senhor desta torre, nas terras do Barroso, Egas Gomes Barroso, nascido c. 1100 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.30, Tomo VI, p. 125). Ver referência #132, Torre de Parada , neste anexo.					
236	Torre de Moural					
	Obs.: Manuel de Almeida de Azevedo foi senhor do paço e Torre de Moural (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.88).					
237	Torre de Val de Esteio					
	Obs.: de que foi senhor João Pires Amado, sendo solar dos Santaréns (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.150).					
238	Torre de Montelães					
	Obs.: (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.173).					
239	Torre da Camposa					
	Obs.: Situada no termo de Cerqueira, na freguesia de Nossa Senhora do Vale, no termo de Arcos de Valdevez, solar dos Cerqueiras de que eram senhores Álvaro Gonçalves Cerqueira e João Nunes Martiz Cerqueira e de que ainda se vêem vestígios (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.177, Tomo IV, pp. 16, 23, Tomo XI, pp.109, 131, Tomo XXVIII, p.164).					
240	Quinta da Torre de Correlhão					
	Obs.: (Felgueiras Gaio 1938, Tomo II, p.181).					
241	Torre da Quinta de Marrancos					
	Obs.: Torre da Quinta de Marrancos, perto da ponte de Arcozelo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.14).					
242	Torre de Pregães / Torre de Pra- gães					Demolido
	Obs.: Torre de Pregães, no termo de Barcelos, de que foi senhor Pedro de Barros Barbosa; demolida por António Barbosa de Faria (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.26, Tomo V, p.80, Tomo XII, p.100), (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 1, p.292).					
243	Torre do Outeiro					
	Obs.: Torre do Outeiro, solar dos Aranhas, na freguesia de Santa Maria de Paçó, no termo da vila dos Arcos, de que foi senhor Diogo Anes Aranha (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, pp.33, 39). Ver referência #055 no Anexo 3 .					
244	Torre dos Arriscados					
	Obs.: Torre dos Arriscados, defronte do Marquês das Fontes, na cidade do Porto, casa solar fortificada de que foi senhor João Álvares Arriscado (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.64, Tomo IX, p.25).					
245	Morgado da Torre de Santa Maria Madalena					
	Obs.: Morgado na vila de Penela, de que foi senhor Martim Vaz Regueira Ribeiro de Azambuja (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.92, Tomo XI, p.189).					
246	Torre da Quinta de Valmelhorado					
	Obs.: Torre de que foi senhor Pascoal de Azevedo que a mandou demolir (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.129).					
247	Morgado da Torre de São Paio / Morgado da Torre de Sampaio					
	Obs.: (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.170, Tomo IV, p. 209, Tomo V, p. 71, Tomo XXIII, p.28), (Alão de Moraes n.d., Tomo II, Volume 1, pp.342, 343).					
248	Torre de Piconços					
	Obs.: Na quinta da Torre de Piconços, em São Vicente de Távora, de que foi senhora Ana da Cunha (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, pp.44, 57).					
249	Torre dos Calheiros					
	Obs.: Torre junto a Ponte de Lima e solar dos Calheiros, numa quinta que se chamou do Paço e antes quinta do Pinheiro, situada nas Faldas do Monte em que principiava o concheo de Coura, tendo sido demolida por um dos seus possuidores para se construir as casas da quinta (Felgueiras Gaio 1938, Tomo III, p.35, Tomo IV, p. 78, Tomo VIII, p. 61).					
250	Torre de Ingetro					
	Obs.: Torre de que foi senhor Gaspar de Amorim (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, pp.81, 96).					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
251	Torre do Lago					
	Obs.: Na antiga Honra e Torre do Lago, de que foram senhores João Gomes Pereira do Lago e José de Coimbra de Macedo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.106, Tomo XI, p.209, Tomo XVI, pp.214, 215, 216). Solar do Lago é uma torre nas terras de Entre Homem e Cávado, defronte do couro de Palmeira no couro de Randufe (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 1, p.86).					
252	Torre de São Tomé					
	Obs.: Torre de São Tomé, junto a São Tiago, de que foi senhor Rodrigo de Sequeiros (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.138, Tomo XXVIII, p.282).					
253	Torre do Barro					
	Obs.: Torre e casa do Barro (ou Varro) de que foi senhor Diogo Gil de Araújo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.156, 198).					
254	Torre de Nossa Senhora dos Casais					
	Obs.: Torre na quinta de Nossa Senhora dos Casais (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.157).					
255	Torre de Enxetro					
	Obs.: Torre em Rio Frio, de que foi senhor Gaspar de Amorim (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.166).					
256	Torre de Lara					
	Obs.: Torre que foi solar dos Felgueiras, na freguesia de São Tiago de Pias, termo de Monção, que talvez seja a mesma que a Torre de Sobreiro (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.177, Tomo XIV, p.138, 139, Tomo XVI, p.225). Ver referência #289, neste Anexo, à Torre de Sobreiro.					
257	Torre do Pires					
	Obs.: Casa-torre construída por António Pires da Torre (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.180).					
258	Torre de Rio de Moinhos					
	Obs.: Torre na freguesia de S. Ovaia, no termo dos Arcos de Valadares, de que foi senhor Garcia Rodrigues de Caldas (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.201, Tomo XXVII, p.83).					
259	Torre de Fagundes					
	Obs.: Torre de que foi senhor Álvaro Fagundes, pai de João Álvares Fagundes, descobridor da Terra Nova (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IV, p.205, Tomo XVI, p.220).					
260	Torre do Bom Despacho					
	Obs.: A torre foi desanexada da Casa de Azevedo, sendo senhor da torre Maria de Sousa Barbosa (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.38).					
261	Torre de Passos					
	Obs.: Torre de Passos, de que foi senhor Lourenço da Silva, insituindo-a em Morgado em 1603 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.50).					
262	Torre de Oliveira					
	Obs.: Torre de Oliveira, em Soalhões, no concelho de Gouveia, que dizem ser o solar dos Oliveiras, de que foi senhor Manuel de Oliveira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.51), (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 1, p.158, Tomo II, Volume 1, p.240).					
263	Torre do Vinal					
	Obs.: Foi senhor da quinta e torre do Vinal Gonçalo Nogueira de Castro (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.53). Ver referência #292, neste anexo, à Torre de Vinhal.					
264	Casa da Torre de Geraz de Ferreiros					
	Obs.: (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.86, Tomo VII, p.30, Tomo XV, p.31, Tomo XIX, p.88, Tomo XXVIII, p.283).					
265	Casa e Quinta da Torre					
	Obs.: Casa e Quinta da Torre, em Vila Cova da Lixa, Felgueiras, de que foi senhor João de Magalhães e Menezes (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, pp.86, 107, Tomo XI, p.174, Tomo XIII, p.180, Tomo XIV, p.20, 21, Tomo XIX, pp.12, 182, 209, Tomo XXV, p.74).					
266	Torre da Raposeira					
	Obs.: Torre situada na freguesia de Miranda (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.89).					
267	Torre do Casal de Paçó					
	Obs.: Torre comprada por Inês Álvares no ano de 1626 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.90).					
268	Casa da Torre do Bicouco					
	Obs.: Casa da Torre do Bicouco, em São Vicente de Távora (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.91).					
269	Torre de Bacelar					
	Obs.: Solar dos Bacelares, na Honra de Mira, julgado de Valença do Minho, freguesia de Santa Eulália do Cerdal, de que foi senhor Rui Vaz Bacelar (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, pp.128, 130, Tomo XXII, pp.70, 72). Foi senhor da torre Vasco Fernandes Bacelar (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 1, p.117).					
270	Torre dos Mirandas					
	Obs.: Torre solar dos Mirandas, em Coura, de que foi senhor Cristovão Rodrigues de Miranda (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.135). Ver referência #326, neste Anexo, à Torre da Rua das Flores.					
271	Torre da quinta do Bom Jardim					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Obs.: Torre da quinta do Bom Jardim, a quatro léguas de Valença, pertencente ao Bispo de Ceuta D. Justo Baldrino (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.140).					
272	Torre de Vilarinho / Torre de Vila-boa					
	Obs.: Casa-torre em Vilaboa, na freguesia de Badim, termo de Valadares, Monção, de que foi senhor Afonso Lourenço de Vilarinho (Felgueiras Gaio 1938, Tomo V, p.144, Tomo XXVIII, pp.278, 279).					
273	Torre de Barradas					
	Obs.: Solar dos Barradas, no termo de Beja, provavelmente fundada na época da tomada de Beja aos mouros (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, pp.9, 11).					
274	Torre dos Guerros					
	Obs.: Torre dos Guerros, na herdade dos Guerros, de que foi senhor Manuel Pires Barradas, falecido em 1639 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.16).					
275	Torre dos Pesqueiras					
	Obs.: (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.20).					
276	Torre dos Esquilas					
	Obs.: Torre dos Esquilas, de que foi senhor Afonso Anes Esquila, falecido antes de 1553 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.31).					
277	Herdade da Torre das Figueiras					
	Obs.: Herdade da Torre das Figueiras (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.32).					
278	Torre dos Barretos					
	Obs.: Solar dos Barretos, numa quinta junto à Barra de Viana do Castelo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, pp.48, 50).					
279	Torre de Baçar / Torre de Bazar					
	Obs.: (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.95, Tomo XV, p.134).					
280	Torre de Vizela					
	Obs.: Torre de Vizela, de que foi senhor Jorge do Vale Vieira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.139, Tomo XIX, p.39). Ver referência #293, neste anexo à Torre da Ribeira de Vizela.					
281	Torre de Turis					
	Obs.: Casa e torre na quinta de Nuno de Barros, na freguesia de Turis (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VI, p.162).					
282	Torre de Serpa					
	Obs.: Morgado da Torre de Serpa, de que foi senhor João Raposo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VII, p.70).					
283	Torre de Abouças					
	Obs.: Torre de Abouças, de que foi senhor António de Sousa Pinto (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VII, p.132).					
284	Torres da Reboleira					
	Obs.: Torres de André Afonso Cão, filho do navegador Diogo Cão, numas casas que possuía na rua da Reboleira, no Porto (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.27, Tomo XXI, p.64).					
285	Torre de Picoços					
	Obs.: Torre de Picoços, de que foi senhor Francisco Rodrigues de Araújo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.32).					
286	Torre de Feardos					
	Obs.: Torre de Feardos, de que foi senhor Froilos de Araújo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.33).					
287	Torre de Sequeiros					
	Obs.: Torre de Sequeiros, em São Miguel do Couto de Gondufe, em Beiral do Lima, de que foi senhor Diogo de Sequeiros (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.35, Tomo IX, p.31, Tomo XXVI, p.169).					
288	Torre e Casa de Friestas					
	Obs.: Torre e Casa de Friestas (freguesia de Verdoejo, couto de São Fins) (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.36).					
289	Torre de Sobreiro ou Quinta da Torre do Paço					
	Obs.: Na quinta da Torre do Paço a que chamam quinta do Sobreiro, na Lapa, na freguesia de Santiago de Pias, no termo de Monção, que talvez seja a mesma que a Torre de Lara, solar dos Felgueiras, de que foi senhor Rui Felgueira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.69, Tomo XI, p.46, Tomo XIV, p.138, 143, Tomo XV, p.20, Tomo XXVII, p.91). Ver referência #256, neste Anexo, à Torre de Lara.					
290	Torre de Avis					
	Obs.: Morgado que chamam de torre de Avis, intituído por Luís Álvares de Camões (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.102, Tomo XXVI, p.177), (Alão de Moraes n.d., Tomo IV, Volume 1, p.509, 514).					
291	Casa da Torre					
	Obs.: Casa com capela, de que foi senhor Jacinto Ferreira Cabral (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.107).					
292	Torre de Vinhal					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Obs.: Torre na quinta de Vinhal, solar dos de Vinhal, comprada em 1504 por Fernão Anes de Campos a Afonso de Vasconcelos, primeiro conde de Penela (Felgueiras Gaio 1938, Tomo VIII, p.118), torre de que foi senhora Teresa Nogueira (Alão de Moraes n.d., Tomo II, Volume 1, pp.238, 240). Ver referência #263, neste anexo , à Torre de Vinal.					
293	Torre da Ribeira de Vizela					
	Obs.: Quinta da Torre da Ribeira de Vizela (Felgueiras Gaio 1938, Tomo IX, p.103, Tomo XXVIII, p.76), (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 1, p.578). Ver referência #280, neste anexo à Torre de Vizela.					
294	Torre do Couto					
	Obs.: Torre do Couto, em estado arruinado ao tempo de Felgueiras Gaio, solar da família dos Coutos, na freguesia de São Pedro de Deão, no concelho de Geraz do Lima, de era senhor Rui Gonçalves do Couto, que viveu no ano de 1282 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo X, p.128).					
295	Quinta da Torre do Paço					
	Obs.: Quinta na freguesia de Besteiros (Felgueiras Gaio 1938, Tomo X, p.141).					
296	Torre de Matamá					
	Obs.: Torre de Matamá, de que era senhora Margarida da Cunha de Albuquerque, filha de Violante da Cunha (Felgueiras Gaio 1938, Tomo X, p.175).					
297	Quinta da Torre de Vilar					
	Obs.: Quinta da Torre de Vilar, em Figueiredo de Amares, de que foi senhor Brás de Lima de Abreu (Felgueiras Gaio 1938, Tomo X, p.209, Tomo XIX, p.210).					
298	Casa e Torre de Puga					
	Obs.: Casa e torre de Puga, de Madalena de Puga, filha do senhor da Casa Solar dos Pugas (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XI, p.85).					
299	Torre da Quinta da Pena					
	Obs.: Torre da quinta da Pena, metade da quinta emprazada por Pedro Anes Cerveira, terceira vida no Prazo, a seu filho Rodrigo Anes Cerveira, passando a outra metade e a torre aos Caldas (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XI, p.104), que, segundo Alão de Moraes (n.d), foi feita pelos Mouros. (Alão de Moraes n.d., Tomo VI, Volume 2, pp.289-90). Ver referência #038, no Anexo 3, à Torre da Pena, #145, neste Anexo, à Torre da Caldas, e referência #064, Anexo 3, à Quinta da Torre .					
300	Torre e Quinta do Paço					
	Obs.: Torre e Quinta do Paço, na freguesia de São João do Campo, de que foi senhor Francisco Pereira da Fonseca (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XI, p.128).					
301	Quinta e Torre de Padrões					
	Obs.: Quinta e Torre de Padrões, de que foi senhor da quinta, torre e casa Gaspar de Oliveira de Meireles (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XI, p.150).					
302	Torre dos Guedes					
	Obs.: Casa da Torre dos Guedes, em Mesão Frio (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XI, p.157).					
303	Torre de Covelos					
	Obs.: Torre de Covelos, de ainda restam vestígios junto à casa de Gonçalo Nogueira, morador no Ribeiro, no concelho de Resende, ribeiro chamado dos Apréstimos, no sítio a que hoje chamão Covelos (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.39).					
304	Torre do Campo					
	Obs.: Torre do Campo, de que foi senhor António Correia de Lacerda do Campo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.60).					
305	Torre de Quadro					
	Obs.: Torre, casas e couto de Quadro Rio Frio e solar de Romay, de que era senhora Antónia Romay Trancoso Sotomaior (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.72, Tomo XXI, p.161).					
306	Torre de Atães					
	Obs.: Torre de Atães, em Basto, de que foi senhor Diogo de Madureira, o Velho (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.96, Tomo XIX, p.149), (Alão de Moraes n.d., Tomo I, Volume 2, p.637).					
307	Torre de Toubedo ou Touvedo					
	Obs.: Torre e solar de Toubedo ou Touvedo, em (Vila da Barca), de que foi senhor Gabriel da Costa Pereira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, pp.107, 116).					
308	Torre Darque / Casa da Torre Darque					
	Obs.: Torre Darque, em Viana do Castelo, de que foi senhor Simão Pita da Ortigueira, Sargento-mor de Infantaria (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.138, Tomo XXIV, p.143).					
309	Quinta da Torre de Correlhão					
	Obs.: Quinta da Torre de Correlhão, de que foi senhor Tomás Correia Feijó, Alferes de Infantaria (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.170).					
310	Torre de Pena Fiel					
	Obs.: Torre de Pena Fiel, solar dos Reboredos, de que foi senhor Diogo da Rocha Vilasboas, morador em Vila Nova de Cerveira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.206).					
311	Torre da Quinta da Costa					
	Obs.: Torre da Quinta da Costa, solar mais antigo dos Costas, perto de Nossa Senhora da Costa, em Mancelos, de que foi senhor Gonçalo da Costa (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.213, Tomo XIV, p.166).					
312	Torre de Santa Marinha do Zêze-					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	re					
	Obs.: Quinta da Torre de Santa Marinha do Zêzere, de que foi senhor Pedro Gomes Cortez (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XII, p.216).					
313	Torre de Ota / Torre de Otã					
	Obs.: Torre de Ota, no termo de Alenquer, de que foi senhor Galiote Leitão, casado com Leonor da Guerra, filha de Fernando de Eça (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIII, p.35, Tomo XXVIII, p.106), (Alão de Morais n.d., Tomo II, Volume 2, p.395, Tomo III, Volume 1, p.303, Tomo IV, Volume 2, p.29, Tomo V, Volume 2, p.106).					
314	Torre de Aguilla					
	Obs.: Torre de Aguilla, de que foi senhor Luís de Sousa Falcão (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIII, p.83).					
315	Torre de Chão / Torre de Retorta / Torre Chão da Retorta					
	Obs.: Torre de Chão, em Riba de Bestança, Ferreiros de Tendões, ou Tintoreiros, de que foi senhor Valentim de Barros Cardoso (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIII, p.115, Tomo XV, p.43). Era senhor do morgado da Torre Chão da Retorta Belchior Cerveira Baldaia (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XV, pp.42, 43, 49, Tomo XV, p.145, Tomo XXI, p.117, Tomo XXIII, p.41, Tomo XXIII, p.180, Tomo XXVI, p.136).					
316	Torre Solar dos Vilasboas de Airó					
	Obs.: Torre Solar dos Vilasboas de Airó, nas faldas do monte de Airó, na freguesia de São Jorge de Airó, termo de Barcelos, de que foi senhor Valentim de Barros Cardoso (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIII, p.123, Tomo XXVIII, pp.238-241, 249). Ver referência #012, no Anexo 3, ao Paço de Airó.					
317	Torre de Faria					
	Obs.: Torre de Faria (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIII, pp. 98, 100, 133).					
318	Morgado da Torre da Bolota					
	Obs.: Morgado da Torre da Bolota, no Algarve, de que foi senhor António Pio Zarco (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIII, p.156-157).					
319	Torre de Figueiró					
	Obs.: Solar dos Figueiró, na freguesia de Santiago de Figueiró (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIII, p.178, Tomo XIV, p.18).					
320	Quinta da Torre de Matos					
	Obs.: Quinta da Torre de Matos, de que eras senhor Pedro Pais de Matos (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIV, p.100).					
321	Torre de Vila Pouca					
	Obs.: Torre de Vila Pouca, junto a Santa Comba Dão, de que foi senhor Luís Dias de Figueiredo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIV, p.108, 109, 113).					
322	Torre de Abaças / Torre de Aboas					
	Obs.: Torre de Abaças, de que foi senhor António de Sousa Pinto (da família dos Botelhos e Magalhães de Vila Real, pelo que deve tratar-se de Abaças, em Vila Real) (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIV, p.125, Tomo XIX, p.133).					
323	Torre da Lapa					
	Obs.: Torre da Lapa, em Monção, de que foi senhor Rui Felgueira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIV, p.155).					
324	Torre de Idães					
	Obs.: Torre de Idães, em Idães, Felgueiras, de que era senhora Rosa Branco de Ribeiro de Miranda (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIV, p.181, Tomo XIX, p.103).					
325	Torre de Retorta					
	Obs.: Torre de Retorta, de que foi senhor Belchior Cerveira Baldaia (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XV, pp.42, 43).					
326						
	Obs.: Torre da rua das Flores, em Guimarães, cabeça do morgado e solar dos Mirandas (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XV, p.107). Ver referência #270, neste Anexo, à Torre dos Mirandas.					
327	Torre de Pedro Juzarte					
	Obs.: Torre de Pedro Juzarte, na herdade da Guerrossita, no termo da vila de Monforte (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVI, pp.134, 139).					
328	Torre dos Laborões					
	Obs.: Torre dos Laborões, torre com cadeia, no concelho de Rossas, junto de Cabeceiras de Basto (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVI, p.203).					
329	Quintão da Torre					
	Obs.: Quintão da Torre, na freguesia de Refontoura, Felgueiras, na proximidade do termo do concelho de Cabeceiras de Basto, de que eram senhores Francisco Vieira e sua mulher Susana Teixeira Soares (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVII, p.103, Tomo XIX, p.208). Ver referência #338, neste anexo, à Quinta da Torre de São Clemente.					
330	Casa da Torre de Caramos					
	Obs.: Casa da Torre de Caramos, junto a Caramos, de que foi senhor António de Magalhães (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVII, p.104), (Alão de Morais n.d., Tomo II, Volume 1, p.332).					
331	Torre de Rossas					
	Obs.: Torre de Rossas, de que foi senhor Fernão de Sousa (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVII, p.121), (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 2, p.552).					
332	Torre de Pedro Gil					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Obs.: Torre de Pedro Gil (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVII, p.248).					
333	Quinta e Torre da Granja					
	Obs.: Quinta e Torre da Granja, de que foi senhor António Lobo Malheiro da Cunha (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVIII, p.25).					
334	Torre de Salvaterra					
	Obs.: Torre de Salvaterra, em Santiago de Buarcos, de que foi senhor Frutuoso Pimenta de Brito (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVIII, p.25).					
335	Torre de Vilar de Alvaredo					
	Obs.: Torre de Vilar, na freguesia de São Martinho de Alvaredo, no termo de Valadares, de que foi senhor o marquês de Tereno (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVIII, p.53).					
336	Torre de Samonte					
	Obs.: Torre de Samonte, solar dos Marinhos, na freguesia de São Martinho de Alvaredo, no termo de Valadares, de frente de Galiza, de que foi senhor o marquês de Tereno (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVIII, p.53).					
337	Torre da Capa					
	Obs.: Torre da Capa (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVIII, p.62).					
338	Quinta da Torre de São Clemente					
	Obs.: Quinta da Torre de São Clemente, em São Clemente, Cabeceiras de Basto, na proximidade do termo do concelho de Felgueiras, de que eram senhores André Borges da Silva e sua mulher Maria de Magalhães (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVIII, p.121, Tomo XIX, p.12). Ver referência #329, neste anexo, à Quinta da Torre.					
339	Torre de Reborido					
	Obs.: Torre de Reborido, de que foi senhor Afonso Anes (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVIII, p.194).					
340	Torre do Bispo					
	Obs.: Torre do Bispo, de que foi senhor Manuel Coutinho (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XVIII, p.208, Tomo XXII, p.184), (Alão de Moraes n.d., Tomo II, Volume 1, pp.48, 64, Tomo III, Volume 1, p.306).					
341	Torre da Quinta do Outeiro					
	Obs.: Torre da Quinta do Outeiro, de que foi senhor Martim Machado (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIX, p.62).					
342	Morgado da Torre					
	Obs.: Morgado da Torre, de que foi senhor Marcos Ribeiro (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIX, p.68).					
343	Torre de Madureira					
	Obs.: Quinta e Torre de Madureira, solar deste apelido, em Terras de Bragança (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIX, p.146, Tomo XXII, p.193).					
344	Torre de Magalhães e Nóbrega / Torre de Magalhães de Vila Chão					
	Obs.: Torre de Magalhães e Nóbrega, na freguesia de São Martinho de Paço Vedro, no termo da Barca, solar dos Magalhães, de que foi senhor Afonso de Rodrigues de Magalhães (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XIX, pp.161, 216, 238).					
345	Quinta da Torre Velha					
	Obs.: Quinta da Torre Velha, na freguesia de Louro, de que foi senhor Pedro Álvares do Vale (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XX, p.16, Tomo XXV, p.188, Tomo XXVIII, p.26, Tomo XXVIII, pp.58, 265).					
346	Torre de Vilar de Maçada					
	Obs.: Couto e Torre de Vilar de Maçada, de que foi senhor Estevão Pires de Mesquita (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XX, pp.67, 71, 73).					
347	Morgado da Torre					
	Obs.: Morgado da Torre, em Campo Maior, de que foi senhor Lopo Mexia (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XX, p.110).					
348	Torre da Feira					
	Obs.: Torre da Feira, em São Jorge da Torre da Feira, de que foi senhor João Pereira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XX, p.155, Tomo XXII, p.172, Tomo XXVII, p.227).					
349	Torre de Fresmiou					
	Obs.: Torre de Fresmiou, de que foi senhor Gaspar Rodrigues de Videma (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XX, p.181).					
350	Torre da Quinta de Outiz					
	Obs.: Torre da Quinta de Outiz, no rio Cávado ou nas suas ribeiras, terras do solar dos Mouras, de que foi senhor Ourigo de Moura (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXI, p.85).					
351	Quinta da Torre Velha					
	Obs.: Quinta da Torre Velha, de que foi senhor Pedro Veloso (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXI, p.106).					
352	Torre de Nogueira					
	Obs.: Torre de Nogueira, solar dos Nogueiras, na freguesia de São João de Nogueira, couta na terra de Barroso, de que foi senhor Paio Nogueira, que viveu no tempo de D. Afonso VI de Castela e Leão (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXI, p.131).					
353	Torre de Bustelho					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
	Obs.: Torre de Bustelho, de que foi senhor Álvaro de Oia (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXI, p.191).					
354	Torre de Pericoto					
	Obs.: Torre de Pericoto, solar dos Pericotos de Borba, no termo de Vila Viçosa, de que foi senhor do solar em 1601 Diogo Pires Pericoto (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, p.56, Tomo XXVII, p.229).					
355	Torre Solar dos Tenazes / Torre de Pedro Lobo					
	Obs.: Torre Solar dos Tenazes, conhecida por Torre de Pedro Lobo, de que foi senhor Pedro Lopes Tenazes (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, p.56, Tomo XXVII, p.229-230).					
356	Torre de Penaguda					
	Obs.: Torre de Penaguda, onde viveu Bartolomeu Soares de Brito (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, p.73).					
357	Torre de Castrelos					
	Obs.: Torre de Castrelos, de que foi senhor Fernão Pereira Falcão (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, p.91).					
358	Torre da rua do Vau					
	Obs.: Torre da rua do Vau, na rua do Vau, em Ponte de Lima, construída por António Pires da Torre (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, p.94).					
359	Quinta da Torre de Priscos					
	Obs.: Quinta da Torre de Priscos, de que foram senhores Martim Lopes Escudeiro e sua mulher Ana Martins (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, p.138).					
360	Torre de Onofre					
	Obs.: Torre de Onofre (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXII, p.210).					
361	Torre das Casas dos Perestrelos					
	Obs.: Torre das Casas dos Perestrelos, na rua da Sobrepez, no Porto, conservando as casas sobre as portas as Armas antigas da Casa Real, as quais têm a um lado uma forte torre de que se fez Morgado (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIII, p.12).					
362	Morgado de Torres das Arcas					
	Obs.: Morgado de Torres das Arcas, de que foi senhor Gomes Ribeiro de Vasconcelos (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIII, p.18).					
363	Torre de Angra					
	Obs.: Torre de Angra, em Aregos, de que foi senhora Leonor Afonso da Fonseca (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIII, p.42).					
364	Quinta da Torre de Vegide					
	Obs.: Quinta da Torre de Vegide, na freguesia de Vegide, freguesia de Santa Maria de Sobrado, de que foi senhor Heitor Pinto (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIII, p.72).					
365	Quinta de Vegião da Torre					
	Obs.: Quinta de Vegião da Torre, no concelho de Aregos, atual concelho de Resende, onde viveram Maria Pinto da Fonseca e seu marido Manuel Osório da Silva (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIII, pp.93, 129).					
366	Torre da Quinta de Velude					
	Obs.: Torre da Quinta de Velude, na freguesia de Cinfães, de que foi senhor Martim Vasques de Matos, em 1433 (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIII, p.134).					
367	Torre de Olhão					
	Obs.: Torre de Olhão, de que foi senhor o Capitão de Infantaria Manuel Pinto de Leão (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIII, p.180).					
368	Casa da Torre de Cambra					
	Obs.: Casa da Torre de Cambra, de que foi senhor João Gomes de Lemos (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIV, p.16).					
369	Casa da Torre					
	Obs.: Casa da Torre, de que foram senhores Filipe de Macedo e sua mulher Catarina Lousada (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIV, p.33).					
370	Quintas da Torre de Vilar					
	Obs.: Quintas da Torre de Vilar, no concelho de Unhão, freguesia do atual concelho de Felgueiras, de que foi senhor Manuel da Silva Teles (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIV, p.35).					
371	Torre da Várzea					
	Obs.: Torre da Várzea, em Chaves, de que foi senhor Heitor Homem (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIV, p.79).					
372	Torre de Alva					
	Obs.: Torre de Alva, de que foi senhor Pedro Borges de Sousa (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXIV, p.89).					
373	Casa da Torre de Ranhados					
	Obs.: Casa da Torre de Ranhados, em Ranhados, em São Clemente, de que foi senhor Simão de Magalhães Rebelo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXV, p.92).					
374	Quinta da Torre					
	Obs.: Quinta da Torre, de que foi senhor Manuel de Macedo de Andrade (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXV, p.93).					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
375	Morgado da Torre					
	Obs.: Morgado da Torre, de que foi primeiro administrador Francisco Ribeiro dos Guimarães (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXV, p.105).					
376	Casa da Torre de Soutelo					
	Obs.: Casa da Torre de Soutelo, de que foi senhor José de Magalhães Feio de Azevedo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXV, p.119).					
377	Quinta da Torre de São Cristóvão					
	Obs.: Quinta da Torre de São Cristóvão, na freguesia de São Cristóvão, de que foi senhor Cristóvão Rebelo de Abreu (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXV, p.138).					
378	Torre de Sande					
	Obs.: Torre de Sande, na Galiza ou, segundo outros, na freguesia de São Martinho de Sande, entre Braga e Guimarães, fundada por Paio Magado de Sande e de que foi senhor João de Sande (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVI, p.83).					
379	Torre da Quinta da Taipa					
	Obs.: Torre da Quinta da Taipa, de que foi senhor o Capitão da Praça de Almeida, Francisco Correia (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVI, p.139).					
380	Torre de Gustem					
	Obs.: Torre de Gustem, possivelmente na freguesia de São Tomé, perto de Vigo, de que foi senhor Rodrigo de Sequeiros (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVI, p.169).					
381	Torres de Probem					
	Obs.: Torres de Probem, de que foi senhora Micaela da Silva de Passos e Sequeiros (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVI, p.173).					
382	Casa da Torre de Moldes					
	Obs.: Casa da Torre de Moldes, em Moldes, no concelho de Arouca (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVII, p.59).					
383	Quinta da Torre Entre os Rios					
	Obs.: Quinta da Torre Entre os Rios, de que foi senhora Margarida Inocência Machado (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVII, p.212).					
384	Torre do Paço de Carude					
	Obs.: Torre do Paço de Carude, solar dos Vabos de Carude, na freguesia de São Martinho de Vabo, concelho de Pica de Regalados, de que foi senhor Luís de Vabo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.10).					
385	Torre de Anquião					
	Obs.: Torre de Anquião, em Arcos de Valdevez (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.23).					
386	Torre de Sedielos					
	Obs.: Torre de Sedielos, na freguesia de Sedielos, de que foi senhor Francisco Guedes Ferraz (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.23).					
387	Casa e Torre dos Morgados de Fontelas					
	Obs.: Casa e Torre dos Morgados de Fontelas, em Gouveia de Riba Tâmega (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.77).					
388	Torre da Casa da Escaleira					
	Obs.: Torre da Casa da Escaleira, em que morou Francisco da Silva Vasconcelos (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.83).					
389	Torre dos Seabras					
	Obs.: Torre dos Seabras, de que foram senhores Pantalhão de Seabra de Sousa e sua mulher Eufrásia de Mesquita (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.88).					
390	Torre de Veade					
	Obs.: Torre de Veade, onde moravam Domingos Carvalho e sua mulher Maria Teixeira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.152).					
391	Torre de Bem de Viso					
	Obs.: Torre de Bem de Viso, de que foram senhores Martim Vaz Aranha e sua mulher Inês Rodrigues (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.164).					
392	Torre da Quinta de Vila Seca					
	Obs.: Torre da Quinta de Vila Seca, de que foi senhor Vasco Pires Moreira 'o Moço', demolida por Martins Rodrigues Vieira (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, pp.190, 191).					
393	Torre de Abreu					
	Obs.: Quinta da Torre de Abreu, em Regalados, de que foram senhores Gonçalo Anes de Abreu e Lima e sua mulher Isabel de Soutomaior (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.190).					
394	Torre de Azevedo					
	Obs.: Torre de Azevedo, em Azevedo, onde ainda se devisa uma torre, que dizem ter sido de uns fidalgos de apelido Azevedo (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.190).					
395	Quinta da Torre de Rio Longo					
	Obs.: Quinta da Torre de Rio Longo, em Rio Longo, onde ainda se vêem muitos sinais da sua edificação (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, pp.190, 192).					
396	Torre Feita					
	Obs.: Vila de Torre Feita (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.197).					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
397	Torre da Caniçada					
	Obs.: Lugar da Torre da Caniçada (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.206).					
398	Torre de Vila Martins					
	Obs.: Torre de Vila Martins, de que foi senhor Afonso Álvares Vilarinho (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, pp.277, 279).					
399	Torre do Coucieiro / Torre do Leiro					
	Obs.: Torre do Coucieiro / Torre do Leiro, em Regalados (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, p.39).					
400	Torre de Loivo					
	Obs.: Torre de Loivo, de que foi senhor Rui Lopes Cerveira (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, p.97).					
401	Torre de Calvelhe					
	Obs.: Torre de Calvelhe, de que foi saenhor Rui Soares de Calvelhe (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, p.271).					
402	Torre de Baleizão					
	Obs.: Torre de Baleizão, onde Henrique de Melo, Alcaide-mor de Serpa, matou Reimão Pereira (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, p.524).					
403	Quinta da Torre					
	Obs.: Quinta da Torre, de que foi senhor João Ferreira (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, p.573).					
404	Torre de Sepúlveda					
	Obs.: Torre de Sepúlveda, de que foi senhor João de Sepúlveda e Gusmão (Alão de Morais n.d., Tomo II, Volume 1, p.187, Tomo II, Volume 2, p.381, Tomo IV, Volume 1, p.524).					
405	Morgado da Torre de Xira					
	Obs.: Morgado da Torre de Xira (Alão de Morais n.d., Tomo III, Volume 1, p.200).					
406	Torre de Beja					
	Obs.: (Alão de Morais n.d., Tomo III, Volume 1, p.200).					
407	Torre da Honra de Fonseca					
	Obs.: Torre da Honra de Fonseca, solar dos FONSECAS (Alão de Morais n.d., Tomo III, Volume 1, p.524).					
408	Torre de Cardoso					
	Obs.: Torre de Cardoso, de que foi senhor Luís Cardoso (Alão de Morais n.d., Tomo III, Volume 2, p.91).					
409	Torre de São Martinho dos Mouros					
	Obs.: Torre de São Martinho dos Mouros, no almoxarifado de Lamego, de que foi senhor Rui Dias do Rego e que lhe foi oferecida pelo rei D. Fernando (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 1, p.50).					
410	Torre de Canelões					
	Obs.: Torre de Canelões, no Almoxarifado de Lamego, de que foi senhor Rui Dias do Rego e que lhe foi oferecida pelo rei D. Fernando (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 1, p.50).					
411	Torre de Santa Cruz					
	Obs.: Torre de Santa Cruz, no Almoxarifado de Guimarães (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 1, p.160).					
412	Torre de Aldas					
	Obs.: Torre de Aldas, ao pé das Aldas, na cidade do Porto, de que foi senhor Álvaro Rodrigues da Torre, onde viveu André Vieira Veigão, falecido em 1478 (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 1, p.282).					
413	Casa e Torre de Travanca					
	Obs.: Casa e Torre de Travanca, de que foi senhor Lopo de Montenegro (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 1, p.468).					
414	Ruínas do Castelo de Vilharigues / Torre de Vilharigues	IPP / 2	Séc. 15 (torre, conjectural)	Atalaia: marco histórico-cultural Espaço ext.: recreação e lazer	Privada: pessoa singular	Torre em ruínas, quadrangular erguida sobre um pódio quadrangular.
Estilo: Arquitectura militar, gótica. Atalaia do final da Idade Média. Enquadramento: Urbano. Isolado, elevado sobre outeiro com alguma vegetação, na periferia de povoação rural, circundado por muro baixo a norte e oeste, pela Capela de Santo Amaro a sul e por mata de arbustos a este, em posição dominante sobre a paisagem, na vertente noroeste da serra do Caramulo, com vistas para Vouzela e vale de Lafões. Obs.: Os elementos estruturais da torre, introduzidos durante o reinado de D. Afonso III, passaram a integrar a arquitetura militar e civil de muitas casas-forte edificadas em períodos posteriores. O monumento (torre e espaços exteriores), foi alvo, em 2006, de um projeto de intervenção arquitetónica, da autoria da Câmara Municipal de Vouzela, que desvalorizou e descaracterizou a relação do monumento com a sua envolvente natural e rural. Torre de Vilharigues, em Paços de Vilharigues, concelho de Vouzela, de que foi senhor Fernão Lopes de Almeida. (Marques 1998b), (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 2, p.94, 96, 433-434, 437).						
415	Torre da Cavalaria					
	Obs.: Torre da Cavalaria, de que foi senhor Fernão Lopes de Almeida (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 2, p.94).					

Ref.	Designação / localização	Categoria/grau de protecção	Data de construção	Função atual	Propriedade/afetação	Torre
416	Torre e Solar de Vilalva					
	Obs.: Torre e Solar de Vilalva, que foi dos Vilarinhos (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 2, p.145).					
417	Torre de Bandavizes					
	Torre de Bandavizes, torre outrora existente em Bandavizes, Viseu.					
418	Solar e Torre de Agrelo					
	Obs.: Solar dos da Vale, em Agrelo, no termo de Monção, onde havia uma torre antiga que se desfez, de que foi senhor Açvaro Nunes da Vale (Alão de Morais n.d., Tomo V, Volume 2, p.405, Tomo VI, Volume 2, p.242)					
ALGUMAS CASAS-FORTE NO REINO DA GALIZA						
419	Torre de Novães					
	Obs.: Torre de Novães, torre e fortaleza, na terra de Queiroga, Galiza, solar dos Pimentel (Alão de Morais n.d., Tomo IV, Volume 1, p.392).					
420	Torre de Azeredo					
	Obs.: Torre de Azeredo, na Galiza, de que foi senhor Vasco de Araújo de Azevedo (Alão de Morais n.d., Tomo I, Volume 1, p.248).					
421	Casa da Repostaria					
	Obs.: Casa da Repostaria, no lugar de Vilarinho, reino de Galiza, solar dos Vilarinhos (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVIII, p.277).					
422	Torre de Busteo					
	Obs.: Torre de Busteo, na freguesia de São Tomé, perto de Vigo, de que foi senhor João de Sequeiros (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXVI, p.169).					
423	Casa Solar e Torre de Calvo Busto					
	Obs.: Casa Solar e Torre de Calvo Busto, de que foi senhora Antónia de São Mamede Esteves e Martim (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXV, p.54).					
424	Casa e Torre Solar do Couto de Vilarinho					
	Obs.: Casa e Torre Solar do Couto de Vilarinho, na freguesia de São Mamede de Canda, Bispado de Ourense, de que foram senhores Luis de Mosqueira e Sumosa e sua mulher Margarida de Torre (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXV, p.54).					
425	Casa e Torre Solar de Andrade					
	Obs.: Casa e Torre Solar de Andrade, na jurisdição de Arena e Bendanha, no reino da Galiza, de que foi senhor Estêvão de Queirós Machado (Felgueiras Gaio 1938, Tomo XXV, p.54).					

Anexo 5: Localização das casas-forte referenciadas no Anexo 4.

Neste anexo apresenta-se uma listagem de casas-forte medievais sobre as quais não pudemos obter dados fidedignos relativos às suas funções originais, ou outros parâmetros relevantes para o objetivo deste trabalho.

Ref.	Designação	Coordenadas geográficas / WGS84 (Lat., Lon.)	Coordenadas do Ponto Central / Datum 73 (M, P)	Cota (m)	Concelho	Freguesia e/ou Lugar	Área Metropolitana (AM) ou Comunidade Intermunicipal (CIM)	Grupo de unidades de paisagens (segundo a classificação apresentada por Cancela de Abreu et al. 2004)
016	Torre de Cimo de Vila / Torre da Porta Nova / Torre da Cadeia / Torre de Barcelos / Postigo da Muralha	s.d.	s.d.	s.d.	Barcelos	Barcelos	CIM do Cávado	Entre Douro e Minho
027	Antiga Casa da Câmara / Casa dos Vinte e Quatro	41.143058, -8.611549	-40166.597, 163875.706	64	Porto	Sé	AM do Porto	Douro / Área Metropolitana do Porto
034	Torre da Aparecida	(Ver Torre de Vilar)			Lousada		CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
035	Torre de Aveleda	(torre nunca existiu)			Lousada	Aveleda	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
041	Restos da Torre de Aguiar de Sousa / Torre de Aguiar de Sousa / Castelo de Aguiar de Sousa	41.123933, -8.437883	-25594.198, 161686.181	67	Paredes	Aguiar de Sousa	CIM do Tâmega e Sousa	Entre Douro e Minho
046	Casa da Torre	41.097301, -7.993281	11749.31, 158694.56	272	Resende	Anreade	CIM do Tâmega e Sousa	Douro
072	Casa da Torre	40.440756, -7.669915	39298.451, 85877.847	536	Seia	São Martinho	CIM da Serra da Estrela	Beira Alta / Maciço Central
073	Torre Ameada	40.816479, -7.545231	27914.550, 99482.450	751	Aguiar da Beira	Aguiar da Beira	CIM da Região Dão Lafões	Beira Alta
081	Torre de Bera	40.146773, -8.400983	-22825.814, 53165.254	125	Coimbra	Almalagues	CIM do Baixo Mondego	Maciços Calcários da Estremadura / Beira Alta
108	Torre de Fonte Arcada	s.d.	s.d.	s.d.	Sernancelhe	Fonte Arcada	CIM do Douro	Beira Alta
109	Castelo de Paranhos	s.d.	s.d.	s.d.	Póvoa de Varzim	Terroso	CIM da COMUR-BEIRAS (Beira Interior Norte/Cova da Beira)	Entre Douro e Minho
110	Solar da Loureira,	41.916849, -8.758061	-51842.3970, 249897.9422	s.d.	Vila Nova de Cerveira	Gondarém.	CIM do Alto Minho	Entre Douro e Minho
111	Paço de Romariz	s.d.	s.d.	s.d.	Santa Maria da Feira	Romariz	AM do Porto	Área Metropolitana do Porto
112	Ruínas de Almofala / Casarão da Torre	s.d.	s.d.	s.d.	Figueira de Castelo Rodrigo	Almofala	CIM da COMUR-BEIRAS (Beira Interior Norte/Cova da Beira)	Beira Interior
414	Ruínas do Castelo de Vilharigues / Torre de Vilharigues	40.715511, -8.129508	305.718, 116286.490	426	Vouzela	Paços de Vilharigues	CIM da Região Dão Lafões	Região Dão Lafões

Anexo 6: Comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas

Endereços, contactos e concelhos integrantes das Comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, R. Carlos Mayer, n.º 2 R/C, 1700-102 Lisboa, Telefone: 218428570; E-mail: amlgeral@aml.pt; WWW: <http://www.aml.pt>
Concelhos: Alcochete; Almada; Amadora; Barreiro; Cascais; Lisboa; **Loures**; Mafra; Moita; Montijo; Odivelas; Oeiras; Palmela; Seixal; Sesimbra; Setúbal; Sintra; Vila Franca de Xira

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, Av. dos Aliados, 236 - 1.º, 4000-065 Porto, Telefone: 223392020; E-mail: acerveira@amp.pt; WWW: <http://www.amp.pt>
Concelhos: Arouca; Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Oliveira de Azemeis; **Porto**; Póvoa de Varzim; **Santa Maria da Feira**; Santo Tirso; São João da Madeira; Trofa; Vale de Cambra; **Valongo**; Vila do Conde; **Vila Nova de Gaia**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL, Rua 24 de julho, 1, 7000-673 Évora, Telefone: 266749420; E-mail: geral@cimac.pt; WWW: <http://www.cimac.pt>
Concelhos: Alandroal; **Arraiolos**; Borba; Estremoz; **Évora**; **Montemor-o-Novo**; **Mora**; Mourão; **Portel**; Redondo; **Reguengos de Monsaraz**; Vendas Novas; Viana do Alentejo; Vila Viçosa

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL, Largo manuel sobral, 7570-132 Grandola, Telefone: 269450110; E-mail: geral@cimal.pt; WWW: <http://www.cimal.pt>
Concelhos: Alcácer do Sal; Grândola; Odemira; Santiago do Cacém; Sines

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE, R. General Humberto Delgado, 20, 8000-355 Faro, Telefone: 289880800; E-mail: amal@amal.pt; WWW: <http://www.amal.pt/>
Concelhos: Albufeira; Alcoutim; Aljezur; Castro Marim; Faro; Lagoa (Algarve); Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Portimão; São Brás de Alportel; Silves; Tavira; Vila do Bispo; Vila Real de Santo António

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO, Praça do Município, 1, 7300 Portalegre, Telefone: 245 301 440; Fax: 245 301 449; E-mail: geral@cimaa.pt; WWW: www.cimaa.pt
Concelhos: Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Fronteira; **Gavião**; Marvão; **Monforte**; Nisa; Ponte de Sôr; Portalegre; **Sousel**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO, Rua Bernardo Abrunhosa, n.º 105, 4900-309 Viana do Castelo, Telefone: 258800200; E-mail: geral@cim-altominho.pt; WWW: <http://www.cim-altominho.pt>
Concelhos: Arcos de Valdevez; Caminha; Melgaço; **Monção**; **Paredes de Coura**; **Ponte da Barca**; **Ponte de Lima**; **Valença**; **Viana do Castelo**; **Vila Nova de Cerveira**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE, Rua Capitão Alfredo Guimarães, 1, 4800-019 Guimarães, Telefone: 253422400; E-mail: manuel.sousa@cim-ave.pt; WWW: <http://www.cim-ave.pt>
Concelhos: Cabeceiras de Basto; Fafe; Guimarães; Mondim de Basto; Póvoa de Lanhoso; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão; Vizela

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO ALENTEJO, Praceta Rainha D. Leonor, 1 apartamento 70, 7801-953 Beja, Telefone: 284310160; E-mail: ambaal@mail.telepac.pt; WWW: <http://www.ambaal.pt>
Concelhos: Aljustrel; Almodôvar; Alvão; Barrancos; Beja; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; **Ourique**; Serpa; Vidigueira

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO, Câmara Municipal, 3140-256 Montemor-o-Velho, Telefone: 239680372/3; E-mail: cimbaixomondego@gmail.com; WWW: <http://www.baixomondego.pt/>
Concelhos: Cantanhede; **Coimbra**; Condeixa-a-Nova; Figueira da Foz; Mealhada; Mira; Montemor-o-Velho; Mortágua; Penacova; Soure

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA INTERIOR SUL, Incubadora de Empresas, Sala 6 Zona Industrial de Idanha-a-Nova, 6060-182 Idanha-a-Nova, Telefone: 277 201041; E-mail: com.imbis@gmail.com; cimbis.coordenador@gmail.com
Concelhos: Castelo Branco; Idanha-a-Nova; Penamacôr; Vila Velha de Ródão

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, Rua do Carmo, 29, 4700-309 Braga, Telefone: 253201360; E-mail: geral@cimcavado.pt; WWW: <http://www.cimcavado.pt>
Concelhos: **Amares**; **Barcelos**; Braga; Esposende; Terras de Bouro; **Vila Verde**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA COMURBEIRAS (Beira Interior Norte/Cova da Beira), Parque Industrial de Tortosendo Edifício Parkurbis P-0; Sala-1, 6200-865 Covilhã, Telefone: 275957028; E-mail: comurbeiras@comurbeiras.pt; WWW: <http://www.comurbeiras.pt>
Concelhos: Almeida; Belmonte; Celorico da Beira; Covilhã; **Figueira de Castelo Rodrigo**; Fundão; Guarda; Manteigas; Mêda; Pinhel; Sabugal; Trancoso

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO, Av. Carvalho Araújo, 7, 5000-657 Vila Real, Telefone: 259309731; E-mail: pnoronha@cimdouro.pt; WWW: <http://www.cimdouro.pt>
Concelhos: Alijó; Armamar; Carraceda de Ansiães; Freixo de Espada à Cinta; **Lamego**; Mesão Frio; Moimenta da Beira; Murça; Penedono; Peso da Régua; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; **São João da Pesqueira**; **Sernancelhe**; Tabuaço; **Tarouca**; Torre de Moncorvo; Vila Nova de Foz Côa; **Vila Real**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO, Quinta das Cegonhas APARTADO 557, 2001-124 Santarém, Telefone: 243303240; E-mail: geral@cimlt.eu; WWW: <http://www.cimlt.eu/index.php>
Concelhos: Almeirim; Alpiarça; Azambuja; Benavente; Cartaxo; Chamusca; Coruche; Golegã; Rio Maior; Salvaterra de Magos; Santarém

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO, Convento de São Francisco Apartado 4, 2304-909 Tomar, Telefone: 249 730 060; E-mail: geral@cumt.pt; WWW: <http://www.mediotejodigital.pt.88/pt/Home.htm>
Concelhos: Abrantes; Alcanena; Constância; Entroncamento; **Ferreira do Zêzere**; Mação; Sardoal; Tomar; Torres Novas; Vila Nova da Barquinha; Vila Nova de Ourém

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE, Av. General Pedro Cardoso, 9 Apartado 811, 2500-922 Caldas da Rainha, Telefone: 262839030; E-mail: geral@oestecim.pt; WWW: <http://www.oestecim.pt>

Endereços, contactos e concelhos integrantes das Comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas

Concelhos: Alcobaca; Alenquer; Arruda dos Vinhos; **Bombarral**; Cadaval; Caldas da Rainha; Lourinhã; Nazaré; Óbidos; Peniche; Sobral de Monte Agraço; Torres Vedras

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL INTERIOR NORTE, Rua João Cunha Marques, 14 – R/C, 3200-151 Lousã, Telefone: 239993312; E-mail: cimpin@gmail.com; WWW: <http://www.cimpin.pt>

Concelhos: Alvaiázere; Ansião; Arganil; Castanheira de Pera; Figueiró dos Vinhos; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Pedrogão Grande; Penela; Tábua; Vila Nova de Poiares

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL INTERIOR SUL, Rua Pinhal de Cima, Loteamento 7, 6100-598 Sertão, Telefone: 274600130; E-mail: cimpis@hotmail.com

Concelhos: Oleiros; Proença-a-Nova; Sertão; Vila de Rei

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL LITORAL, Av. Dr. José Jardim, 18, 2410-124 Leiria, Telefone: 244811133; E-mail: cimpl@cimpl.pt; WWW: <http://www.cimpl.pt>

Concelhos: Batalha; Leiria; Marinha Grande; Pombal; Porto de Mós

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO/BAIXO VOUÇA, Rua do Carmo, 20 - 1º Apartado 589, 3800-1127 Aveiro, Telefone: 234377650; E-mail: geral@regi-aodeaveiro.pt; WWW: <http://www.regi-aodeaveiro.pt>

Concelhos: Águeda; Albergaria-a-Velha; Anadia; Aveiro; Estarreja; Ílhavo; Murtosa; Oliveira do Bairro; Ovar; Sever do Vouga; Vagos

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES, Edf. Novo Ciclo - Centro de Recurso, Rua Ricardo Mota, 3460-613 Tondela, Telefone: 232812156; E-mail: nu-nomartinho@amrdl.pt, carlos.marta@cm-tondela.pt; WWW: <http://cimrdl.pt/index.php>

Concelhos: **Aguaiar da Beira**; Carregal do Sal; Castro Daire; **Mangualde**; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Santa Comba Dão; São Pedro do Sul; **Sátão**; **Tondela**; Vila Nova de Paiva; **Viseu**; **Vouzela**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA SERRA DA ESTRELA, Av. 25 de Abril, 6290-554 GOUVEIA, Telefone: 238498177; E-mail: josesancho@cimse.pt; WWW: <http://www.cimse.pt>

Concelhos: Fornos de Algodres; **Gouveia**; **Seia**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA, Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel, Telefone: 255718340; E-mail: geral@cimtamegaesousa.pt; WWW: www.cimtamegaesousa.pt

Concelhos: Amarante; Baião; Castelo de Paiva; Celorico de Basto; Cinfães; Felgueiras; Lousada; Marco de Canaveses; Paços de Ferreira; Paredes; Penafiel; Resende

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE TRÁS-OS-MONTES, Rua Visconde da Bolsa, Apartado 238, 5301-903 Bragança, Telefone: 273327680; E-mail: cim-tm@amtf-nt.pt; WWW: <http://www.cim-tm.pt>

Concelhos: Alfândega da Fé; Boticas; Bragança; Chaves; Macedo de Cavaleiros; Miranda do Douro; **Mirandela**; Mogadouro; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços; Vila Flor; Vila Pouca de Aguiar; Vimioso; Vinhais

Anexo 7: Instrumentos de proteção da paisagem

Principais convenções, cartas, e declarações internacionais sobre património cultural, publicadas pelas diferentes entidades e organizações envolvidas nas questões ligadas à **salvaguarda** patrimonial.

Ano	Documento	Revisões	Local	Instituição
1931	Carta de Restauro dos Monumentos Históricos		Atenas	CIAM I
1933	Carta de Atenas		Atenas	
1957	I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos		Paris	
1962	Recomendações para a Salvaguarda da Beleza e Caráter das Paisagens e Sítios		Paris	UNESCO
1964	Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios		Veneza	ICCROM
1969	Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico	1992, 1997 (Malta)	Londres	CE
1972	Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural		Paris	UNESCO
1975	Carta Europeia do Património Arquitetónico		Amesterdão	CE
1979	Carta para a Conservação de Lugares com Significado Cultural	1981, 1988, 1999	Burra (Nova Zelândia)	ICOMOS
1979	Convenção para a Conservação da Vida Selvagem Europeia e Habitats Naturais		Berna	CE
1981	Carta de Preservação de Jardins Históricos		Florença	ICOMOS — IFLA
1985	Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa		Granada	CE
1987	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas		Washington	ICOMOS
1990	Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico			ICOMOS
1995	Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada			1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana
1999	Carta Internacional sobre o Turismo Cultural			ICOMOS
1999	Carta sobre o Património Construído Vernáculo			ICOMOS
2000	Carta sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído	Cracóvia		Conferência Internacional sobre Conservação
2005	Convenção sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade	Faro		CE
2005	Convenção Europeia da Paisagem			CE
2008	Charter on Cultural Routes			ICOMOS
2008	Charter on the Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites			ICOMOS
2009	Carta sobre o papel do Património Cultural na Economia e a criação de uma rede europeia para o seu reconhecimento e divulgação	Bruxelas		CE

